

Mariana Miggiolaro Chaguri

**As escritas do lugar: regiões e regionalismo em José Lins do Rego e
Erico Verissimo.**

CAMPINAS, 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Mariana Miggiolaro Chaguri

**As escritas do lugar: regiões e regionalismo em José Lins do Rego e
Erico Verissimo.**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNICAMP
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
SOCIOLOGIA**

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Chaguri, Mariana Miggiolaro, 1983-
C346e As escritas do lugar: regiões e regionalismo em José Lins do Rego e
Erico Veríssimo / Mariana Miggiolaro Chaguri. -- Campinas, SP : [s.n.],
2012

Orientador: Elide Rugai Bastos
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Veríssimo, Érico, 1905-1975. 2. Rêgo, José Lins do, 1901-1957. 3.
Regionalismo. 4. Literatura e sociedade - Brasil. 5. Literatura brasileira - História e crítica.
I. Bastos, Elide Rugai, 1937-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The writings of localities : regions and regionalism in
José Lins do Rego and Erico Veríssimo

Palavras-chave em inglês:

Regionalism

Literature and society - Brazil

Brazilian literature - History and criticism

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Sociologia

Banca examinadora:

Elide Rugai Bastos [Orientador]

André Pereira Botelho

Marcelo Siqueira Ridenti

Nísia Trindade Lima

Simone Meucci

Data da defesa: 30-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Mariana Miggiolaro Chaguri

**As escritas do lugar: regiões e regionalismo em José Lins do
Rego e Erico Verissimo**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento
de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação da Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Este exemplar corresponde
à redação final da Tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
30/03/2012.

BANCA

Profa. Dra. Elide Rugai Bastos (IFCH-UNICAMP)

Profa. Dra. Nisia Trindade Lima (FIOCRUZ)

Profa. Dra. Simone Meucci (UFPR)

Prof. Dr. André Pereira Botelho (UFRJ)

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (DS/IFCH/UNICAMP)

SUPLENTE

Prof. Dr. Bernardo Riicupero (USP)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (IFCH-UNICAMP)

Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz (IFCH-UNICAMP)

Campinas-SP
março/2012

Resumo

Partindo da premissa de que escritores se encontram no ofício comum da escrita, este estudo toma o *Ciclo da cana-de-açúcar* de José Lins do Rego e *O tempo e o vento* de Erico Verissimo para investigar a produção e a circulação de ideias como região e regionalismo. Para tanto, analisa os caminhos trilhados pelos autores na consolidação da literatura como suas profissões, bem como as editoras que lhes deram suporte. Num segundo momento, o estudo reconstrói os debates em torno da região e do regionalismo produzidos em Pernambuco e no Rio Grande do Sul com vistas a investigar o contexto de produção de ideias com o qual os escritores dialogam, estabelecendo um repertório de temas e problemas comum a ambos que, contudo, são equacionados de maneiras diversas. Diferenças que são exploradas no estudo das obras literárias que procura evidenciar de modo que a tensão entre particular e singular; entre local, regional e nacional estrutura as narrativas e produz os nexos de sentido entre forma literária e processo social. Observa-se, assim, um deslocamento que faz da região o problema enfrentado e não apenas o tema narrado e do regionalismo uma discussão política, estética e social que dá forma às narrativas.

Palavras chaves: Regionalismo; região; literatura e sociedade; José Lins do Rego; Erico Verissimo.

Abstract

Assuming that writers share the craft of writing, this work analyses the *Cycle of sugar cane* by José Lins do Rego and *Time and wind* by Erico Verissimo to investigate the production and circulation of ideas as region and regionalism. It is analyzed the publishers who gave them support for became professional writers. The work also rebuilds the debates around the region and regionalism produced in Pernambuco and Rio Grande do Sul establishing a repertoire of themes and problems common to both writers, despite being equated in different ways. The tension between particular and singular, between local, regional and national guides the study of the novels, investigating if region and regionalism structures the narrative and sense makes the connections between literary form and social process.

Keywords: Regionalism, region, literature and society; José Lins do Rego; Erico Verissimo.

Sumário

Agradecimentos	13
-----------------------------	-----------

Introdução	17
-------------------------	-----------

1. Entre a nação e a região: um mapa.	19
2. Os autores e seus projetos: <i>Ciclo da cana-de-açúcar</i> e <i>O tempo e o vento</i>	26
3. Os capítulos.....	29

Parte I – O ofício e a profissão: escrita, escritores e editores de literatura brasileira.

Capítulo 1- Escritores e romances: José Lins do Rego e Erico Verissimo no sistema literário	35
--	-----------

1. Os caminhos de José Lins do Rego.....	39
1.1. Os caminhos do <i>Menino de engenho</i>	44
2. Erico Verissimo e seu solo de clarineta.	51
2.1. Um funcionário e um best-seller	58
3. Um olhar desconfiado: escritores e crítica.....	68

Capítulo 2 - Livrarias e editoras: notas sobre um mercado de livros entre 1920 e 1950	71
--	-----------

1. Livraria José Olympio Editora: de São Paulo ao Rio de Janeiro.....	73
2.“Urbi et Orbi! Da cidade para o mundo. De Porto Alegre para o globo”	76
3. A edição de literatura brasileira: José Olympio e as fronteiras da Globo.....	79
4. Duas coleções e um tema.....	87

Parte II – Do particular ao singular: região e regionalismo em dois tempos.

Capítulo 3 - Região e nação: produção e circulação das ideias	97
--	-----------

1. A construção da nação a partir de A Província.....	101
2. A região a partir de um ponto de vista sociológico	117
3. A produção da memória entre a fronteira, a guerra e a estância	125
4. A produção da diferença: região e nação; história e memória.....	138

Capítulo 4 - A região como ponto de vista: José Lins do Rego e Erico Verissimo; Pernambuco e Rio Grande do Sul.....	143
--	------------

1. “Somos uma fronteira, chê”: Erico Verissimo no Rio Grande do Sul.....	152
2. Entre dois extremos: José Lins do Rego e a diversidade regional	162
3. O norte o sul; o romance e a região	169

Parte III – As escritas do lugar e o lugar da narrativa.

Capítulo 5 - O tempo e o vento: memória, história e região	185
---	------------

1. O tempo e o espaço	190
1.1. A Santa Fé de Rodrigo Terra Cambará.....	195
1.2. Santa Fé em cinco tempos.....	200
1.3. Uma casa para os Cambarás.....	204
1.4. Uma estância para os Cambarás.....	208
2. A guerra da política e a política da guerra	217

2.1. A guerra e a sina.....	222
2.2.Feminino, masculino; vento, tempo	227
3. O Rio Grande e seus enigmas	237
3.1. As encruzilhadas do presente	240
3.2.Um continente, algumas ilhas e a encruzilhada das ideias.	248
4.O fim e o princípio: a meta-literatura de Floriano	253
Capítulo 6 - A narrativa e seus engenhos: patriarcado e memória no Ciclo da cana-de-açúcar.....	257
1. Um narrador personagem: Carlinhos e o Santa Rosa	260
2. Um colégio para Carlinhos	269
3. O mundo e o Santa Rosa: um engenho para Carlos.....	282
4. De engenho à usina, do Santa Rosa para a Bom Jesus.	301
5. Uma estrada, três casas.	308
5.1. Santa Fé, na várzea do Paraíba.....	311
5.2. À beira da estrada, um morador de engenho.....	318
5.3. Decadência, patriarcalismo e um engenho de fogo morto.	329
Conclusão: Ideias, romances, região.....	335
1. A escrita e a profissão	336
2. Literatura e memória: tempo e história no <i>Ciclo da cana-de-açúcar</i> e em <i>O tempo e o vento</i>	343
3. Região como categoria, regionalismo como forma.	353
Bibliografia.....	365
Anexo de imagens	385

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1. ANÚNCIO DA NOVA FASE DE <i>A PROVÍNCIA</i>	387
FIGURA 2 FIGURAS DOS DIRETORES DE <i>A PROVÍNCIA</i>	388
FIGURA 3 ARTIGO DE <i>A PROVÍNCIA</i>	389
FIGURA 4 CAPA DA EDIÇÃO DE 04/03/1932, APÓS QUASE DOIS ANOS DE INTERRUPÇÃO DO JORNAL	390
FIGURA 5 ARTIGO DE JOSÉ LINS DO REGO PARA <i>A PROVÍNCIA</i> , 07/06/1929.	392
FIGURA 6. ANÚNCIO DE EDIÇÕES COMEMORATIVAS AO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE EÇA DE QUEIROZ PUBLICADAS PELA EDITORA DO GLOBO. <i>PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO</i> , N.3, DEZ.1945.	3920
FIGURA 7. ILUSTRAÇÃO DE EDGAR KOETZ AO ARTIGO DE MANOELITO ORNELLAS, "A MORTE DE TIARAJÚ", <i>PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO</i> , N.1, JUN.45.	393
FIGURA 8. COLABORADORES DA REVISTA. <i>PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO</i> , N.19, JUN.1954.	394

Siglas utilizadas para a identificação dos romances e edições citadas:

continente1- *O continente I*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

continente2- *O continente II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

retrato1- *O retrato I*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

retrato2- *O retrato II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

arqui1- *O arquipélago I*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2003.

arqui2- *O arquipélago II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

arqui3- *O arquipélago II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ME- *Menino de engenho*. 84ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.

DOID- *Doidinho*. 38ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.

BANG- *Banguê*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

USI- *Usina*. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.

FM- *Fogo morto*. 71ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

Agradecimentos

A escrita deste trabalho contou com o apoio decisivo de diferentes pessoas e instituições. Ideias, argumentos, hipóteses e leituras foram construídas no cotidiano compartilhado com pessoas generosas e instituições que, apesar de tudo, se fazem vigorosas no incentivo à pesquisa.

Em diferentes arquivos pude contar com a disponibilidade e o conhecimento de funcionários empenhados em viabilizar o trabalho dos pesquisadores. Em Porto Alegre agradeço aos funcionários da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, do Museu de Comunicação Social José Hypólito da Costa, da Biblioteca Central da PUC-RS e da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. No Rio de Janeiro, aos funcionários do Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, do setor de microfilmes da Biblioteca Nacional e da Coordenadoria de Literatura do Instituto Moreira Salles, particularmente a Elvia Bezerra e Manoela Daudt d'Oliveira pela gentileza e disponibilidade ímpares. Em João Pessoa, aos funcionários do Museu José Lins do Rego.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, agradeço pelo financiamento da pesquisa, possibilitando o trabalho em diferentes acervos pelo Brasil. Sou especialmente grata a seu parecerista que apontou caminhos importantes para a condução deste trabalho.

Agradeço aos professores Charles Monteiro e Alice Moreira pela gentileza no auxílio à obtenção de materiais referentes à Revista do Globo, bem como à professora Heloisa Pontes, pela leitura atenciosa que fez deste trabalho quando do exame de qualificação.

Agradeço aos funcionários e professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp pela experiência intelectual proporcionada ao longo de muitos anos. No IFCH ganhei amigos e pude construir as reflexões que estão na base da escrita desta tese. Agradeço especialmente a Christina Faccioni, pela disponibilidade para tratar dos mais diversos assuntos burocráticos, aos professores Fernando Lourenço, Josué Pereira da Silva e Emília Pietrafesa de Godói por tudo que me permitiram aprender. Ao professor Marcelo Ridenti um agradecimento especial por compor a banca de defesa e por acompanhar diferentes etapas da construção deste e de outros projetos.

A André Botelho agradeço pela generosidade e rigor das leituras e comentários que acompanham parte importante de minha trajetória. Sou grata pela acolhida no Rio de Janeiro, pela oportunidade de acompanhar um grupo de pesquisadores dinâmicos e interessados nos temas do pensamento social brasileiro. A Nísia Lima Trindade agradeço a leitura generosa deste trabalho. A Simone Meucci agradeço pela pronta acolhida ao convite para compor a banca de defesa, pela leitura e pela parceria e confiança que, para minha sorte, somam alguns anos.

O desenvolvimento deste trabalho contou com os comentários rigorosos e generosos de diferentes interlocutores, agradeço a Antonio Arnoni Prado, Lilia Schwarz, Marcos Chor Maio, Ricardo Benzaquen, Alexandro Dantas Trindade, Sandra Avis dos Santos, Maria Alice Rezende de Carvalho, Rubem Murilo Leão Rego, Gustavo Sorá, Simone Silva, Hivy Damásio Mello e Priscila Nucci.

A Elide Rugai Bastos devo o entusiasmo pelas Ciências Sociais desde os tempos de graduação. Sua orientação rigorosa, seu entusiasmo pela Sociologia e seu carinho incondicional são o fim e o princípio do pensamento que informa este e outros trabalhos. A ela devo quase tudo.

A leitura atenta de Mário Augusto Medeiros da Silva acompanhou todas as etapas de construção deste trabalho, da primeira versão do projeto de pesquisa a última versão do último capítulo. Ao rigor de seu pensamento devo algumas das ideias aqui desenvolvidas, a sua amizade cotidiana devo muito mais do que seria capaz de agradecer.

O carinho, a sensibilidade e o apoio de Nicole Somera sempre foram indispensáveis para colocar todas as coisas em perspectiva. A ela e ao Mário meu mais sincero agradecimento.

Com os colegas do projeto “Linhagens do pensamento político-social brasileiro” pude compartilhar algumas das inquietações da pesquisa e, especialmente, apurar alguns argumentos e hipóteses. Agradeço ao convívio cordial de todos e, em particular, aos comentários de Bernardo Ricupero, Glaucia Villas-Bôas, Tatiana Gomes Martins, André Kaysel Velasco e Cruz e Marcos Silveira a diferentes versões deste trabalho. Ao professor Gildo Marçal Brandão registro um agradecimento póstumo pela alegria com que nos reuniu e pelo rigor com que nos provocou.

Agradeço, também, às leituras cuidadosas que Alexandro Henrique Paixão fez de diferentes capítulos. A ele e a Anderson Trevisan agradeço pelas visitas alegres e pela amizade carinhosa.

Sou grata à acolhida generosa, às conversas sobre esses e outros temas que o convívio com Antônio Brasil da Silveira Júnior, André Bittencourt e Pedro Cazes me proporcionaram.

Aos colegas do Centro de Estudos Rurais da Unicamp agradeço por compreenderem as ausências que se fizeram necessárias, bem como pela convivência carinhosa e pelo diálogo intelectual intenso. Um agradecimento especial a Nashieli Loera, Marisa Luna Barbosa, Verena Sevá-Nogueira, Juliana Guanais, José Carlos Alves Pereira, Carmen Andriolli, Renata Nóbrega e Thais Tartalha.

Agradeço aos amigos Alexandre Lucas Pires, Sílvio Sawaya, Flávio Ghilardi, Guilherme Mansur, Eugênio Braga e Milene Suzano. Mesmo com alguma distância que o cotidiano nos impôs, o diálogo com todos sempre orientou algumas das perguntas desta e de outras teses.

Aos amigos Ana Maria Magalhães, Rodrigo Rossi Ramos, Taniele Rui, Júlia Nader e Rosângela Carrillo um agradecimento por tudo o que compartilhamos. A Ana Marta Yano meu sincero agradecimento por uma amizade que se renova e zomba da distância. Eloisa Keiko Tanaka, querida amiga desde sempre e, certamente, por todo o sempre.

Clarissa, Roberto, Rodrigo, Luanda, Danielle e Thiago, um agradecimento pelas visitas animadas e por uma amizade tão disponível. Aos amigos que tornaram o Rio de Janeiro um lugar familiar: Noela, Horácio, Julieta, Eduardo e Bobbie. Aos amigos da vamos subir, bento!, por mostrarem como é bom estar em casa.

Aos meus tios, tias, primos e primas meu sincero agradecimento por serem a minha família. Como muitas coisas são feitas em família, agradeço a Luiz Guilherme Chaguri pelas noites dedicadas ao tratamento das imagens e à diagramação do texto, a Eduardo Dimitrov que numa tarde fria de Curitiba desmanchou alguns nós deste trabalho e a Renata Chaguri que numa manhã quente de São Paulo cuidou para que ele fosse impresso. A Henrique Chaguri sou grata pelo auxílio que fez desta tese meu único problema. Dedico especial deferência a Luiz, Maria e Luiz Guilherme aos quais devo tudo.

Agradeço ao Vitor que deu sentido a muitas coisas e teve paciência para compreender as ausências que uma tese exige e a ansiedade que ela provoca. Lelita, Luiz, Beto, Ícaro, Bárbara, Marcelo, Helly, Marina, Ângela e Gi, obrigada por sempre estarem de braços abertos. A Amy sou grata por tanto em tão pouco tempo. Nos pequenos Martín e Amélie a alegria de tudo que se renova.

Introdução

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície inata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
Tem paciência, se obscuros. Calma, se te
provocam.
Espera que cada um se realize e consume
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.
Não forces o poema a desprender-se do limbo.
Não colhas no chão o poema que se perdeu.
Não aludes o poema. Aceita-o
como ele aceitará sua forma definitiva e
concentrada
no espaço.
Carlos Drummond de Andrade, *Procura da
palavra*.

Assentado na análise do *Ciclo da cana-de-açúcar* de José Lins do Rego e de *O tempo e o vento* de Erico Verissimo, este estudo parte da premissa de que escritores se encontram no ofício comum da escrita, o que, mesmo temporariamente, suspende diferenças temporais, estilísticas e sociais¹. Espécie de porta de entrada para o *reino das palavras*, tal qual no poema, esta suspensão, no entanto, refere-se apenas à licença poética que inicia o diálogo, sendo desfeita à medida que o trabalho de pesquisa avança.

Assim, este estudo é construído a partir de um problema geral: quais são as relações possíveis entre dois autores brasileiros que, não raro, entre as décadas de 1930 e 1950, foram ladeados e apresentados como tipos exemplares das literaturas produzidas em dois extremos do Brasil: o Norte e o Sul. O diálogo proposto compreende um esforço de análise das semelhanças e das diferenças que não devem ficar suspensas, pois permitem perceber a

¹ A aproximação aventada aqui é inspirada na formulação que orientou a produção do trabalho “Sentidos da crise: literatura e processos sociais em *Fogo morto* e *Cidade de Deus*” apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia em 2009 e escrito por Mário Augusto Medeiros da Silva e por mim.

formulação de temas, ideias e formas literárias, bem como apreender em que medida elas circulam pela vida intelectual e política brasileira, promovendo, assim, um diálogo permanente entre forma e conteúdo; cultura e política.

Particularizando uma ideia, a de região, e dois autores, José Lins do Rego e Erico Verissimo, o estudo assenta-se na hipótese de que o trânsito entre o regional e o nacional estrutura as narrativas, formalizando literariamente aspectos de um processo social em que estão imbricadas tanto as trajetórias dos autores, quanto o esforço de qualificar uma experiência social marcada pelas transformações produzidas por processos de modernização que, ao fim e ao cabo, se realizam de maneira desigual.

1. Entre a região e a nação: um mapa.

Tanto o *Ciclo da cana-de-açúcar*, quanto *O tempo e o vento* foram interpretados, entre seus contemporâneos e pela crítica posterior, em chaves de leitura que os localizavam entre a região e a nação; o que, como será visto ao longo de diferentes capítulos, produziu uma polarização entre o regionalismo e o modernismo, construindo polêmicas sobre as diferentes correntes literárias que seriam visíveis, sobretudo, no moderno romance brasileiro.

Foi produzida, assim, uma espécie de mapa da literatura nacional, no qual livros e autores exemplares das literaturas produzidas em diferentes regiões foram sendo fixados. Mapa que ora era traçado por linhas que buscavam nas regiões indícios da rotinização do modernismo da Semana de Arte Moderna de 1922, ora por tintas que carregavam os tons da independência entre a literatura produzida regionalmente e os movimentos gestados longe dali².

Sem estabelecer uma relação de causa e efeito entre as transformações desencadeadas a partir da Semana de Arte Moderna e a prosa de ficção produzida no decênio seguinte, este estudo aposta numa perspectiva não disjuntiva, circunscrevendo o regionalismo e a região não a partir da polarização, seja como modernismo, ou com a centralização política, antes, trata-se de explorar novos contornos de um mesmo mapa, cujas linhas são traçadas na medida

² Ponto controverso da história literária brasileira, alguns estudos ajudaram a delimitar as linhas mestras deste debate, sendo um dos mais significativos o de João Luiz Lafetá que em *1930: a crítica e o modernismo* argumenta sobre a rotinização da vanguarda modernista a partir da década de 1930. Desdobramentos desta hipótese também são trabalhados por Luís Bueno (2006), cujos argumentos menos do que evidenciar gerações, procura estabelecer diálogos entre períodos distintos. Aprofundando trilha apontada em trabalho anterior (Cf. Chaguri, 2009), esta pesquisa aposta na reconstrução dos debates intelectuais gestados nos lugares a partir dos quais os autores se engajam na produção literária, ou seja, menos do que posicionar José Lins do Rego e Erico Veríssimo em relação à vanguarda modernista ou ao romance de 30, importa perceber o modo como ambos se inseriram nos debates locais sobre a produção literária e sobre a renovação estética, percorrendo debates intelectuais diversos daqueles travados em São Paulo ou no Rio de Janeiro e formatando, por esta via, narrativas empenhadas em formalizar literariamente aspectos dos processos sociais em curso no Nordeste canavieiro e no Rio Grande do Sul, respectivamente.

em que região e nação, regionalismo e modernismo são combinados para investigar os limites e os alcances da modernidade, literária, social e política, produzida no Brasil. Trata-se, então, de perseguir esse desenho, tornando nítidos novos contornos que foram rascunhados no confronto permanente entre fontes de pesquisa e hipóteses de estudo.

Menos do que questionar se a recepção exitosa de autores como José Lins do Rego e Erico Verissimo está irremediavelmente vinculada às conquistas da vanguarda modernista, o mapa que se propõe aqui busca enfrentar outra questão: o que, afinal, significa reconstruir um sistema literário a partir de outro ponto de vista, assentado numa pluralidade de espaços, autores, leitores e tradições intelectuais que gestados no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, por exemplo, iluminam outros aspectos da história da literatura brasileira, e, especialmente, evidenciam outros suportes para a formulação e circulação das ideias no Brasil³.

Desse modo, investiga-se se a literatura regional poderia constituir uma chave de entrada para a compreensão do todo nacional, assim, no lugar de identificar um centro, opta-se por uma imagem policêntrica. De todo modo, nenhum contorno é desinteressado e, afinal, “quando contamos a história da nossa literatura, apresentamos uma visão sobre o nosso lugar no mundo” (Alexander, 2010, p.14), lugar no mundo que, por sua vez, pode ser espacialmente fixo, mas é histórica e culturalmente diverso, assumindo variados contornos e sentidos ao longo do tempo.

³ Por ora, importa destacar que, no período estudado, arte e política estiveram imbricadas e marcadas por uma heterogeneidade que, por sua vez, esteve na base de formulações de diferentes grupos. Projetos estéticos como o da poesia Pau-Brasil, da literatura verde-amarela, dos regionalistas pernambucanos dão indícios de que todos, ainda que de modos diferentes, se envolveram no debate sobre a renovação das artes brasileiras, alicerçando suas práticas e propostas no estudo e na investigação sobre o país. Se a nação estava, novamente, por ser criada, todos se empenharam em circunscrevê-la a partir de mediações diversas, sendo a região acionada constantemente, assumindo sentidos e lugares diferentes conforme o caso.

Assim, esta tese persegue o movimento de produção e circulação de ideias em torno da região e do regionalismo explorando a hipótese de que opera localmente, ou seja, num mecanismo que visa elaborar alternativas que carregam a marca dos impasses de lugares que, a um só tempo, são a província e a periferia, espaços que, na história da literatura, são comumente sobrepostos e identificados como retardatários.

A proposta de um mapa é acionada de modo mais descritivo do que analítico, não constituindo um método de análise do romance tal qual proposto pelo crítico italiano Franco Moretti⁴. Ainda que a assertiva de que "um bom mapa [...] produz mil palavras, levanta dúvidas, ideias. Coloca novas questões e nos força a buscar novas respostas" (Moretti, 2003. p. 14) seja interessante para os objetivos propostos, o que se pretende, aqui, é enfrentar a empiria que estrutura as narrativas, produzindo uma leitura sociológica da obra literária que procura estabelecer nexos de sentido entre forma literária e processo social. Como consequência, procura-se identificar novos marcos em antigas cartografias, isto é, a hipótese de que os autores operam uma passagem do particular para o singular capaz de estruturar um novo lugar para a região que antes de tema, passa a problema literário, ponto de partida para a organização do mundo social, promovendo, então, novos arranjos entre local, regional e nacional.

Isto posto, trata-se de investigar em que medida ideias produzidas localmente circulam por diferentes lugares e, ao dialogarem entre si, não apenas orientam a escrita da obra literária, como também criam um espaço profissional para diferentes atores intelectuais. Assim, a produção de diferentes ideias em torno da região e do regionalismo é

⁴ Na fricção entre literatura e geografia o crítico se lança na tarefa de desenhar mapas que ao investigar o universo narrado façam emergir elementos que permitam estabelecer o diálogo, ou mesmo um paralelismo, entre o espaço geográfico e os personagens, com vistas a estabelecer a percepção do escritor sobre o tempo histórico figurado. Ver: Moretti, 2003, 2005, 2008.

reconstruída a partir dos lugares onde foram formuladas, com vistas a evidenciar que as periferias não são zonas de sombra cuja existência importa na medida em que rotiniza produções metropolitanas⁵.

Periferia, província e região são tomadas como metáfora de um espaço que é, ao mesmo tempo, físico, político e cultural, optando-se pela região como nomenclatura que, sendo cara ao contexto estudado, permite, também, a construção de uma ferramenta de análise que a toma como categoria explicativa do processo social analisado e dos universos narrativos estudados⁶.

Nos termos deste estudo, trata-se de perseguir o esforço de diferentes intelectuais para circunscrever a região e o regionalismo, ato de nomear que sustentará um exercício permanente de negociação que, ao incorporar a diferença como constitutiva das experiências sociais gestadas, formula a região como uma categoria e assume o regionalismo como forma literária. Como consequência, os nexos entre o local, o regional e o nacional alinhavam forma literária e processo social e se encontram, justamente, no esforço comum de narrar o cotidiano, figurando um estilo narrativo que é mais o da socialização do que o da individualidade e ponto de partida para a distinção entre o particular e o singular. Distinção que, por sua vez, carrega a marca dos arranjos periféricos que oferecem suporte à construção de tradições e de memórias que, submetidas à influência do lugar, “gravitam segundo uma

⁵ Os argumentos sobre a relação entre região, província e periferia e produção artística estão apoiados na leitura de “História da arte italiana” de Carlo Ginzburg. Ali, a história da arte italiana é iniciada justamente pela diferenciação entre periferia e província. Para o autor, periferia seria um termo “menos carregado de implicações valorativas” (Ginzburg, 1989, p.5), ainda que não alheio a elas.

⁶ Analisando a história da arte italiana, Carlo Ginzburg observa que o “nexo entre centro/periferia não pode ser visto como uma relação invariável entre inovação e atraso. Trata-se, pelo contrário, de uma relação móvel, sujeita a acelerações e tensões bruscas, ligada a modificações políticas e sociais e não apenas artísticas” (Idem, p.37). Assim, nem todos os “atrasos são periféricos [...] nem todas as periferias são retardatárias” (Idem, p.53), afinal, a história de qualquer produção artística não é uma linha cronológica de progressos que, associados aos centros, seriam rotinizados na periferia.

regra nova, cujas graças, desgraças, ambiguidades e ilusões eram também singulares” (Schwarz, [1977] 2000, p.26).

Ainda que o argumento de Schwarz esteja referido ao descompasso entre as ideias liberais e a realidade escravista do Brasil imperial, ele é mobilizado, aqui, com vistas a investigar os nexos entre região e nação que permitam distinguir obras, autores e ideias. Para tanto, a gravitação das ideias pelo dia-a-dia de autores, leitores e críticos é tanto resultado histórico, quanto origem artística de um conjunto de práticas intelectuais que articulam uma discussão estética e política que se encontram, frente a frente, no espaço circunscrito do romance⁷, ou seja, ao estruturarem o cotidiano figurado literariamente, ideias como as de região e regionalismo estabelecem os nexos de sentido entre processo social e forma literária, num contraponto permanente entre texto e contexto que se torna, então, o diálogo tenso e instável entre cultura e política, literatura e sociedade⁸.

Diálogo que, por sua vez, rearticula os pactos sociais que visam equacionar os dilemas entre local, regional e nacional. Dilemas que estão referidos não apenas a diferentes arranjos políticos e institucionais, mas também acompanham um lento processo de produção de ideias que visa circunscrever o regional não a partir de tipos psicológicos ou características identitárias, antes, a região ganha historicidade sendo, então, construída como categoria de análise do mundo social.

⁷ Sobre o tema ver: Moretti, 2009 e Schwarz, [1977] 2000.

⁸ Ao circunscrever a periferia como ponto de partida da análise, este estudo dialoga não apenas com os argumentos de Carlo Ginzburg em sua interpretação sobre a história da arte italiana, mas, especialmente, com as proposições de outro italiano, Antonio Gramsci que em “Alguns temas sobre a questão meridional”. ([1926] 1987) circunscreve a periferia como ponto de partida para o estudo da sociedade e do Estado, orientando a construção de uma proposta metodológica que analisa o mundo social a partir da periferia, o elo mais fraco do sistema social. Esta tese também procura acompanhar o argumento de Lucien Goldmann em *Le Dieu caché*, observando que no esforço de apreender o movimento entre o todo e as partes capta-se a totalidade do processo social. Do mesmo modo, é no livro do sociólogo francês que se apoiam os argumentos sobre a produção de uma visão de mundo, percepção e racionalização do mundo social apreendida por meio da análise do processo de socialização dos atores que a concretizam (Cf. Goldmann [1959] 2005, p.13-30). No caso do estudo do romance, trata-se de analisar tanto a visão de mundo, quanto a narrativa que a figura, tomando o narrador como interprete do mundo social (Cf. Idem, p.50-71).

Para a explicação proposta nesta tese, opta-se pela reconstrução de um contexto que é eminentemente um contexto de obras (Cf. Candido, 2006), isto é, procura-se recuperar diferentes momentos do debate intelectual em torno da região e do regionalismo expresso especialmente em jornais e revistas, apresentando e discutindo temas e problemas com o qual as obras literárias dialogam e sobre os quais influem.

Se as obras ganham, então, destaque importante na análise, cabe observar que o significado de um texto não é apenas um exercício de decifração de seu léxico, ou seja, a análise proposta compreende, também, o esforço de ponderar e investigar os usos do texto, incluindo, então, os debates que o provocam e que são por ele provocados, buscando, assim, perceber o modo como as ideias adquirem sentido em relação ao seu tempo⁹.

Ainda que esta opção metodológica exija a reconstrução de parte do debate intelectual no qual se insere o objeto textual, não deixa de demandar, por outro lado, a circunscrição da trajetória do autor. Nesse sentido, importa destacar o modo como José Lins do Rego e Erico Verissimo não apenas encontraram soluções textuais capazes de redimensionar a teia de relações entre local, regional e nacional, mas também tomaram parte numa vida literária afeita às classificações regionais de obras e pessoas.

Vista em conjunto, trajetória de autores, obras literárias e seu contexto de produção e circulação se encontram justamente no cotidiano, recorte metodológico que permite combinar

⁹ Com vistas a produzir explicações sobre os fenômenos estudados, bem como de orientar o estudo das fontes de pesquisa, este estudo particularizou as sugestões apresentadas em Lovejoy, 2000; Skinner, 2000, 1996. Numa perspectiva mais afeita à sociologia da literatura, destacam-se as leituras de Luckács, [1965] 2003, 1961, 1965, 1971; Auerbach [1943] 1994; Goldmann, [1959] 2005; Candido, 2006. Apostando que discussões sobre método não possam ser separadas do objeto sob pena de se tornarem debates pouco explicativos, opta-se por apresentar as balizas metodológicas do trabalho e investir esforço na feitura das análises, ou seja, menos do que se deter no debate sobre os sentidos da sociologia da literatura, importa estudar o romance a partir de uma perspectiva sociológica, abrindo espaço para a empiria que estrutura os romances e, por esta via, para o estudo da sociedade e das ideias. Do mesmo modo, menos do que afirmar a importância da reconstrução de contexto de obras, importa persegui-lo e estabelecer os diálogos possíveis entre lugares e autores diferentes.

diferentes elementos com vistas a superar a dicotomia texto e contexto, integrando-os numa unidade explicativa na qual a descrição de trajetórias, longe de corresponder a uma reconstrução de contexto, importa para pavimentar os primeiros passos do caminho que torna possível o diálogo entre lugares e historicidades distintas.

2. Os autores e seus projetos: *Ciclo da cana-de-açúcar* e *O tempo e o vento*.

O *Ciclo da cana-de-açúcar* é composto por cinco romances, *Menino de engenho* publicado em 1932 segue complementado por *Doidinho* de 1933, *Banguê* de 1934, *Usina* de 1936 e, finalmente, *Fogo morto* lançado em 1943. Os marcos temporais dos romances não são precisos, antes, o leitor acompanha o crescimento do menino Carlinhos e os primeiros anos de sua vida adulta. Em *Fogo morto*, a temporalidade cruzada com *Menino de engenho* e *Banguê* dá indícios de que o conjunto das narrativas se passa nas primeiras décadas do século XX, com recuos temporais às últimas décadas do oitocentos. A trilogia de *O tempo e o vento*, por sua vez, é composta por dois volumes de *O continente*, dois de *O retrato* e três de *O arquipélago* lançados respectivamente em 1949, 1951 e 1961. Os romances abarcam cerca de duzentos anos da história do Rio Grande do Sul: do século XVIII até 1893 na primeira parte, entre os anos de 1909 a 1915 na segunda e de 1915 até 1945 na terceira.

Os dois conjuntos de obras guardam diferenças significativas quanto aos temas figurados e as estruturas narrativas, encontrando-se, como se procurará demonstrar ao longo deste estudo, no esforço de circunscrever a região não como tema, mas como eixo da feitura da obra literária. Por ora, cabe destacar que eles coincidem num aspecto preciso: ambos correspondem ao principal projeto de seus autores, ainda que assumam sentidos diversos em cada caso.

José Lins do Rego, por exemplo, iniciou sua carreira literária com *Menino de engenho*, dando sequência ao trabalho como romancista com *Doidinho*, *Banguê*, *Moleque Ricardo* e *Usina*, publicados no curto período de seis anos e reunidos na forma de um ciclo posteriormente, numa escolha para a qual, além da unidade estilística e formal, importam,

também, algumas das opções editoriais da José Olympio Editora. A unidade conferida aos romances por meio do título coletivo *Ciclo da cana-de-açúcar* foi afirmada pelo autor apenas no prefácio a *Usina* que em 1938 era apresentado ao leitor como o último volume do ciclo: “com *Usina* termina a série de romances que chamei um tanto enfaticamente de ‘Ciclo da Cana-de-Açúcar’” (Rego, USI, p.17).

Ainda que a denominação *Ciclo da cana-de-açúcar* circulasse na imprensa desde, pelo menos, a publicação de *Banguê* em 1934, José Lins faz referência ao título coletivo apenas em 1938, num indício de que, originalmente, os romances são haviam sido pensados em conjunto. Antes, a reunião em um ciclo se deu se deu posteriormente à escrita da maioria dos volumes, chagando, inclusive, a ser dado por encerrado para, anos depois, ser reaberto com *Fogo morto*¹⁰.

Erico Verissimo também estreou em 1932 com a publicação de *Fantoches*, reunião de contos. O autor publicará oito livros antes de dar início ao projeto de *O tempo e o vento*, pensado, desde seu início, como uma narrativa de longa duração sobre o Rio Grande do Sul, “seria um trabalho repousado, lento e denso a abranger duzentos anos da vida do Rio Grande” (Verissimo apud Bordini, 1995, p.127).

Num balanço sobre a trilogia, rascunhado em folhas manuscritas, é possível notar tanto o projeto imaginado pelo autor, quanto seu caráter processual, num exercício de produção textual que se manteve atento à recepção crítica dos volumes conforme eram lançados, impondo ao romancista novas tarefas conforme a narrativa avança:

¹⁰ A reunião dos volumes no *Ciclo da cana-de-açúcar* provavelmente envolveu uma negociação constante entre autor e editor. Em sua história sobre o livro no Brasil, Laurence Hallewell afirma que foi em 1935, com o lançamento de *Moleque Ricardo* e a segunda edição de *Doidinho*, que o título *Ciclo da cana-de-açúcar* apareceu nas capas dos livros, numa sugestão de Vera Pacheco Jordão, então esposa do editor (Cf. Hallewell, [1985] 2005, p.441). Na pesquisa que realizou sobre a editora José Olympio, Gustavo Sorá também avalia que a unidade promovida pelas coleções corresponde a uma estratégia do editor para maximizar a recepção pública não apenas de José Lins do Rego, mas também de outros escritores como Jorge Amado, que teve parte de sua obra reunida nos *Romances da Bahia* (Cf. Sorá, 2010, p.186).

O RETRATO foi publicado em 1951. Evidentemente achei-o literariamente inferior a O Continente, mas não negarei que o escrevi com grande prazer e emoção, pois ele me deu a oportunidade de [interrompido].

Notei nas críticas feitas a esse segundo volume da trilogia uma nota quase geral de desapontamento. Um crítico de extrema esquerda me censurou por não ter dado uma interpretação marxista às personagens e aos acontecimentos de O Retrato. Um outro ensaísta classificou o livro de razo, linear – e eu fiquei a pensar em como poderia ser essa história contada à maneira de um Kafka guasca dum Joyce de Galpão.

[...]

Quanto a mim, portei-me com relação a esse livro de acordo com um hábito antigo, que não me parece de todo muito mau. Tratarei de esquecê-lo para olhar na direção do futuro, quero dizer, de outro livro. O que vislumbrei então no horizonte – devo confessar – me assustou. A tarefa de trazer a história de Santa Fé e dos [ilegível] até nossos dias me parecia agora tarefa duma dificuldade incalculável. Tratava-se dum desafio que mais tarde ou mais cedo tinha de aceitar enfrentar. Eu só não imaginava o que esse livro me haveria de custar em termos de tempo, distúrbios emocionais e [interrompido]. (Veríssimo, documento Alev/IMS 01i0070-1965, grafia, maiúscula e grifo originais, interpolações minhas).

3. Os capítulos.

Dividida em três partes, a tese é composta por seis capítulos que articulam obras e autores com vistas a produzir uma interpretação sobre a produção e a circulação de ideias em torno da região e do regionalismo. Para tanto, foram acionados diferentes suportes textuais, que além dos romances, incluem documentos como correspondências, manuscritos, jornais e revistas que, combinados, foram mobilizadas com o objetivo de estabelecer os diálogos possíveis entre autores e contextos diversos, afinal, argumentos e arquivos “não são tipos de objetos, mas tipos de usos, maneiras de fazer coisas, e não coisas” (Becker, 2009, p.38). Assim, além dos romances, os demais materiais foram acionados com vistas a auxiliar na construção de diferentes perspectivas sobre um mesmo problema, produzindo algumas das respostas às hipóteses de pesquisa.

No último volume de *O arquipélago*, um ressabiado Floriano anota em seu “Caderno de pauta simples” que “as palavras têm tamanha força, que as regras de seu jogo (inventadas por nós mesmos, e nisso está a ironia da coisa toda) são capazes de engendrar verdadeiras camisas-de-forças para as ideias e os sentimentos” (Verissimo, *arqui3*, p.298). O trabalho com os documentos de arquivo, o estudo das narrativas literárias e o diálogo com diferentes estudos sobre temas afins pode produzir o risco de, tal qual enuncia Floriano, aprisionar ideias em palavras como região ou regionalismo, contudo, como lembra Zeca ao primo Floriano, “os rótulos têm uma utilidade enorme. Sem eles, correríamos o risco permanente de tomar veneno por engano” (Idem, p.381).

De volta aos capítulos, segue uma breve descrição do conteúdo de cada um deles. Na primeira parte, são explorados aspectos da lenta construção da literatura como uma profissão para José Lins do Rego e Erico Verissimo, dois dos escritores de mais notável sucesso

editorial entre 1930 e 1950. O regional aparece, então, como elemento que auxilia e desafia as possibilidades de profissionalização desses escritores.

Assim, o primeiro capítulo, "Escritores e romances: José Lins do Rego e Erico Verissimo no sistema literário", analisa a produção e a circulação do romance brasileiro ao longo dos anos de 1930 e 1940, particularizando a trajetória e a produção dos autores. O capítulo apresenta, então, três movimentos principais: a reconstrução das trajetórias de José Lins do Rego e Erico Verissimo até suas estreias como romancistas; o estudo da circulação de suas primeiras obras em diferentes suplementos e páginas literárias e, por fim, a análise das relações estabelecidas com suas editoras, concorrendo para viabilizar a profissionalização de ambos, mas também impondo questões importantes para a construção de suas carreiras literárias.

O segundo capítulo, "Livrarias e editoras: notas sobre um mercado de livros entre 1920 e 1950", procura posicionar as editoras José Olympio e Globo no panorama editorial brasileiro do período, investigando o lugar que a discussão sobre a região ocupa nas estratégias editoriais das duas empresas.

Na segunda parte, região e regionalismo são tratados de maneira detida, o que ocorre por meio da reconstrução de debates de época. Assim, o terceiro capítulo, "Região e nação: produção e circulação das ideias", apresenta diferentes materiais de pesquisa com vistas a recorta o regionalismo e a circunscrever a região como categoria. Assim, os argumentos gestados no Recife a partir de meados dos anos de 1920 são acionados por meio das páginas do jornal diário *A Província*, dirigido por Gilberto Freyre durante aproximadamente dois anos, entre agosto de 1928 e setembro de 1930. No Rio Grande do Sul, por sua vez, particulariza-se o debate em torno do nacional e do regional sistematizado entre 1940 e 1950,

capitaneado por diferentes intelectuais reunidos na revista *Província de São Pedro* editada pela Globo entre 1945 e 1957 e dirigida pelo historiador Moysés Vellinho.

No quarto capítulo, “A região como ponto de vista: José Lins do Rego e Erico Verissimo; o Nordeste e o Rio Grande do Sul”, investiga-se a conformação dos regionalismos literários o Rio Grande do Sul e no Nordeste, circunscrevendo as reflexões de José Lins do Rego e Erico Verissimo. Como observado ao longo desta introdução, para além de tipos exemplares de literaturas regionais, as opções estéticas, os temas e o sucesso de público de ambos os escritores demonstrariam, para muitos, a articulação cultural das diferentes regiões brasileira. Assim, do arranjo entre o todo e as partes, nota-se a construção de um argumento que recorta a literatura como sendo capaz de, naquele momento, alinhar a diversidade em busca da unidade nacional.

Na terceira parte, o estudo dos romances ganha lugar. O quinto capítulo, “O tempo e o vento: memória, história e região”, dedica-se ao estudo da trilogia publicada entre 1949 e 1961 por Erico Verissimo. A partir daqui, vemos a intersecção entre passado e presente, numa narrativa que se estende ao longo de duzentos anos de história do Rio Grande do Sul.

No último capítulo, “A narrativa e seus engenhos: o patriarcado e a memória no Ciclo da cana-de-açúcar”, dedica-se à análise do *Ciclo da cana-de-açúcar* de José Lins do Rego, escrito e publicado entre 1932 e 1946. Para tanto, será perseguido um duplo caminho de análise: o processo de construção do narrador em paralelo às transformações sociais narradas nos romances

Parte I – O ofício e a profissão: escrita, escritores e editores de literatura brasileira.

Capítulo 1

Escritores e romances: José Lins do Rego e Erico Verissimo no sistema literário.

“Meu caro José Lins do Rego

Eu pensei que o se dizia de você e de seus livros era exagero. Tive nas mãos MENINO DE ENGENHO. As dez primeiras páginas não me entusiasmaram. Quando cheguei à décima - segunda um amigo do interior viu o livro, gostou do título e m'o tirou das mãos. DOIDINHO foi lido de princípio a fim. Gostei. Achei-o muito superior a vários livros que andam por aí com fama. Mas ainda não me trouxe nada de novo, não me deixou nenhuma impressão funda. Um dia me chegou BANGUE, com uma dedicatória sua. Li as primeiras páginas e não tive vontade de continuar. Falta de vagar. Falta mesmo de tempo. Trabalho mais de doze horas por dia, lidando com livros, jornais, revistas, traduções, o diabo! Paulo Arinos e Telmo Vergara me falavam de BANGUE com entusiasmo, já leste? – perguntavam. E eu respondia: “Ainda não tive tempo de gostar de José Lins do Rego”. Pois bem. O tempo correu. Num domingo de calor, de papo para o ar no meu quarto, peguei do BANGUE. Peguei e me fui... Passei a tarde lendo e gostando. Entrei a noite adentro e no dia seguinte, nos intervalos do trabalho, continuei a leitura e aqui estou para lhe dizer que é a coisa melhor que tenho lido em língua brasileira nos últimos tempos. Até então eu colocava a BAGACEIRA em primeiro lugar entre os romances brasileiros. Pois o livro de José Américo foi barrado pelo seu. BANGUE – será que você sabe? -- é uma coisa séria, muito séria mesma”

Correspondência Erico Verissimo – José Lins do Rego, Porto Alegre, 21/01/1934.

Em 1934, remetente e destinatário ocupam posições diferentes no sistema literário:

José Lins do Rego, com 33 anos, já tinha conquistado espaço junto a críticos e leitores com *Menino de engenho* e *Doidinho*, publicados em 1932 e 1933, respectivamente. O romance elogiado por Erico, *Banguê*, é lançado com a ousada tiragem de dez mil exemplares por uma das editoras que começava a conquistar prestígio no mercado nacional: a José Olympio. Erico Verissimo, aos 29 anos, havia publicado dois livros até ali, *Fantoches*, reunião de

contos que não teve maior repercussão¹, e *Clarissa*, sua primeira novela. Enquanto José Lins aparecia como uma das grandes novidades literárias do período, Erico Verissimo era mais conhecido por sua atuação junto a Livraria do Globo, que incluía, naquele momento, tanto a direção da *Revista do Globo*, quanto a função de “conselheiro editorial” do editor Henrique Bertaso, auxiliando na seleção e formação do catálogo da editora.

Lugares diferentes, ainda que não desiguais, como revela o fato de José Lins ter remetido um exemplar de *Banguê* a Erico Verissimo. Embora se possa aventar a hipótese de que o livro tenha sido enviado ao funcionário da Globo e não ao escritor, a correspondência, seja pelo fato de mobilizar amigos em comum, os também escritores Telmo Vergara e Paulo Arinos, seja pelo tom informal com que o remetente revela “não ter tido tempo para gostar de José Lins do Rego”, demonstra que Erico se dirige a um colega de ofício².

Ofício que assume sentidos diferentes na trajetória de cada um, tendo sido construído como profissão de maneiras distintas. Contemplando o período comumente identificado na história da literatura brasileira como o do romance social ou romance de 30, o capítulo não realiza uma análise exaustiva do tema, antes, coloca os autores *em relação* e *em situação*, numa tentativa de evidenciar, por meio das diferenças e das semelhanças que guardam, aspectos da configuração da vida intelectual brasileira no período analisado³.

¹ Além de *Fantoches*, Erico Verissimo publicou outros dois livros de contos: *As mãos de meu filho* (1942) e *O ataque* (1958). Em 1987, Cristina Penz organizou o livro *Galeria fosca*, reunião de contos e crônicas publicados pelo autor na *Revista do Globo*.

² A pesquisa realizada localizou três correspondências enviadas por Erico Verissimo a José Lins no acervo do primeiro depositado no Instituto Moreira Salles. O conjunto da correspondência ativa do escritor não estava disponível para consulta, existindo a possibilidade de outras cartas terem sido trocadas. O caminho inverso, as cartas que José Lins remeteu a Erico, não pode ser rastreado, uma vez que os acervos não estão disponíveis.

³ A ideia de *sistema literário* articulada em *Formação da literatura brasileira* é tomada de empréstimo com vistas a permitir a articulação entre contextos diferentes. Ainda que o público, uma dimensão fundamental do argumento, não seja tratado de maneira pormenorizada neste capítulo, a noção de que a existência da literatura como um sistema articulado depende da existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; de um conjunto de diferentes tipos de público e de uma linguagem que, traduzida em estilos, articula os dois elementos anteriores é fundamental para os objetivos aqui propostos (Cf. Candido, 2006, Introdução).

Temporalmente, o capítulo abrange, embora não se limite a ele, o período entre 1932, estreia literária de ambos, e 1957, ano da morte de José Lins do Rego. Num primeiro momento, recorre-se aos livros de memórias escritos por ambos, que, complementados com entrevistas e depoimentos para diferentes jornais e revistas, buscam reconstruir o caminho que os levou à escrita do primeiro livro. Lançados *Fantoches* e *Menino de engenho*, trata-se de perseguir os caminhos de circulação das obras em outras fontes como jornais e revistas literárias, descrevendo os percursos que levaram José Lins e a Erico Verissimo a se estabelecerem como romancistas profissionais.

Destaca-se, ainda, que as memórias guardam diferenças importantes, pois José Lins do Rego em *Meus verdes anos* (1956) restringe seu livro ao período da infância, enquanto *Solo de clarineta* (1973 e 1976) de Erico Verissimo é composto por dois volumes de uma narrativa que se inicia nos tempos de menino e segue até encontrar o escritor consagrado. Num caso ou em outro, as memórias são reconstruídas em ficção, ou seja, ainda que em ambas se encontrem “acontecimentos biográficos” (Cf. Bourdieu, 1986) da vida de ambos, a atribuição de sentido a eles, bem como seu encadeamento, pertencem ao plano da ficção.

De maneira preliminar, importa destacar que Erico Verissimo estreia na ficção com uma narrativa compassada às expectativas de modernização geradas, por exemplo, pelas reformas urbanas levadas a cabo em Porto Alegre e pelas transformações vividas pelo Rio Grande do Sul em geral e pela Livraria do Globo, em particular. Contudo, como será visto adiante, no decorrer dos anos 1930, mas especialmente na década seguinte, o Rio Grande do Sul se coloca como tema e é construído como problema - por Erico, pela Editora Globo e por diferentes intelectuais. José Lins do Rego, por sua vez, mobiliza aspectos importantes das discussões e das propostas estéticas formuladas ao longo da década de 1920 no Recife por

intelectuais ocupados com discussões sobre o regionalismo e a produção artística local⁴, dando visibilidade a um debate sobre região e regionalismo que produzido ao longo dos anos de 1920, ganha novo sentido com o ocaso da Primeira República (1889-1930) e a tessitura de um novo arranjo regional em torno de pessoas, temas e problemas operados no pós-1930.

⁴ Em 1925, Gilberto Freyre, Moraes Coutinho, Edgar Teixeira Leite e Odilon Nestor fundam o “Centro Regionalista” em Recife e, um ano depois, realizam o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste. Iniciativas que concorrem para a articulação e sistematização de discussões que vinham sendo gestadas em jornais como *A Província*, dirigido por Freyre, e revistas como *Maurricéia*; *Revista do Norte* etc. que buscavam, a partir do regional, qualificar o moderno e estabelecer o diálogo com o nacional, sistematizando argumentos e propostas dedicadas a reconhecer e revisar os valores e os dilemas locais. Sobre o tema, consultar: Azevedo, 1984; D’Andrea, 1992; Dimas, 2003. Erico Verissimo, por sua vez, faz uma opção que encontra suporte na Editora e Livraria do Globo, ainda que não fosse compartilhada pelos colegas de ofício, exceção feita a Dyonélio Machado. Ou seja, a opção por temas urbanos estava presente, por exemplo, na *Revista do Globo*, que Erico dirigia, e no fundo editorial que timidamente a Globo começava a estruturar, contudo, estava longe de ser um traço comum à literatura sulina, bastante ligada à tradição campeira. Sobre o tema, consultar: Leite, 1972; 1978. Esses temas serão retomados nos capítulos seguintes.

1. Os caminhos de José Lins do Rego.

Meus verdes anos percorre as memórias de José Lins do Rego sobre a infância, circunscrevendo um dos temas mais controversos da recepção crítica de sua obra: a articulação entre memorialismo e ficção na feitura de seus romances, notadamente aqueles do *Ciclo da cana-de-açúcar*. No prefácio a *Pedra Bonita*, Aurélio Buarque de Holanda sintetiza a questão de modo preciso, definindo o conjunto da produção literária de José Lins como “romances da vida vivida” (Holanda, 1956, p.16). Desse modo, a biografia do autor irá, constantemente, reivindicar espaço nas interpretações sobre a obra, num mecanismo que, como será indicado adiante, é estabelecido pelos críticos e reforçado pelo romancista.

Meus verdes anos pode ser lido como uma obra que procura fixar este mecanismo como uma das chaves privilegiadas de análise dos romances do autor, justamente por borrar as fronteiras entre o biográfico e o narrado, estabelecendo uma correlação entre José Lins do Rego e Carlinhos, o personagem narrador de *Menino de engenho*, tal qual aparece logo no prefácio ao livro:

Chamei de verdes anos os tempos da minha primeira infância. [...] A separação violenta de minha segunda mãe marcou-me a sensibilidade de complexo de renegado. A ausência do pai que não era bem visto pelos parentes maternos fez de mim uma criatura sem verdadeiro lastro doméstico. Sempre fui um menino criado pelo avô, assim como um rejeitado, apesar de todas as grandezas do avô. A vida no engenho não me libertou de certos medos. [...] *Pus nesta narração o menos possível de palavras para que tudo corresse sem os disfarces retóricos*. E assim não recorri às imagens poéticas para cobrir uma realidade, às vezes brutal. *Fiz livro de memórias, com a matéria retida pela engrenagem que a natureza me deu*. Pode ser que me escape a legitimidade de um nome ou de uma data. Mas me ficou a realidade do acontecido como o grão na terra. [...]. *É tudo o que espero dos "verdes anos" que se foram no tempo, mas que ainda se fixam no escritor que tanto se alimenta de suas substâncias* (Rego, [1956] 2002, p.29 – 30. grifo meu).

Para além da sobreposição entre acontecimentos dos verdes anos do autor e da infância do menino Carlinhos (a criação no engenho do avô, a ausência do pai, o afastamento

da tia que se tornara sua segunda mãe etc.), importa destacar o modo como José Lins a apresenta: um passado que é também o presente, fixado “*no escritor que tanto se alimenta de suas substâncias*”. Memória e biografia se articulam, portanto, num terreno um tanto distante da ficção, produzindo um argumento cujo efeito é justamente a ratificação de que os romances do autor figurariam a “vida vivida” por ele, sendo o livro de memória um importante mapa para o “levantamento de dados sobre a experiência do futuro romancista, quando ‘menino de engenho’”⁵ (Castello, 1961, p.72).

Mapa que, no entanto, teve seu desenho revelado apenas em 1956, quando o *Ciclo da cana-de-açúcar* já estava completo, o que pode indicar, e talvez seja esta a intenção do prefácio, um olhar retrospectivo do romancista, neste momento já consagrado, sobre sua obra. Desse modo, o prefácio pode ser compreendido e analisado como uma tentativa, por parte do romancista, de ordenar e atribuir sentido à sua criação literária, bem como de organizar elementos de sua recepção crítica.

Para tanto, a narrativa reconstrói uma infância que, a despeito de circunstâncias como a morte da mãe ou particularidades como as crises de asma, procura afirmar o que ela possui de típico, isto é, aquilo que compartilha com a infância experimentada por outros descendentes de grandes proprietários de terra do Nordeste canavieiro. Assim, às coincidências entre biografia e ficção é acrescentada mais uma camada: a sobreposição entre a história familiar e a história regional, fixando um presente contínuo no qual, além de biografia e ficção, estão borrados também o individual e o coletivo. É precisamente a

⁵ José Aderaldo Castello é, provavelmente, o primeiro estudioso da obra de José Lins do Rego a se debruçar, detidamente, sobre *Meus verdes anos*. Para o crítico, o livro seria “o mais franco reconhecimento, pelo próprio autor, da origem indicada de sua obra de ficção” (Castello, 1961, p.73), de modo que as obras do *Ciclo da cana-de-açúcar* seriam fruto da experiência acumulada pelo romancista em “seus ‘tristes verdes anos’, na condição peculiar em que se encontrou junto aos avós e tios maternos, com o regime de vida que lhe foi imposto em virtude da asma, que o atormentava frequentemente, e com as antecipações sexuais, dolorosas” (Idem, p.73).

descrição da casa-grande do Engenho Corredor que promove os ajustamentos mencionados acima:

A casa-grande do Corredor não girava em torno da senhora como o Gameleira do dr. Lourenço em torno da tia Maroca. Mas o meu avô era o homem mais rico da família e a sua casa vivia cheia de gente. Aos meus olhos, o Engenho Corredor começava a tomar forma. Tudo nele era grande para mim. A casa rodeada de pilastras. Alpendres cercavam-na por todos os lados. As duas calçadas, uma de tijolo cru que ia até o chão, a outra de cimento como uma cinta abraçando os alicerces [...] Na parede, bem em cima da secretária de madeira dura, um relógio grande. No fundo os armários onde ficavam as pratas e os objetos de mais valia: louças da Índia e vasilhame de metal. [...] Vinha o corredor que dava para os quartos de dormir. Ao lado, o quarto dos santos todo coberto de estampas e molduras e o santuário grande com as imagens de devoção [...] No fundo ficava o quarto do meu avô. Havia uma cômoda enorme de pau-ferro e as duas camas de casal. A do meu avô, de sola, dura, sem espécie alguma de colchão, e a da minha avó, de pano, forrada de cobertor de lã vermelha [...] Os aposentos da tia Maria com guarda-roupa e cama de amarelo e palhinha. Dormia de rede ao lado da minha tia. Quando chegava um hóspede, mandavam para o quarto com a cama do impeador. Compraram este móvel para a visita de Pedro II, no ano de sua passagem pelo Pilar. Mas o rei não parara no caminho e chegara à vila antes do tempo, com os cavalos da comitiva cansados. Era uma bela cama de ferro com bolas de metal amarelo nos varais [...]

Ao lado uma cômoda francesa, objeto fino com gavetas e segredos. A tia Maria escondia no cofre de madeira os frascos de extrato e anéis. Numa gaveta de baixo escondiam-se um enorme óculos de alcance e a farda do meu avô da Guarda Nacional do Império.

A sala de visitas com duas mobílias. Pelo chão as escarredeiras de louça todas pintadas. E aos cantos os consoles com candeeiros bojudos e mangas de vidro e aparatos de louça colorida. Dependurado na parede, no centro, o retrato em grupo do velho Num, o fundador da família, e do tio Joca do Maravalha [...] (Rego, [1956] 2002, p. 31 – 37).

Entre todos os objetos destacados para estabelecer a riqueza da casa, é o retrato do velho Num que, ao marcar a ascendência familiar daqueles que ali habitam, evidencia a herança que manejam e sobre a qual estão assentados. Ao ser nomeado como o fundador da família, Num e seu retrato operam na narrativa de *Meus verdes anos* como o elemento que permite remontar a antiguidade do nome de família⁶ e, por essa via, distingui-la e afirmar sua

⁶ Sobre as decorrências do ato de nomear e de sua relação com os nomes de família, ver: Viegas, S.; Cabral, João de P., 2007. Sobre a construção do nome próprio de um autor/artista, tema tratado adiante, ver; Bourdieu, 1986; Foucault, 1997 e Pontes, 2011.

tradição. Já o retrato dos outros parentes, como o do tio Joca, evidencia que não se trata de uma tradição particular, mas sim extensiva aos demais parentes da Várzea do rio Paraíba justamente porque menos do que uma casa de família, a casa-grande é o espaço da socialização da família patriarcal, ponto de partida para a singularização de sua experiência social (Cf. Freyre, [1933] 2000; [1936] 2004).

Levando as últimas consequências a indistinção entre biografia e ficção, nota-se que esta socialização, narrada e experimentada, oferece os parâmetros dentro dos quais escritor e narrativa se movem, com consequências diversas em cada caso. Assim, ainda que seja necessário estabelecer inúmeras mediações entre a experiência social do autor e sua produção ficcional, a busca insistente por promover sobreposições deste tipo é reveladora das estratégias narrativas adotadas, bem como do modo como o autor reconstrói sua própria trajetória.

Sendo o livro de memórias restrito aos tempos de infância, os caminhos de José Lins do Rego até a publicação de seu primeiro romance devem ser procurados em outros lugares. Um deles é a Faculdade de Direito do Recife, onde este neto de senhor de engenho ingressou em 1919, após concluir os estudos secundários num internato da capital pernambucana.

Um dos principais centros da vida intelectual nordestina de então, a Faculdade de Direito “franqueava a rota batida e segura dos filhos d’algo do Nordeste açucareiro” (D’Andrea, 1992. p.24) e, no caso de José Lins, lhe ofereceu o suporte para o início de sua colaboração na imprensa, a qual, por sua vez, autorizará o jovem estudante a tomar parte na vida intelectual de então. É, portanto, a Faculdade de Direito que lhe permite acesso ao jornalismo o qual, por sua vez, possibilita o estreitamento de laços com o meio literário pernambucano, aproximando-se de figuras como José Américo de Almeida, Osório Borba e

Olívio Montenegro⁷. Em 1932, a amizade com o jovem sociólogo Gilberto Freyre, recém-chegado de viagens de estudo ao exterior, é marcada por José Lins como decisiva para suas escolhas posteriores: “eu mesmo que devi muito ao sr. Gilberto Freyre, não consegui escapar e, quando abri os olhos era um ‘pastiche’ horrível o que fazia” (Rego, 1938, p.6)⁸.

A saída da Faculdade de Direito marcou o ingresso no serviço público no cargo de promotor do Ministério Público, função exercida entre 1925 e 1926 na cidade mineira de Manhuaçu de onde partiu rumo a Maceió, para desempenhar a função de fiscal de bancos, até 1930, e de fiscal de consumo, a partir de 1931. Em Maceió, José Lins retoma contato com as profissões intelectuais por meio do ingresso no *Jornal de Alagoas* e a colaboração em *A Província*, então dirigida por Gilberto Freyre. Novamente, é pelo exercício do jornalismo que José Lins estreita laços com então jovens escritores como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Jorge de Lima e Valdemar Cavalcanti⁹.

⁷ José Lins do Rego havia feito fama nos anos de 1920 colaborando com artigos e crônicas em jornais de Pernambuco, da Paraíba e de Alagoas. Destacando-se como um ativo opositor do modernismo da Semana de Arte Moderna de 1922, especialmente nos tempos em que, ao lado de Osório Borba, dirigiu o semanário *Dom Casmurro*, envolvendo-se nas discussões sobre propostas de renovação das artes e da política, entre elas o regionalismo nordestino formulado a partir do Recife.

⁸ O prefácio de José Lins a *Região e Tradição* de Freyre cristaliza a percepção do romancista sobre as ideias e a atuação do sociólogo. Segundo o primeiro, foi a partir do contato com as ideias de Freyre que ele teria começado a perceber que “havia o Brasil, que havia uma grandeza brasileira, com raízes sólidas, plantadas pelo lusitano que tanto se desprezava” (Rego, 1941, p.11). Decisiva, neste sentido, é a afirmação de que: “eu mostrando [a Gilberto Freyre] a minha gente e a minha terra, os partidos de cana, os banguês, os tios, as tias, e tudo aquilo lhe parecendo melhor do que eu pensava que fosse” (Idem, p.15. grifo meu).

⁹ Segundo José Condé: “O autor de ‘Menino de Engenho’ foi fiscal do imposto de consumo em Maceió onde residiu durante alguns anos. Ali conheceu Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Valdemar Cavalcanti, quando José Lins do Rego o conheceu andava pelos 15 e 16 anos. ‘Um ano antes – diz o escritor – e ele ainda usava cachos. Conheceu-o como porta-estandarte de um clube carnavalesco. Aurélio Buarque de Holanda, hoje professor de Português do Colégio Pedro II, tinha sido reprovada nessa mesma matéria pelo prof. Higino Belo” (Condé, 1946). Tadeu Rocha observa que “José Lins do Rego e Graciliano Ramos escreviam romances, Valdemar Cavalcanti fazia crítica literária, Mário Marroquim trabalhava em pesquisas lingüísticas, Carlos Paurílio redigia contos poéticos e Aloísio Branco publicava seus inesquecíveis poemas. Raul Lima, Diégues Júnior, José Auto, Aurélio Buarque de Holanda, Alberto Passos Guimarães, Paulo Malta, Carlos Duarte e Arnon de Melo, em Maceió, no Recife ou no Rio de Janeiro, cometiam também os seus poemas, escreviam os seus contos ou crônicas e começavam a encaminhar-se pelos mais diversos roteiros da vida prática. Foi nesta fase [...] que Rachel de Queiroz levou ali uma parte daqueles quatro anos decorridos entre a conclusão de *João Miguel* (dezembro de 1931) e a elaboração do *Caminho de Pedras* (outubro de 1936)” (Rocha, 1964, p.81).

No prefácio a *Gordos e magros*, José Lins recorda sua passagem por Maceió como “tempos fecundos, época de floração de minha carreira. *Saía do aprendizado para fazer qualquer coisa com as minhas próprias mãos*” (Rego, 1942, p.47. grifo meu). Afirmação que pode ser compreendida como uma aposta na feitura de sua obra ficcional, pois é em Maceió que José Lins dá início à escrita de *Menino de engenho*, finalizando e remetendo os originais desde a capital alagoana para sua publicação por uma editora carioca. Novamente, a crônica do autor sobre si mesmo oferece pistas que, ao colocarem em perspectiva todo o trabalho desenvolvido antes, permitem perceber que a aposta na literatura não é casual, correspondendo a um novo marco na trajetória do autor, ponto de partida para que temas tratados ao longo dos anos de 1920 sejam rearticulados literariamente, numa aposta no romance¹⁰.

1.1.Os caminhos do *Menino de engenho*.

Em *O livro no Brasil*, Laurence Hallewell relata que José Lins entregou os originais de seu primeiro romance para Hildebrando de Lima, irmão do poeta Jorge de Lima, para que este intermediasse a publicação com editores cariocas. Segundo Hallewell, José Lins estimava uma tiragem média de mil e quinhentos exemplares a serem custeados pelo autor, num procedimento bastante comum à época. Cogitou-se, inicialmente, a Pongetti Irmãos, contudo, Hildebrando

entregou os originais a uma das novas editoras que haviam surgido graças às novas oportunidades criadas pela Revolução de 1930. Adersen Editores era uma firma muito

¹⁰ Sérgio Miceli observa que as “disposições manifestadas pelos diferentes tipos de intelectuais em termos de carreira parecem indissociáveis da história social de sua família” (Miceli, [1979] 2001, p.81). Para os temas aqui tratados, menos do que corroborar ou repelir tal correlação, importa observar como a opção pela vida intelectual envolve não apenas escolhas pessoais e constrangimentos sociais no interior de um campo intelectual em formação, mas também comporta uma escolha pelo romance, isto é, por opções estéticas capazes de formalizar literariamente processos sociais em curso.

pequena que S. de O. Hersen e Adolfo Aizen haviam acabado de fundar e estava à procura dos primeiros títulos para publicação (Hallewell, [1985] 2005, p.439)¹¹.

José Lins foi recebido, por ocasião do lançamento de *Menino de engenho*, como “uma estreia que reputamos das mais promissoras” (Cruls, 1932), um “jovem escritor nordestino que, até então, apenas assinara alguns trabalhos de crítica, assim mesmo de pequena divulgação, pois que insertos nos jornais da província, mas que surge agora com um livro por muitos títulos notável e digno da melhor acolhida” (Cruls, 1932). Logo nas primeiras resenhas, o romance é inserido na história da literatura brasileira como “um dos tipos de brasilidade da nossa literatura [...] expressão viva da linguagem do Norte, alheia ao vernaculismo de artifício da literatura corrente. É um livro de primeira ordem” (Ribeiro, 1932).

Os comentários publicados no *Boletim de Ariel* sintetizam o clima da acolhida do romance e do autor que, no ano seguinte, lança *Doidinho*, agora entregue a um novo selo, a Editora Ariel¹². Com tiragem aproximada de dois mil exemplares, a editora de propriedade dos críticos literários Gastão Cruls e Agripino Grieco, publicou *Doidinho* fiando-se em

¹¹ Existe, ainda, outra versão para a entrega dos originais do romance. Valdemar Cavalcanti, a quem José Lins havia conhecido e se tornado amigo em Maceió, afirma que foi “o datilógrafo dos seus primeiros livros, e foi por interferência minha que *Menino de Engenho* teve seu primeiro editor – Adersen Editores – de dois amigos meus” (Cavalcanti, 1980, p.10). A Editora já havia publicado *Poemas escolhidos* de Jorge de Lima, parecendo plausível que tanto o poeta como seu irmão, Hildebrando, tivessem acesso aos editores. Como observa Simone Silva, precisar o percurso dos originais é menos importante do que evidenciar o fato de que tal caminho foi viabilizado, num caso ou em outro, pelas amizades firmadas em Maceió (Cf. Silva, 2004, p.34-37). Sobre a importância dos grupos de amigos na configuração dos espaços de produção intelectual, consultar: Williams, [1980] 2005; Rubino, 1995; Pontes, 1998.

¹² A Adersen, editora de *Menino de engenho*, não teve vida longa na edição de literatura brasileira, embora tenha sido responsável, em 1933, pelo lançamento da quinta edição de *A Bagaceira* de José Américo de Almeida, além do já citado *Poemas escolhidos* de Jorge de Lima. Aizen, um dos sócios, fundou em 1945 a Editora Brasil – América (Ebal), uma das responsáveis pela introdução e divulgação das histórias em quadrinhos no país, promovendo o lançamento de revistas como *Mandrake*, *Tarzan* e *Flash Gordon*.

Menino de engenho, estreia de um jovem autor que havia sido saudada com entusiasmo justamente pelo mensário que editava, o prestigiado *Boletim de Ariel*¹³.

Movimento que Gustavo Sorá descreve como um triunfo daquilo que denomina ser o “tempo da crítica”, ou seja, “os críticos monopolizaram todas as instâncias necessárias de um sistema de legitimação das apreciações, mediante as quais jogavam luz sobre um conjunto de escritores novos [...]” (Sorá, 2010, p.114). Luzes que, por sua vez, parecem ter despertado o interesse do jovem editor José Olympio que, ao poucos, construirá seu catálogo arregimentado as “vanguardas já consagradas por selos de ‘riscos’, próprio do tempo da crítica” (Idem, p.114)¹⁴.

Assim, avalizados pelos selos e pelos comentários dos críticos, esses escritores migraram para a José Olympio quando representavam uma aposta comercial mais segura, num percurso que será o de José Lins que no final de 1933 inicia uma aproximação do jovem editor paulista que, por sua vez, estaria

convencido de que poderia vender Zé Lins, e bem, num mercado mais amplo, José Olympio resolveu tomar a incomum iniciativa de dirigir-se ao autor. Telegrafar-lhe-ia oferecendo-se para publicar uma segunda edição de *Menino de Engenho*, de três mil exemplares, e uma edição de cinco mil exemplares para *Bangüê*, que fora anunciado na contracapa de *Doidinho* como o próximo romance de Lins. Na agência do correio, o bom jogador José foi levado, no último momento, por um impulso repentino, a dobrar as cifras, para cinco mil e dez mil. [...]. Lins do Rego, ainda mais atônito, telegrafou imediatamente de Pernambuco a resposta: ‘Tomo o próximo navio’, e enviou a Gastão Cruis um pedido de desculpas por sua deserção. ‘Recebi proposta de José Olympio de

¹³ Fundada em 1930, a Ariel, ao contrário de outros empreendimentos, não possuía uma loja para comercialização de livros, se distinguindo pela edição do *Boletim de Ariel*. Sobre a Ariel, ver: Hallewell, [1985] 2005, p.429 – 432.

¹⁴ O que acontece, também, com artistas plásticos que ajudaram a construir a fama da José Olympio. Santa Rosa, por exemplo, trabalhou na Ariel, sendo o responsável pela capa e ilustrações de *Doidinho*. Lucila Soares observa que as capas, vinhetas e ilustrações das edições da José Olympio eram feitas por figuras como “Cícero Dias, Oswaldo Goeldi, Axl Leskoscheck e, mais tarde, Poty Lazzarotto. Era um grupo que vivia de encomendas com portes variados – suplementos literários, editoras de livros, retratos de figuras da intelectualidade ou do *grand monde* e vastos murais. Portinari, o mais requisitado para as duas últimas categorias, incentivou vários de seus discípulos a ser aproximar de J. O., sem dúvida um dos clientes mais importantes naquele momento” (Soares, 2006, p.45). Sobre Santa Rosa, consultar: Barsante, 1982. Sobre a unidade estilística proporcionada pelas capas, ver: Sorá, 2010, p.187 – 188 e p.291. Para uma consulta sobre os artistas plásticos que se dedicaram ao universo dos livros, ver: Cardoso, 2005.

São Paulo para edições de *Menino e Bangüê*. O editor quer se meter numa aventura, pois me propõe uma tiragem de 5000 de um e 10000 de outro. Não é preciso dizer que em igualdade de condições você terá preferência. Não acredito que este negócio lhe seja interessante' (Hallewell, [1985] 2005, p.440 - 441) ¹⁵.

Em junho de 1934, o lançamento das edições feitas por José Olympio deu-se em grande estilo, com uma novidade para a época: uma noite de autógrafos do romancista, promovida em 23 de junho de 1934, dez dias antes da inauguração oficial da Livraria José Olympio na Rua do Ouvidor, 110 (Cf. Soares, 2006)¹⁶. José Lins comenta suas impressões, não apenas do lançamento, mas da inauguração da livraria em entrevista ao *Jornal de Alagoas*:

[...] O sympathico editor paulista trouxe para o Rio uma fina coleção de livros raros sobre o Brasil. *Um verdadeiro acontecimento a entrada de José Olympio no mercado de livros cariocas*. A sua livraria parece que vai conseguir a volta daquele espírito de aproximação intelectual próprio de algumas livrarias cariocas nos velhos tempos de Machado de Assis, Bilac, Emílio de Menezes e tantos outros. Desde a sua inauguração, a sala de trabalho do editor vive cheia de homens de letras de todas as idades – de Alberto de Oliveira a Jorge Amado. Coisa louvável em José Olympio é o seu interesse pela revelação de valores novos e a sua coragem de fazer grandes tiragens [...].

[...]

¹⁵ Segundo Lucila Soares, Amando Fontes foi importante interlocutor entre José Olympio e os novos romancistas do período, tendo recomendado José Lins e Jorge Amado ao editor. Em carta, Fontes escreve: “fiquei muito satisfeito por você ter fechado o negócio com o José Lins. Ele é um grande romancista, desses que sabem o que estão fazendo, e o fato de você estrear aqui editando *Banguê* e reeditando *Menino de Engenho*, será de ótimo efeito para a sua casa [...] Entretanto, pedindo-lhe que não mencione meu nome quando se referir a esse negócio, porque, inimigo do Agrippino, não quero que este pense que estou agindo contra a casa dele por picardia ou vingança”. (Correspondência Amando Fontes – José Olympio, 1934. Citado em: Soares, 2006). Grieco era sócio da Ariel, então editora de José Lins. Após sua estreia no catálogo da José Olympio, José Lins também desempenhou função semelhante (Cf. Soares, 2006; Silva, 2004; Sorá, 2010). Como observa Simone Silva: “[...] José Lins, que já tinha *Banguê* editado pela José Olympio Editora [1934] e era autor dessa editora, foi uma espécie de ‘broker’ entre essa Casa e seus amigos da roda de Maceió. Assim, algum tempo depois de seu ingresso na José Olympio editora, o editor contou com a presença em seu catálogo de Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, além da adesão do artista Santa Rosa, amigo da roda de José Lins, para uma inovação artística das capas dos livros. E é assim que depois de 1935 temos quase toda a roda de Maceió se reúne no Rio de Janeiro” (Silva, 2004, p.36). Para Sorá, esta rede de relações se configurou como uma espécie de “patronato editorial” (Sorá, 2010, p.189). Segundo o autor, “[...] quem motivou Graciliano Ramos a ‘ir para a José Olympio’ foi Raquel de Queiroz, quem aproximou esta e Gilberto Freyre da editora foi José Lins, e assim por diante” (Idem, p.189).

¹⁶ Em reportagem de *O Jornal* sobre a inauguração da Livraria José Olympio, diz o editor sobre a publicação de *Banguê*: “– Está vendo a capa? É de Cícero Dias. Interessantíssima, não é? E depois uma pausa, de pé ainda, com o olhar desviado para as grandes estantes onde vários empregados colocavam livros. – Tirei 10.000 exemplares de “*Banguê*”. Mas não diga isso pelos jornais. É somente aqui para nós. Do contrário podem querer levar-me para o hospício”. REPORTAGEM. Uma Nova Casa Editora no Rio. *O Jornal*, 04/07/1934.

Não há dúvida nenhuma [...] que depois da Revolução de 30 se desenvolveu extraordinariamente entre nós o interesse pelas coisas de letras. Fundam-se casas editoras a cada dia. As máquinas parem livros e mais livros, originais e traduções. Uma fecundidade espantosa. Rebentam de todos os pontos autores de todos os gêneros [...] (Rego, 1934. grifo meu).

Acontecimento no mercado editorial carioca que, para José Lins, importa não apenas pelas grandes tiragens, mas pela aposta na capacidade do espaço físico da Livraria de reconstruir o “*espírito de aproximação intelectual próprio de algumas livrarias cariocas nos velhos tempos de Machado de Assis, Bilac, Emílio de Menezes e tantos outros*”. A livraria e editoria de José Olympio é apresentada, então, como uma síntese entre a ousadia de lançar novos autores; editar em grandes tiragens e repor à vida carioca traços da sociabilidade intelectual caras ao tempo anterior. Embora o empreendimento comercial seja moderno, o ambiente intelectual por ele engendrado triunfará na medida em que se aproxime do espírito dos “velhos tempos”, das antigas livrarias, enfim, da sociabilidade de salão. É possível afirmar que o mundo dos salões e a sociabilidade intelectual engendrada em livrarias como a José Olympio guardam semelhanças entre si – como expressa a presença das redes de compadrio como motores de uma e de outra -, mas também se diferenciam justamente nas possibilidades de profissionalização que oferecem.

Lentamente, editoras como a José Olympio, apoiadas em dados estruturais como o crescimento do público leitor e conjunturais como o câmbio desfavorável à importação de produtos como livros, começam a oferecer condições para a profissionalização de escritores. Contudo, como será notado a seguir, trata-se de uma situação circunscrita a escritores específicos como é o caso de José Lins do Rego e Jorge Amado, duas estrelas do catálogo da José Olympio que, em 1935, dialogam sobre o tema em artigo do segundo publicado pela *Folha da manhã*:

Quem nos fala hoje sobre a situação do escriptor brasileiro é José Lins do Rego, romancista parahybano que em quatro annos conquistou um dos maiores públicos do Brasil. Estreando em 1932 com ‘Menino de Engenho’ logo foi o jovem escriptor collocado entre as mais serias revelações de romancista do Brasil.

E não se enganaram os que viram em José do Rego um grande romancista. No anno seguinte, ‘Doidinho’ veio confirmar todas as suas qualidades. Foi ele o primeiro dos novos romancistas brasileiros a alcançar tiragem de 10.000 exemplares com o seu ‘Bangüê’, hoje quase esgotado. ‘O Moleque Ricardo’, seu último livro, teve um grande público e uma grande critica. Restam uns poucos exemplares da primeira edição.

NÃO SE VIVE DE LITERATURA NO BRASIL

José Lins do Rego explica qual a situação do escriptor brasileiro:

- *No Brasil viver de literatura ainda é uma utopia. Vive-se de jornalismo. O jornal ainda é a profissão que mais se aproxima do literato [...]*

- *Por isso, continua, é muito mais compatível com a vida do intellectual o emprego público. De emprego público viveram quasi todos os nossos grandes escriptores, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Nabuco, viveram de empregos públicos, uns nas embaixadas, outros, mais modestos, servindo em repartições.*

[...]

No dia em que houver no Brasil um grande público, o homem de letras poderá viver de sua cabeça, dos seus ensaios, dos seus versos, dos seus romances. Não será mais um protegido, não disputará mais empregos que outros occuparão com mais habilidade.

Para isso precisamos de público, de leitores. Temos quase 50 milhões de habitante, uma população igual á da França, e uma edição de 30.000 exemplares é para o Brasil um escândalo [...]. Mas um público não se improvisa, educa-se. É o que devia fazer o Ministério da Educação se esse ministério não fosse mais para efeito decorativo. Era uma campanha intensiva pelo livro, dando prêmios aos melhores do anno, chamando por todos os meios a atenção do público para os romances, os ensaios. Fazendo o brasileiro ler, criando o vício da leitura, nós, os homens de letras, passaríamos de humildes protegidos do Estado, a verdadeiros produtores, vivendo da nossa actividade, sem preterir os que nasceram para o serviço público (Amado, 1935, p.6. grifo meu. grafia original).

Associando o número diminuto de leitores à timidez do mercado editorial de então, José Lins estabelece uma correlação entre a situação dos escritores de seu tempo e a experimentada em períodos anteriores por nomes como Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha, todos igualmente dependentes do jornalismo ou do emprego público, duas das principais alternativas diante de uma profissão assentada em bases frágeis. Ainda que José Lins promova uma associação direta entre períodos e situações diferentes entre si, que envolveram tanto objetivos e consequências diversas no caso da atuação da imprensa e

lugares e funções desiguais no serviço público, observa-se que, estruturalmente, não ocorre uma ruptura entre um padrão e outro.

No caso de José Lins, sua trajetória profissional será marcada pelas três atividades: a literatura, o jornalismo e o funcionalismo público. Frentes de trabalho distintas que se articulam ainda no Recife nos anos de 1920 e que ao longo de sua vida são combinadas de diferentes maneiras com vistas a priorizar a carreira literária do autor. Desse modo, José Lins ingressou na vida intelectual por meio da atuação na imprensa, reconhecendo e sendo reconhecido, àquela altura, como escritor, ainda que não se arriscasse no terreno da ficção o que acontecerá apenas em 1932.

2. Erico Verissimo e seu solo de clarineta.

Quarenta e um anos após a publicação de *Fantoches*, Erico Verissimo lança *Solo de clarineta*¹⁷. O prefácio da obra é encerrado com uma advertência ao leitor: “*O Fantasma foca em mim os seus olhos secretamente cépticos e murmura: ‘Será que esse reino existe mesmo fora da mitologia?’*”. *Ambos encolhemos os ombros*” (Verissimo, [1973] 2005, p.27, grifo no original). Ambos, um eu que narra e seu duplo, o Fantasma:

o meu amigo mais íntimo é o sujeito que vejo todas as manhãs no espelho do quarto de banho, à hora onírica em que passo pelo rosto o aparelho de barbear. Estabelecemos diálogos mudos, numa linguagem misteriosa feita de imagem, eco de vozes, alheias ou nossas, antigas ou recentes, relâmpagos súbitos que iluminam faces e fatos remotos ou próximos, nos corredores do passado – e às vezes, inexplicavelmente, do futuro - , enfim, uma conversa que, quando analisamos os sonhos da noite, parece processar-se fora do tempo e do espaço. Surpreendo-me quase sempre em perfeito acordo com o que outro diz e pensa. Sinto, no entanto, um pálido e acanhado desconforto por saber que existe no mundo alguém que conhece tão bem os meus segredos e fraquezas, uns olhos assim tão familiarizados com a minha nudez de corpo e espírito. Talvez seja por isso que com certa frequência entramos em conflito. Mas a ridícula e bela verdade é que no fundo, bem feitas as contas, nós nos queremos um grande bem. Estamos habituados um ao outro. Envelhecemos juntos (Idem, p.26, grifo no original).

O leitor encontra, então, um narrador singular¹⁸, na companhia de quem será apresentado a uma narrativa apoiada num jogo permanente entre autor e narrador,

¹⁷ O livro é composto por dois volumes publicados em 1973 e 1976. O primeiro corresponde à última publicação em vida do autor. O segundo ficou inacabado e veio à público numa edição parcialmente organizada pelo professor Flávio Loureiro Chaves.

¹⁸ Trata-se de um narrador em primeira pessoa, provavelmente síntese entre o velho e o menino: “Afim de contas esta parte de minhas memórias – ou todo o livro, em última análise – pertence mais a ele [o menino] do que ao homem que hoje sou. Ocorre-me agora a ideia de que esse guri não deixa também de ser um ‘fóssil sentimental’ que se encontra, sob os mais variados aspectos, em todas as camadas geológicas de meu ser, e que, devidamente escavado e estudado, pode contar-me histórias de minhas passadas ‘civilizações’, em suma, a história mesma de minha humanidade” (Verissimo, [1973] 2005, p. 74). História de uma humanidade contada por meio de fatos verídicos que são encadeados na ficção.

explorando sucessivas idas e vindas de tempos¹⁹ e espaços que figuram a Cruz Alta da infância e do começo da vida adulta e a Porto Alegre do internato e da Livraria do Globo.

Espaços que a narrativa do primeiro volume de *Solo de clarineta* percorre, revelando as origens familiares do escritor: filho de uma modista, d. Abigail Lopes e de um dono de farmácia, Sebastião Verissimo. Nos tempo de menino, a farmácia ia mal, “[...] não havia na cidade quem não tivesse crédito ilimitado na Farmácia Brasileira. As vendas a dinheiro diminuía dia a dia, e raramente ou nunca os devedores pagavam suas contas” (Verissimo, [1973] 2005, p.65). Assim,

Encurvada sobre sua Singer, minha mãe agora costurava para fora. *Eu sentia uma certa vergonha por saber que d. Bega, esposa de Sebastião Verissimo, membros ambos de tão tradicionais famílias serranas, era uma ‘modista’.* Cedo, porém, observei que era ela quem, com o produto de seu trabalho, pagava as despesas da casa. O ruído dessa máquina de costura, o cheiro de fazenda e principalmente a figura de minha mãe com um tesoura na mão, cortando moldes, são imagens, impressões que se me gravaram para sempre na memória, contra um confuso fundo de remorso e culpa (Idem, p.66. grifo meu).

Deve-se observar, aqui, que uma tradicional família serrana não corresponde, necessariamente, a uma família de grandes proprietários de terras, pois a região era ocupada, especialmente, por estâncias menos capitalizadas que as da Campanha, por exemplo. Trata-se, neste sentido, de famílias tradicionais de uma zona periférica duma região já periférica²⁰. No caso da família de Erico, a atividade pecuarista era desenvolvida especialmente pelo avô materno, Aníbal Machado, Franklin Verissimo, avô paterno, além de estancieiro, era

¹⁹ Sobre a temporalidade da narrativa: “quando hoje tento lembrar-me de certos episódios e pessoas de meu mundo de criança, não me é nada fácil situá-los no território do passado [...]. Afinal de contas, a memória de um velho está cheia de labirintos, de falsos sinais de trânsito, de vácuos e, por assim dizer, de silêncios temporais e espaciais, isso para não falar em miragens... Escrever memórias numa ordem rigorosamente cronológica seria uma tarefa difícil, perigosa e possivelmente monótona” (Idem, p. 69).

²⁰ Sobre o tema, consultar: Pesavento, 1980; 1982. Destaca-se, ainda, que a pecuária sulina continuava, neste período, pouco capitalizada, de modo que a baixa circulação de dinheiro restringia a capacidade de aquisição de gêneros e produtos, em geral importados, que pudessem operar como marcadores sociais da distinção desta oligarquia.

também prático de medicina²¹, indicando que para as famílias tradicionais da região serrana, o exercício de profissões liberais não era exatamente uma estratégia contemporânea à geração de Erico. Ainda assim, a percepção do declínio social não escapa aos olhos do narrador e é sintetizada no fracasso, moral e econômico, de seu pai.

Já adulto, de volta dos estudos no colégio interno em Porto Alegre, o narrador de *Solo de clarineta* relata seu retorno a Cruz Alta, marcado pelo emprego no comércio do tio materno, Americano Lopes, “sócio principal duma firma que fornecia gêneros alimentícios aos dois regimentos da guarnição federal da cidade” (Idem, p.157), a nova condição é descrita de maneira categórica:

[...] Sentia-me derrotado pela vida. Todos os meus planos haviam ruídos, esboroando-se em poeira – aquela poeira que eu varria todas as manhãs do chão do armazém, depois de respingá-lo com água misturada com creolina. Eu, que sabia razoavelmente o meu inglês e o meu francês; eu, leitor de Zola e Machado de Assis; eu, que sonhava com uma carreira artística ou literária – movia-me por entre sacos de farinha, arroz, feijão e açúcar, contava os tijolinhos de goiabada que a firma mandava todas as semanas para os regimentos locais, pesava batatas... Minhas mãos recendiam a cebola e alho. E em certos momentos eu me entregava a grandes orgias de autocomiseração (Verissimo, [1973] 2005, p. 157).

O empregado de armazém “derrotado pela vida”, no entanto, marca na narrativa as expectativas em torno de uma profissão intelectual, marcadas pelo esforço do narrador em se distinguir: “eu, que sabia razoavelmente o meu inglês e o meu francês; eu, leitor de Zola e Machado de Assis; eu, que sonhava com uma carreira artística ou literária”. Do sonho à ação, ainda que improvisada:

Foi nesse armazém que, à sombra dum guarda-livros pálido e taciturno, que fumava palheiro e recendia a alho, fiz meu clandestinamente a minha primeira literatura em pedaço de papel de embrulho, com a cumplicidade de uma velha máquina de escrever Underwood... [...] Também comprazia-me em traduzir para o português trechos curtos de escritores franceses e principalmente ingleses. Mas, quando o gerente se aproximava, eu tinha de tirar às pressas o papel da máquina,

²¹ “[...] Foi estancieiro, dentista e finalmente médico homeopata, apesar de não ter sequer terminado o curso ginásial” (Verissimo, [1973] 2005, p.30).

metê-lo disfarçadamente no bolso e assobiar uma melodia qualquer [...]. ‘Copie estas cartas!’, ordenava o chefe do escritório [...]. Quando me via a ler Os sertões a um canto, repreendia-me. ‘Isto não é salão de leitura e sim uma casa de comércio. Leve estas cartas ao correio’. E lá me ia eu, humilhado, pelas ruas, evitando que me vissem – suprema vergonha! – carregado de pacotes e envelopes. Eu, um Verissimo! (Idem, p.158).

O trabalho no armazém não durou muito tempo e, diante das circunstâncias, a oportunidade de se empregar na filial do Banco do Comércio em Cruz Alta apareceu como uma alternativa mais rentável e menos penosa que o trabalho com o tio. A vida como bancário transcorreu até 1926, quando outra possibilidade se apresenta: a abertura de um negócio próprio, uma farmácia, assim como o pai havia tido, proposta feita por Lotário Müller, “espécie de ‘agregado sentimental’ da família Verissimo” (Idem, p. 189). Ao mesmo tempo em que atendia no balcão, aquele leitor de Zola e de Machado de Assis também oferecia aulas de inglês e de literatura aos estudantes da cidade. A reviravolta é assim narrada:

Um dia no princípio da casa dos vinte, encontrei-me atrás do balcão duma farmácia, na qualidade de sócio principal da firma proprietária. Era natural que estivesse um tanto perplexo ante aquela reviravolta da vida que me projetara duma hora para outra no mundo dos xaropes, emplastros, pílulas e tomadas... Não entendia patavina de remédios nem de negócios. Meu coração recusava permanecer na botica. Sempre que me vinham venetas de me livrar daquele ambiente, eu fugia para o café mais próximo para conversar com amigos: livros, discos futebol [...] Eu voltara ao convívio dos livros [...] (Verissimo, [1973] 2005, p. 190).

De volta ao convívio dos livros no balcão de sua farmácia, o narrador torna nítido o desejo de se tornar um autor: “[...] começar a escrever a sério e a publicar os meus contos. Como? Não sabia ainda” (Idem, p. 190). De leitor a autor, a expectativa de um trabalho intelectual ganha contornos com a disposição para escrever “a sério” contos.

Os anos passaram e, assim como ocorrera com a antiga Farmácia Brasileira de Sebastião Verissimo, a Farmácia Central também sucumbiu diante da discutível habilidade de seus proprietários para o comércio. Em dezembro de 1930, o sonho da carreira intelectual

é acionado em termos práticos e Erico muda-se para Porto Alegre, decisão que, para o narrador de *Solo de clarineta*, é tomada entre a dúvida e a esperança:

- Vou tentar a vida como escritor – murmurei, apenas semicovencido de que isso fosse mesmo possível.

D. Bega lançou-me um olhar de alarmada surpresa.

- Escritor? – repetiu?

- Bom... sei que essa profissão ainda não existe no Brasil. Mas que diabo! Não custa tentar. Não tenho a menor vocação para o comércio. Posso arranjar emprego num jornal, traduzir livros, colaborar em revistas... Um dia, quem sabe...

[...]

A decisão de deixar Cruz Alta era de natureza intelectual. Emocionalmente eu queria ficar. Fosse como fosse, embarquei dois dias depois. Meu tio Americano emprestou-me quinhentos mil-réis – o que me habilitaria a pagar a passagem de trem e o primeiro mês de hotel. Meu futuro sogro teve suficiente confiança em mim para me emprestar sua máquina de escrever portátil. E assim, num certo dia luminoso e quente de dezembro de 1930, lá me fui, de braço dado com o meu irmão, para a estação ferroviária, a pé, sentido na planta dos pés o calor das pedras, através dos buracos das solas dos sapatos. Levava uma roupa no corpo e outra na mala. (Verissimo, [1973] 2005, p. 218 – 219).

A expectativa de ser escritor não passava, num primeiro momento, pela tentativa de lançar um livro, mas, sim pelo emprego num trabalho de natureza intelectual que lhe garantisse o sustento e, no futuro, o de sua família. De fato, Erico não parte para Porto Alegre com originais embaixo do braço para oferecer a editores da capital, antes, busca travar conhecimento com a vida intelectual da cidade, empregar-se num jornal, realizar trabalhos de tradução e, talvez, continuar colaborando com revistas²².

²² Seu primeiro conto publicado, “Chico”, veio a público na *Cruz Alta em revista*. Conforme o narrador de *Solo de clarineta*, os primeiros contos do autor percorreram o seguinte caminho: “O jornalista Prado Júnior [...] havia conseguido convencer-me a deixá-lo publicar num periódico que dirigia em Cruz Alta uma história de Natal de minha autoria, intitulada ‘Chico’. Monoelito de Ornellas um dia me arrancou do fundo de uma gaveta o conto “Ladrão de Gado”, que lá dormia semi-esquecido, e mandou-o com uma carta de recomendação a Mansueto Bernardi, que o acolheu com simpatia, publicando-o na sua recém-fundada *Revista do Globo*. [...] Pela porta que Manoelito me abria, tornei a entrar num outro número do quinzenário da Livraria do Globo com ‘A tragédia dum homem gordo’. Um dia ousei remeter diretamente ao *Correio do Povo* um novo conto meu, ‘A lâmpada mágica’, que foi aceito por De Souza Júnior [...]”. (Idem, p.209). Em entrevista, Erico afirma: “[...] Ah! Devo acentuar que minha decisão em continuar a escrever, e a publicar o que escrevia, somente se firmou quando vi aceito e divulgado pelo prestigioso suplemento literário do ‘Correio do Povo’, o conto que lhe destinei, sem qualquer comentário, ou qualquer solicitação- ‘A lâmpada maravilhosa’. De Souza Júnior era, então, o diretor desse suplemento; à sua boa vontade, eu devo a continuidade da publicação de meus trabalhos no ‘vovô da imprensa gaúcha’ [...]” (Peixoto, 1941, p. 321 – 322).

No Brasil, foi especialmente a partir dos estudos de Sérgio Miceli que memórias e biografias foram mobilizadas com vistas a realizar uma investigação sistemática sobre a vida intelectual do país. Circunscrevendo a análise do autor ao tema em pauta, ganha destaque a interpretação apresentada em *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil* acerca da geração de romancistas dos decênios de 1930 e 1940, os quais compartilhariam, segundo o autor, um traço comum: seus investimentos na atividade intelectual encontrariam correlação na experiência social de decadência familiar vivenciada pelos intelectuais em geral, e pelos romancistas, em particular, de modo que suas “obras de estreia eram, sem reboço, uma transposição literária de sua experiência pessoal” (Miceli, [1979] 2001, p. 161). Numa síntese do argumento: “o elemento decisivo foi a diversidade de experiências de ‘degradação’ social que o declínio familiar veio propiciar, dando-lhes a oportunidade de vasculhar as diferentes posições de que se constitui o espaço da classe dirigente” (Idem, p.163).

Tanto o estudo de *Meus verdes anos*, quanto o de *Solo de clarineta*, contudo, demonstram como o nexo de sentido entre falência material, decadência social e reconversão social como romancista pode ser estabelecido apenas na medida em que se atribui à narrativa o estatuto de retrato fidedigno da realidade. Em *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil*, a trajetória de Erico Verissimo é singularizada como exemplar das possibilidades que alguns escritores tiveram de se profissionalizarem como romancistas, pois, segundo o autor, “basta apresentar a biografia de Erico Verissimo” para perceber o modo como “disposições favoráveis ao trabalho intelectual coincidiram com as demandas em expansão da editora mais importante fora do eixo Rio – São Paulo (Editora Globo)” (Miceli, [1979] 2001, p.190), possibilitando, então, que aquele “descendente de famílias de grandes proprietários rurais

falidos” (Idem, p.190) pudesse se associar à expansão da Globo como empresa e, por essa via, escapar da otimista hipótese de se tornar um letrado provinciano (Idem, p.192-194).

Ainda que se leve às últimas consequências a sobreposição entre biografia e ficção, é possível inferir que a experiência social da família Verissimo se aproxima, em muitos aspectos, da experiência social das camadas médias e não das tradicionais famílias de estancieiros do Rio Grande do Sul. Desse modo, ainda que, efetivamente, o núcleo familiar de Erico dependesse das costuras da mãe e o narrador das memórias expressasse o desejo de se dedicar à vida intelectual, a correlação entre falência material, decadência social e reconversão social como romancista pode ser estabelecido apenas na medida em que se atribui à narrativa o estatuto de retrato fidedigno da realidade.

Explorando as mediações entre obras literárias, trajetórias de autores e processos sociais, observa-se justamente que o livro de memórias de Erico Verissimo, fonte acionada para os argumentos desenvolvidos em *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil*, é construído justamente na tensão entre o biográfico e o narrado, de modo que a aposta na literatura como profissão é narrada como uma possibilidade que combina razões econômicas e motivações pessoais. Assim, se o encadeamento ficcional de dados concretos oferece novas perspectivas sobre a trajetória de Erico, elas revelam, justamente, o modo como o escritor consagrado estrutura um narrador que reconstrói a profissão como uma sucessão de pequenos acasos que teriam acabado por dar forma a um desejo mais ou menos vago.

Solo de clarineta estabelece, então, parâmetros que oscilam entre a vocação e o esforço orientado no sentido de construir uma carreira literária. Se o universo narrado não existe fora da mitologia como alerta um prefácio que coloca a obra sob suspeita, a mitologia, ao menos, ilumina nuances da acidentada trajetória de Erico até a publicação de seu primeiro

livro. Ponto que para ser investigado, depende do diálogo com outras fontes que permitam problematizar as memórias do autor sobre si.

2.1. Um funcionário e um best-seller.

Se as origens sociais de Erico Verissimo e José Lins do Rego guardam diferenças significativas, o mesmo se pode dizer do ingresso de ambos no universo editorial: o primeiro tornando possível sua permanência em Porto Alegre por meio do emprego na Livraria e Editora do Globo, enquanto o segundo acumula, num curto espaço de dois anos, a publicação de três romances, *Menino de engenho* contando com duas edições e tiragem aproximada de sete mil exemplares, *Doidinho* com dois mil exemplares e *Banguê* com dez mil exemplares publicados²³.

Começamos por Erico Verissimo. Viabilizando a intenção de fazer dinheiro por meio do trabalho em revistas e jornais de Porto Alegre, Erico emprega-se, em 1930, na Livraria do Globo, primeiro como secretário e depois como diretor do principal empreendimento editorial da casa, a *Revista do Globo*. Pouco depois, também toma parte nas decisões sobre os planos editoriais da empresa como uma espécie de consultor de Henrique Bertaso, auxiliando-o na organização do fundo editorial e das coleções²⁴. Paralelamente a estas atividades, também colabora com contos e crônicas nas páginas literárias de jornais de Porto Alegre e na própria revista que dirigia, realizando, também, traduções para a Globo.

²³ Ainda que as tiragens pudessem ser manipuladas pelos editores, não sendo possível precisar se, de fato, o anunciado foi efetivamente produzido e vendido, importa destacar que essas informações circularam pela imprensa da época, sendo mobilizadas como fontes de prestígio para autores e editores.

²⁴ Verissimo e Henrique Bertaso ingressam na editora mais ou menos ao mesmo tempo. Segundo Hallewell (2005, p.399), a relação entre Erico e a Globo teria instaurado, no Brasil, a figura do editor profissional, aquele que é editor sem ser o dono da editora, contudo, Henrique Bertaso, que assumiu a Seção Editora em 1931, após a saída de Mansueto Bernardi, sempre respondeu oficialmente pelo cargo que, após sua morte, foi transmitido a seu filho, José Octávio Bertaso que, na década de 1980, foi o responsável pela venda da editora às Organizações Globo. Henrique Bertaso era herdeiro da Globo, empresa adquirida por seu pai em meados nos anos de 1920. Sobre o tema, ver: Verissimo, 1973; Bertaso, 1993.

Dois anos após sua chegada a Porto Alegre, Erico Verissimo lança sua primeira obra, *Fantoches*. Por alguns dias, a polêmica em torno do livro, encabeçada pelo crítico Sérgio de Gouvêa, tomou as páginas do *Correio do Povo*. Para Gouvêa, a boa recepção de *Fantoches* em Porto Alegre estaria intimamente relacionada aos favores que dominariam a vida intelectual sulina:

Não era nossa intenção ocuparmo-nos com o livro do sr. Erico Verissimo. Conhecendo-o através de sua colaboração da imprensa local, de antemão sabíamos do valor literário que essa obra, agora aparecida, poderia conter. Entretanto, [...] combatemos o que se pode perfeitamente chamar ‘política literária’, cujos processos, que não primam pela lisura, são manipulados nas rodas de café onde o nome o esforço alheio valem tanto como o fumo dos cigarros...[...]

E o sr. Erico Verissimo é um produto genuíno, típico, desse ambiente. Surgiu e se fez dentro dessas panellinhas de camaradagem, onde bastam alguns rapapés e alguns salamaleques para se adquirir os foros da mais alta genialidade.

Antes de aportar a Porto Alegre já preparára o caminho. Aqui chegando foi de logo encontrar-se com os ‘mestres’ e não poupou sacrifícios para lhes captar a benevolência. E se fez.

[...]. *Erico Verissimo não apresenta nenhuma faceta notável. [...] É, assim, um escriptor cheio de defeitos, que ainda não revelou e decerto não revelará nenhuma qualidade que o recomende.* (Gouvêa, 1932, p.11, grifos meus, grafia original).

Em certo sentido, o plano inicial de Erico Verissimo “arranjar emprego num jornal, traduzir livros, colaborar em revistas... Um dia, quem sabe...” (Verissimo, [1973] 2005, p.219) acaba sendo julgado por Gouvêa, para quem seria nítida a relação entre a prestigiosa posição ocupada por Erico no meio intelectual sulino e a boa acolhida a um livro considerado ruim. Na tentativa de nuançar os ataques do crítico, Augusto Meyer escreve artigo especial para o mesmo jornal, no qual reconhece, assim como Gouvêa, alguns defeitos no livro que ainda não teria conquistado “o sentido do concreto, o poder objetivo, a força hallucinante que obriga a gente a pensar diante duma simples pagina impressa: isto vive” (Meyer, 1932. grafia original). No entanto, Meyer, que despontava em 1930 como um dos mais importantes autores do Rio Grande do Sul e importante nome do catálogo da Globo, acaba por reforçar o que há de central no argumento de Gouvêa: as trocas de favores que estariam na base não

apenas da recepção de *Fantoches*, como também da vida intelectual sulina. Segundo Meyer, seu objetivo ao comentar o livro “foi tratar com o rigor que merece o talento [...] de um camarada independente – porque as qualidades delle me obrigam a esperar, a exigir muito mais” (Idem). Talvez por camaradagem, ou por interesses relacionados à continuidade de boas relações com editora e um de seus importantes funcionários, Meyer, apesar das críticas, oferece uma espécie de carta de crédito, se não a *Fantoches*, ao menos ao talento de seu autor.

Ambos os comentários revelam, direta ou indiretamente, a centralidade da Livraria e da Editora Globo, para a vida intelectual de Porto Alegre, bem como a importância das posições ocupadas por Erico no interior deste empreendimento editorial, ponto que, ao menos inicialmente, serviu para levantar suspeitas sobre sua qualidade como autor de literatura. É difícil precisar com exatidão o período em que Erico permaneceu como funcionário da Globo. Na *Revista do Globo* foram seis anos²⁵, suas atividades como tradutor diminuíram na medida em que a editora organizou um departamento dedicado apenas a esta tarefa, mas a importante e nem sempre clara função de “conselheiro editorial” de Henrique Bertaso não apenas criou controvérsias acerca da conduta de Erico em relação a outros escritores aspirantes a publicar pela Globo, como também parece ter sido uma atividade que, com diferentes graus de intensidade, se prolongou ao longo de toda a permanência de Henrique

²⁵ É a própria revista que noticia o desligamento de Erico: “acaba de deixar a direção desta revista o escritor Erico Verissimo, que desde 1º de janeiro de 1931 fez parte de sua redação, primeiro como secretário e ultimamente como diretor. Erico Verissimo dirige atualmente ‘A NOVELA’, a nova publicação do Globo, que com tanto êxito foi lançada em todo o país. (“Erico Verissimo deixou a ‘Revista do Globo’”. *Revista do Globo*, 1936, p. 12). A *Novela* circulou entre 1936 e 1938, contabilizando vinte e sete edições: “trata-se de um empreendimento editorial bastante avançado para a época, mobilizando uma equipe de tradutores (onde se incluem Mario Quintana e Justino Martins) e artistas gráficos que alcançariam grande projeção: João Fahrion, Edgard Koetz e Nelson Boeira Faedrich. A revista visou, sobretudo, a divulgação de autores estrangeiros no Brasil e aí apareceram, pela primeira vez, textos traduzidos de Somerset Maugham, G. K. Chesterton, Gertrude Stein, Giovanni Papini, Agatha Christie, Joseph Conrad, Katherine Mansfield, Ernest Hemingway, entre outros” (Chaves, 2001, p. 174 - 175).

Bertaso à frente da editora. Cuidando diretamente da negociação de prazos e pagamentos dos títulos escolhidos, Erico evidencia tanto seu mergulho na rotina da Globo, quanto a percepção de que, muitas vezes, a literatura ficava de lado:

“Meu caro Lucio Cardoso.

Obrigada pela sua carta e pela remessa de originais.

Foi pena mesmo que não tivéssemos conversado mais vezes e com mais descanso. Minhas viagens ao Rio são sempre um fracasso no que diz respeito ao tempo e conversas com os amigos.

Quanto ao seu livro para crianças, peço-lhe que tenha paciência. Incluirei no programa do ano que vem. Este ano é impossível. Tudo isso depende de ilustrações, de máquina, etc. O essencial é você saber o livro tem editor e não ficará no fundo da gaveta.

[...]

Estou atravessando uma época de pouco entusiasmo pela Literatura. Tenho escrito pouco e mal. Talvez a primavera me traga mais ânimo e seu sopro me consiga tirar esta onda de burrice que me afoga

[...]

Um abraço do

Erico” (Correspondência Erico Verissimo – Lucio Cardoso, Porto Alegre, 01/09/1937).

Os originais em questão são do livro infantil *História da lagoa grande* escrito por Lucio Cardoso e publicado pela Globo em 1939²⁶. A entrega dos originais, a preparação do livro e a negociação dos pagamentos são todos intermediados por Erico:

“Meu caro Lucio Cardoso,

[...]

Você fala em devolver-lhes os originais da História da lagoa grande... Mas como? Você parece não entender a situação. O livro não apareceu no Natal por culpa exclusiva do desenhista, que se atrasou. O mesmo aconteceu com as histórias do Graciliano, da Lúcia Miguel-Pereira e do Marques Rebelo. Os meus esforços se traduziram nisto: arrancar os originais das prateleiras, distribuí-los entre os desenhistas e fazer às vezes de mestre-escola junto destes; ameaçá-los com castigos, palmatórias, orelhas de burro, etc. Tudo inútil.

Fique certo de que tudo agora vai bem. As ilustrações estão todas prontas. Falta apenas a impressão, que será feita ainda este primeiro semestre de 1939. Os desenhos coloridos são feitos todos na mesma escala, para serem impressos ao mesmo tempo

[...]

²⁶ Nota-se, aqui, o fato de que autores nacionais de destaque optaram por lançar pelo selo Globo livros que correspondem a incursões literárias novas como é o caso de Lucio Cardoso com este livro de histórias infantis.

Creia na amizade e na admiração do
Erico Verissimo” (Correspondência Erico Veríssimo – Lúcio Cardoso, Porto Alegre,[1939])

O vínculo com o trabalho de seleção de títulos e negociações de direitos autorais acompanha Erico até mesmo em suas estadias no exterior, as quais lhe permitem obter certas vantagens, dada sua observação direta do mercado editorial norte-americano e da possibilidade de contatos face a face com agentes e escritores²⁷.

O envolvimento de Erico com a rotina da editora foi duradouro, sendo visto por muitos como decisivo para a projeção alcançada pela Globo (Cf. Amorim, 1999; Torresini, 1999), produzindo a diversificação do programa editorial, buscando combinar autores populares, capazes de garantir boas vendas, e autores clássicos ou de vanguarda, capazes de conferir prestígio ao catálogo. Importante não apenas do ponto vista comercial, nota-se que tal estratégia contribuiu, decisivamente, para a constituição de um público leitor que, pouco a pouco, começa a se familiarizar com narrativas até então de pouca circulação no Brasil como era o caso dos romances de língua inglesa, importante aposta editorial da Globo.

Retomando a publicação de *Fantoches*, o livro que foi recebido com reservas e rapidamente associado ao funcionário da Globo, foi bem recebido pelo público que apesar das polêmicas (ou em razão delas), coloca o título como o quinto mais vendido no ano de

²⁷ Em 1941, Erico passou três meses nos Estados Unidos, a convite do *Department of State* no âmbito do Programa de Boa Vizinhança do governo norte-americano sob presidência de Roosevelt. Durante o período, Erico proferiu conferências em universidades e clubes como Rotary etc.. As impressões dessa temporada estão em *Gato preto em campo de neve* (1941). Em 1943, recebe novo convite do *Department of State*, agora para lecionar na cátedra de Literatura Brasileira na Universidade da Califórnia, transferindo-se para Berkeley com toda a família. No ano seguinte, leciona literatura e história brasileiras no Mills College, em Oakland, Califórnia. Permanece no país até 1946, ano em que lança *A volta do gato preto* (novamente sobre a estadia no exterior). Parte das aulas ministradas no exterior estão reunidas no livro *Breve história da literatura brasileira*, traduzido para o português em 1995. Em 1953, parte para nova estadia nos Estados Unidos, agora a convite do governo brasileiro, para dirigir o Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, na Secretaria da Organização dos Estados Americanos, substituindo a Alceu Amoroso Lima. Vive em Washington com a família por mais três anos. Sobre a estadia do escritor nos Estados Unidos, ver: Fauri, 2006.

1932 em Porto Alegre²⁸. Um ano depois, em 1933, aparece *Clarissa*. Novamente, é possível encontrar nas páginas do *Correio do Povo*, comentários ao romance, recebido, desta vez, com menos restrições, como demonstra a reavaliação de Sérgio de Gouvêa:

se a predição fosse uma sciencia mal estaria eu, a esta hora, para justificar os conceitos abaixo. [...]. *Mas a mesma diferença e a mesma distancia que medeiam entre o autor dos 'Fantoques' e o de 'Clarissa' separa, no momento, o juízo de hontem do de hoje. É uma diferença enorme. [...]. A risonha luminosidade desse livro magnífico que é 'Clarissa' destroe a critica severa para colocar o seu autor entre os escritores modernos mais fortes e mais bellos do Brasil.* (Gouvêa, 1933. grifos meus, grafia original).

Mesmo superando algumas das desconfianças da crítica local, o próprio autor parece desconfiado de sua novela quando a situa no mapa da literatura brasileira de então:

“Ilmo sr.

Eu não gostava da sua maneira de escrever. Hoje gosto. (Nós os escrivinhadores somos os peores criticos dos colegas... Queremos que todos sintam, pensem e se expressem com a gente.)

BANGUE tem vida. BANGUE é verdade. BANGUE é bonito. BANGUE impressiona.

Não se esqueça de que comecei a ler o seu livro com prevenção, esperando não gostar. E saiba que sou inimigo do elogio convencional, do elogio que se faz na esperança duma retribuição.

Não sei si V. recebeu minha CLARISSA. Pois eu lhe digo com sinceridade que o meu livreco, perto do seu, é “café pequeno”, como diz o samba. Creio que é o maior elogio que posso fazer a BANGUE.

Quando tiver tempo, escreva-me duas linhas. Conte-me os seus planos. Não percam tempo em falar de mim ou de meus livros. V. está noutro plano. Agora sou seu “fan”.

O Vergara fala muito em V. O Arinos tambem.

Em março vou lhe mandar o meu novo romance “CAMINHOS CRUZADOS”.

Um abraço muito cordial do Erico Verissimo”

(Correspondência Erico Verissimo – José Lins do Rego, s/d).

²⁸ Cf. “Autores brasileiros mais lidos em 1932”, *Correio do Povo*, 22/01/1933. Lista encabeçada por Pe. Humberto Rohden, *O Eden do lar* – o decreto do Ensino Religioso; Aberto de Brito, *A questão social* – a paria dos milagres; João Neves, *A jornada liberal*; D. João Becker, *O comunismo russo e a doutrina cristã*. Sobre a estreia literária, o narrador de *Solo de clarineta* prefere o tom jocoso: “[...] amigos escreveram notas favoráveis sobre os meus bonecos. É natural que houvesse também críticas desfavoráveis ou apenas neutras. Dos 1500 exemplares impressos, venderam-se no primeiro ano apenas uns 400 ou 500. Um incêndio providencial destruiu o armazém onde estavam sepultados os volumes não vendidos de Fantoques e, como toda a mercadoria estivesse segurada, a editora não teve prejuízo com a edição, e eu recebi minha percentagem sobre o total de exemplares queimados. Ora, isso não é o que se possa chamar de sucesso literário, mas de certo modo o incêndio me proporcionou a oportunidade de oferecer à Globo um novo livro” (Verissimo, [1973] 2005, p.234).

Estabelecendo uma assimetria entre si próprio e José Lins do Rego que “está noutro plano”, Erico Verissimo parece apostar em *Caminhos cruzados*, como livro capaz de apresentá-lo de maneira mais adequada a seus pares. O romance, lançado em 1935, é recebido como o principal livro do autor até ali:

depois de ‘Clarissa’, que teve larga diffusão e que conseguiu em todo o Brasil um êxito sem precedentes, Erico Verissimo nos dá agora ‘Caminhos cruzados’, romance que sahe fora da bitola clássica. Imaginem-se várias histórias que se entrecruzam e nas quaes se agitam pessoas diferentes quanto ao phisico, ao moral e as condições sociaes. Há a ligar todos os casos um fio tênue que garante a unidade do romance. Vidas cruzadas. Destinos que se chocam, que se acotovelam, que correm paralelos ou que nunca surgem no mesmo plano. *O resultado é um panorama regularmente vasto da nossa vida social moderna. O rytmo do livro acompanha o movimento acelerado da vida de hoje.* O autor não escreveu a história para provar nenhuma verdade política. Apenas fixou o que está no ambiente, embora as suas personagens sejam todas absolutamente de ficção. [...] (“Livros Novos”, *Correio do Povo*, 20/06/1935, p.3).

Em meados da década de 1930, a imprensa de Porto Alegre reapresenta Erico Verissimo, agora como um dos mais importantes romancistas locais, atribuindo à sua narrativa um traço de modernidade que o distinguiria no cenário da literatura brasileira. Com três livros publicados, dirigindo a *Revista do Globo* há cinco anos, 1935 marca uma nova etapa na carreira literária do autor. *Caminhos cruzados* ganha destaque na crítica, embora seu reconhecimento não implique no encadeamento com os livros anteriores, antes, a obra parece marcar uma nova estreia, a de um autor que surgiu de repente no cenário brasileiro, como o saúda resenha publicada no *Boletim de Ariel*:

eu sempre acreditei muito nas possibilidades intelectuais do sr. Erico Verissimo. Desde que li Clarissa, passei a admirar-o e delle fiquei esperando um outro romance, em que melhor ficassem positivadas as suas qualidades de romancista. Felizmente, não me enganei. Acontece, porém, que esses Caminhos Cruzados, que a Livraria do Globo acaba de editar e eu li verdadeiramente maravilhado, foram muito além de todos os meus cálculos (...)

[...] Para mim, porém, o romance do sr. Erico Verissimo não é somente um excellent romance, um romance do qual a gente não se pode esquecer nunca. (Cordeiro, 1935)

Ao longo da primeira metade da década de 1930, Erico Verissimo foi tratado como uma promessa, embora não fosse exatamente um principiante. *Caminhos cruzados* indica a alguns críticos que a aposta no talento do autor não estava equivocada, de modo que os romances lançados em 1936, *Música ao longe* e *Um lugar ao sol* são destacados como importantes obras da literatura nacional. Paulo Arinos, pseudônimo do historiador Moysés Vellinho, marca, nas páginas do *Correio do Povo*, esta percepção:

o nome de Erico Verissimo continua em cartaz. Laureado duas vezes fóra do Rio Grande do Sul em competições²⁹ [ilegível], comentado e admirado de norte a sul do paiz, sem contar o curioso desenlace de certa aventura literária que foi terminar imprevisivelmente nos Estados Unidos com a incorporação do nosso novelista no brilhante elenco dos escriptores ingleses de após-guerra, - o feliz autor de ‘Caminhos cruzados’ é um dos espíritos novos sobre o qual a atenção dos círculos litterários mais se tem demorado (Arinos, 1936).

Em 1938, com *Olhai os lírios do campo*, Erico Verissimo experimenta um sucesso editorial notável. Em artigo para a *Revista do Globo*, Antonio Barata, então responsável pelo Serviço Globo de Divulgação Literária, afirma que

até a data presente, nenhum romance de ficção pura alcançou no Brasil um êxito tão estrondoso como ‘Olhai os lírios do campo’, de Erico Verissimo. Êxito de crítica e de livraria, que são duas coisas bastante distintas, pois muitas vezes um determinado livro obtém extraordinário êxito de crítica e sua edição fica inexplicavelmente encalhada nas estantes e, outras vezes, a crítica não se ocupa de um volume e sua edição se esgota inteiramente, como que por milagre.

[...]

Erico Verissimo começou a sua carreira de escritor aos vinte e cinco anos de idade. Hoje, aos trinta e três, é um dos mais conhecidos e admirados romancistas da língua portuguesa. E – o que é mais extraordinário – Erico Verissimo é um escritor de província, que nunca saiu da província e que, na sua própria província, nunca foi muito comentado.

[...]

‘Olhai os lírios do campo’ (não obstante Erico Verissimo continuar considerando ‘Caminhos cruzados’ o seu melhor trabalho) é, no Brasil, o precursor do best seller – do livro capaz de enriquecer o seu autor (Barata, 1939. grifo meu)

²⁹ Referência aos prêmios da Fundação Graça Aranha e Machado de Assis (da Companhia Editora Nacional) concedidos a *Caminhos cruzados* e *Música ao longe*, respectivamente.

Além da descrição da circulação de *Olhai os lírios do campo*³⁰ entre críticos e leitores, Barata também destaca o extraordinário de uma situação na qual o sucesso de crítica e de livraria é amparado pela província, afinal, seu autor era “um escritor de província, que nunca saiu da província”. Lugar geográfico carregado de sentidos políticos e culturais, a província é acionada aqui justamente para esvaziar seu sentido, ou seja, o *best-seller* que surgiu alheio ao centro demonstraria a descentralização da produção intelectual no Brasil, bem como as transformações do país que ao contar com um número maior de leitores poderia oferecer suporte a outros fenômenos do mesmo tipo.

Ao classificar Erico como um “escritor provinciano”, Barata reforça um estereótipo para desfazer outro, qual seja, a pequena importância atribuída a livros, autores e editoras regionais. A própria *Revista do Globo* já havia saudado o romance e seu autor num elogio que é, ao mesmo tempo, o reforço da importância da Editora Globo num mercado de livros em transformação:

A extraordinária procura do último livro de Erico Verissimo, os aplausos entusiásticos que acompanham o seu triunfo, indicam-nos que já possuímos um público. Isso quer dizer que a fase do sacrifício – para os escritores e editores – já passou. É possível escrever e editar em Porto Alegre, desde que o livro escrito e editado seja capaz de obter a simpatia do público. (“A significação de um triunfo literário”, *Revista do Globo*, 1938. maiúscula no original, grifo meu).

³⁰ O romance marca, também, o início da publicação dos livros de Erico Verissimo no exterior: em 1940, há uma edição argentina do Club del Libro e sete anos depois o lançamento em Portugal numa iniciativa da editora Livros do Brasil que escolheu romance para abrir a “Coleção Livros do Brasil”. Sobre a edição brasileira, Hallewell observa que “a primeira edição de três mil exemplares esgotou-se em duas semanas após o lançamento, em 1º de julho de 1938, e, em 1941, o livro estava em sua nona edição. *Depois disso, Verissimo tornou-se, para o êxito comercial da Globo, um fator quase tão importante quanto Jorge Amado vinha sendo para o da Martins*” (Hallewell, [1985]2005, p.412. grifo meu). Antonio Barata apresenta os seguintes dados sobre as vendas do livro: a primeira edição, lançada em 05 de julho de 1938, com tiragem de quatro mil exemplares se esgotou em dois meses. Entre julho de 1938 e março de 1939, vinte mil exemplares do livro haviam sido vendidos (Barata, 1939). *Olhai os lírios do campo* também ganhou uma versão cinematográfica em 1947. Produzido na Argentina, *Mirad los lirios del campo*, foi dirigido por Ernesto Arancibia e teve Silvana Roth no papel de Olívia (Cf. *Revista do Globo*, n.447, 22/11/1947). A venda dos direitos cinematográficos, “a preço de banana” teria permitido a Erico quitar a última promissória da antiga farmácia de Cruz Alta (Cf. Verissimo, [1973] 2005, p.212).

Desta vez, trata-se de indicar que o sucesso do autor é também o da sua editora, ambos carregando a marca da província. Menos do que destacar os méritos do livro, importa evidenciar como a aposta no mercado editorial local rendia frutos, referidos justamente à formação e à qualificação de um público leitor que começava a dar suporte para a profissionalização dos escritores que ali permanecessem, num indício de que Porto Alegre era capaz de oferecer o suporte necessário não apenas ao empreendimento editorial da Globo, como também à profissão de escritor³¹.

³¹ O período é retomado por Erico como aquele que permitiu a dedicação ao ofício da escrita: “Entre 1932 e 1937 escrevi **Clarissa, Caminhos Cruzados, Música ao Longe, Um Lugar ao Sol, A vida de Joana d’Arc**. Edições de dois ou três mil exemplares que levam de dois a três anos para se esgotarem. **Olhai os Lírios do Campo** encontrou tamanha receptividade da parte do público que daí por diante **comecei** a viver exclusivamente dos **royalties** de meus próprios livros”. “Erico Verissimo falou e disse”. *Revista Manchete*, 18/12/1971, grifos no original.

3. Um olhar desconfiado: escritores e crítica.

No início do capítulo, a correspondência trocada entre Erico e José Lins a propósito de *Banguê* revelava certa assimetria na carreira literária de ambos. Treze anos depois, uma nova carta revela o novo momento da carreira de Erico Verissimo, agora um par do romancista paraibano e, por isso, em condições de lhe oferecer conselhos:

“Me caro Zé Lins:

Isto é um bilhete, mas pretende dizer muita coisa. Primeiro, que tive um grande prazer em ve-lo, embora por poucos minutos. Segundo, que li o seu EURIDICE e achei-o uma grande história, contada de um jeito inimitável, que é muito seu, que enreda o leitor, que o prende e o obriga a acreditar no que você conta. (Minha senhora ficou sua fan depois de EURIDICE, e está lendo os livros anteriores.) Terceiro, quero mais uma vez agradecer-lhe pela generosa nota que v. publicou no GLOBO a meu respeito.

Tenho sabido notícias do êxito de livraria de EURIDICE. Isso vai mudar a sua vida. Os criticos começarão a desconfiar de você. Passarão a achar que v. agora não é tão sério como era antes. Que tolice! Juca é um bom mas infeliz; todos o acham muito decente. Um dia Juca – o mesmo Juca, sem mudar nada – passa a ser feliz, e isso basta para que comecem a achá-lo um péssimo sujeito. Mas não ha de ser nada. V. verá como ao cabo de algum tempo a gente fica com pele de crocodilo e não sente mais as frechadas que nos dão.

O desafio para a partida de tennis está de pé.

Lembre-me aos seus e abrace o seu amigo e fan de sempre

Erico Verissimo” (Correspondência Erico Verissimo – José Lins do Rego, Porto Alegre, 22/12/1947).

O conselho parece ter sido guardado por José Lins que, por ocasião do recebimento do Prêmio Fábio Prado, concedido ao romance *Eurídice*, retoma o bilhete recebido do “amigo e fã” Erico Verissimo:

- Quando publiquei ‘Euridice’, Erico Verissimo escreveu-me uma carta de Porto Alegre. Tinha lido o livro. ‘Você, dizia Erico, prepare-se para receber as maiores restrições da crítica’, porque quando o autor começa a vender muitos de seus livros os críticos desconfiam dele.

- E acredita nessa opinião? Indagamos.

- Bem, tenho cá as minhas crenças. A verdade é que para a desconfiança dos críticos há a satisfação dos editores e, como resultante, uma ótima transação comercial. O ‘Prêmio Fabio Prado’, que acabam de conceder-me, consagrará o livro de maneira

definitiva. Isto significa que meu esforço como romancista está sendo recompensado (REPORTAGEM, *Folha da manhã*, 01/06/1948, p.5) ³².

“A verdade é que para a desconfiança dos críticos há a satisfação dos editores [...]”.

Comentário um tanto cínico, mas que ilustra um aspecto preciso da circulação dos livros dos dois autores: a afirmação nas livrarias não é convertida, em igual medida, em sucesso entre os críticos. Relação particularmente delicada no caso de Erico Verissimo cuja figura de escritor sofreu com certo apagamento nos suplementos e revistas literárias mais importantes do país³³.

José Lins também enfrentou situação parecida, a despeito da recepção crítica exitosa nos anos de 1930, a afirmação em vendas, ao longo da década seguinte, foi vista por muitos como a repetição de fórmulas anteriores que já haviam obtido sucesso, exceção feita a *Fogo morto*. A classificação do escritor como um memorialista implicará, na maioria dos casos, em interpretações pouco cuidadosas que ao não questionarem o sentido e o lugar da memória em sua narrativa, acabam por colocar em suspeição o próprio caráter ficcional da obra.

No entanto, ainda que seu prestígio como escritor tenha sido, progressivamente, discutido, a posição literária alcançada na década de 1930, parece ter lhe dado segurança para permanecer como um importante nome da literatura nacional. Importância que se refere, entre outros aspectos, aos personagens figurados e aos temas tratados, isto é, mesmo

³² Ainda sobre o prêmio: “- O ‘Prêmio Fabio Prado’ outorgado ao meu romance ‘Eurídice’ constituiu para mim, o maior triunfo em toda minha carreira literária”, declarou à reportagem das ‘Folhas’ o romancista José Lins do Rego, que se encontrava em nossa capital. - Um prêmio de literatura em São Paulo – prosseguiu – traz ao contemplado uma satisfação inexprimível e representa a conquista de um galardão difícil de nos deixar indiferentes. Estou satisfeito” (REPORTAGEM, *Folha da manhã*, 01/06/1948, p.5).

³³ Em 1950, uma enquete promovida pela coluna de José Condé no *Correio da Versa* sobre quais seriam os melhores lançamentos do ano anterior na opinião de escritores e leitores. *Repouso* de Cornélio Pena e *Fonte invisível* de Augusto Frederico Schmidt foram os eleitos entre os escritores. Já para os leitores, *O Continente*, primeiro volume de *O tempo e o vento*, foi o escolhido. Sete anos antes, em 1943, Antonio Candido debate a questão em seu rodapé literário no jornal *Folha da Manhã*. “Romance popular” é categórico logo em seu início: “se há escritor popular no Brasil, é Érico Veríssimo. Razão suficiente para as nossas elites delicadas torcerem o nariz ante a sua obra” (Candido, [1943] 2004, p.63).

questionado no valor ficcional de sua narrativa, a importância atribuída aos temas tratados tais como: seca, situação dos trabalhadores rurais, decadência dos engenhos etc. parece garantir a José Lins um espaço, se não privilegiado, ao menos cativo na vida intelectual de então.

De todo modo, deve-se tomar cuidado ao estabelecer semelhanças e diferenças entre as carreiras literárias dos dois autores e seu prestígio junto aos leitores e à crítica. José Lins do Rego já havia publicado, em 1943, aquela que é considerada sua principal obra, *Fogo morto*, enquanto Erico Verissimo traria a público o primeiro volume de *O tempo e o vento* em 1949. Por ora, trata-se, apenas, de evidenciar os caminhos difíceis percorridos pelos romancistas na construção de suas carreiras literárias. Se, por um lado, o “sucesso nas livrarias” permitiu a ambos se estabelecerem como escritores, Erico Verissimo e José Lins do Rego não viveram, no período analisado, exclusivamente da atividade literária, o que não significa, contudo, que não tenham feito da literatura suas profissões. A colaboração com jornais e o emprego no funcionalismo público no caso de José Lins do Rego, a atuação no mercado editorial, na docência no ensino universitário norte-americano e na União Pan-Americana no caso de Erico, foram esferas de atuação que se articularam como vistas a construir a literatura como a base do prestígio e do reconhecimento de ambos como intelectuais.

Capítulo 2

Livrarias e editoras: notas sobre um mercado de livros entre 1920 e 1950.

Além de estabelecerem uma relação entre editor e editado, José Lins do Rego e Erico Verissimo contribuíram para que tanto a José Olympio, quanto a Globo se estruturassem como empresas. Em linhas gerais, os anos de 1930 e 1940 foram marcados pelo surgimento de diferentes editoras que colocaram em circulação novos autores e temas. Empresas como a Globo, a José Olympio, Ariel, a Schmidt e a Companhia Editora Nacional, por exemplo, se lançaram em empreendimentos como o lançamento de obras de jovens e desconhecidos autores, a edição de material didático e a tradução de literatura estrangeira.

Para os temas aqui, José Olympio e Globo são particularizadas não apenas pelas relações estabelecidas com José Lins e Erico Verissimo, mas também para o estudo do trânsito entre o regional e o nacional. Assim, a análise, mesmo que parcial, de catálogos e estratégias editoriais permite perceber o modo como temas e problemas caros ao período foram colocados em circulação, dando visibilidade a uma produção literária, ensaística e acadêmica dedicada a sistematizar um conhecimento sobre o Brasil e sobre suas diferentes regiões.

Assim, o capítulo apresenta uma breve descrição da história da José Olympio e da Globo, em seguida, as duas editoras são vistas *em relação*, num movimento que explora os limites e os alcances de cada uma na edição de literatura, para, na sequência, particularizar duas coleções dedicadas às ciências sociais, à história, ao ensaio, à literatura e à filosofia, a coleção *Documentos Brasileiros* da José Olympio e a *Coleção Província* da Globo. Pretende-se perceber em que medida região e nação operam como um par capaz de despertar o interesse do público leitor, estruturando catálogos de editoras e impulsionando o crescente

mercado de bens culturais no país, ou seja, trata-se de analisar se o trânsito entre o regional e o nacional auxiliou na estruturação do mercado editorial brasileiro.

1. Livraria José Olympio Editora: de São Paulo ao Rio de Janeiro.

Fundada em 1931 por José Olympio Filho, a editora batizada com o nome do fundador ganhará destaque com a publicação de literatura brasileira, traço que será decisivo para sua distinção como editora, auxiliando na consagração de romancistas como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz.

José Olympio se aproximou da atividade livreira ainda adolescente, quando ingressou como encarregado geral na prestigiada Casa Garraux, num emprego conquistado por intermédio de seu padrinho de crisma e então presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes. Uma das mais sofisticadas casas de comércio da cidade de São Paulo no início do novecentos, a Garraux era conhecida pelo comércio de produtos importados, incluindo livros. Tendo entrado na empresa como encarregado geral, José Olympio a deixa como gerente livreiro, posição que lhe possibilitou aprofundar não apenas seus conhecimentos sobre o comércio livreiro, mas, especialmente, estreitar laços com intelectuais e homens públicos paulistanos, ponto de partida para a estruturação de seu próprio negócio, iniciado com a compra da biblioteca de Alfredo Pujol, ex-deputado e conhecido bibliófilo cujo espólio estava sendo negociado pela família¹.

Uma das maiores coleções particulares da cidade de São Paulo, a biblioteca contava, principalmente, com livros raros e edições especiais para colecionadores². O acervo, bem

¹ Foi também como gerente da Casa Garraux que José Olympio conheceu Vera Pacheco Jordão, com quem foi casado e teve três filhos. Vera era uma cliente regular da Garraux, “filha caçula de Geraldo Pacheco Jordão, engenheiro de renome, e de Benedita Marinho, representante de família tradicional, Vera nasceu em Paris, em novembro de 1910, formou-se em importantes colégios e transitava com fluidez pela cultura francófila da época” (Sorá, 2010, p.72). Gustavo Sorá identifica o período em que José Olympio estava à frente do comércio livreiro da Garraux como aquele que teria possibilitado a incorporação de um *habitus* que iria estruturar e orientar “uma maestria única para modelar estratégias de trânsito entre diferentes frações do campo do poder, pilar de seu sucesso posterior como editor” (Idem, p.36).

² Pujol integrava a Academia Brasileira de Letras e autor, entre outros, de estudo sobre Machado de Assis, publicado em 1917 pela Typographia Brazil com o título *Machado de Assis*.

como parte do mobiliário arrematado junto à família do bibliófilo, ofereceram o ponto de partida para a Livraria José Olympio, aberta na Rua da Quitanda 19A, em São Paulo³.

A venda dos livros da biblioteca de Pujol foi o carro chefe do empreendimento recém-inaugurado, que se dedicava, ainda, à importação de livros, dando os primeiros passos na atividade editorial. *Conhece-te pela psicanálise* de Joseph Ralph foi o primeiro título editado pelo novo selo que, a partir de 1933, inicia a publicação de autores brasileiros, tendo como primeiro trunfo comercial a publicação de *Os Parias*, livro de crônicas inéditas de Humberto de Campos (Cf. Hallewell, [1985] 2005, p.436-438). Estudiosos da trajetória de José Olympio e de sua Livraria e Editora apontam as dificuldades decorrentes do fechamento do mercado paulista com a Revolução Constitucionalista de 1932 como um dos principais motivadores da mudança do endereço para o Rio de Janeiro (Cf. Soares, 2006; Pereira, 2008). Transição que teria sido intermediada e influenciada pelos escritores Humberto de Campos e Amando Fontes⁴:

Campos foi seu guia na capital. Mesmo preso à cama, fez contatos, apresentou-o a gente do mundo literário e político e, valendo-se de sua popularidade, abriu-lhes as portas de jornais, revistas e rádios. Amando, advogado, alto funcionário da Receita Federal e autor de *Os Corumbas* [...] foi o grande parceiro e conselheiro. Tinha um talento especial para ações de bastidores e se pôs inteiramente a serviço de José Olympio (Soares, 2006, p.35).

Independente dos motivos que levaram José Olympio a transferir sua atividade livreira e editorial para o Rio de Janeiro, é na capital da República que o editor encontra

³ Segundo Gustavo Sorá, o negócio foi fechado em oitenta contos de réis, dinheiro levantado graças às amizades firmadas nos tempos da Garraux, destacando-se a atuação de outro bibliófilo, João Carlos de Macedo Soares (Cf. Sorá, 2010, p.74). Para maiores informações e detalhes sobre as atividades da José Olympio em São Paulo, consultar: Hallewell, [1985] 2005.

⁴ Como visto no capítulo anterior, Amando Fontes foi o intermediário que possibilitou a publicação de *Banguê*, e a reedição de *Menino de engenho* de José Lins do Rego. Já Humberto de Campos, além de importante autor do fundo editorial que José Olympio começava a construir, manteve relação próxima com o editor, como pode ser visto em Sorá, 2010, p.83 – 94.

meios para estabelecer contatos duráveis com diferentes escritores, ampliando seu negócio por meio da aposta na edição de literatura brasileira, ponto que será explorado adiante.

2. “Urbi et Orbi! Da cidade para o mundo. De Porto Alegre para o globo”⁵.

A L. P. Barcellos & Cia, ou Livraria do Globo, foi fundada em 1883 por Laudelino Pinheiro de Barcellos. Localizada na Rua da Praia, centro de Porto Alegre, a empresa rapidamente agregou mais uma atividade ao comércio: a tipografia dedicada à fabricação de livros em branco para firmas comerciais. A especialização da L. P. Barcellos & Cia no comércio livreiro, bem como sua aposta na atividade editorial ocorrem lentamente, numa conversão que teria contado com a participação decisiva de José Bertaso.

Assim como ocorreu com José Olympio, Bertaso também foi admitido como encarregado de serviços gerais, mas numa pequena livraria de Porto Alegre, a Livraria do Globo. O menino tinha então oito anos e, ao longo do tempo, percorreu toda a estrutura hierárquica da empresa: foi caixeiro, chefe de loja, em seguida administrador das oficinas e gerente. Ao contrário do colega paulista, os recursos acumulados nesta trajetória foram mobilizados no interior da própria Globo, de modo que Bertaso se tornou interessado na firma, depois sócio e finalmente proprietário em 1918⁶.

⁵ *Urbi et orbi* era a inscrição do primeiro logotipo da Livraria do Globo. A frase seguinte é atribuída a José Bertaso (Cf. Amorim, 1999; Torresini, 1999).

⁶ Hallewell, por exemplo, argumenta que os “alicerces da prosperidade” da Globo foram lançados por José Bertaso, “um rapazinho admitido para pequenos serviços, em 1890, e que evoluiu a ponto de tornar-se sócio e, no final, proprietário, com a morte de Barcellos”. (Hallewell, [1985] 2005, p.391). Sobre o mesmo tema: Verissimo, 1973; Bertaso, 1993.

Em 1909, a Livraria do Globo importou o primeiro linotipo de Porto Alegre, transformando sua oficina na mais moderna da cidade, produzindo inúmeras edições avulsas até lançar, em 1916, seu primeiro produto editorial, o *Almanaque do Globo* (1917-1933), dirigido por João Pinto da Silva e Mansueto Bernardi⁷.

Livrarias, editoras, cinemas e jornais acompanham a progressiva urbanização de Porto Alegre, que ao longo das primeiras décadas do século XX assumirá a função de mais importante centro político e cultural do Rio Grande do Sul⁸, transformando seu espaço urbano num canteiro de obras destinadas a edificar uma fisionomia grandiosa para a cidade e, por esta via, formatando uma temporalidade moderna⁹.

De modo breve, é importante indicar que o crescimento da Globo acompanha o processo de modernização da cidade, ou seja, a criação das faculdades e escolas de ensino superior, a consolidação de museus e teatros, bem como de padrões de consumo ligados a bens culturais, ofereceram os parâmetros para a aposta na atividade livreira e editorial. Entre 1918 e 1930, a atividade editorial da Livraria do Globo permaneceu sob a direção de Bernardi que fortaleceu o contato com intelectuais de Porto Alegre ou recém chegados à cidade. Mesmo tímida, a atividade editorial orientou-se para retirar do ineditismo esses

⁷ Segundo Alice Moreira, “o *Almanaque do Globo* surgiu de uma proposta feita a Laudelino Barcelos pelo crítico e professor João Pinto da Silva. O anuário era dividido “basicamente em três partes: a primeira e a última constituídas de seções de caráter informativo e de ordem prática; a Secção central, com maior número de páginas e ilustrada com fotos, gravuras e desenhos, contém textos literários, artigos e documentos sobre fatos históricos e notícias” (Moreira, s/d).

⁸ Dando suporte a esta nova condição, em 1914, o engenheiro João Moreira Maciel apresentou um Plano de Melhoramentos para Porto Alegre. Encomendado pela prefeitura da cidade, o plano evidencia a tentativa de organizar a vida urbana e o desejo de equiparar a capital a outros centros urbanos do país. O Plano pode ser tomado como um “marco na instalação do ideal de modernidade em Porto Alegre” (Sandri, 2007, p.65), constituindo - se num referencial tanto para a percepção do modelo de cidade pretendido para a capital, quanto para a constatação de que as reformas modernizadoras não obedeciam a uma lógica de planejamento urbano que pretendia integrar a cidade como um todo, antes, tratava-se de circunscrever a região central e nela construir os símbolos culturais e políticos caros à versão gaúcha do movimento republicano.

⁹ Tempo e espaço que se alinhavam numa visão de mundo pautada nas noções de urbanidade e modernidade que eram possíveis na Porto Alegre de então. Noções que darão suporte à emergência de práticas, gostos e demandas das camadas médias.

autores, num processo capaz de unificar dois projetos: a atividade editorial e o espaço da Livraria do Globo como lugar de sociabilidade.

Além da publicação de autores sulinos, os anos de 1920 começaram a estruturar uma das bases da atuação da empresa, a tradução de literatura estrangeira. Pouco a pouco, foram construídos os parâmetros para que as edições da Globo se tornassem conhecidas nacionalmente, movimento que será reforçado com o início da publicação da *Revista do Globo* a partir de 1929.

3. A edição de literatura brasileira: José Olympio e as fronteiras da Globo.

Erico,

há mais de dois meses que estou para lhe escrever esta carta. Vou enumerar os motivos porque não escrevi logo: minha mulher teve um parto difficilimo e passou mais de um mez entre a vida e a morte, eu incapaz de pensar em qualquer coisa. [...] Começo a normalisar tudo [...] Começo por você e lá vae essa carta.

Aqui também foi uma menina: Eulalia, que é minha mãe. Eulalia mandará para a prima Clarissa um presente pobre. Ficam primas como consolação do noivado rompido; E voce trate de arranjar um menino para meu genro.

“Musica em surdina” está na lista de livros do concurso da Editora mas ainda não foi lido pela parte do jury que reside aqui. Engraçado que o livro mais até agora (dos lidos aqui) é um chamado “Os Ratos”, de um gaúcho, passado aí. O Gastão Cruls pensava que era seu. O Agripino também. O Gastão disse: é que ele mudou o titulo. Fomos ver na lista. Lá estava “Musica em surdina”, que ainda está em São Paulo. E “Caminhos Cruzados”? Pelo “branco e preto” soube da próxima aparição como da Joana d’Arc. O romance me interessa enormemente. [...] E o Marçal me fez otimas referencias de um romance de Ernarni Furnari que está a sair e sobre o qual o Marçal vae escrever no Ariel. O livro de Telmo continúa encravado no Schmidt. Um dia sairá. Quando? Mistério...

Tenho lhe mandado as edições Zé Olympio. Esse ano teremos bons romances. Voce os receberá. E eu espero as edições literárias da Globo. Vocês estão anunciando boas coisas. Uma coisa quero que voce me mande: as edições policiaes que você puder. Sou leitor assíduo. Batata. Agora uma coisa seria: quaes são os livros da Nobel que voce pode me mandar? Eu só tenho o Contra Ponto. Tinha o Flaecido Marias mas me roubaram. Uma noiva, que eu tive em Sergipe há dois anos.

O Lebeis está esperando o contrato, que voce anunciou. E um livro de contos de um sujeito inteligentíssimo e inédito, Dias da Costa, não interessaria a voces? O livro chama “Pensão Familiar” e é delicioso. Enfim esta carta está ficando absolutamente comercial. Em todo caso são negocios de livros.

Estou fazendo Jubiabá. Acabei a primeira parte: - Bahia de Todos os Santos e do pae de santo Jubiabá. – 147 folhas datilografadas.

Estou fazendo a segunda: - Diario de um negro em fuga. A terceira será: - A.B.C. de Antonio Balduino. Será um livro de umas 400 paginas.

Porem estou danado. Queria um livro alegre e os miseraveis dos heroes estão entristecendo o livro. Não quero me meter com a vida deles, que já são maiores, da forma que eles estão em plena tragedia. Enfim....Um dia farei um romance “Saveiro” e você sofrerá uma dedicatória. É o que eu posso lhe dar. Pouco mas de coração, como dizia o mulato Arlindo, um sujeito que “conversava só para se divertir” e que eu conheci em Conceição da Feira, na zona do fumo da Bahia.

“Jubiabá” acredite será um livro talvez bonito, com um certo ar místico (nada religioso aliás) peculiar ao negro e um pouco musical. Prestará? Não sei ainda, mas dentro de um mez deve ter uma Idea.

Um dia se eu aparecer aí ou voce aqui, acho que perderemos horas e horas batendo boca deante de um chopp sobre os mais diversos assuntos. Conversaremos, por exemplo, sobre o cheiro doce de fumo das cidades de Caxoeira e São Feliz e sobre o grande romancista de Contra Ponto. Mas me responda, Sou seu amigo,

Jorge Amado – Ouvidor, 110 – Rio. (Correspondência Jorge Amado – Erico Verissimo. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1935. grafia original.)

A carta enviada a Erico Verissimo por Jorge Amado em 1935 revela uma particularidade: ambos os romancistas eram, à época, funcionários das editoras pelas quais publicavam: Globo e José Olympio, respectivamente. Se a correspondência revela a proximidade e amizade entre ambos, permitindo, inclusive, que Jorge Amado peça um genro à filha recém-nascida e revele os bastidores do prêmio literário Machado de Assis ao qual Erico concorria com *Música ao longe* e do qual Jorge Amado era jurado; também guarda um teor “absolutamente comercial”¹⁰, revelador das posições ocupadas por ambos e pelas editoras nas quais trabalhavam: Jorge Amado promete os bons romances que Zé Olympio editará naquele ano, ao mesmo tempo em que solicita a literatura policial e clássicos de literatura estrangeira do catálogo da Globo.

Ao longo da década de 1940, o perfil dos catálogos de ambas as editoras começava a se estabelecer no que se refere à edição de literatura. O da José Olympio distinguindo-se pela presença da literatura brasileira:

[...] Em 1949, a Casa se aproximava das 1.400 edições e editava quase todos os mais importantes escritores brasileiros em atividade – uma das exceções era Guimarães Rosa, que só a partir de 1951 passaria a integrar o catálogo. Ao longo dos anos 1940,

¹⁰ O teor comercial da correspondência aparece também em outro elemento: a carta é escrita em papel timbrado da Livraria José Olympio Editora. Rua do Ouvidor n 110 Fone 23-2389 Teleg. JOLYMPPIO RIO DE JANEIRO. Note-se, ainda, que o endereço indicado por Jorge Amado para o recebimento de correspondência é o da editora.

Graciliano lançou *Infância e Insônia*, Zé Lins, *Água-mãe*, *Fogo morto* e *Eurídice*, Drummond, *A rosa do povo* [...] (Soares, 2006, p.138).

A Globo, por sua vez, ganhava prestígio no cenário nacional pela publicação de literatura estrangeira, filão que não monopolizava, mas no qual investiu fortemente por meio da criação de setores dedicados exclusivamente à tradução, bem como pela aposta na literatura de língua inglesa, pouco traduzida no Brasil até então¹¹.

Ainda que não seja possível observar nenhum exclusivismo na composição dos catálogos¹², uma vez que a Globo editava autores nacionais, bem como a José Olympio se empenhava na tradução de literatura estrangeira, com revelam a Coleção “Fogo cruzado” e o projeto de edição das obras completas de Dostoiévski, ambos iniciados na década de 1940, nota-se que a organização do trabalho, as especializações funcionais que acompanham a receptividade da crítica, ou, ainda, a busca por nichos de mercados, fizeram com que a Editora Globo e a José Olympio Editora fossem representadas no mercado editorial como empresas com identidades bem definidas as quais, por sua vez, construíram a base para sustentação de seus prestígios.

À parte as distinções no terreno da edição de literatura, tanto a José Olympio, quanto a Globo acumularam ganhos comerciais significativos ao longo dos anos de 1940 e 1950 expressos, por exemplo, na ampliação dos negócios: José Olympio contava com filias em São Paulo e Belo Horizonte, enquanto a Globo tinha aberto representações em São Paulo e no Rio

¹¹ Segundo levantamento feito por Sônia Maria Amorim, a publicação de literatura estrangeira corresponderia a, no máximo, 30% do fundo editorial da Globo, pouco mais de dois mil títulos (Cf. Amorim, 1999). Livros técnicos e didáticos, além de obras de referência são também linhas bem definidas e respondem por parcela significativa dos títulos editados. De todo modo, é importante notar que se a literatura estrangeira traduzida não é a mais numerosa, é, certamente, a mais decisiva do ponto de vista da consagração editorial.

¹² Como argumenta Gustavo Sorá, catálogos podem ser lidos como um campo de tensões e disputas no interior do qual diferentes gêneros se estabelecem uns em oposição aos outros (Cf. Sorá, 2010, p.180). Ao mesmo tempo, “a marca de uma editora como empresa cultural é muito mais que um nome. É afirmar um lugar em um espaço de relações e marcar diferenças e distâncias comparativamente a outras marcas” (Sorá, 1997, p.151). Assim, a operação de marcadores que estabelecem e atualizam a diferenciação dos catálogos em coleções revelam hierarquizações de autores e títulos, sintetizando diferentes percepções sobre as marcas.

de Janeiro. No caso da José Olympio, os ganhos comerciais e editoriais parecem caminhar lado a lado, num processo único de acumulação de prestígio e ganho financeiro. A Globo, por sua vez, apresenta dificuldades para converter seu ganho comercial em ampliação e diversificação de seu catálogo de literatura, especialmente no que se refere à literatura brasileira. Laurence Hallewell observa que

a empresa não tinha o mesmo elevado conceito [das traduções] junto à *intelligentsia* brasileira. Esta lamentava – com algum fundamento, mas com pouca justiça – que em uma década de intensa realização literária não tivesse publicado mais do que dois novos autores nacionais importantes: Vianna Moog e o próprio Erico Veríssimo (Hallewell, [1985] 2005, p.411).

Sensível à questão, Mauricio Roseblatt é indicado para a representação da editora no Rio de Janeiro. Além de relações públicas da editora, a missão de Roseblatt incluía o recrutamento de autores de literatura brasileira para o catálogo da Globo. Entre os trunfos por ele conquistados estão o contato com Paulo Ronái para ser o responsável por dois grandes projetos editoriais: a tradução de *Comédie humaine* de Honoré de Balzac e de *À la recherche du temps perdu* de Marcel Proust.

No entanto, Roseblatt e sua editora tiveram pouco sucesso na obtenção de originais de escritores brasileiros¹³, atraindo autores destacados como Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, apenas para os projetos de tradução. Como observa Erico Verissimo em dois balanços *a posteriori*, era difícil a concorrência no mercado de literatura brasileira:

Maurício [...] cedo, porém, descobriu que os melhores escritores nacionais preferiam ser lançados por editores cariocas e seria impossível – e fútil – querer “destronar” nosso amigo José Olympio, o editor que então lançava escritores brasileiros novos (Verissimo, 1973, p.3).

¹³ Exceção feita a Cecília Meirelles que em 1945 publicou seu *Mar absoluto* pela Globo. Foi Roseblatt quem firmou contrato com a autora para ser a tradutora de *Orlando* de Virgínia Woolf.

A edição de 19 de maio de 1956 da coluna “Vida literária” de José Condé, evidencia algumas dos mecanismos de classificação do mercado editorial do período aludido por Erico Verissimo¹⁴. Escreve o colunista: “hoje é a vez dos editores. José Olympio anuncia os principais lançamentos de autores nacionais. E Maurício Rosemblatt os principais lançamentos de autores estrangeiros, da Livraria do Globo” (Condé, 1946). José Olympio declara:

- Alguns dos melhores escritores nacionais serão editados por nós em 1946. Senão vejamos: “Roteiro literário do Brasil e de Portugal”, uma antologia da língua portuguesa organizada por Álvaro Lins e Aurélio Buarque de Holanda. Na Coleção Documentos Brasileiros teremos a 5ª edição de “Casa-grande & senzala”, enriquecido de importantes notas, e a tradução do novo livro de Gilberto Freyre, escrito diretamente no inglês, “Brasil an interpretantion”; a reedição do volume n. 1 da Coleção, “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda [...]

- A coleção de romances e novelas será também um dos pontos altos do nosso plano para este ano. Inicialmente duas estréias: “Os servos da morte”, romance de Adonias Filho e “A busca”, novela de Maria Julieta Drummond, filha do grande poeta de “A rosa do povo”; o novo romance de Jorge de Lima, “Cerca viva”; de Graciliano Ramos o livro de contos “Insônia”; “Por onde Deus não andou”, romance de Godofredo Viana, “A lua nos espera sempre”, novela de Telmo Vergara; “Deputado Santos Lima”, romance de Amando Fontes, autor de “Os Corumbá”, livro que acaba de sair em 6ª edição; “Os renegados”, romance de Octavio de Faria; “Mariquinhas Machado”, o novo livro de Gilberto Amado; “Professora Ilda”, novela de Lúcio Cardoso; “O pequeno burguês”, romance de João Calazans e finalmente “Favela” de Eloi Pontes (Idem, p.8)

¹⁴ Num balanço de Erico Verissimo sobre o mercado editorial brasileiro, o período é recuperado a partir da mesma lógica de classificação, ainda que ela não seja mais operativa do presente da entrevista: “Edita-se muito no Brasil hoje em dia, e edita-se bem. As tiragens aumentaram consideravelmente nestes últimos anos. Até 1945 quem publicava maior número de traduções era a Livraria do Globo, que hoje em dia trabalha mais com obras técnicas e dicionários. Creio que a nossa maior editora de livros didáticos é a Nacional. José Olympio foi o lançador do maior número de escritores brasileiros (José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos e outros). Mas o editor que hoje em dia publica mais traduções, bem como escritores nacionais é Enio Silveira, da Civilização Brasileira. Há muitas outras editoras excelentes, como a dos irmãos Zahar, a Melhoramentos e a velha Freitas Bastos, que se modernizou e revitalizou”. (Verissimo, 1963, p.6).

Enumerando enorme quantidade de lançamentos e reedições não apenas de literatura brasileira, mas de obras importantes da Coleção *Documentos Brasileiros*, José Olympio circunscreve de modo preciso o campo de atuação de sua editora, sendo reconhecido e se fazendo reconhecer como o editor por excelência dos autores e dos temas brasileiros.

Já a Livraria do Globo é acionada quando importa arrolar os principais lançamentos de autores estrangeiros, que o cronista José Condé reconhece como importantíssima para o desenvolvimento da cultura no Brasil. Como representante da Editora no Rio de Janeiro, cabe a Rosemblatt a tarefa de promover as edições para o público carioca, sendo perceptível o fato de que, mesmo sem ser perguntado, Rosemblatt se esforça para visibilizar a atenção dedicada pela Editora à literatura nacional:

- Os maiores escritores brasileiros e estrangeiros serão editados em [19]46 pela Livraria do Globo. Mas, já que você me pergunta apenas dos estrangeiros, aqui está. Entre os livros de autores estrangeiros – disse-nos ele- destacam-se: “As cabeças trocadas” de Thomas Mann, cujo prestígio literário é cada vez maior no Brasil; “A sabedoria do Padre Brown” e “A incredulidade do Padre Brown” de Chesterton; “Platero e eu” de Juan Ramon Rimenez, o famoso poeta lírico e ensaísta espanhol; “Abel Sanchez”, de Miguel Unamuno; “O destino bate à porta”, de James M. Cain; “Michel Kohlhaas” de Henrich Von Kleist e uma novela de Horace McCoy, famoso contista norte-americano.

Maurício Rosemblatt fala em prosseguimento dos livros que sairão na Coleção Nobel, que já se tornou famosa:

- Lançaremos “Mrs. Dalloway”, de Virgínia Woolf, numa tradução de Mário Quintana. Ainda da grande romancista inglesa editaremos dois romances: “Orlando” e “As ondas”, sendo que este último foi traduzido por Cecília Meirelles; “The rejected guest”, de R. Aldington; “Legenda”, de Clemence Danne. Outra coleção importante – prosseguiu Maurício Rosemblatt – é a “Biblioteca dos Séculos” na qual serão lançadas obras do mais alto valor: “A comédia humana”, de Balzac, realização de vulto, a frente da qual está o prof. Paulo Ronái, que a enriquecerá com notas e dados indispensáveis para o conhecimento da obra e da vida de Balzac. “A comédia humana” será apresentada em 17 volumes. E ainda: “Romeu e Julieta”, de Shakespeare, em tradução de Onestaldo de Penafort; “The bleakhouse” de Dickens; “Diálogos”, de Platão e “Vontade e potência”, de Nietzsche.

Alguns livros de escritores brasileiros para este ano: “Inocentes do Leblon”, de Genolino Amado; “Poesias” de Sérgio Milliet; “Viagem a Laguna”, de Apolinário Porto-Alegre; “Poesias” de Alphonsus Guimaraens Filho; em edição especial, “Uma noite na taberna”, o famoso livro de Álvares de Azevedo, que será lançado com ilustrações e cores feitas por João Fahrion e introdução de Carlos Dante Moraes – e “Horizontes Noturnos”, o livro de contos de Almeida Fischer (Idem, p.11).

É possível notar que Roseblatt conseguia, aos poucos, ganhar espaço na imprensa carioca – o que, àquele momento, significa projetar-se nacionalmente – e divulgar os planos editoriais da Globo nos mais importantes suplementos literários do país. De todo modo, as perguntas de Condé e as respostas dos entrevistados acabam por tornar nítidas as linhas de uma divisão que, mesmo pouco efetiva na prática, balizava a percepção de críticos e leitores sobre as marcas, estruturando classificações sobre seus catálogos e, conseqüentemente, sobre os autores publicados em cada um. Assim, menos do que evidenciar uma eventual posição periférica da Editora Globo no mercado de literatura brasileira, afirmando, ao mesmo tempo, a posição prestigiosa e, em muitos aspectos, dominante da José Olympio, importa evidenciar como, apesar de se distinguir pela publicação de romances comumente associados ao regionalismo, a José Olympio se afirmou como uma marca capaz dar visibilidade à literatura brasileira. À Globo, por sua vez, coube uma posição periférica no que se refere à edição de literatura brasileira, a despeito de seus esforços para ampliar a gama de autores e livros publicados. Neste sentido, a literatura regional publicada por José Olympio circula e se faz representar como uma literatura nacional, equação que não se realiza quando se trata de classificar os títulos e autores da Globo.

Em certo sentido, a posição periférica de Porto Alegre e da Globo parecem se alimentar no que se refere à edição de literatura brasileira, e, mais decisivo, a mediação do Rio de Janeiro parece indispensáveis para o trânsito de autores, livros e temas no mercado editorial de então. Assim, é a partir do centro, isto é, da capital de uma República que

caminha a passos largos na direção da centralização administrativa e política, que a parte regional consegue representar o todo nacional, numa operação metonímica capaz de possibilitar que, a partir do centro, o todo seja representado por meio das partes.

4. Duas coleções e um tema.

Inaugurada em 1949 com a reedição de *Contos gauchescos e lendas do sul*¹⁵ de Simões Lopes Neto, a *Coleção Província* contou com vinte e quatro títulos distribuídos entre literatura, crítica literária, estudos históricos e sociológicos sobre o Rio Grande do Sul¹⁶. A coleção *Documentos Brasileiros*, por sua vez, transformou-se numa das mais célebres coleções de livros sobre temas e problemas brasileiros. Lançada em 1936 com *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, a coleção foi dirigida por Gilberto Freyre entre 1936 e 1939, por Octávio Tarquínio de Sousa entre 1939 até sua morte em 1959 e por Afonso Arinos de Mello Franco a partir de 1962.

Iniciativas semelhantes podem ser encontradas em outras editoras do período, revelando que os esforços para a reunião de livros sobre assuntos brasileiros não se restringiam às iniciativas de autores ou editoras específicas como demonstram a organização da Biblioteca Pedagógica Brasileira pela Companhia Editora Nacional, da Coleção Azul pela Schmidt Editora e da Biblioteca Histórica Brasileira pela Livraria Martins Editora¹⁷.

Em que pese a importância de elementos ligados à expansão das políticas educacionais, notadamente do ensino superior, ao crescimento do número de leitores etc. para o incentivo da produção e da circulação de conhecimento sobre o país, importa observar,

¹⁵ A primeira edição do livro foi lançada em 1926 pela Globo e corresponde a uma das primeiras iniciativas do então editor Mansueto Bernardi de publicar a literatura regional sulina.

¹⁶ De modo geral, é possível observar que a partir dos anos de 1940, a Globo impulsionou o lançamento de obras de ciências humanas, dicionários e livros didáticos. Segundo levantamento feito por Sônia Amorim, dos 1674 títulos identificados entre 1931 e 1948, aproximadamente 604 obras se relacionam ao ensino (Cf. Amorim, 1999). É importante destacar que a reunião de prosa, poesia, ensaio e crítica numa única coleção sempre foi pouco usual no catálogo da Globo. Outro empreendimento editorial que revela tal diálogo é a *Biblioteca dos Séculos* que, entre outros títulos, dedicou-se à tradução de obras filosóficas como *Diálogos* de Platão selecionados pelo prof. Jorge Paleikat (então catedrático de Língua e Literatura Grega na Universidade do Rio Grande do Sul) e traduzidos diretamente do grego por ele; pelo tradutor da Globo Leonel Vallandro e pelo prof. João Cruz Costa da Universidade de São Paulo.

¹⁷ Para uma análise comparativa entre as coleções *Brasiliiana*, *Documentos Brasileiros* e *Biblioteca Histórica Brasileira*, ver: Pontes, 2001. Para um estudo detalhado da coleção *Documentos Brasileiros*, ver: Franzini, 2010.

aqui, algumas das nuances e disputas em torno das categorias nação e região reveladas pelos projetos editoriais levados a cabo pela Livraria José Olympio Editora e pela Editora do Globo.

Retomando o conjunto das coleções, observa-se que Martins Editora, José Olympio e Companhia Editora Nacional nomeiam suas coleções com o adjetivo brasileiro/brasileira, termo que, ao longo dos livros, será substantivado, transformando-se na categoria a partir da qual experiência, história e política serão organizadas. A Globo, por sua vez, nomeia sua coleção com o substantivo Província, agudizando o sentido político e histórico de sua posição geográfica e integrando seus títulos numa unidade que remete às questões e aos temas que, caros ao passado, são reapresentados, agora a partir da perspectivas dos estudos e pesquisas desenvolvidas não apenas nas universidades de Porto Alegre, mas especialmente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul¹⁸.

Assim, as reedições de importantes obras do regionalismo gaúcho como *Contos gauchescos e lendas do Sul* de J. Simões Lopes Neto, *No galpão* de Darcy Azambuja e *Antônio Chimango* de Amaro Juvenal são acompanhadas por estudos críticos e notas explicativas encomendadas especialmente para as edições, atualizando o regionalismo do final do século XIX para um contexto novo e dando suporte para um novo enquadramento das relações entre o Rio Grande do Sul e o Brasil, num jogo tenso entre região e nação; singular e particular. Propaganda veiculada pela *Revista do Globo* em 1959 permite a observação tanto de algumas das opções editoriais da Globo, quanto do lugar e do sentido da discussão sobre o regional:

¹⁸ A *Coleção Província* não contou com um diretor formal como ocorreu com a coleção *Documentos Brasileiros* ou com a coleção *Brasiliana*, por exemplo. Ao que tudo indica, as escolhas editoriais eram feitas pelo próprio editor, Henrique Bertaso.

Nunca se estudou tanto o Rio Grande do Sul como agora. Sua história vai sendo levantada a pouco e os aspectos mais relevantes de sua cronologia estão sendo *esmiuçados à luz da moderna técnica sociológica e historiográfica. Depois de uma fase de exaltação puramente afetiva e pitoresca, procura-se agora surpreender de fato os traços mais definidores da psicologia do povo rio-grandense, através do exame crítico da personalidade dos homens que melhor o representaram e dos inúmeros fatores que concorreram para dar-lhe a fisionomia peculiar que o distingue no meio da comunidade brasileira.*

Atenta a essa tendência, e tendo muito contribuído para que ela se firmasse, a ‘Coleção Província’, da Editora Globo vem publicando uma série de livros que sumarizam o que há de melhor na ficção, no adagiário e na poesia regional do Rio Grande, ao lado de obras de cunho nitidamente cultural, que se propõem fazer o estudo do processo histórico e mental da antiga Província de São Pedro. [...]

Além dos citados, outros autores apresenta a ‘Coleção Província’: o poeta e ensaísta Augusto Meyer; Guilhermino César, com sua esplêndida *História da literatura no Rio Grande do Sul*; Athos Damasceno com seu interessante estudo intitulado *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre do século XIX*; o contista e novelista Cyro Martins, com o volume *Paz nos campos*; Rubens de Barcelos, num volume valioso em que são reunidos seus *Estudos sul-rio-grandenses*, e, finalmente, o poeta Vargas Neto, com seus inimitáveis livros de poesia regional - *Gado xucro* e *Tropilha crioulla* - reunidos num só volume.

São dessa ‘Coleção Província’ mais os seguintes livros, recentemente lançados pela Editora Globo: *Farrapo*, de Felix Contreiras Rodrigues; *Garibaldi e a guerra dos farrapos*, de Lindolfo Collor, e *Figuras e ciclos da história rio-grandense*, de Carlos Dante Moraes.

[...] *De fato, os poetas, contistas, novelistas, historiadores, críticos, ensaístas e sociólogos reunidos na ‘Coleção Província’ visam proporcionar ao leitor uma verdadeira ‘radiografia do Rio Grande’. Este o sentido e a razão de ser da prestimosa ‘Coleção’* (RADIOGRAFIA do Rio Grande, 1959, p.58. grifo meu).

Radiografia que articulou romance, poesia e estudos históricos com vistas a, por meio da linha editorial, estudar velhos temas com uma abordagem nova, construindo um panorama amplo sobre a história do Rio Grande do Sul. Por um lado, a *Coleção Província* pode ser vista como um esforço da Globo para circunscrever as demandas apresentadas pelos intelectuais que viviam no Rio Grande do Sul e frequentavam o salão da livraria, optando por aglutinar numa coleção de interesse local temas que poderiam ser tomados como

provincianos. No entanto, o conjunto de obras revela não apenas a quantidade de estudos e narrativas sobre o Rio Grande do Sul produzidos entre as décadas de 1940 e 1950, quanto evidenciam que a questão mobilizava autores e leitores, num exercício compartilhado que visava qualificar a experiência social do extremo meridional do Brasil.

A José Olympio, por sua vez, articula seu primeiro projeto no terreno dos estudos sobre o Brasil com a *Documentos Brasileiros*, coordenado por Gilberto Freyre, o já conhecido autor de *Casa-grande & senzala*¹⁹. Em “Documentos brasileiros”, texto de apresentação à coleção publicado em *Raízes do Brasil*, Freyre delinea os parâmetros da nova coleção:

A serie que hoje se inicia com o trabalho de Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, vem trazer ao movimento intellectual que agita o nosso paiz, á anciã de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova intelligencia brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário á biographia; desde o documento em estado bruto á interpretação sociologica em forma de ensaio.

O caracteristico mais saliente dos trabalhos a ser publicados nesta colleção será a objectividade. Animando-a, o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela bem de sua geração e do seu tempo. Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro elle junto agora o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa actualidade. Não podia ser mais opportuna nem mais feliz a sua iniciativa.

[...]

O editor José Olympio já tem em mãos em grupo de estudos e de ineditos interessantíssimos, que vão apparecer nesta serie. Não se trata de uma aventura

¹⁹ Sobre a escolha de Freyre para a direção da coleção, Fábio Franzini argumenta que ela parece tão “natural” quanto a ideia de criar a coleção: “afinal, o pernambucano reunia à sua sólida formação acadêmica e ao respeito e prestígio que seu nome conquistara duas outras qualidades nada desprezíveis do ponto de vista do editor: de um lado, ele representava a ‘novidade’ e a ‘brasilidade’ que José Olympio tanto prezava em seus autores; de outro, a amizade forte e de longa data com José Lins do Rego o tornava muito mais próximo e acessível, senão vulnerável, ao apelo do selo. Tanto que ela se mostraria mesmo decisiva, pois, como o próprio Freire lembraria quase cinco décadas depois, foi a ‘mão fraterna’ de José Lins que o levou ‘a outra casa que se tornaria para mim como se fosse também própria: a Editora José Olympio, construída por José Olympio Pereira, o grande J.O’.” (Franzini, 2010, p.146). A citação de Gilberto Freyre foi retirada de seu discurso em homenagem aos oitenta anos da Livraria José Olympio Editora citado em Villaça, 2001, p.193. Ainda sobre o papel de José Lins na aproximação entre Gilberto Freyre e José Olympio ver: Franzini, p.147; p.167-168 e Chaguri, 2009.

editorial, mas de uma collecção planejada e organizada com o maior escrúpulo e com todo o vagar, visando corresponder não só ás necessidades do estudioso como á curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado de seu paiz.

[...].

Serão ainda incluídos na collecção estudos documentados sobre as nossas populações actuaes. Quer do ponto de vista anthropologico e ethnographico, quer do ponto de vista sociologico, economico, pedagógico. Inqueritos, pesquisas, sondagens, investigações, mappas, perfis sociaes que sirvam de documentação exacta á technica de trabalho, ao genero de habitação, á dieta, aos estylos de vida, ao modo de falar, ao desenvolvimento physico e mental do brasileiro de hoje – o das cidades, o das praias, o dos sertões, o cabloco do extremo Norte, o mestiço, o paulista, o adulto, o escolar, a criança. Para a apresentação de material dessa natureza contamos com a boa vontade e a collaboração dos nosso pesquisadores mais capazes, todos interessados na maior divulgação de dados colhidos em regiões diversas do Brasil, e sob criterios diferentes, mas que esclareçam ou fixem problemas de interesse geral para o nosso paiz e para o nosso tempo. Estudos como de Oliveira Vianna sobre os typos ethnicos do Brasil, o do professor Mario Marroquim sobre a língua do Nordeste, o de Olivio Montenegro sobre as tendencias do romance brasileiro, o de Affonso Arinos de Mello Franco sobre o indio. Inqueritos como o do professor Paula Souza e seus collaboradores Ulhôa Cintra e Pedro Egydio sobre a alimentação em São Paulo. Investigações como as de Cunha Lopes e as de Ulysses Pernambuco sobre os mestiços do Rio de Janeiro e de Pernambuco, do ponto de vista do psychiatra. Como os de Arthur Ramos, Nobrega da Cunha e Edison Carneiro sobre as sobrevivências africanas na religião do brasileiro da Bahia e do Rio [...].

[...]

É com o fim de procurar revelar material tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos actuaes mais significativos, que apparece esta collecção. (Freyre, 1936, p. V- IX, grafia e grifo originais)

Seja por seu título, seja por seu texto de apresentação, a *Documentos Brasileiros* parece querer se distinguir justamente por ser uma série capaz de documentar o Brasil e os brasileiros por meio de “inquéritos, pesquisas, sondagens, investigações, mapas, perfis sociais que sirvam de documentação exata [...]”, reunindo uma gama ampla de livros e autores. Trata-se de afirmar um “o conhecimento *científico* sobre o Brasil, elaborado por

especialistas que davam “vida” aos documentos para juntá-los à história social do brasileiro” (Franzini, 2010, p.157. grifos no original).

Conhecimento científico que, como se observa ao longo da apresentação de Freyre, terá lugar na medida em que seja articulado por pesquisadores “interessados na maior divulgação dos dados colhidos em regiões diversas do Brasil, e sob critérios diferentes, mas que esclareçam ou fixem problemas de interesse geral para o nosso país e para o nosso tempo”. Observa-se, assim, que o conhecimento do Brasil, bem como do presente dependia, naquele momento, da investigação das diferentes regiões. Se os estudos deveriam explorar a diversidade regional brasileira, a tarefa da coleção seria, justamente, alinhar a unidade nacional.

Ao analisar as diferenças entre as coleções *Documentos Brasileiros* e *Brasileira*, Heloisa Pontes afirma que elas se assentam no regional:

enquanto a primeira é mais ligada ao campo intelectual carioca e nordestino – que parece atribuir maior distinção ao exercício da literatura e de sua crítica - , a segunda acompanha mais de perto o movimento intelectual e cultural de São Paulo, o que explica o aumento do peso dos trabalhos sociológicos, estrito senso, ao longo de sua trajetória (Pontes, 2001, p.464).

Para além da origem dos colaboradores de ambas as coleções, observa-se que o regional possui sentido particularmente importante no empreendimento pensado por José Olympio e dirigido por Gilberto Freyre. Editorialmente, como aponta Heloisa Pontes, a *Documentos Brasileiros* reuniu autores nordestinos e cariocas, reforçando o campo de atuação e de influência da Editora como eixo de gravitação da vida intelectual de ambas as regiões. Do ponto de vista de Freyre, contudo, parece estar em questão elementos mais decisivos ligados à feitura do trabalho intelectual que, para o autor, deveria se assentar em “inquéritos, pesquisas, sondagens, investigações, mapas, perfis sociais [...]”, construindo uma explicação

que, para além do uso de fontes documentais, contemplasse a análise do específico (o regional) como modo de fixar e esclarecer o geral (o Brasil)²⁰.

Observa-se, assim, que a abertura a temas e autores regionais, bem como a diversidade de gêneros encontrados na *Documentos Brasileiros* também estão referidas a um modo de se pensar a produção do conhecimento sobre a sociedade e sobre a história. Neste sentido, as escolhas narrativas e formais são reveladoras do tipo de conhecimento que se deseja colocar em circulação: estudos monográficos, memórias, biografias, ensaios e crítica literária se combinam na tarefa de reunir documentação sobre diferentes regiões e períodos históricos, produzindo interpretações que, em conjunto, alinham uma reflexão sobre o Brasil e o sobre o tempo presente.

Assim, *Coleção Província* e coleção *Documentos Brasileiros* revelam, cada uma a seu modo, o trânsito entre o regional e o nacional estabelecidos não apenas pelas possibilidades editoriais ao alcance da Globo e da José Olympio, como também algumas das concepções intelectuais que lhes sustentam. Num caso ou em outro, importa investigar e documentar as partes como modo de fixar o todo.

Enquanto para a *Documentos Brasileiros* a investigação da diversidade regional aparece como o ponto de partida para a fixação dos problemas do tempo presente e do Brasil, a *Coleção Província* mobiliza as armas disponíveis para sua editora e as questões que informavam as discussões intelectuais no Rio Grande do Sul: como equacionar tradição e cultura numa singularidade que seja, a um só tempo, nacional e regional.

²⁰ Fábio Franzini aponta elementos que permitem observar que, apesar de sua curta passagem à frente da *Documentos Brasileiros*, Gilberto Freyre permaneceu em contato tanto com seu sucessor, Octávio Tarquínio de Sousa, quanto com José Olympio, indicando autores e livros e articulando a publicação de suas próprias obras como ocorre com a reedição de *Casa-grande & senzala* em 1942 (Cf. Franzini, 2010, p.169 – 187).

Parte II – Do particular ao singular: região e regionalismo em dois tempos.

Capítulo 3

Região e nação: produção e circulação das ideias.

Vou resumir: para acostumar as pessoas a ver a partir de novos pontos de vista, é essencial tirar fotos de objetos familiares, cotidianos, a partir de pontos de observação completamente inesperados. Novos assuntos tem que ser fotografados de vários pontos, de modo a representar o assunto completamente.

Aleksander Ródtchenko,
Os caminhos da fotografia contemporânea.

No final de 1945, a terceira edição da revista *Província de São Pedro* publica nota de Manuel Bandeira na qual o poeta, além de elogiar a publicação, vê na iniciativa a capacidade de

realizar a ideia de Gilberto Freyre quando dirigiu a ‘Província’ de Recife: aproveitar e pôr em destaque os valores da província – o provincianismo no seu melhor sentido. Por isto foi com VIVO prazer que vi o aparecimento da excelente revista do Rio Grande do Sul (Bandeira, 1945. maiúscula no original).

Quase duas décadas separam as duas iniciativas editoriais que, contudo, guardam semelhanças nos problemas que enfrentam: a tentativa de equacionar o lugar político e cultural da região, ponto de partida para a reflexão sobre os processos sociais em curso. Para investigar a produção e a circulação dessas ideias, este capítulo estuda as duas publicações mencionadas por Bandeira, observando os debates em torno da região produzidos a partir do Rio Grande do Sul e de Pernambuco.

Pretende-se, então, trilhar um novo percurso entre pistas antigas. Para tanto, são analisadas o jornal diário *A Província*, dirigido por Gilberto Freyre entre agosto de 1928 e setembro de 1930, e a revista *Província de São Pedro*, editada pela Editora Globo entre 1945 e 1957, dirigida pelo historiador Moysés Vellinho.

Os quinze anos que separam jornal e revista, longe de demonstrarem os limites da aproximação, evidenciam seu sentido, circunscrevendo o percurso que fez da centralização administrativa e política do país passar de solução a problema. Nos anos de 1920, a centralização era reivindicada por diferentes grupos políticos e intelectuais pernambucanos; em 1945 ela se torna a encruzilhada social e política que os pares rio-grandenses tentam equacionar.

Longe de estabelecer uma relação mecânica entre períodos distintos, procura-se evidenciar que demandas sintetizadas como regionais abarcaram, em Pernambuco, bandeiras como a da centralização política e da diversidade cultural numa tentativa de produzir novos sentidos para a decadência experimentada pela região. No Rio Grande do Sul, por sua vez, diferentes conflitos políticos internos opuseram federalistas e republicanos em disputas pela condução de um projeto que, em linhas gerais, opunha centralização e federalismo como duas vias distintas de acesso à modernização do Rio Grande do Sul¹.

Entre 1929 e 1930, os grupos políticos e intelectuais articulados em torno de A *Província* e daquilo que viria a ser a *Província de São Pedro* estarão em lados opostos na eleição que opôs a Aliança Liberal e a candidatura de Júlio Prestes, de modo que a vitória da primeira se apresenta, ao menos à primeira vista, como uma derrota pernambucana. Feitas as apostas, interesses políticos e econômicos de ordens variadas fazem com que demandas em torno do federalismo e da autonomia regional, historicamente caras aos grupos políticos e sociais sulinos, perca espaço à medida que a centralização se consolida como marco da reforma econômica, institucional e social levada a cabo pelo governo varguista, num

¹ A Revolução Federalista de 1923 é emblemática neste sentido, rearticulando as disputas políticas por meio do conflito armado. A pacificação interna é conquistada com a saída de Borges de Medeiros do governo estadual e a ascensão de Getúlio Vargas, até então um jovem deputado com base política em São Borja, sua cidade natal.

processo que se desenvolve justamente o intervalo entre *A Província* e *Província de São Pedro*².

Desse modo, circunstâncias e contingências políticas, históricas e sociais concorrem para que os debates intelectuais acerca da relação entre região e nação ganhem características específicas ao longo do tempo, destacando um ou outro aspecto. Incapaz de recuperar as diferentes formas assumidas pela questão ao longo do tempo nos limites deste estudo, o recorte temporal proposto visa investigar o modo como a região, pouco a pouco, começa a ser construída por diferentes intelectuais como parte integrante da questão nacional não apenas do ponto de vista do espaço, mas, especialmente do tempo e da história (Cf. Bois, [1960] 1984).

Nesse sentido, literatura, artes plásticas, sociologia e história promovem uma espécie de deslocamento explicativo: a região passa a se constituir como um tema e um problema também referidos à sociedade, importando nas discussões acerca da formação da nação, não apenas do ponto de vista da arquitetura institucional do Estado, mas também na definição dos processos sociais e históricos que importariam para a conformação da sociedade brasileira.

Em termos analíticos, a expressão mais visível da região pode ser encontrada no regionalismo, conjunto de práticas intelectuais que articulam uma discussão estética e política que integra as disputas classificatórias sobre o mundo social. Para os objetivos aqui

² Ponto decisivo desta inflexão é a Constituinte de 1934, na qual a participação da bancada sulina evidencia o delicado jogo entre centralização e federalismo operado localmente: “tradicionalmente, o RS era um território identificado com o federalismo; porém, dada a conjuntura do período pós-revolucionário e a própria arquitetura política local, as elites políticas gaúchas em sua maioria, adentraram a Constituinte comprometidas com o Governo Provisório (de tendência nacional-centralizadora). Por isso mesmo, tais elites precisavam articular uma via de trânsito entre estes dois pólos em disputa, uma mecânica que não negasse o vínculo federalista, mas alimentasse também uma perspectiva de fortalecimento da ideia de Nação” (Arbolea, 2010, p.122), assim, “na difícil tarefa de mediar as próprias elites locais, o grupo sulista fez defesa moderada dos princípios federalistas de autonomia regional, negligenciando, em grande medida, seus postulados tradicionais em nome de um aceno de participação no poder [...]. No fundo, o que se buscava era ampliar o espaço de poder sulista na ambiência política nacional, e este interesse regional foi o condicionante de sua atuação em correlação com as demais forças que ali influíam” (Idem, p.138). Ainda sobre o tema, ver: Castro, 1980.

delineados, o regionalismo é acionado como modo de refletir sobre os processos de modernização da sociedade brasileira em geral, e do Rio Grande do Sul e do Nordeste açucareiro em particular, processo construído na tensão entre a unidade e a diversidade; a igualdade e a diferença, elementos que se encontram, justamente, numa noção de região que propõe um “protocolo de leitura do passado” (Cf. Nedel, 1999).

1. A construção da nação a partir de *A Província*.

Ainda que a vida cultural do Recife nos anos de 1920 possa ser reconstruída a partir de diversos ângulos, opta-se por circunscrever os dilemas sociais e econômicos impostos pela decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, elegendo textos e argumentos de Gilberto Freyre como os elementos que oferecem pistas para apreender as disputas colocadas em jogo. Mesmo que esta opção carregue certa arbitrariedade, ela é acionada com vistas a reconstruir as tensões entre o moderno e o tradicional que abre espaço para a reflexão sobre um espaço em crise, uma realidade social na qual a presença cada vez mais perceptível do componente urbano passa a conviver com os traços da sociedade patriarcal, redefinindo as percepções acerca da região, da história e da memória. Reflexões rotinizadas ao longo de dois anos nas páginas do jornal diário *A Província*, sob direção de Gilberto Freyre, então um jovem sociólogo Chefe de Gabinete do governo de Estácio Coimbra, e José Maria Bello³, então deputado federal pelo estado de Pernambuco.

Fundado pelo abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha, *A Província* foi lançada como um jornal diário articulado, num primeiro momento, em torno da luta pela Abolição, reunindo grupos políticos ligados ao Partido Liberal. A primeira edição data de 06 de setembro de 1872, contando com uma equipe de redatores composta por: José Maria Albuquerque Mello, Joaquim Nabuco, Ulysses Vianna, Ayres de Albuquerque Bello, Balthazar Pereira, Manoel Caetano Albuquerque de Mello, Gonçalves Maria, Carneiro Villela (Cf. Editorial, 1928, p.2). Com a Proclamação da República, o jornal se aproxima do Partido

³ Formado pela Faculdade de Direito do Recife, José Maria Bello foi deputado federal por Pernambuco no biênio 1927-1929, período em que permanece à frente de *A Província*, tendo sido eleito governador de Pernambuco nas eleições de 1929. Sendo o candidato situacionista, não chegou a tomar posse, tendo se retirado da vida política no período que se seguiu à Revolução de 1930. Por um curto período, lecionou na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, dando início a escrita de diversos livros sobre a história e a literatura brasileiras como *Síntese da evolução literária do Brasil* de 1935 e *História da República* de 1940.

Republicano de Pernambuco, e, entre 1872 e 1928, notabiliza-se por ferozes disputas contra adversários políticos, bem como por uma campanha implacável contra os irmãos Caio e Carlos Lima Cavalcanti, proprietários do *Jornal do Recife*⁴.

A partir de 1915, sob direção de Diniz Pírrilo Albuquerque Mello⁵, o jornal procura se distanciar das vinculações partidárias que até então anunciava, destacando em seu cabeçalho a epígrafe: “Órgão democrata. Noticioso e político, mas sem ligações nem interesses partidários”. Na mesma medida em que diminuiu tais vínculos, o jornal passa a destacar as ações do governo estadual, introduzindo a seção diária “Governo do Estado”. Com a eleição de Estácio Coimbra⁶, a coluna se torna mais extensa e detalhada. De modo geral, o diário permaneceu até 1928 dedicado, prioritariamente, à cobertura das atividades do Executivo e do Legislativo estadual e nacional com a transcrição de discursos oficiais e atos dos dois poderes, sendo raros os artigos assinados.

⁴ Deve-se observar que, assim como em outros estados, as disputas entre os republicanos eram inúmeras e o processo de construção de um Partido Republicano acomodou interesses e conflitos diversos. Em linhas gerais, logo após a Proclamação da República era possível identificar em Pernambuco dois blocos políticos principais: os “Republicanos Históricos compreendiam os militantes republicanos que atuaram no final do período monárquico sob o comando de José Isidoro Martins Júnior. O outro era o Partido Autonomista, composto por ex-políticos monarquistas que seguiam as orientações de José Mariano Carneiro da Cunha, um dos líderes do Partido Liberal e do Barão de Lucena, figura de destaque no Partido Conservador durante o Império” (Hoffnagel, 2010). Deste modo, “embora o Partido Republicano em Pernambuco representasse a maior agremiação republicana no Nordeste, no final da Monarquia, às vésperas da República, sua força política era quase inexpressiva [...] os Autonomistas por sua vez, gozavam de certas vantagens no início do período republicano. Isto porque contavam com a figura e importância política do Barão de Lucena, conselheiro, Ministro e homem de confiança do Presidente Deodoro da Fonseca. Aliou-se a José Mariano que havia sido um abolicionista atuante e um dos políticos mais populares do Recife que teve a capacidade de mobilizar vários setores da população da capital do Estado de Pernambuco” (Hoffnagel, 2010).

⁵ Filho de José Maria Albuquerque e Mello, Pírrilo assume o posto até então ocupado por seu tio, Manoel Caetano, permanecendo à frente da publicação até 1928, quando Gilberto Freyre e José Maria Bello assumirão a função.

⁶ Nome importante da política republicana pernambucana, Estácio Coimbra foi ministro da Agricultura, no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), e vice-presidente da República, no governo de Artur Bernardes (1922-1926). Foi governador de Pernambuco em duas ocasiões: em 1911, ocupou o cargo por alguns meses quando, Presidente da Assembleia do Estado, tornou-se o substituto do governador Herculano Bandeira que havia renunciado e de Antônio Pernambucano, o vice-governador que alega motivos pessoais para não tomar posse. Elege-se governador em 1926, cumprindo mandato até 1930. (Cf. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*, 1984, p. 829-832).

Evidenciando os diferentes arranjos institucionais e regionais que ofereceram suporte, por exemplo, a mecanismos políticos como a “política dos governadores”, as páginas do jornal permitem perceber como acordos envolvendo diferentes regiões e lideranças políticas eram recebidas pelo grupo em torno dos republicanos pernambucanos. Durante a sucessão presidencial de 1925, por exemplo, o jornal, ancorado nos interesses de seus correligionários, declara apoio a Washington Luis, revelando a lógica regional que regia a dinâmica eleitoral da Primeira República:

A escolha do futuro presidente da república é privativa das correntes políticas do paiz, pois só estas, republicanamente falando, podem e devem exercitar essa função. Nestas condições, o bom senso há de ditar-lhes o nome do ilustre paulista, cujo passado como chefe de Estado e como parlamentar é o penhor infalível de sua capacidade no governo trabalhoso e de [?] realizações políticas e moraes de 1926 a 1930. É esta, pois, a conducta a seguirem. Do contrário, seria pretender-se que o Brasil continuasse a ser o pandemônio actual, esta situação de ódio, de confusão, de cerceamento da liberdade pelo permanente estado de sitio, de naufrágio das finanças públicas, etc., etc.

Que as legítimas expressões políticas do paiz exerçam o seu direito escolhendo o futuro presidente. E que na escolha saibam acertar, de acordo com a imperativa exigência do momento, sagrando o nome verdadeiro patriota, do legítimo sucessor do sr. Arthur Bernardes, o sr. Washington Luis – o candidato nacional (“Candidatura nacional”. 03/05/1925, grafia original, grifo meu).

Com Washington Luis eleito, importa, então, negociar o espaço da região na política nacional⁷, o que ocorre em diferentes frentes que englobam tanto a disputa pela presidência da Câmara Federal, quanto a defesa da autonomia e da ascendência de Estácio Coimbra, sobre o espaço regional:

⁷ Ao longo da Primeira República, diferentes oligarquias regionais disputaram espaço no interior de uma política federal pouco estabilizada e sujeita a conflitos entre os estados e, dentro deles, à luta entre diferentes frações oligárquicas. Embates que pouco a poucos sedimentaram um mecanismo político e eleitoral que ficou conhecido como “política dos governadores” que, na prática, caracterizou-se pelo apoio da União à fração oligárquica mais poderosa em cada estado, ou seja, o governo federal garantia a ampla autonomia aos grupos oligárquicos dominantes em cada estado, e em troca as bancadas estaduais lhe concediam apoio político no Congresso. Num aprofundamento deste mecanismo, o arranjo político conhecido como “política do café-com-leite” garantia tanto a alternância na presidência de representantes dos estados de Minas Gerais e de São Paulo, quanto a presença de outros estados em cargos nos Ministérios, e, eventualmente, na vice-presidência, como modo de neutralizar possíveis dissidências (Cf. Fausto, 2000).

Os telegramas já nos falam – e hontem os inserimos – na possibilidade de accentuado destaque que Pernambuco terá na política nacional, a principiar pela provável escolha do sr. Sebastião do Rego Barros – um político de attitudes rectas e de prestígio positivo – para substituto do sr. Arnolpho Azevedo na presidência da Camara Federal na legislatura que se vae installar com os novos eleitos a 24 de fevereiro deste anno.

[...]

Sobre isso, influía poderosamente corroborando a nossa previsão o facto histórico de a política dominante em Pernambuco, á hora do problema da successão presidencial da república, orientada pelo sr. Estacio Coimbra, se ter posto entusiastica e decididamente na vanguarda da candidatura do eminente brasileiro sr. Washington Luis, revigorando e honrando mesmo dessa forma o tradicional intercambio da corrente pernambucana norteada pelo ilustre actual governador do Estado com a política situacionista de S. Paulo.

Por isso a mais, conceituamos, falando para o futuro próximo, que é esta a se clarear agora, que o lógico e natural seria a política nacional quanto ao norte ficar sob os influxos do sr. Estacio Coimbra, pois Pernambuco, pelos seus antecedentes e pelos seu presente, está de modo radical identificado com o sul, principalmente com a política do sr. Washington Luis (“Pernambuco político”, 16/01/1927, grafia original).

Progressivamente, o jornal amplia sua defesa para além do nome de Rego Barros, defendendo a necessidade de Pernambuco lançar chapa completa para as eleições proporcionais de 1927 na Câmara e no Senado, ação que seria capaz de preservar o direito das minorias num contexto político dominado por Minas Gerais e por São Paulo. Direito que, note-se, decorre da fidelidade ao situacionismo nacional, demonstrada pela identificação “radical com o Sul”, traço reafirmado constantemente com vistas a construir a legitimidade das demandas locais no âmbito nacional.

Neste caso, Rego Barros foi eleito para o cargo e, meses depois, o alinhamento político de Pernambuco com o governo central é convertido em cobrança de políticas protecionistas para o açúcar:

definidas as posições políticas como estão, isto é, o situacionismo pernambucano plenamente identificado com a política do sr. presidente da república e os discrepantes na ‘esquerda’, definida deve ser também a política de defesa do assucar que, tacitamente, unicamente, abrangerá a defeza da economia do nordeste brasileiro contra

o phantasma do imposto anunciado⁸ (“A defeza do assucar”, 19/07/1927, grafia original).

Ainda que, por meio dos alinhamentos e das contrapartidas político-institucionais, seja possível perceber as trocas e as disputas envolvidas em torno dos interesses regionais e nacionais, os debates em torno da região ganham espaço e são construídos a partir de novos temas e problemas a partir de 1928, quando Gilberto Freyre e José Maria Bello assumem a direção do periódico. O então chefe de Gabinete de Estácio Coimbra, Gilberto Freyre, e o deputado pernambucano José Maria Bello se lançam na tarefa de produzir um jornal que, mantendo a defesa do alinhamento político de Pernambuco ao situacionismo nacional, avançasse na formulação de propostas e de argumentos em torno do lugar político, social e cultural de Pernambuco e, por essa via, do Nordeste na negociação de diferentes pactos nacionais.

A primeira edição sob a responsabilidade de ambos é a de 19 de agosto de 1928, quando o jornal aparece com um layout transformado, novas seções fixas e um escopo novo de temas e notícias⁹.

⁸ Imposto que, na opinião do editorial, seria capaz de colocar em xeque a “política geral do paiz no que se entende com a identificação da periphéria para o centro. O que está em jogo são interesses sagrados porque são vitais para os Estados alludidos, assim como o café é de interesse vital e consequentemente também sagrado para o portentoso Estado de S. Paulo”. Ao que tudo indica, os impostos foram aumentados, mas, em contrapartida, Estácio Coimbra e deputados pernambucanos na Câmara costuraram um acordo de subsídios junto ao Banco do Brasil para a indústria do açúcar cujos pontos principais eram “a centralização dos negócios, a warrantagem, a avaliação das taxas para servir de base á exportação” (“O Assucar na salva-guarda dos interesses de Pernambuco”, 05/08/1927, grafia original), ou seja, um conjunto de medidas de defesa comercial do açúcar para a safra 1927 – 1928, conhecidas como “Convênio do Açúcar”.

⁹ O escopo de temas tratados é ampliado, também, por meio da criação de novas seções para resenhas de livros (“Livros novos”), para a publicação de contos (“Contos da Província”), para o debate de assuntos econômicos (“Pernambuco econômico”), por exemplo. A rede de colaboradores do jornal é renovada e ampliada de modo a contar com correspondentes na maioria dos estados vizinhos, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Destacando que a maioria destes artigos era escrita especialmente para *A Província*, o editorial de 22 de agosto afirma que o jornal “vem procurando, e conseguindo, reunir artigos de escriptores e jornalistas de nota, escriptos exclusiva ou especialmente para as suas paginas. Nesta folha, sempre que apparecem transcripções, haverá a indicação de procedencia” (Editorial, 22/08/1928, p.3, grafia original).

Em sua nova fase, *A Província* reafirma seu compromisso com o Partido Republicano de Pernambuco e, logo em seu primeiro editorial¹⁰, anuncia o esforço em circunscrever a nação a partir de novos parâmetros, auxiliando o leitor na construção de uma inteligibilidade nova para o Brasil:

Inicia hoje ‘A Província’ nova phase na sua vida já longa de jornalismo. Vale a pena definir o pensamento dos que tomam agora o encargo de orientar-a e dirigir-a. Jornal de larga informação e critica [...] procuraremos estudar com probidade e isenção os múltiplos problemas da vida brasileira e, especialmente, da vida pernambucana. Não tem outro sentido, por exemplo, a escolha dos nossos colaboradores entre as figuras mais illustres do jornalismo e das letras brasileiras. [...].

[...] O Brasil será aqui uma terra maravilhosa, incomparável reservatório de riquezas latentes. A ingenuidade ou a maldade dos homens não tem sabido explorá-la. Reduz-se o Brasil, além, a um vasto latifúndio, mais ou menos sáfaro. Inútil qualquer esforço para varolizá-lo. Vivamos ao Deus dará: as cousas que vagamente desejamos virão um dia por si mesmas, em função do tempo... Falsas ambas as imagens. Nem um paiz maravilhoso, nem um latifúndio ingrato. A obra política do Império e a obra econômica da República mostram melhor do que quaisquer palavras as infinitas possibilidades que se abrem aos esforços das novas gerações. O principal defeito de ambas, da tarefa republicana, sobretudo, tem sido o da improvisação. Faltam sempre à nossa política construtora, uma orientação definida. E esta orientação só pode permitir a o estudo systemáticos dos nossos problemas (“A Província”, 19/08/1928, grafia original).

Estudo sistemático de problemas nacionais que, por sua vez, serão explorados a partir do ponto de vista da região, como revela o esforço de estabelecer um sentido não apenas para o jornal, como também para o debate político e intelectual sobre região e regionalismo, ou seja, a questão deixa de estar referida apenas à vida institucional e partidária para incorporar, também, a dinâmica da vida social. Pouco a pouco, a região deixa de ser um tema para ser

¹⁰ Parte significativa das notas publicadas pelo jornal não é assinada. Já a maioria dos artigos é assinada por nomes que alguns estudiosos reconhecem como pseudônimos de Gilberto Freyre. Edson Nery da Fonseca, por exemplo, identifica Esmeraldino Olímpio, Antônio Ricardo, Le Moine e Jorge Rialto como pseudônimos do sociólogo em *A Província* (Cf. Fonseca, 1977, p.49-53). Lúcia Gaspar e Virgínia Barbosa identificam Jorge Rialto, Antonio Ricardo e Raul dos Passos como pseudônimos de Freyre utilizados no jornal (Cf. Barbosa; Gaspar, 2010, p.218-224). Sem ter condições de afirmar ou descartar tal atribuição de autoria, optou-se, aqui, por analisar os editoriais, cuja responsabilidade era de Freyre e Bello.

construída como problema, ponto de partida e mediador de tensões entre o rural e o urbano, o tradicional e o moderno.

O jornal se empenha, então, em refazer sua própria história, atualizando sua herança política e instaurando uma nova tradição. No primeiro número assinado por Freyre e Bello, o marco da origem política do periódico é estabelecido por meio de uma ilustração de José Maria de Albuquerque e Mello, assinada pelo desenhista Manoel Bandeira. Morto por inimigos políticos, Albuquerque e Mello foi importante colaborador de *A Província*, de modo que homenagem a ele é, também, uma afirmação da história do jornal que tal como o colaborador possui “acima de sua tradição de órgão de partido, no Segundo Império e na República, está a sua nobre tradição de pernambucanismo”. Sem negar sua histórica relação com o Partido Liberal no Império e com vertentes do Partido Republicano de Pernambuco, a legenda da ilustração acrescenta um novo dado: a tradição mais longeva de “pernambucanismo”, qualificada pormenorizadamente ao longo do texto:

Para os que hoje começam a trabalhar á sombra do nome ilustre de jornal a que Joaquim Nabuco ligou o seu em campanha memoravel, a tradição desta folha se impõe ao mesmo tempo como responsabilidade e como honra. Meio século de luctas deixaram esta casa povoada de grandes memorias. A abolição, José Mariano, Nabuco, José Maria.

Aqui nos achamos em casa de fidalgos. Sob uma tradição inconfundível de pernambucanismo. Entre recordações de attitudes nobres e francas.

É um brazão, o da ‘A Província’, que tem até a avival-o o sangue de um bravo.

E si José Maria deixou avermelhado este brazão de sua coragem rasgadamente pernambucana, deixou-o Nabuco enriquecido do mais azul dos azuis que ainda exprimiram no Brasil nobreza de intelligencia, elegância de espirito, fidalguia de cultura.

[...]

As tradições que valem para nós são as que correspondem á realidade dos nossos problemas.

Mas nenhum povo se faz e se define num typo superior de cultura fora do sentido intelligente de suas tradições. Assim as instituições. Elas vivem por uma tradição superior aos excessos de momento; reetificando exageros e desmandos, conserva-se o espirito, o character, a essencia daquela tradição.

[...]

Nenhum jornal entre nós constituiu-se em mais viva expressão do caracter pernambucano, do que 'A Província'. O caracter pernambucano em sua variedade de aspectos. Valores diversos aqui se reuniram parecendo contradizer-se, mas na verdade completando-se, reetificando-se nos seus excessos, corrigindo-se uns aos outros, clarificando-se, depurando-se, ficando todos um só valor e juntos exprimindo como num braço o nobre caracter pernambucano ("As tradições da 'A Província'", 19/08/1928, p.8, grafia original, grifo meu).

Conjunto de tradições, o "pernambucanismo" é o elemento que permite localizar *A Província* nas lutas políticas travadas até ali, tecendo um fio que posiciona o novo jornal na continuidade da história pernambucana; movimento que ao estabelecer relações de causalidade entre diferentes lutas políticas e demandas sociais apresenta um novo ponto de partida para analisá-las, qual seja: povo e instituições se realizariam plenamente em suas tradições, que seriam válidas na medida em que "correspondem à realidade de nossos problemas". Alinhando honra e coragem; elegância e inteligência como atributos de seus colaboradores e, conseqüentemente, de sua linha editorial, a nova fase de *A Província* reforça sua origem e atualiza sua herança¹¹, articulando-a aos problemas do presente. Assim, a tradição ganha um novo sentido e uma nova operacionalidade, diretamente referidos aos impasses do tempo presente e evidenciada, por exemplo, no esforço de qualificar as diretrizes do jornal:

Chega A PROVINCIA ao anno de 1929 contente de ter fixado, em linhas geraes, o seu programa de 'provincianismo': de ser um jornal que não se pareça com nenhum outro, nem na physionomia de suas páginas e dos seus tipos nem no espírito de seu noticiário e dos seus editoriaes: que não copie nenhuma folha da Metropole; que não viva no parasitismo fácil da transcrição [...].

Procurando dar ao velho nome da A PROVINCIA [...] nobre sentido de provincianismo; uni-lo ao empenho de reflectir, dentro do grande espírito nacional do Brasil, as necessidades e as aspirações de uma região brasileira sempre na vanguarda dos esforços constructores e das afirmações de independencia e de liberdade: ligal-o a tudo quanto fôr expressão interessante da nossa vida de todo-o-dia ou afirmação de

¹¹ Ao completar cinquenta e oito anos de fundação, o jornal publica artigo assinado por Osires Carneiro que descreve o pernambucanismo da publicação como síntese entre o "calor da palavra sedutora de José Mariano", a "fidalguia intellectual de Joaquim Nabuco" e a "bravura agreste de José Maria de Albuquerque e Mello" (Cf. Carneiro, 1930, p.5).

cultura ou intelligencia – mesmo da não consagrada ainda fôra daqui – estamos certos de que desenvolvemos um programa de jornal honesto [...].

[...] A PROVINCIA é o jornal claramente nosso, expressão nossa, e que em 1929 outra preocupação não terá maior do que esta: a de ligar-se cada vez mais á vida local, ás [?], aos problemas, ás aspirações, á intelligencia nova de uma região que para continuar a afirmar-se intensamente brasileira, não precisa de sacrificar seu espirito, sua energia creadora, suas aptidões, a solução de seus problemas á passiva imitação de modelos extranhos (“‘A Província’ e o seu provincianismo”, 01/01/1929, p.1, grafia original, grifo meu).

Ainda que destaque os elementos tradicionais que dariam forma ao jornal, o editorial também afirma o ineditismo de seu provincianismo, numa tentativa de demonstrar que velhas questões estavam sendo reelaboradas a partir de novos pontos de vista, atualizando as tradições e demonstrando, assim, sua operacionalidade. Na qualidade de um jornal “claramente nosso”, *A Província* teria a tarefa de “ligar-se cada vez mais à vida local”, desempenhando a dupla missão de oferecer suporte às manifestações locais de arte, cultura e inteligência capazes de buscar soluções para os problemas do tempo presente, bem como de apoiar o processo de formação dos leitores.

Buscando apreender os ritmos locais e o cotidiano de produção da cultura e da política, a cidade do Recife será um dos temas recorrentemente abordados no jornal seja pela recuperação de datas e lugares antigos que permitiriam remontar as tradições que deram forma à cidade, seja pelos debates em torno de planos de remodelação do espaço urbano ao longo dos anos de 1920. Num caso ou em outro, não está em questão opor tradicional e moderno, ou condenar este ou aquele aspecto de projetos de urbanização identificados com a modernização da cidade; antes, procura-se qualificar as intervenções urbanas que, sendo necessárias, devem comportar as singularidades do cotidiano da cidade, preservando sua história e dando relevo as suas tradições.

Nestes termos, o editorial de 23 de agosto de 1928, é dedicado a uma definição dos objetivos do urbanismo, tecendo observações sobre o sentido de sua intervenção numa cidade antiga como a capital pernambucana:

O urbanismo verdadeiro, o que se preza de conciliar interesses em vez de procurar impor um, isoladamente – o esthetico ou o de trafego – com sacrificio dos demais, é um trabalho principalmente de conciliação. A physonomia tradicional da cidade merece o respeito do urbanista, ao mesmo tempo que o problema de hygiene e o da circulação.

Onde o urbanista não pode ficar é num puro esthetismo ou num puro tradicionalismo ou num absoluto hygienismo.

[...] O sentido do urbanismo é o dos problemas em conjuncto. E o mal das cidades brasileiras tem sido em grande parte o de melhoramentos feitos por um criterio só, ou por um só interesse, em prejuízo dos demais. Principalmente o criterio do engenheiro.

Inclinando-se a iniciar no seu governo a urbanisação do Recife revela o sr. Estacio Coimbra um senso admiravelmente moderno dos nossos problemas urbanos. Elles precisam ser resolvidos na sua totalidade, em harmonia uns com os outros [...]

Não seria um luxo nem um enfeite, seria preparar o Recife, dentro da physonomia tradicional das suas linhas de cidade mais de três vezes secular, para o seu destino naturalmente grande de cidade moderna e de intenso movimento economico. (“Urbanismo”, 23/08/1928, grafia original, grifo meu).

Argumentando que o urbanismo corresponde a uma técnica orientada para a resolução dos problemas urbanos em seu conjunto, o editorial aponta a conciliação como a principal virtude do “urbanismo verdadeiro” dado que “a physonomia tradicional da cidade merece o respeito do urbanista, ao mesmo tempo que o problema de hygiene e o da circulação”, ou seja, demandas relacionadas ao crescimento e à modernização da cidade devem ser equacionadas de modo a promover ajustamentos que não descaracterizem as feições tradicionais da cidade.

Conciliação que, por sua vez, deveria ser forjada a partir de parâmetros estabelecidos pelo urbanismo, num deslocamento que visa delinear o lugar da tradição a partir de um conjunto de técnicas de investigação dos problemas urbanos, re-orientando seu sentido e sua

função no interior de uma cidade em transformação. Como consequência, vê-se a afirmação de que tanto a cidade antiga, quanto o padrão de sociabilidade por ela produzido, continuam sendo operativos da dinâmica da cidade, situação que deve ser reconhecida para que, então, se avance na consolidação de uma cidade moderna.

Atrelada às discussões sobre o planejamento urbano, questões relativas ao tombamento e à preservação do patrimônio artístico e histórico das cidades de Recife e de Olinda também ganham as páginas de *A Província*. O editorial “O patrimonio artistico de Pernambuco” repercute a aprovação da lei que autoriza o governo do estado a criar um museu de arte, bem como uma inspetoria para a preservação do patrimônio¹²:

Velhas egrejas pernambucanas, entre as quaes a de Guararapes, recordação do heroísmo brasileiro na guerra contra os hollandezes; antigos portões ecclesiasticos [...] e de um delicioso sabor colonial; ‘casas grandes’ seculares [...] de tão grande interesse para a nossa historia social ao mesmo tempo que de uma viva significação artisitica; velhos jacarandás em que o entusiasmo lyrico e meio ingênuo de artistas pernambucanos pelas cousas da terra madrugou em cornucópias de caju e maracujá, no espaldar dos sofás e cadeiras – tudo isso deixará de ser cousa á toa, ou interesse de exquisitões, para tornar-se um conjucto de valores intelligentemente inventariados e zelados e ao serviço da obra de educação cívica e de cultura brasileira das novas gerações pernambucanas.

Empenhado desde o principio do seu governo em defender e zelar de maneira intelligente e pratica o nosso patrimonio artisitico, o sr. governador Estácio Coimbra procederá decerto tornar effectiva o mais cedo possivel aquella defesa e aquella conservação.

Nada mais razoável que interessar-se Pernambuco pelo seu passado. É um passado todo de gloria. E os valores a conservar em museu e a defender por meio de uma Inspectoria de monumentos teem para todo o Pernambuco este intimo interesse: o de serem umas como joias de familia em ponto grande (“O patrimonio artistico de Pernambuco”, 29/08/1928, p.3, grafia original).

¹² A Inspetoria Estadual de Monumentos e o Museu Histórico e de Arte Antiga foram criados em 1929 e são saudados no editorial “Defesa do patrimonio artisitico e historico” de 10/02/1929. Em 13/03/1929, jornal repercute matéria de *O Jornal* do Rio de Janeiro sobre a criação do órgão, contribuindo para legitimar e dar credibilidade à iniciativa do governo de Estácio Coimbra. Deve-se notar, aqui, que a iniciativa antecede a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, datada de 1938. Sobre o tema, ver: Rubino, 1992. Agradeço a Mário Medeiros da Silva pela observação.

Pouco a pouco, planejamento urbano e preservação do patrimônio são combinados para dar suporte a argumentos e propostas que buscam conciliar o crescimento da cidade e suas tradições centenárias. Direto ao abordar o tema, o editorial “Respeito ao passado” discute o projeto de urbanização do bairro do Carmo em Olinda que previa a destruição da igreja do Carmo, o argumento central observa que “as imposições da vida moderna, do tráfego intenso, da rapidez das comunicações não concorreram para eliminar as velhas pontes de madeira que algumas das mais importantes cidades suíças ainda conservam como patrimônio inviolável”, assim,

tudo é possível fazer quando há um pouco de amor pelas cousas do passado e de respeito pela tradição [...] seria profundamente lamentável que a cidade de Olinda para realizar certos melhoramentos indispensáveis tivesse de metter a baixo as suas velhas igrejas que lhe dão todo o seu carácter (“Respeito ao passado”, 16/02/1929, grafia original).

É, novamente, argumentando pela conciliação entre o elemento tradicional e as demandas modernizantes que diferentes intervenções urbanas são tratadas pelo jornal, de modo que até mesmo a arborização da cidade ganhe as páginas de *A Província* justamente porque permite ilustrar o argumento de que ações orientadas para a modernização da cidade podem ser feitas a partir de marcos que remontem à tradição como, por exemplo, a utilização de árvores nativas como o pau d’arco no lugar do constante apelo “a árvores importadas. Entre essas se destaca o ‘ficus benjamin’ que por uma curiosa sympathia dos últimos prefeitos se espalhou victoriosamente por praças e ruas” (“Arborização da cidade”, 06/07/1929). Ou seja, é o recurso ao elemento nativo e tradicional que permitiria à cidade se distinguir, quebrando o efeito de monotonia decorrente de projetos de urbanização padronizados, isto é, menos do que recusar demandas ou iniciativas relacionadas à

modernização da cidade, está em jogo discutir o produzir um novo projeto que, no limite, corresponderia à versão pernambucana da modernidade.

A conciliação entre a modernização e a tradição é, certamente, um dos elementos fundamentais deste projeto. No caso de *A Província* este arranjo é celebrado, por exemplo, na série especial “Indústrias que nos honram” sobre as principais fábricas pernambucanas. As reportagens – publicadas com intervalos médios de um mês, sempre aos domingos – apresentam um balanço das atividades dos industriais pernambucanos, promovendo o elogio do desenvolvimento econômico do estado. Três usinas de açúcar e álcool são destacadas como exemplares dos ganhos oriundos da articulação entre a força da família patriarcal e as novas tecnologias disponíveis para a produção, são elas: Usina São José de Iguarassú (reportagem de 14 de setembro de 1929) de propriedade da família Bandeira de Mello; Usina Catende (reportagem de 04 de agosto de 1929), situada na cidade de mesmo nome e de propriedade da família Costa Azevedo e a Usina Mussurepe (reportagem de 21 de julho de 1929) localizada em Pau d’Alho, fundada em 1911 pelo ex-governador Herculano Bandeira de Mello e, naquele momento, sob direção da firma H. Bandeira & Cia, dos irmãos Raul e Herculano Bandeira de Mello.

Ao mesmo tempo, esses industriais são destacados como atores centrais do processo de transformação de Pernambuco, e, conseqüentemente da síntese entre moderno e tradicional que deveria estar na base deste processo. Tal movimento interpretativo visa estabelecer conexões entre o crescimento e a dinamização da economia pernambucana e as grandes famílias de proprietários rurais que se lançaram em novos empreendimentos, de modo que, a despeito da natureza diversa da atividade econômica, a família patriarcal possa ser circunscrita como o ator privilegiado do processo, inserindo a continuidade na inovação e

demonstrando que o tradicionalismo não era sinônimo de atraso, pelo contrário, possuía uma dimensão ativa e operativa da vida econômica da região, dinamizando-a.

Tendo apresentado ao leitor os parâmetros que orientavam a delimitação de temas e problemas em pauta, o jornal se dedica, em setembro de 1930, a celebrar seu aniversário e, assim, promover um novo balanço do trabalho iniciado dois anos antes:

a nova phase na vida da A PROVINCIA não representa nenhuma periodo de luxo ou de fausto: si alguma cousa a ennobrece é simplesmente o esforço bastante sincero e honesto no sentido do bom jornalismo, limpo nos processos, identificado com as necessidades e aspirações pernambucanas, livre do parasitismo e da imitação. Provincianismo chamou o sr. Manuel Bandeira a este empenho sincero da A PROVINCIA, na phase atual, em ser jornal nosso, jornal pernambucano, e não nenhum plagio ridiculo de diario do Rio: provincianismo, aliás, que não tem ranço nenhum de bairrismo, que é apenas a coragem, ou pelo menos a vontade, de sermos nós mesmos. Provincianismo que representa a reacção, em tempo, contra o perigo da standardização á americana que ameaça, no Brasil, a imprensa dos Estados. (“A nova phase da A Província”, 06/09/1930, grafia original).

Definindo seu provincianismo como a coragem – ou, ao menos, a vontade – de ser “nós mesmos”, o jornal afasta-se da acusação de bairrismo e, ao mesmo tempo, procura estabelecer os elementos que permitiriam circunscrever Pernambuco como uma unidade capaz de produzir e amparar um provincianismo. Em setembro de 1930, menos do que os perigos de uma proposta editorial que seja confundida com o bairrismo, parece necessário ter coragem para afirmar as escolhas políticas e eleitorais de um ano antes, esforço que será feito a partir da mobilização de interesses regionais que se sobreporiam às disputas partidárias.

Reafirmando sua identificação com “a política constructora do sr. Estácio Coimbra” (Idem, grafia original), o jornal dedica uma edição ao balanço da gestão que estava por se encerrar. A esta altura, *A Província* permanecia envolvida nos acontecimentos em torno das eleições de 1929, que terminam como Júlio Prestes eleito presidente e José Maria Bello, um dos diretores de *A Província*, eleito governador de Pernambuco na sucessão de Estácio

Coimbra. Tendo declarado apoio aos dois candidatos, o jornal envolveu-se nas polêmicas que antecederam as eleições e, especialmente, naquelas que as sucederam, iniciando uma campanha pela manutenção da legalidade institucional no país, condenando os atos da Aliança Liberal em geral e de Getúlio Vargas em particular¹³.

A disputa eleitoral entre a Aliança Liberal e a candidatura situacionista de Júlio Prestes, bem como a posterior ascensão de Vargas em outubro de 1930, redimensiona a teia de relações estabelecida ao longo do período anterior, exigindo novos arranjos políticos e impondo novas dinâmicas aos debates sobre as relações entre região e nação. Assim, a partir de 1930, região e regionalismo ganham novos contornos, também, em função das consequências políticas da Revolução de 1930 a qual permite que diferentes elites regionais ganhem visibilidade no plano nacional. Lentamente, a diversidade regional será acionada como modo de realizar uma operação pela unidade nacional, bem como para sua a compreensão¹⁴.

Com a vitória da Aliança Liberal, *A Província* deixa de circular¹⁵, retomando suas atividades em 04 de março de 1932 sob o comando do antigo diretor Diniz Pyrillo com uma capa simbólica: uma fotografia de José Maria Albuquerque e Mello, numa homenagem do

¹³ Durante este período, o jornal cria a seção “Vida política”, sob responsabilidade do Partido Republicano de Pernambuco e redação de Annibal Fernandes (diretor da Inspetoria Estadual de Monumentos e colunista responsável seção “Semana Internacional” de *A Província*), Mavial do Prado e Bartholomeu Anacleto (um dos colunistas responsáveis pela seção “Pernambuco Econômico” publicado pelo jornal).

¹⁴ Em linhas gerais, a segunda metade dos anos de 1920, parece marcar a percepção, por parte das oposições estaduais, que a concretização de seus interesses regionais passava pela nacionalização de suas atividades políticas. Em 1924, é formada a Aliança Libertadora que se articula nacionalmente e, quatro anos depois, a indicação do paulista Júlio Prestes para a sucessão do também paulista Washington Luís, detona reviravoltas significativas na política da Primeira República justamente por romper a alternância na presidência entre representantes de Minas Gerais e de São Paulo. Alijado da disputa eleitoral, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas, costurou um acordo com oligarquias estaduais dissidentes, centralizando seus esforços em conquistar o apoio de gaúchos, pernambucanos e paraibanos.

¹⁵ Não é possível precisar a data exata da interrupção, nem seus motivos que, presumivelmente, envolveram retaliações políticas contra o jornal que, afinal, tinha como diretores o chefe de gabinete do governo estadual que se encerrava e o governador eleito que não toma posse. A coleção microfilmada depositada da Biblioteca Nacional é interrompida em 04 de outubro de 1930.

jornal àquele que nomeia como seu mártir. Assim como ocorrera quatro anos antes, na edição de estreia de Freyre e Bello, o político liberal José Maria Albuquerque e Mello é acionado para reafirmar posições políticas e, especialmente, para marcar a continuidade da linha editorial anterior.

Gilberto Freyre havia se retirado num exílio voluntário que se estendeu até 1932, ano de seu regresso ao Rio de Janeiro. Alijado do poder local como correra com todo o grupo político em torno de Estácio Coimbra, cujo exílio se estendeu até 1934, Freyre vê interditado a continuidade de *A Província* e reorienta a reflexão sobre a região e o regionalismo, aproximando-se da sociologia num movimento que aprofunda argumentos e reflexões presentes em *A Província*.

2. A região a partir de um ponto de vista sociológico.

Especialmente ao longo dos decênios de 1930 e 1940, Gilberto Freyre se empenha na sistematização de estudos e argumentos sobre a região e o regionalismo, como pode ser notado nos programas de curso ministrados na cátedra de Sociologia na Escola Normal do Recife, ocupada pelo sociólogo entre 1929 e 1930; no curso de Sociologia Regional oferecido em 1935 na Faculdade de Direito do Recife, bem como nas disciplinas ministradas entre 1935 e 1937 na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro (Cf. Meucci, 2006, p.97-105; p.325-329). Seja em livros, conferências ou aulas, o autor se lança na tarefa de, por meio da sociologia, definir uma noção de região capaz de permitir a investigação de processos sociais que, diversos em suas características regionais, fossem capazes de sustentar afirmações acerca da generalidade da formação da sociedade brasileira.

O livro *Região e tradição*, reunião de artigos e conferências, pode ser tomado como uma primeira tentativa de Freyre para organizar argumentos que vinham sendo desenvolvidos até então. O prefácio de José Lins do Rego à obra ganha destaque ao refletir sobre o sentido e as consequências das formulações do sociólogo para o debate intelectual de então. Afirmando que o regionalismo permaneceu, por longo período, “coisa de superfície” (Rego, 1941, p.19), um conjunto de ideias e práticas literárias mais referidas ao sentimento do que à cultura, o romancista argumenta que ao articular região e cultura, Freyre teria promovido um deslocamento explicativo que não negaria o lugar do sensível, antes, o reorientaria, transformando-o em ponto de partida da narrativa ou da explicação (Cf. Idem, p.19-20). Ocupando um novo lugar metodológico e analítico, a região se converteria, então, uma experiência social que carrega a potência da universalidade:

ser da sua região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura da vida, mais ligada à realidade. Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade [...] Com um regionalismo desses é que poderemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira (Rego, 1941, p.20).

Passando diretamente ao texto de Freyre, observa-se que a afirmação da universalidade da região se converte numa via de acesso ao nacional, logo, se a cultura brasileira se realizaria regionalmente deveria, portanto, ser regionalmente estudada (Cf. Freyre, 1973). Análise que ao afirmar a precedência da região em relação à nação, constrói, também, as singularidades de cada parte que compõe o todo. No jogo entre o singular e o geral, o autor argumenta que o Nordeste, a despeito das alterações econômicas e sociais experimentadas entre 1825 e 1925,

continua a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil; a mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses na América tropical. [...] Seus arcaísmos não devem ser confundidos com o tradicionalismo criador; nem seus provincialismos, com o bom regionalismo. (Freyre, 1941, p.193).

Na condição de região mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses, ao Nordeste caberia a distinção como a parte mais brasileira do todo nacional, isto é, o Nordeste seria um “refúgio da alma brasileira”: a “região mais endogâmica do Brasil contra as infiltrações européias ou norte-americanas” (Idem, p.193).

Pode-se argumentar, como sugere Moema D'Andrea (1992), que a colonização portuguesa é a via de acesso que permite ao autor reivindicar a autenticidade do Nordeste como parte mais brasileira do todo nacional¹⁶. Contudo, para além deste movimento, nota-se que ao recortar a colonização portuguesa como o eixo que unifica as partes e, a partir daí, constrói o todo, Freyre não apenas promove a continuidade entre as tradições portuguesas e a cultura nacional, como também afirma que no passado estariam estabelecidos os elementos autenticamente brasileiros, como consequência, o tempo regional assume a forma de um presente contínuo¹⁷.

Mesmo não sendo oposta à da nação, esta temporalidade diversa assenta a compreensão sobre a decadência da região, apontando soluções para a crise posto que a estabilidade do presente deriva da grandeza do passado que segue experienciado. Perfazendo a história em sentido contrário (Cf. D'Andrea, 1992, p.46), Gilberto Freyre desenvolverá argumentos semelhantes para outras regiões, de modo que, para além de afirmar a autenticidade e singularidade nordestina, o sociólogo se empenha em demonstrar a validade de suas teses para a análise de outras experiências regionais, como a do extremo meridional do país.

Em 1940, o autor tomou parte no III Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Em Porto

¹⁶ Durval Muniz A. Jr. observa que “a região Nordeste, que surge na ‘paisagem imaginária’ do país, no final da primeira década deste século [século XX], substituindo a antiga divisão regional do país entre Norte e Sul, foi fundada na saudade e na tradição” (Albuquerque Jr., 1999, p.65), de modo que a invenção do Nordeste decorreria das estratégias de nacionalização operadas por um dispositivo da nacionalidade, não ficando restrita, portanto, a expressão de interesses particularistas de indivíduos ou grupos oligárquicos. Nestes termos, o Nordeste seria uma “nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado. O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados” (Idem, p.67).

¹⁷ Para o aprofundamento da noção de tempo em Gilberto Freyre, consultar Bastos, 2006, p.44-48 e Villas-Bôas, 2006, p.21-31.

Alegre, Freyre apresentou a tese “Sugestões para o estudo do sobrado rio-grandense” no Congresso e, após o encerramento deste, proferiu na Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, a conferência “Continente e ilha”, editada três anos depois pela Casa do Estudante do Brasil com o mesmo título¹⁸.

Se o Congresso tinha o objetivo de celebrar o bi-centenário de fundação de Porto Alegre, é justamente a formação histórica e social da cidade que serve de ponto de partida para a análise de Freyre, permitindo ao autor estabelecer um sentido interpretativo não apenas para a formação social sulina, como também para a articulação entre o regional e o nacional. O argumento desenvolve-se no sentido de afirmar que a cidade seria caracterizada pela ocupação portuguesa em geral, e açoriana em particular, marcada, portanto, pela fixação de famílias “vinda de ilhas, homens tranqüilos ainda que corajosos nas suas iniciativas, lusitanamente pertinazes nos seus esforços de lavradores, criadores de gado, comerciantes, mestres de ofício, artesãos, pescadores [...]” (Freyre, 1943, p.12). Ocupação e colonização que representariam, por sua vez, “esforço lusitano, pertinácia açoriana, a vocação ecumênica do português para desentranhar-se em novos povos, novas culturas, novas nações [...]” (Idem, p.13).

Tais afirmações permitem ao autor construir o primeiro movimento de seu argumento: a afirmação da importância da colonização portuguesa para a fixação do homem e do meio na cidade de Porto Alegre, aspecto que lhe permite estabelecer vínculos entre a capital sulina e

¹⁸ A reunião de 1940 homenageou o bi-centenário de fundação de Porto Alegre (Cf. *Revista do IHGRS*, v.25, n.99, jul.-set.1945). A Conferência “Ilha e continente” foi proferida em 19 de novembro de 1940 no salão nobre da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, não integrando a programação do III Congresso, mas sim a programação das comemorações do bi-centenário de Porto Alegre (Cf. “Sugestões para o estudo historico-social do sobrado no R. G. do Sul”, *Correio do Povo*, 19/11/1940, p.6). Originalmente, “Sugestões para o estudo do sobrado rio-grandense” foi publicado nos *Anais do III Congresso sul-rio-grandense de história e geografia*, lançado em 1940 pela Editora Globo e incluído em *Problemas brasileiros de antropologia* de 1943. O mesmo artigo reaparece em 1946, no sétimo número da revista *Província de São Pedro*, versão aqui citada. Sobre o tema ver, ainda: Freyre, 1979; [1936] 2004.

outras cidades brasileiras, bem como articular, via colonização portuguesa, a formação social e histórica do Rio Grande do Sul a de outras regiões, produzindo um efeito de unidade¹⁹.

Unidade assentada no dinamismo e na plasticidade da colonização portuguesa, capaz de estabelecer um ritmo continental ao processo de ocupação do território, promovendo a criação de novos povos e culturas. Mesmo afirmando que a colonização tenha se processado, via de regra, seguindo um ritmo horizontal associado à expansão continental, o autor estabelece o segundo movimento de seu argumento: tal esforço também teria comportado, em seu interior, o surgimento de “ilhas sociológicas”, espaços de “intensificação ou condensação da energia colonizadora” (Freyre, 1943, p.17) tais quais as cidades edificadas em montes ou em ilhas físicas, os colégios jesuítas, os engenhos grandes de açúcar, todos marcos em torno dos quais se “esboçaram as primeiras regiões brasileiras: Itamaracá, São Vicente, Maranhão, Piratininga” (Idem, p.17) ²⁰. Na síntese do autor:

É que no Brasil o fenômeno sociológico e cultural como que repetiu o geográfico: sociologicamente e culturalmente desenvolvemo-nos em ilhas e essas em arquipélagos ou numa enorme ilha-continente [...] Ilha e continente ao mesmo tempo. Ou ilhas e continente. Um arquipélago sociológico ou cultural de proporções continentais (Idem, p.17-18).

Arquipélago alinhavado pelo esforço colonizador português empreendido desde o século XVI. No entanto, como argumenta o autor, não se trata de um arquipélago uno e

¹⁹ Sobre Porto Alegre, Freyre argumenta que o “traço social e psicológico que lhe caracteriza a fisionomia histórica é bem o de *ilha* no sentido sociológico: o de ponto de consagração de energias e de irradiação de valores ao mesmo tempo tradicionais e atlânticos” (Freyre, 1943, p.44), ou seja, “Porto Alegre nasceu e cresceu sociologicamente *ilha*: como Olinda, como Florianópolis, como o Rio de Janeiro, como Belém do Pará, como São Luiz do Maranhão, como o Recife [...]” (Idem, p.46). Observa-se, assim, a integração de Porto Alegre ao Brasil por meio da colonização portuguesa compartilhada com outras capitais.

²⁰ São Paulo é a exceção nomeada por Freyre neste processo, pois vista pelo sociólogo como um fenômeno ligado ao bandeirantismo, uma expansão horizontal do território rumo ao interior, cujos efeitos na fixação de hábitos e culturas seriam menos duradouros. Assim, expansão das fronteiras levadas a cabo pelo bandeirantismo comportaria um elemento predatório incapaz de produzir a colonização.

indivisível, antes, haveria a formação de uma ilha-continente, fenômeno sociológico expresso nos diferentes ritmos processuais e nas diferentes formas de ocupação do espaço que marcariam a colonização portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, a formação nacional. Entretanto, tais diferenças não teriam sido capazes de fragmentar o território em diferentes ilhas espaciais, pelo contrário, alinhavaram a unidade por meio da cultura, isto é, ainda que áreas favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, portos marítimos mais abertos ao comércio e a constituição de cidades pudessem ser circunscritas como áreas de “coagulação” da fixação portuguesa, essas mesmas “*áreas economicamente estratégicas [...] depois se acentuariam em regiões mais amplamente culturais*” (Idem, p.18, grifo no original). Observa-se, assim, que continente e ilha, tal como nação e região, não se negariam, ao contrário, estariam em situação de complementaridade:

é que ao sentido americano de *continente* necessitamos continuar juntando o tradicional, o português, o hispânico, o africano, o atlântico de *ilha*, para que os dois antagonismos históricos, psicológicos e sociológicos continuem a se completar em nossa vida e na nossa cultura; o sentido de *continente* a nos defender dos excessos do de *ilha*; o de *ilha* a nos defender dos excessos do de *continente*; [...] Sentido, este, que seria, ao mesmo tempo, de tradição portuguesa e de oceanicidade, a *ilha* significando em nossa paisagem cultural não só a concentração como a variedade – ou a possibilidade de variedade – de contactos humanos de sangue e principalmente de cultura com outras ilhas e com todas as partes do mundo. De modo que [...] o sentido de *continente* é que seria para nós um limite, embora limite saudável e útil; enquanto, um tanto paradoxalmente, o sentido de *ilha* seria o universalismo como uma aventura quasi sem limites; e ao mesmo tempo, o hispanismo, o lusitanismo, o regionalismo de origem, como uma permanência essencial à nossa vida e à nossa cultura. (Freyre, 1943, p. 27 – 29. grifo no original).

Para além da complementaridade, a formulação acerca das relações entre continente e ilha engendra o terceiro movimento do texto: o continente não contém a ilha, isto é, a nação não contém a região. Ainda que uma seja constitutiva da outra, a nação não se apresenta como uma mediação obrigatória na relação entre o regional e o universal. Ao afirmar que a

ilha contém não apenas a concentração, mas também a variedade, o autor estabelece a região como o lugar a partir do qual a diversidade é formulada e em relação a qual ganha sentido. Assim, cabe à região o papel fundamental não apenas na construção da nação, mas, especialmente, na manutenção da articulação que a sustenta. Temos, então, continente e ilha como antagonismos que o Brasil deve conciliar e equilibrar (Cf. Idem, p.37) pois:

[...] a nós, sociedade brasileira, o que convém é o equilíbrio entre aqueles extremos. A nós a harmonia que convém é a que se estabilize entre aqueles antagonismos, desenvolvendo-se numa espécie de política cultural do Brasil: a de interrelações íntimas e constantes entre a ilha de cada um e o continente de todos (Idem, p.66-67).

O argumento torna-se mais nítido quando recorremos ao outro trabalho apresentado por Freyre no Rio Grande do Sul. Circunscrevendo o sobrado patriarcal rio-grandense, Freyre argumenta sobre as semelhanças verificáveis entre as diversas regiões brasileiras. Colocando-se na posição de quem observa o Rio Grande do Sul com olhos impressionistas, o autor afirma que uma análise demorada do tema revelará “sob a aparência de unitarismo absoluto, variação regional nos tipos de sobrados de origem portuguesa” (Freyre, 1946, p.10), isto é,

os sobrados que tive ocasião de ver, no começo deste ano, no Rio Grande do Sul, nas cidades mais antigas e mais cheias de traços da colonização açoriana – Rio Pardo, Viamão, Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre – estão entre aqueles elementos da paisagem cultural brasileira que pouco ou nada variam de Norte a Sul; e o que constituem o unitarismo ou unanimismo da mesma paisagem. Unitarismo ou unanimismo que se impõe ao olhar do observador ao lado do pluralismo, este em consequência já das formas diversas de vida e de cultura por que o elemento português adaptou-se às várias regiões da América por ele colonizadas (ou postos a serviço da colonização no Brasil) e das culturas encarnadas pela sua inércia ou pelo seu dinamismo social: o elemento indígena, o africano, o italiano, o alemão, o polonês, o japonês, para só falar nos de maior importância (Idem, p.10).

Do mesmo modo que em *Continente e ilha*, novamente, o ponto de partida é dado pela colonização portuguesa, elemento que estabelece as semelhanças entre os diferentes espaços regionais, bem como e, especialmente, ponto que alinhava temporalmente todas as

diferenças. A colonização portuguesa fundaria dois atores sociais semelhantes, o senhor de engenho e o estancieiro, semelhanças que ganham concretudes expressas nas inúmeras afinidades observáveis entre a casa patriarcal dos engenhos e a das estâncias. Traços afins que denotariam a existência de uma forma sociológica tipicamente brasileira, o patriarcalismo, cujo ator social característico seria o patriarca (Cf. Bastos, 2006). Nesse sentido, nota-se o argumento de que em suas formas e processos, a sociedade brasileira seria marcada pela presença do patriarcalismo que assumiria conteúdos econômicos, étnicos ou culturais singulares de acordo com a região onde se desenvolve.

Singularidades que, por sua vez, não alterariam a estrutura da formação social engendrada via colonização portuguesa. O reconhecimento da diversidade regional é acompanhado da afirmação de que o patriarcado, como forma sociológica visível e operativa dos contextos regionais, seria capaz de promover a unidade da nação. Ou seja, a coesão nacional seria decorrente da combinação entre a diversidade regional (percebida e construída culturalmente) e a unidade, social e politicamente assentada sobre a experiência patriarcal de modo que a diversidade encontra seu limite justamente no papel unificador do patriarcalismo (Cf. Meucci, 2006, p.305), produzindo, portanto, a diferença.

3. A produção da memória entre a fronteira, a guerra e a estância.

Longe de produzir um estudo da recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul²¹ e circunscrevendo as atividades do sociólogo no III Congresso de História e Geografia, observa-se que os argumentos do autor circularam nos meios intelectuais sulinos não apenas pela importância da figura que se dedicava, mesmo brevemente, à análise de aspectos da formação do Rio Grande do Sul, mas, especialmente, pela possibilidade indicada pelo sociólogo de representar o extremo meridional do país dentro dos limites luso-brasileiros, oferecendo, em *Continente e ilha*, uma espécie de saída metodológica para estudos históricos desenvolvidos no Rio Grande do Sul (Cf. Nedel, 2007, p.86-89) e indicando em “Sugestões para o estudo do sobrado rio-grandense” as equivalências funcionais que aquela formação histórica sulina guardaria com outras regiões, integrando, portanto um todo.

Em linhas gerais, as ideias do autor concorreram para fomentar esforços na promoção de uma ressemantização de vocábulos como gaúcho e de noções como região e regionalismo, movimento que pode ser percebido nas páginas da *Província de São Pedro*.

²¹ Tarefa realizada pela historiadora Letícia Nedel no artigo “A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul” (2007). Importa destacar aqui, que as viagens de Freyre importam, entre outras razões, porque foram feitas na companhia de José Lins do Rego, servindo de base para argumentos que ambos desenvolvem sobre a diversidade regional brasileira. Mais uma vez, os diálogos entre lugares diferentes são buscados, prioritariamente, a partir das pistas deixadas pelos próprios autores, de modo que a comparação ou debate não sejam apenas uma inferência do analista, mas contemple, também, a dinâmica da vida social daqueles que são os objetos de estudo.

Tanto os editoriais de Moyses Vellinho²², quanto os artigos da revista são acionados, aqui, com vistas a revelar que, para além de um importante empreendimento editorial da mais destacada editora sulina, a revista reuniu parcela significativa dos intelectuais rio-grandenses do período, possibilitando, portanto, o estudo do modo uma interpretação específica sobre a história do Rio Grande do Sul, seu pertencimento cultural aos limites da colonização lusa e o sentido nacional de seus conflitos internos, foi reformulada e posta em circulação²³.

Editada ao longo de doze anos²⁴, a revista contou com a colaboração de diferentes autores, valendo-se da rede de distribuição que a Globo havia montado e que, àquela altura, possuía abrangência nacional. Como particularidade da publicação, destaca-se sua capacidade de agregar num projeto editorial comum, intelectuais difusamente reunidos em torno da Livraria do Globo, do IHGRS e das recém criadas escolas de ensino superior, contribuindo para a publicização de diferentes iniciativas institucionais levadas a cabo em Porto Alegre²⁵.

²² Vellinho iniciou sua carreira como crítico literário na década de 1920, colaborando com jornais porto-alegrenses. Em 1949, no IHGRS, entre suas obras estão *Letras da província* (1944) e *Capitania d'el Rey*: aspectos polêmicos da formação rio-grandense publicado em 1964 e escrito ao longo de vinte anos. Sobre a obra e da trajetória do autor, consultar: Rodrigues, 2006. Para outros estudos sobre a *Província de São Pedro* consultar: Gertz, 1983; Baumgarten, 1997.

²³ Em linhas gerais, desde o II Congresso de história e geografia sul-rio-grandense as teses separatistas vinham perdendo espaço entre os intelectuais sulinos (Cf. *Revista do IHGRS*, Almeida, 1983, p.215-251) num processo que coincide tanto com a inédita ascensão de políticos gaúchos ao centro de poder da República, quanto com a lenta sistematização e institucionalização das Ciências Sociais e da História no Rio Grande do Sul. Entre os principais defensores das teses separatistas destaca-se Alfredo Varela que, entre outras, publicou *História da grande revolução* (1933).

²⁴ Tanto a periodicidade, quanto a quantidade de números editados anualmente nunca foram precisas: em 1945, são quatro, no ano seguinte três; em 1948 e 1949 dois por ano. A publicação é interrompida em 1950 e retorna no ano seguinte com dois números. Em 1952, apenas um número, assim como em 1953. Em 1954, dois números são publicados. Nova interrupção, agora por dois anos, até que em 1957 vem a público o último número, o vigésimo primeiro. A partir de 1952, parte da organicidade da publicação se dilui: desaparecem as ilustrações e as notas bio-bliográficas dos colaboradores.

²⁵ No mesmo período, circularam também a *Revista do IHGRS* e a *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

Entre tais iniciativas, o IHGRS ganhou destaque como responsável pela produção de algumas das principais teses e discussões sobre a história e a historiografia regionais. Mesmo sendo comum o trânsito das mesmas pessoas por diferentes instituições, as faculdades permaneceram dedicadas prioritariamente ao ensino, cabendo ao IHGRS a ascendência no estabelecimento das práticas de pesquisa e dos temas privilegiados de estudo²⁶ (Cf. Rodrigues, 2002; 2006).

Logo no editorial que inaugura a publicação, Moysés Vellinho em tom de manifesto, explicita os parâmetros da relação entre o regional e o nacional que norteariam a publicação:

O que PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO deseja não é afogar-se nas águas rasas da retórica regionalista. É uma publicação regional, sem dúvida, faz questão de sê-lo, mas não a animam exclusivismos localistas. Seu objetivo é o de fomentar, no Rio Grande do Sul, as obras da inteligência, através do ensaio, da crítica, da ficção, da poesia, de todas as manifestações do pensamento (Vellinho, 1945, p.5. grafia original, grifo meu).

Afirmando sua origem regional e a intenção de veicular a produção de autores do Rio Grande do Sul, Vellinho estabelece as balizas temáticas e editoriais de uma publicação que se pretende regional sem que isso seja sinônimo de localismo, evidenciando, assim, a tentativa de estabelecer diferenças entre a região como tema mais ou menos preso à retórica localista e da região como problema capaz de reconstruir a história do Rio Grande do Sul, com seus mitos e heróis, a partir de um ponto de vista novo.

²⁶ Entre 1940 e 1943, foram criados os cursos de Geografia e História na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, administrada pelos irmãos maristas e incorporada em 1948 à Pontifícia Universidade Católica, e na Universidade de Porto Alegre, fundada em 1934, renomeada em 1947 como Universidade do Rio Grande do Sul e federalizada três anos depois (Cf. Rodrigues, 2002). A cátedra de Sociologia na Universidade de Porto Alegre foi criada em 1943. Entre 1931 e 1942, a Sociologia esteve presente nos currículos do Colégio Universitário responsável pelos cursos de admissão na Universidade de Porto Alegre e da Escola Normal (Cf. Monteiro, 2009).

No entanto, ao longo da publicação é possível notar que os temas ligados ao Rio Grande do Sul são tratados, preferencialmente, por autores sulinos²⁷ num mecanismo que se revela tanto o esforço de circunscrever temas e problemas que estariam sob alçada quase exclusiva de um grupo, aquele em torno do IHGRS, afirmando, assim, sua profissionalização, quanto a tentativa de garantir o monopólio da produção da memória para a região (Cf. Nedel, 1999; 2005).

No caso da *Província de São Pedro*, os artigos que tematizam problemas ou lugares que não o Rio Grande do Sul são assinados por autores convidados como Edison Carneiro, Raul Bopp, Cecília Meirelles, Emilio Willems²⁸, sendo raros os autores não gaúchos que escrevem sobre o Rio Grande do Sul, contudo, os autorizados a falar sobre o tema são apresentados ao leitor como autoridades no campo da sociologia e da historiografia: Gilberto Freyre, Roger Bastide, Melville Herskovits e Oliveira Vianna. Emblemática neste sentido é a nota escrita por Oliveira Vianna para introduzir seu artigo “A conquista da planície platina”,

este pequeno estudo – pequeno para a vastidão do tema – é um dos capítulos do 2º volume das ‘Populações Meridionais do Brasil’, consagrado especialmente à formação histórica e social do grupo rio-grandense. Eu havia concluído o 2º volume das ‘Populações’ em 1926, mas, não me atrevi a publicá-lo, porque me pareceram ainda deficientes, naquela época, as fontes documentárias sobre a história e, principalmente, sobre a proto-história do Rio Grande.

Hoje, os nossos conhecimentos sobre ela aumentaram muito. Os trabalhos dos modernos investigadores rio-grandenses, como Borges Fortes, Aurélio Porto, Souza Docca e outros, trouxeram, sem dúvida, novos dados sobre os primeiros tempos da colonização da região do extremo-sul. Da minha parte, aliás, mesmo depois daquela data até 1931, continuando a pesquisar, conseguir coligir muitos elementos

²⁷ Fato que chama a atenção de Otto Maria Carpeaux: “li com o maior interesse ‘Província de São Pedro’, que não é apenas a melhor revista literária que existe no Brasil, mas representa, conforme critérios absolutos, um alto valor. Talvez tenha sido melhor que o primeiro número da ‘Província de São Pedro’ fosse escrito só por gaúchos, dando ao país inteiro uma lição admirável” (Carpeaux, 1946, p.16).

²⁸ Cecília Meirelles assina dois artigos: “Folclore Guasca e Açoriano”, n. 6, set. 1946; “Notas de Folclore Gaúcho-Açoriano”, n. 8, mar. 1947. Edison Carneiro colabora com: “O Caruru de Cosme e Damião”, n. 5, jun. 1946; “O Quilombo da Carlota”, n. 19, jun. 1954; “Mães-de-santo”, n. 11, jun. 1948; “Três Cronistas da Bahia”, n. 15, jun. 1951; “O quilombo da Cartola”, n.19, jun.1954. De Emilio Willems a revista publica “Assimilação e educação”, n. 7, dez.1946.

interessantes no Arquivo Público, na Biblioteca Nacional e na Mapoteca do Estado Maior do Exército. Tudo isso me colocou na obrigação de proceder a uma refusão geral da obra elaborada, um tanto apressadamente, em 1926. Infelizmente, depois de 1931, outros encargos mais prementes não me deixaram absolutamente nenhum lazer para esta revisão.

Daí vem que este pequeno estudo não é um capítulo definitivo do livro sobre o Rio Grande; mas apenas um croqui de capítulo [...]. Publicando tal como foi escrito em 1926, faço-o somente para atender a um apelo muito gentil dos diretores da ‘PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO’ (Vianna, 1947, p.7. grafia e maiúscula no original).

Ao mesmo tempo em que informa o leitor sobre as características do texto que apresentará, Oliveira Vianna legitima e respalda a interpretação de autores rio-grandenses vinculados, preferencialmente, ao IHGRS²⁹.

Ao afirmar a incompletude de seu estudo, o autor reafirma a importância de trabalhos produzidos no Rio Grande do Sul e amplia as possibilidades de circulação dos autores gaúchos, bem como das interpretações por eles produzidas. Regional e nacional se combinam, agora, para circunscrever a legitimidade de cada autor para tratar os diferentes temas. Ainda assim, a revista é definida por seu editor como uma “publicação regional, mas não animada por exclusivismos localistas”, ou seja,

sem impor limites à sua orientação nem sentido ideológico ao seu programa, *Província de São Pedro* pretende converter-se no *centro de coleção, seleção, estímulo e irradiação das atividades culturais que se processam nesse extremo sul do país*.

²⁹ Outros artigos que revelam pistas no mesmo sentido são “Deuses Africanos em Porto Alegre”, n.11, mar - jun, 1948 de Herskovits; “Sugestões para o estudo do sobrado rio-grandense” de Freyre e, “As congadas do Sul do Brasil”, de Roger Bastide, ambas no n.10, dez.1947. O primeiro publica “parte dos resultados de uma viagem realizada pelo prof. Melville J. Herskovits, da Northwestern University, Evanston, Illinois, de 1941 a 1942 para observação dos negros no Brasil” (nota da redação, 1948). Já os artigos de Freyre e de Bastide revelam as trocas estabelecidas entre esses intelectuais: as interpretações produzidas por aqueles de fora são avalizadas na medida em que reconhecem tanto o esforço dos estudiosos locais em auxiliá-los, quanto rendem homenagens a capacidade interpretativa dos mesmos. Bastide, por exemplo, reconhece em Dante de Laytano (historiador, membro do IHGRS e diretor do Museu Júlio de Castilhos), “não só um historiador apaixonado pelas coisas rio-grandenses e que sabe evocar com erudição e amor o passado de sua terra; além disso, foi ele o primeiro a mostrar o papel dos africanos no sul do Brasil, e a provar que eles deixaram inúmeros traços na linguagem, nos costumes e no folclore, e que junto com os gaúchos cobriram-se de glória na defesa das fronteiras meridionais do país” (Bastide, 1947, p.167). Gilberto Freyre fará movimento semelhante, destacando que, à época, Laytano era um dos principais estudiosos do Rio Grande do Sul. Sobre Laytano, ver: Nedel, 1999.

Guardando-se dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo, terá sempre presente, no entanto, os autênticos valores do passado, porque acredita que a preservação de certas fixações é indispensável à caracterização de uma cultura (Vellinho, 1945, p.7. grafia original, grifo meu).

Vellinho afirma, assim, a necessidade de estudar a região, colocando em circulação para um público leitor mais amplo as interpretações da história sulina formuladas nos diferentes espaços institucionais dedicados à construção de um passado e de uma memória para o Rio Grande do Sul. A questão ganha contornos mais nítidos no editorial seguinte com o argumento de que o Brasil ainda não teria sido, até aquele momento, “assimilado em toda a sua imensidade”, existindo ainda

vastas zonas, dentro das nossas fronteiras humanas e geográficas, ainda não alcançada pela morosa expansão das bandeiras culturais. Noutras, menos desafortunadas, os pioneiros mal vão chegando para os trabalhos iniciais de sondagem e interpretação. Além de tudo, a evolução e adensamento dos diferentes núcleos urbanos de civilização em que o Brasil se diversifica, não se processam de acordo com o mesmo ritmo [...].(Vellinho, 1945a, p.5).

O autor estabelece, então, o primeiro movimento decisivo deste esforço interpretativo: o reconhecimento das especificidades dos diversos ritmos locais que unificariam a nação, ou seja, a diferentes regiões, corresponderiam temporalidades diversas. Assim como argumentado por Freyre, a construção da região como problema indica a necessidade de circunscrever uma temporalidade específica, reafirmando a diversidade de ritmos processuais que estariam na base da constituição da nação que, portanto, só pode ser definida a partir da diversidade. Nação e região não aparecem como pares que se equivalem no interior de um mesmo processo, antes, o todo só existe por meio da afirmação das partes:

[...] sem a definição das partes não é possível a definição do todo. Nem se poderá admitir, já agora, que o sentimento de unidade de uma pátria de fronteiras quase ilimitada se possa consolidar mediante a anulação das diversidades regionais. Nestas condições, o provincianismo cultural no Brasil deve ser mais que uma tendência

entregue às suas próprias forças: impõe-se como o mais lúcido dos programas se queremos chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda pertence mais a si mesma que ao homem (Idem, p.6. grifo meu).

Pouco a pouco, o autor acrescenta um novo ponto ao argumento: entre as partes e o todo, cabe ao jogo de espelhos entre presente e passado a definição das singularidades regionais sobre as quais estão assentados os valores tradicionais e autênticos de cada lugar. No caso do Rio Grande do Sul, trata-se de, em 1945, reunificar uma base social e política fragmentada com a orientação centralizadora dada por Getúlio Vargas ao seu governo. Opera-se, assim, o reequilíbrio do presente por meio do estabelecimento de um novo passado, cuja interpretação passa a estar referida a uma nova atribuição de sentido aos nexos entre local, regional e nacional, bem como de uma aposta na capacidade heurística que a região teria para desfazer os nós do impasse.

Assim, o controverso tema do separatismo sulino pode ser destacado como um dos temas centrais deste esforço de reinterpretação da história e de reconstrução de uma unidade social para o Rio Grande do Sul. Vellinho, por exemplo, percorre acontecimentos e personagens da história regional com vistas a estabelecer os objetivos que inspiraram a Revolução Farroupilha (1835 – 1845). Sintetizando o ponto de vista que aparecerá em diferentes editoriais e artigos assinados, o autor marca categoricamente o sentido nacionalista do levante, uma vez que os:

homens que faziam revolução plantando cidades, abrindo escolas, cunhando moedas, forjando, no interregno das batalhas, instituições democráticas, pregando as melhores idéias do tempo, atacando-se e defendendo-se como bravos, - aqueles homens não eram, não podiam ser meros demolidores da nacionalidade (Vellinho, 1945b, p.6).

O recurso à Guerra dos Farrapos possui um sentido particular neste contexto: o ano de 1945 marca o centenário da assinatura da “Paz do Poncho Verde” que pôs fim ao conflito. Insistindo que a solução separatista emergiu como mero acidente, a efeméride permite ao autor apresentar um argumento que se fará presente em diferentes artigos da revista: o sentido nacional e federalista do levante Farroupilha, de modo a estabelecer a pacificação (e não o conflito) como o eixo da relação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil. Neste sentido, se o território sulino foi marcado pelo conflito, os anos de 1940 parecem implicar um novo sentido para a guerra: a defesa da nacionalidade, do republicanismo e do federalismo. Defesa que se assenta na afirmação de que “os homens só tem uma maneira de alcançar o respeito uns dos outros: - é pagando, pontualmente, o seu preço pela liberdade” (Idem, p.6), ou seja, a guerra se fez necessária, pois era o caminho possível para homens que, em nome da nação, correram os riscos decorrentes da defesa de seus ideais.

A questão será retomada por outro historiador e membro do IHGRS, Othelo Rosa, que em dezembro de 1947, tem seu trabalho “Bento Gonçalves” publicado na forma de editorial da *Província de São Pedro*³⁰. Neste texto, a generalidade dos argumentos sobre a história e a tradição ganha concretude: as estâncias serão o espaço social a partir do qual o passado será reconstruído, operação que permitirá ao autor estabelecer o lugar explicativo da tradição, do patriarcalismo e da região.

Passando ao texto, vê-se que Rosa recua dois séculos e elege o setecentos como o marco para a formação do Rio Grande do Sul. Embora, àquela época, o continente de São Pedro fosse um “descampado imenso”, posseiros e titulares de sesmarias, pouco a pouco, teriam articulado “numa luta tenaz contra as distâncias” os “nódulos de fixação e de

³⁰ A nota da redação informa que o trabalho havia sido apresentada meses antes em sessão solene do IHGRS em homenagem a Bento Gonçalves. A publicação do artigo revela, mais uma vez, a proximidade entre a publicação e o IHGRS, até porque, feitas as contas, as mesmas pessoas estavam nos dois lugares.

irradiação que eram as fazendas” (Rosa, 1947, p.5). Produz-se, então, a equação que seria a responsável pela formação da população sulina: a sesmaria fixou o latifúndio que, por sua vez, gerou o caudilho e em torno dele, o peão e o agregado. Para Rosa, a relação entre os três estratos sociais não se estabeleceria em termos de dominação, antes, a força do primeiro seria

predominantemente moral. Ele não é um senhor, pois ao gaúcho repugnava senhorios e mandos; *ele é um chefe*, na significação perfeita da palavra, um orientador, a quem o defende, o gaúcho servirá e defenderá, sem medir perigos, nem sacrifícios, porque é isso, a seu juízo, um dever indeclinável e sagrado. Fá-lo-a, porém, de frente erguida, sem humilhação e sem desaire, com uma claríssima consciência do próprio valor e da significação da sua atitude e do seu ato (Rosa, 1947, p.6. grifo meu).

Aprofundando seu argumento, o autor considera que tal relação harmonizaria condições aparentemente irreconciliáveis: a hierarquia e a igualdade (Cf. Idem, p.6), base sobre a qual se assentaria a tendência democrática do gaúcho que “nasce e se fortalece na existência variada e rica das estâncias” (Idem, p.6).

Latifúndio e caudilhismo se tornam os eixos que informam a interpretação de Rosa sobre o Rio Grande do Sul. O arranjo entre ambos permite ao autor estabelecer a continuidade entre a vida nas estâncias e a Revolução Farroupilha, pavimentando o terreno para a formulação de uma imagem sobre o gaúcho e, conseqüentemente, para a afirmação de uma tradição campeira singular:

[...] O gaúcho há de abrir, com o seu esforço, os seus caminhos; há de vadear, a nado, ou seguro às crinas de seu pingo, os seus rios. [...]. A guerra dispersa-lhe a família, arrebatá-lhe os animais, inutiliza o seu esforço criador; e quando há um parênteses de paz nem o soldo lhe pagam.

[...]

À tendência democrática [...] há de acrescentar o conceito, nítido e forte, que o gaúcho tinha e fazia da liberdade.

Sentindo-se livre, o gaúcho fizera da liberdade uma mística (Rosa, 1947, p.7. grifo meu).

Mística que tece a linha de continuidades estabelecida pelo autor. Latifúndio e caudilhismo singularizariam uma experiência social democrática, uma vez que a liberdade seria uma espécie de “traço de caráter” dos gaúchos³¹. A defesa incondicional da liberdade fomentaria, então, uma espécie particular de liberalismo, o gaúcho, que “tendia para a república e para a federação” (Idem, p.8), eixos da Revolução Farroupilha e pilares que dariam sustentação ao sentimento essencialmente nacional do levante (Cf. Idem, p.9). Assim, a Farroupilha teria sido “*republicana e federativa, nos seus ideais; brasileira, e nacionalista, no seu sentido; a revolução farroupilha foi ainda o protesto e o desagravo de um povo varonil e forte à ingratidão e à injustiça*” (Rosa, 1945, p.30. grifo meu.).

Rosa retornará às páginas da *Província de São Pedro* em 1951 explorando os mesmos argumentos, mas nomeando alguns dos estudos que considera exemplares da interpretação equivocada sobre o Rio Grande do Sul em geral e sobre a Farroupilha em particular. Observa o autor,

somos infelizes, nós os gaúchos, sempre que comparecemos ao tribunal de historiadores ou sociólogos nacionais, empenhados em destrinçar e explicar fases da evolução brasileira, em que fomos atores ou partes. Talvez pela distância [...]; talvez pela atitude, na aparência arredia e menos confiante, determinada pelas singulares condições da nossa formação e da nossa vida, nem sempre elevadas em linha de conta; a verdade, incontestável e certa, é que somos quase sempre julgados com severidades

³¹ Podendo aparecer como o elemento que desestabilizaria o argumento do autor, o escravismo é acionado como exemplo da democracia que marcaria as relações sociais das estâncias uma vez que ali a escravidão teria sido “diferente, menos desumana e cruel”: “[...] o negro, no serviço do campo, ou ainda nos acampamentos, e no tumulto dos entreveros, podia conquistar o seu lugar ao sol, pelas excelências do seu trabalho de campeiro, ou da sua bravura de soldado, *ombro a ombro com o senhor*” (Rosa, 1947, p.6. grifo meu). Assim como Oliveira Vianna (Cf.1987, p.171), Ruben Oliven também atribui a Saint-Hilaire a origem do argumento sobre a inexistência de desigualdades raciais na sociedade sulina. Em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, o autor descreve a sociedade escravocrata local como capaz de garantir harmonia entre os opostos: “os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante” (Saint-Hilaire apud Oliven, 1992, p.52). Oliveira Vianna, por sua vez, atribui ao pastoreio a capacidade de promover a democratização das relações pessoais e sociais nos pampas gaúchos: “o regime pastoril do pampa oferecia então este descrímen social, quando o comparamos com o regime pastoril das zonas sertanejas e com o regime agrícola do centro-sul: elevava o servo e o aproximava do senhor” (Vianna, 1987, p.171). Ainda sobre o tema: Cardoso, 1962.

excessiva. *Se aos outros comete, no tribunal da história, o papel de litigantes, a nós quase sempre é deferida a condição desagradável de réus* (Rosa, 1951, p.58. grifo meu).

O autor destaca Capistrano de Abreu como um dos primeiros que “sobre nós escreveu palavras atordoantes e terríveis”. Retoma também Oliveira Vianna que em *Instituições políticas brasileiras* (1949) trataria a Farroupilha como mais uma manifestação do anarquismo difuso que havia se generalizado por regiões periféricas durante o Império. Observa, então, que Oliveira Vianna “pretendeu destruir a revolução farroupilha. Filiando-a ao anarquismo difuso do banditismo coletivo, arrancou-lhe qualquer tendência ou direção política” (Rosa, 1951, p.63).

No entanto, para Rosa, “*a revolução farroupilha, no seu tempo, doa a quem doer a afirmativa, ao invés de um completo banditismo, é uma expressão de cultura*” (Idem, p.63. grifo meu)³².

Ponto de partida para a produção de um novo equacionamento das relações entre local, regional e nacional, a Farroupilha aparece, também, como manifestação de uma cultura singularizada pela experiência da vida nas estâncias e na fronteira. O levante teria articulado as tendências democráticas inerentes ao gaúcho aos ideais republicanos e federalistas, marcando no tempo a expressão de uma cultura singular. A ênfase no federalismo como

³² O diálogo do autor com Oliveira Vianna restringe-se ao livro *Instituições políticas brasileiras* e à polêmica em torno da Revolução Farroupilha. No segundo volume de *Populações meridionais do Brasil*, Vianna constrói argumentos afinados às teses apresentadas em *Província de São Pedro*, atribuindo, por exemplo, ao campeador rio-grandense características que o distinguiriam do tipo social das populações dos sertões e das matas do centro-sul. Diferenças referidas, especialmente, à experiência da guerra, capaz de amalgamar um tipo social específico: “o gaúcho é socialmente um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra” (Vianna, 1987, p.170). Em estudo sobre o primeiro volume de *Populações meridionais do Brasil*, André Bittencourt argumenta que a questão regional pode ser destacada como via privilegiada para a interpretação da obra (Cf. Bittencourt, 2011). De maneira geral, o autor observa que ao incorporar a questão regional como elemento estruturador dos argumentos acerca da constituição da sociedade brasileira, Oliveira Vianna estabelecerá uma perspectiva relacional entre as regiões, apontando para “temporalidades internas diferentes, e não apenas [...] à oposição entre a tradição e os sopros de uma modernidade que chegava em navios cargueiros e livros de filosofia política” (Idem, p.185).

bandeira histórica dos farroupilhas e, portanto, expressão de cultura do povo sul-riograndense, é significativa neste contexto, evidenciando o desconforto com a solução centralizadora adotada por Vargas e amparada por setores do PRR. Sem ser nomeada, a antiga clivagem entre pica-paus e maragatos; republicanos e federalistas é atualizada num novo sentido, qual seja, seu esvaziamento explicativo. Sendo um falso problema, a oposição federalismo/republicanismo não seria um traço da cultura política sulina que, forjada durante a Farroupilha, nunca teria produzido tal oposição.

Assim, enquanto ao longo dos anos de 1940 era necessário produzir novos sentidos para os conflitos deflagrados no Rio Grande do Sul, uma década depois uma nova questão é colocada: o lugar do caudilhismo nesta formação. Não por acaso, a questão ganha clareza no vigésimo número publicado em dezembro de 1954, três meses após o suicídio de Getúlio Vargas, provavelmente o “homem público” a quem Vellinho faz referência:

a cada passo a alusão, frontal ou capciosa, à vocação caudilhesca do gaúcho. É como se se tratasse de uma verdade sociológica tranquilamente passada em julgado. Já ninguém mais procura saber se está sendo fiel à realidade ou à lição dos fatos. O homem público do Rio Grande, este então – vê-se logo – é um caudilho lavado. Ponham-lhe o cajado na mão e ei-lo atirado às rijas aventuras do arbítrio e da prepotência. A cousa já adquiriu foros de lugar – comum: não se discute mais!

[...]

Quando o caudilhismo platino entrou a frondejar nas vizinhanças do Rio Grande, tumultuando frequentemente as nossas fronteiras, tínhamos perfeita consciência da nossa posição política no quadro nacional. *Sabíamos, por preço que vínhamos pagando desde os nossos primeiros dias de vida, que éramos parte integrante de um vasto império político braviamente cioso de seus limites, e que esse império tinha uma cultura, uma língua, um destino próprios.* [...] *Nesta extremadura exposta a todos os perigos e agressões, representávamos as linhas avançadas do mundo luso-brasileiro, e aqui estávamos para resguardá-lo, a peito descoberto.* [...]

A prova mais alta e convincente da nossa vocação para as formas orgânicas da política, isto é, da nossa incompatibilidade com as soluções caudilhescas, os riograndenses deram em 35, a despeito das tremendas vicissitudes de uma guerra que se arrastou por quase dez anos, sempre estiveram sob a inspiração do poder civil, sem

jamais perder de vista os severos compromissos ideológicos em nome dos quais se levantaram em armas [...]

[...] *E se atentarmos bem para os fatos, vamos verificar que se houve aqui vocações para a carreira, foram elas florescer e frutificar longo do Rio Grande, em meio que lhes propiciou as condições de receptividade que ainda não encontraram.*

[...]

Bem feitas as contas, o nosso decantado caudilhismo terá que descer de seu temível pedestal e confundir-se humildemente com o brasileiríssimo fenômeno do coronelismo municipal. Com uma diferença: entre nós, as contingências do coronelismo foram atenuadas pela ação disciplinadora dos partidos. (Vellinho, 1954, p. 5 -7. grifo meu).

O ajuste de contas com a orientação centralizadora do governo Vargas e sua posterior condução ditatorial é feita por meio de um equilíbrio curioso: enquanto à região cabem as virtudes, à nação ficam reservados os traços da política e da sociedade capazes de abrigar manifestações como o caudilhismo. Assim, menos que um projeto organicamente formulado por setores políticos do Rio Grande do Sul, a centralização e o Estado Novo teriam sido uma solução que, forjada longe dali, deu suporte a expressões da cultura política que seria nacional. Nesses termos, caberia à sociedade sulina firmar um novo pacto de coesão social amparado por suas virtudes históricas e tradições políticas e culturais singulares.

4. A produção da diferença: região e nação; história e memória.

Definido a nação por meio da caracterização da sociedade (Cf. Bastos, 1987), Gilberto Freyre pôde, ao mesmo tempo, problematizar a região, produzindo a possibilidade de, ao enunciar a diversidade regional, argumentar que a unidade nacional deriva do patriarcado, entendido como forma sociológica capaz de assentar e articular os processos de socialização que dão forma à sociedade brasileira, procedimento que, a um só tempo, afirma a diversidade e estabelece a diferença.

A relação entre região e nação é formulada tanto por Freyre quanto por Vellinho por meio da tensão entre diversidade e unidade. Para o primeiro, ambas seriam os dois antagonismos estruturantes da vida e da cultura brasileira (Cf. Freyre, 1947, p.140), de modo que

o problema de combinar diversidade com unidade – talvez o mais fundamental na organização política do Brasil em comunidade compreendida sociologicamente – parece ter sofrido tanto com os métodos políticos adotados pela República de 1889, como já havia sofrido com os métodos de centralização seguidos pelo Império. *É que a solução do problema não pode ser, ao que parece, estreitamente política, mas social, por onde os ‘Estados autônomos’ sejam reduzidos em sua importância e as regiões ou sub-regiões, ou áreas naturais e culturais, tratadas como realidades orgânicas, cada uma com as suas características mas todas vitalmente interdependentes nos seus interesses econômicos e nas suas necessidades; todas vitalmente interdependentes para a solução dos seus problemas e das suas aspirações sociais e culturais.* A diversidade será então mais criadora do que nunca; e a unidade será um problema de menos complexa significação do que agora. Será uma unidade vista e assegurada através de regiões coordenadas por um organismo inter-regional, porém não oprimidas ou exploradas pela sub-região ou pelo grupo seccional que seja, por isto ou por aquilo, tecnicamente o dominante no momento (Freyre, 1947, p.160-161, grifo meu).

Avaliando que a solução para a mediação do antagonismo entre diversidade e unidade está em circunscrever as diversas regiões ou sub-região por meio da sociedade, o autor empenham-se em tratá-las como realidades orgânicas, argumentando que o todo

apenas existe por meio da afirmação das partes. Contudo, mais do que afirmar a nacionalidade, observa-se o empenho, compartilhado por Freyre e por Vellinho, em definir o lugar político e cultural da região, manejando história e memória com vistas a conceder à região o estatuto de uma categoria capaz de alinhar e orientar processos sociais, contextos intelectuais, instituições e práticas políticas, ou seja, uma categoria classificatória que estabelece diferenças e semelhanças (Cf. Bourdieu, [1989] 2003)³³, tal qual demonstrado por Vellinho ao longo de editorial que procura marcar a diversidade sulina em relação à unidade representada não apenas pelo Brasil, mas pela matriz lusa:

Estamos certos de que a continua retomada dos nossos temas, velhos e novos, à luz de um critério objetivo, corajosamente crítico, isto é, isento de exacerbações sentimentais e livre de preconceitos regionalistas, - estamos certo de que tal cuidado aguçarà em nós esse senso de continuidade que, multiplicando o homem no tempo, também o multiplica no espaço, pela força radiante de uma tradição ativa, feita consciência e vigilância. *Nessa tradição está o nosso apego à paisagem nativa em todas as suas implicações culturais, está a nossa fidelidade à generosa vocação universalista que é a marca viva do gênio lusitano, está ainda o reconhecimento de nós mesmos em nossa imagem histórica, aí onde se vê que as peculiaridades rio-grandenses não são mais que a maneira pela qual revestimos, nesta extremadura, a nossa condição de brasileiros.*

Zona de intensa imigração, franqueada a todas as raças, seria cedo demais para descurarmos a preservação das nossas fontes genuínas de cultura, quando ainda há tanto que esperar da lição que a democracia social elaborada pelo espírito luso-brasileiro vem oferecendo sem alarde, quase com humildade, ao atropelado mundo dos nossos dias. Queremos resguardar os nossos valores culturais para que eles não percam por abandono sua capacidade de resistência e assimilação, a qual, consistindo em dar e receber, descobre, no fundo, uma inspiração igualitária, um impulso espontâneo de fraternidade. (Vellinho, 1949, p.6).

³³ Nas palavras de Bourdieu: “[...] na lógica propriamente da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra” (Bourdieu, [1989] 2003, p.129. grifo no original). No mesmo sentido, Ruben Oliven observa que “nação e tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, formas de demarcar fronteiras e estabelecer limites. Elas funcionam como pontos de referência básicos em torno dos quais se aglutinam identidades. Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção” (Oliven, 1992, p.26).

Em dezembro de 1946, no sétimo número de *Província de São Pedro*, Vellinho corrobora as afirmações de Freyre acerca da existência de traços comuns a diversas regiões brasileiras, base para a articulação do todo:

meteu [Gilberto Freyre] as mãos fundo na sedimentação social do Nordeste, a qual apresenta, substancialmente, tantos traços em comum com as demais partes do complexo brasileiro, balanceou os componentes de sua formação cultural, sem discriminações tendenciosas nem falsos sentimentos de repugnância, e o que trouxe de lá, de suas vivências mais remotas, das vertentes mais obscuras da nacionalidade, não foi apenas uma reconstrução prodigiosamente animada: foi um processo de cura para a nossa deprimida alma coletiva, um processo quase espetacular de cura (Cf. Vellinho, 1946b, p.5-6).

Processo de cura viabilizado por meio de um tipo particular de sociologia: àquela dedicada a investigar uma região específica e, por esta via, estabelecer os parâmetros que permitiriam alinhar as demais regiões que compõem a nacionalidade. Na mediação entre o todo e as partes, a sociologia ampararia uma defesa da unidade nacional que encontra na região seu mais forte argumento funcional, ou seja, à generalidade da formação social brasileira corresponderiam conteúdos regionais diversos capazes de, por sua vez, singularizar as diferentes experiências sociais. Progressivamente, a questão será qualificar os elementos que constituem as *formas* da nacionalidade, bem como explorar os diferentes conteúdos regionais que lhe *dão forma*.

Para tanto, os autores e seus argumentos pressupõem que as regiões, internamente, sejam homogêneas, articulando culturalmente as práticas políticas afeitas a cada história e a cada contexto regional, promovendo a generalização da estrutura social e dos processos de socialização caros aos engenhos de cana-de-açúcar e às estâncias pecuaristas permitindo que experiências mais ou menos circunscritas sejam universalizadas como marcas definidoras das regiões.

Enquanto as partes são homogêneas, o todo é heterogêneo, ou seja, a homogeneização interna da região dá suporte à afirmação da diversidade regional que se realiza apenas na nação. Estabelece-se, assim, uma memória e uma tradição que identifica no patriarcado a singularidade da formação regional, solução metodológica e política assentada na interpretação da nação pelo filtro da região.

Tanto *A Província*, quanto *Província de São Pedro* circunscrevem aspectos do debate sobre o regional na medida em que singularizam uma experiência social oferecendo, então, o ponto de partida para que velhos temas sejam vistos a partir de pontos de vista novos. No equilíbrio frágil entre região e nação, província e provincianismo assumem sentidos diversos, estabelecidos na tensão com arranjos políticos e institucionais que, nos casos analisados, estão referidos ao lugar e ao sentido da participação regional nos pactos políticos nacionais.

Para tanto, sociologia e história são acionadas como mediadoras de um processo que visa qualificar o moderno por meio do regional, equilibrando ou tencionando, conforme o caso, pares como campo e cidade; tradicional e moderno. Menos do que aprofundar tais oposições, importa sintetizá-las, produzindo uma saída que permita reposicionar o campo e o tradicional na inteligibilidade do moderno e da cidade, movimento que, circunscrito à literatura, será investigado daqui em diante.

Capítulo 4

A região como ponto de vista: José Lins do Rego e Erico Verissimo; Pernambuco e Rio Grande do Sul¹.

Os homens podem se tornar cosmopolitas,
os fantasmas permanecem patriotas.

G. K. Chesterton, *Nova Jerusalém*,
citado por Lúcia Miguel-Pereira em
A leitora e seus personagens.

Ao longo dos anos de 1930 e 1940, críticos, escritores e leitores estiveram mobilizados por discussões acerca das diferentes correntes literárias que seriam visíveis, sobretudo, no moderno romance brasileiro. No que se refere ao regionalismo, a permanência e a constante atualização do tema parecia assombrar aqueles que, opondo regional e universal, procuravam estabelecer parâmetros que permitiriam avaliar em que medida uma obra era ou não regionalista, sempre com vistas a avaliar sua qualidade literária. Lúcia Miguel-Pereira, por exemplo, sintetiza a questão do seguinte modo: “o ambiente de um bom livro tem de ser regional, como tem de ser universal a sua essência” (Pereira, [1935] 2005, p.62).

Promovendo a associação entre regional/ambiente; universal/essência, a autora evidencia a percepção de que uma essência regional não comporta o universal, ainda que uma essência universal contemple cenários, falas e costumes regionais, numa síntese: o universal contém o regional, mas o contrário não se realiza. Escrevendo poucos anos depois, Gilberto

¹ O título deste capítulo é inspirado no título do trabalho de Lucas Correia Carvalho “O rural como ponto de vista: a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz” apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/sbs2011_GT18_Lucas_Correia_Carvalho.pdf. Acesso em 31.jul.2011.

Freyre realiza um balanço da literatura brasileira do período avaliando não haver dúvidas de que

A consciência de problemas comuns, creados para nós pela época singularmente dramática em que vivemos, nos dá, aos brasileiros de 20, 30, 40 annos, com sensibilidade artística ou preocupação intelectual, uma cohesão no espaço nacional – e essa cohesão sem sacrifício nenhum da espontaneidade da criação regional, que nunca foi tão intensa no extremo sul e no nordeste – como talvez não tenha havido antes no Brasil [...]

Nunca o Brasil se sentiu tão brasileiro – tão coheso no seu brasileirismo. E esse sentimento de cohesão brasileira não resulta de nenhuma campanha cívica, de nenhum movimento nacionalista, de nenhum facto político: resulta de termos atingido uma fase de literatura vital – daquela literatura vital, por natureza cohesiva de que falava há quase 20 annos aos estudantes da Universidade de Columbia o velho prof. Brandel Mathews.

Quando uma literatura chega a produzir romances e contos, poemas e ensaios da força humana e das qualidades artísticas que se vêem escrevendo ultimamente no Brasil – no Rio, em São Paulo, na Bahia, em Sergipe, no Recife, em Porto Alegre – é que o paiz em que verifica tal eclosão literária começa a adquirir condições de vitalidade social e até política de que a vitalidade intelectual é ao mesmo tempo – por mais paradoxal que isso pareça – causa e efeito. Às vezes mais causa do que efeito (Freyre, 1940. grafia original).

Relacionando a eclosão literária experimentada pela produção nacional ao fato de escritores e artistas formularem uma consciência de problemas comuns, o argumento procura evidenciar a construção de um sentimento de coesão brasileira. Desse modo, ao sobrepor tempo e espaço, Freyre amplia a abrangência do debate sobre a unidade nacional e a diversidade regional, transformando-as em questões que, para além de sua óbvia referência ao espaço, encerram em si os dilemas de uma temporalidade específica.

Os excertos dos artigos para jornal de Lúcia Miguel-Pereira e de Gilberto Freyre são reveladores da extensão de significados assumidos pelo regionalismo no estudo do romance brasileiro. Apoiados na capacidade de tradução e síntese do regionalismo, a divisão regional

da produção literária deu a tônica do modo como diferentes romances e autores foram recebidos, estruturando a percepção sobre a ficção brasileira do período².

Desse modo, o tema do regionalismo apresenta-se como um capítulo fértil da crítica literária brasileira especialmente na primeira metade do século XX. Retomando estudos feitos por Lúcia Miguel-Pereira, nota-se, por exemplo, o argumento de que a partir de fins do oitocentos, “se implantou aqui o regionalismo puro” (Pereira, [1950] 1988, p.177), tradução do desejo de diferentes escritores em fixar “em todos os seus aspectos o viver da nossa gente, da parte da população livre de influências e contactos estranhos” (Idem, p.177).

Fixação pelo particular que, segundo a autora, decorreria de nossa acidentada formação social, capaz de produzir uma cultura intelectual que, vinda da Europa, retardou o amadurecimento do nacional como tema e problema literário: “daí as anomalias da nossa evolução literária, indo do universalismo clássico para o americanismo romântico, deste para o brasileirismo, e descobrindo tarde o regionalismo” (Idem, p.177). Impasse que, para a autora, permanecerá presente na literatura brasileira uma vez que esta vive “entre a sedução intelectual estrangeira e o anseio de se nutrir da cultura popular. No acordo entre o que é nosso e o que importamos estará certamente o mais seguro dos caminhos para a ficção” (Idem, p.183).

Os comentários de Lúcia Miguel-Pereira tomam como base a análise da produção literária brasileira entre 1870 e 1920, delimitada, no caso do regionalismo, pelos autores

² A distinção entre romance do Norte e do Sul como matrizes literárias distintas já é enunciada por Franklin Távora no prefácio a *O cabeloira* (1876): “as letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra” (Távora, 1973, p.27). Sobre o tema, ver: Almeida, 1999, p. 82 e ss. Em 1875, José de Alencar e Joaquim Nabuco se envolveram em animada polêmica pelas páginas do jornal *O Globo* que, entre outros pontos, tratou do regional na construção literária do Romantismo. Sobre o tema, ver: Coutinho, 1978; Schwarz, [1977] 2000, p.35 – 77; Silveira, 2008. Em estudos sobre literatura e história literária, a oposição norte e sul é estruturante de algumas análises como, por exemplo, Coutinho, 1959. Um balanço sobre o tema na história da literatura brasileira pode ser encontrado em Bueno, 2006, p.31-42.

Afonso Arinos de Melo Franco, Valdomiro Silveira, Manuel de Oliveira Paiva, Domingos Olímpio, Lindolfo Rocha, Alcides Maya e Simões Lopes Neto. É, portanto, no diálogo entre esses autores e o período estudado que a autora constrói o argumento de que o pertencimento de pleno direito ao regionalismo cabe às obras “cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagem locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora” (Idem, 1988, p.175). Como consequência, o romance regionalista sobreporia

o particular ao universal, o local ao humano, o pitoresco ao psicológico, movido menos pelo desejo de observar costumes – porque então se confundiria com o realista – do que pela crença o seu tanto ingênua de que divergências de hábitos significam divergências essenciais de feitio (Idem, p.176).

Não sendo restrita ao regionalismo, a dinâmica entre o particular e o universal está na base de diferentes interpretações sobre a história literária brasileira, bem como sobre a crítica ao romance aqui produzido. Antonio Cândido, por exemplo, observa que a associação entre os dois polos esteve na base tanto da celebração de um país novo tal qual evidenciado no Romantismo, quanto no pessimismo que orientou as interpretações que consideraram a inviabilidade do Brasil como país (Cf. Candido, 2006).

Na síntese entre tendências universalistas e particularistas, o autor analisa os anos de 1950 como o momento de manifestação da consciência do subdesenvolvimento, argumentando, contudo, que o terreno havia sido preparado nos anos de 1930, período em que a ficção regionalista teria abandonado a curiosidade, passando a figurar a realidade local em termos que, não sendo novos, adquirem sentido criador (Cf. Idem, p.172 – 181). Nesses termos, “o regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, [...] focalizar a

realidade local. Algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria seus produtos tenham envelhecido” (Candido, 2006a, p.192).

De modo geral, é possível argumentar que os desdobramentos da Revolução de 1930 impulsionaram a diluição do pacto oligárquico caro ao período anterior, reorientando práticas em torno do regional, alavancando novos atores sociais, nacional e regionalmente.

Entre a invenção e a rotina, as obras de José Lins do Rego e Erico Verissimo foram interpretadas e localizadas na história da literatura num diálogo tenso, e nem sempre cuidadoso, entre nacionalismo, modernismo e regionalismo que produziu efeitos distintos: enquanto a primeira encontraria correspondência exata no chão que figura, a segunda estaria além da literatura produzida no Rio Grande do Sul³.

Num caso ou em outro, a relação entre a literatura e seu contexto de produção é evidenciada, estruturando a percepção sobre obras e autores e indicando que a historicidade das primeiras é analisada num enquadramento ora positivo, ora negativo, de modo que seja possível, e até mesmo comum, que

³ Enquanto para os regionalistas nordestinos a região constituiria a vida de acesso ao universal, modernistas em torno de Mário de Andrade, por exemplo, defenderam e organizaram práticas literárias e de pesquisas empenhadas em conhecer as partes na medida em que importavam para a construção da totalidade expressa na unidade nacional. Já os verdes-amarelos levaram o localismo ao extremo, encampando uma impetuosa campanha contra o cosmopolitismo. Num caso ou em outro, não se trata de explorar nuances das polêmicas travadas entre os diversos grupos, mas evidenciar que mesmo independentes, eles não permanecem alheios uns aos outros, ainda que formatados por princípios e interesses que deram formas específicas a cada um. Antonio Candido observa que o nacionalismo assumiu diferentes formas (ufanismo patrioteiro, pessimismo realista, valorização da cultura popular etc.), podendo ser definido pela instabilidade, indicativa de que “se trata de uma palavra arraigada na própria pulsação da nossa sociedade e da nossa vida cultural” (Candido, 2004, p.302). Para um estudo sobre o grupo Verde – amarelo consultar: Velloso, 1993; sobre a relação entre nacionalismo e modernismo, ver: Moraes, 1978 e Teixeira, 2009. Alguns estudiosos também se dedicam a investigar a conformação regional do modernismo, consultar: Gomes, 1999 e Berriel, 2000.

o artista entre para o cânon, mas não o seu país, que continua no limbo, e a insistência no país não contribui para alçar o artista ao cânon [...] a supressão da história abre as portas da atualidade ou da universalidade, ou da consagração, que permanecem fechadas aos esforços da consciência histórica, enfurnada numa rua sem saída para a latitude do presente (Schwarz, 2006, p.68)⁴.

Vê-se operar, assim, uma dinâmica entre local e universal que longe de “duvidar da universalidade do universal, ou do localismo do local” (Idem, p.72), esvazia a historicidade que se pode atribuir às obras, diluindo, por consequência, mediações entre literatura e sociedade referidas à experiência social, à formação histórica e à dinâmica cultural. Mediações que, como observa Luís Bueno, não são escolhidas ao acaso e desempenham papel importante na circulação de obras, autores e temas: “na base da tradição do romance, a maior ou menor proximidade do intelectual em relação à realidade brasileira, mais do que definir duas linhas independentes de desenvolvimento, serve como parâmetro de avaliação das obras” (Bueno, 2006, p.33)⁵.

⁴ Ao estudar a circulação da obra de Jorge Luis Borges, Beatriz Sarlo observa um efeito interessante: “Borges quase perdeu sua nacionalidade: é mais forte que a literatura argentina, e mais sugestivo que a tradição cultural a que pertence” (Sarlo, [1995] 2008, p.13), como consequência, de um ponto de vista europeu, a imagem de Borges se torna mais poderosa do que a da literatura argentina. Dialogando com o livro de Sarlo, Roberto Schwarz, ao observar o caso de Machado de Assis, argumenta na mesma direção: a circulação do autor no exterior não teria sido articulada à vida e à literatura nacionais, “a sutileza intelectual e artística, muito superior à dos compatriotas, mais o afastava do que o aproximava do país. O gosto refinado, a cultura judiciosa, a ironia discreta, sem ranço de província, a perícia literária, tudo isso era objeto de admiração, mas parecia formar um corpo estranho no contexto de precariedades e urgências da jovem nação, marcada pelo passado colonial recente. Eram vitórias sobre o ambiente ingrato, e não expressões dele, a que não davam sequência” (Schwarz, 2006, p.62-63).

⁵ Em *Formação da literatura brasileira*, Candido define a literatura aqui produzida como “eminentemente interessada” (Cf. Candido, 2006, p.19), ou seja, voltada, no intuito dos escritores ou na opinião da crítica, para a construção de uma cultura válida para o país. Em “Literatura e cultura de 1900 a 1945” o tema também é abordado e o autor argumenta que a vida espiritual brasileira seria regida pelo contraponto entre localismo e cosmopolitismo num processo que “tem realmente consistido numa integração progressiva de experiência literária e espiritual, por meio da tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma da expressão)” (Candido, 2000, p.110). O autor particulariza, então, o modernismo como um marco na “inauguração de um novo momento na dialética do universal, inscrevendo-se neste com força e até arrogância, por meio de armas tomadas a princípio do arsenal daquele” (Candido, 2000, p.119). Libertando uma série de recalques históricos, sociais e étnicos, o modernismo instauraria uma originalidade própria no trato da dialética do geral e do particular (Idem, p.120 – 122).

Parâmetro que conformou estudos e polêmicas especialmente ao longo da década de 1930, plasmando uma série de outras visões disjuntivas sobre o romance brasileiro do período: Norte e sul; esquerda e direita; engajamento e “arte pela arte”; social/proletário e psicológico/intimista, oposições que estiveram na base da produção e da circulação de diferentes obras literárias, bem como orientaram o debate sobre a modernização da sociedade brasileira levado a cabo nas primeiras décadas do novecentos⁶.

José Lins do Rego e Erico Verissimo não passaram ao largo deste debate, pelo contrário, ao longo de suas carreiras literárias estiveram permanentemente desafiados a refletir sobre o tema.

Numa tentativa de aproximar autores e contextos, o capítulo parte de duas viagens: a de José Lins ao Rio Grande do Sul em 1940 e a de Erico Verissimo ao Recife onze anos mais tarde. Ainda que não haja indícios de que os autores tenham, de fato, se encontrado pessoalmente, este deslocamento espacial oferece o ponto de partida da análise justamente

⁶ Também foi importante a participação de intelectuais católicos na rotinização de uma cultura intelectual específica que, combinando conservadorismo e autoritarismo, ofereceu suporte a diferentes ações e reações políticas, como revelam iniciativas como a publicação da revista *A Ordem* e a criação do Centro Dom Vital. Sobre o tema, ver: Pinheiro, 2007. Para um balanço sobre o pensamento conservador no Brasil, ver: Botelho & Ferreira (orgs.), 2011. A circulação de um pensamento alinhado ao catolicismo pode ser evidenciada por meio da polêmica enfrentada por Erico Verissimo em 1943. Leonardo Fritzen, padre jesuíta professor do Ginásio Anchieta de Porto Alegre, escreveu na revista *Echo*, publicação do Ginásio, um texto que tecia sérias repreensões a *O resto é silêncio*, qualificando autor e obra como imorais para a juventude católica. *A Revista do Globo* repercute o caso com ironia: “na última quinzena, o maior acontecimento literário continuou sendo o escândalo provocado pelo padre Leonardo Fritzen [...] Os jornais de todo o País gastaram nada menos de 3 metros e 20 centímetros de colunas com fotografias, seções livres e cartas de solidariedade referentes ao escândalo. E o resultado de tudo isso foi um aumento repentino na procura de ‘O resto é silêncio’, cuja edição de 20.000 exemplares se encontra quase exgotada” (*Revista do Globo*, 1943, p.19, grafia original). Entre as manifestações públicas de apoio recebidas por Erico, pode-se destacar o manifesto de intelectuais publicados no periódico *Diretrizes* (06/05/43, p.07; p.20) e artigos individuais como “A dignidade do escritor” de Oswald de Andrade para *O Estado de São Paulo*, 16/04/1943. Sobre a polêmica, ver: Batista, 2004; Monteiro, 2009. José Lins, no mais das vezes, evitou polêmicas com grupos católicos organizados, mantendo certo contato com o pensamento de matriz católica. Em 1924, publicou na revista *Era Nova* o artigo “Carta de uma geração aos srs. Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo”, no qual repercutia pontos da conferência “*Apologia pro generatione sua*” que Freyre havia proferido em João Pessoa. Freyre e Figueiredo são destacados como “os melhores espíritos de reação à revolta”, capazes de assegurar o bom senso garantidor do “nosso único destino [...] somos senhores de engenho, fazendeiros e católicos apostólicos romanos” (Rego, [1924], 2007, p.275). Aspectos da relação de José Lins com o catolicismo são explorados em Pinto, 2007; 2011.

porque implicou, para os autores, um esforço no sentido de reconstruir o regional de lugares trocados: Erico Verissimo realiza um balanço a partir do Nordeste e José Lins do Rego a partir do Rio Grande do Sul.

Em sua primeira viagem ao Recife, em 1951⁷, Erico Verissimo foi questionado sobre o lugar dos gaúchos no panorama da literatura brasileira, indagação que se converte em ponto de partida para uma breve comparação entre as literaturas do norte e do sul:

- A posição dos gaúchos? Não é fácil definir. A literatura do Sul sempre me pareceu menos apaixonada e original que a do Norte. Há mais influência européia e um tom mais acadêmico na prosa dos escritores do Rio Grande do Sul. Moysés Vellinho explica isso dizendo que nós temos de defender permanentemente a língua contra uma possível ‘invasão castelhana’, daí o nosso apego à forma lusa. Há mais equilíbrio na obra dos gaúchos que na dos nortistas; mas por outro lado há menos originalidade, menos colorido, menos vibração (Verissimo, 1951).

José Lins do Rego, por sua vez, esteve no Rio Grande do Sul onze anos antes, em 1940, e indagado sobre a literatura do Rio Grande do Sul observou:

- Sempre pensei que o Rio Grande fosse isto que estou verificando de perto: uma grande terra, uma grande gente [...] Em Paraná, em Santa Catarina, aqui no Rio Grande, o que a gente sente é a presença do Brasil, a unidade brasileira, que se solidifica cada vez mais. A literatura gaúcha de hoje é das mais ricas no Brasil. Os seus romancistas, poetas, ensaístas, novelistas são dos mais lidos e aplaudidos. Pode-se dizer que a literatura gaúcha de hoje é a mais rica de toda a história literária riograndense (Rego, 1940, p.10).

As duas declarações dadas a jornais diários podem ser lidas como falas cordiais de viajantes que, a partir da condição de hóspedes, são inquiridos sobre a produção literária do período e procuram repostas capazes de retribuir a hospitalidade da imprensa e dos leitores. Num caso, Erico Verissimo promove a comparação entre a literatura gaúcha e a do norte, buscando atenuantes que expliquem o estilo da produção literária sulina, os quais, de todo

⁷ A viagem pelo Nordeste do Brasil ocorreu em novembro de 1951 e incluiu em seu roteiro Salvador e Fortaleza, cidades onde o romancista também fez conferências. Em Pernambuco, foi recebido pelo governador Agamenon Magalhães numa recepção no Iate Clube do Recife. Realizou, ainda, uma conferência no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife com o tema “Confidências de um romancista”, ocasião em que foi saudado por Olívio Montenegro. (Cf. “Erico Verissimo em Pernambuco”, *Diário da Noite*, 19/11/1951; “Erico Verissimo está no Recife”, *Jornal do Comércio*, 20/11/1951).

modo, não seria capazes de justificar uma comparação em pé de igualdade com a literatura do norte. Já José Lins do Rego, declara um interesse entusiasmado pela prosa sulina, destacando-a como fértil regional e nacionalmente.

Para além de declarações à imprensa, pouco a pouco, a reflexão sobre região e regionalismo vai sendo construída pelos romancistas, cada vez mais convidados a falar e a escrever sobre os temas, bem como a se posicionar diante deles. Nos dois casos, o regionalismo – entendido como uma discussão política e estética – assume uma plasticidade capaz de amparar diferentes visões sobre o moderno.

1. “Somos uma fronteira, chê”: Erico Verissimo no Rio Grande do Sul.

Se a entrevista de Erico Verissimo para o jornal pernambucano em 1951 pode ser lida como um gesto de cordialidade para com os anfitriões, é possível notar que, para além da gentileza, o romancista revelava, há muito, certa desconfiança em relação à produção literária sulina, como aparece no colóquio do romancista com o historiador Dante de Laytano:

[D. de Laytano] A Livraria do Globo é a segunda ou a primeira editora do Brasil. Erico Verissimo é o diretor intelectual dessa editora: ali o escritor de ‘Clarissa’ passa quase todas as horas do dia [...].O cenário de trabalho de Erico Verissimo é trepidante, mecânico e voluptuosamente moderno. O calor dos linotipos, os gritos das impressoras, as luzes das fotogravuras e elevadores, livros, papeis [...]

- E A POSIÇÃO LITERÁRIA DO RIO GRANDE NO MOVIMENTO BRASILEIRO?

[E. Verissimo] - A posição do Rio Grande no movimento literário brasileiro não é das mais bonitas. Há aqui esforços isolados pouco encorajados. Na sua grande maioria, os intelectuais do Rio Grande parecem preferir o lado decorativo da atividade literária: o título de literato tenta-os mais que o trabalho literário efetivo. Vivem ainda em 1830. Não enxergam ou não querem enxergar a realidade. Resultado: livros fora do tempo, livros sem humanidade, simplesmente beletrismo. Há exceções, naturalmente.

- O QUE PENSA DO NOSSO REGIONALISMO?

Ainda não tive tempo de pensar no regionalismo maduramente. Parece-me que ele é uma seção muito pouco significativa da vida universal, dessa coisa prodigiosa que é o mundo moderno. Ou estarei enganado? (Laytano, 1936, grifo e grafias originais).

Para Laytano, Erico Verissimo seria um dos poucos autores que teriam ultrapassado a fronteira do Rio Grande do Sul, construindo sua carreira literária ao lado de uma editora que seria a primeira ou segunda do Brasil, num ambiente de trabalho “*trepidante, mecânico e voluptuosamente moderno*”⁸.

⁸ O narrador de *Solo de clarineta*, por sua vez, guarda lembranças menos generosas do lugar: “Naquele tempo a Editora Globo ainda não tinha escritórios próprios. Para poder trabalhar com calma [...] Henrique Bertaso havia-se mudado para [...] uma espécie de passarela que atravessava de lado a lado o vasto salão da tipografia, onde estavam instalados também o linotipos. Para lá me mudei também com o meu papelório e instalei-me junto duma pequena mesa de pinho sem verniz, com uma única gaveta. O lugar era quente e abafado, principalmente no verão. No meio do farfalhar contínuo das linotipos, subia lá de baixo o bafio cálido do chumbo derretido, de mistura com emanções de antimônio e com a poeira negra da tinta tipográfica ressequida. Foi nessa pequena sucursal do inferno que escrevi boa parte de *Olhai os lírios do campo*, livro que, do ponto de vista das vendas, foi decisivo na minha carreira de escritor”. (Verissimo, [1973] 2005, p.247).

Enquanto Laytano ressalta a modernidade das oficinas da Globo, estendendo tal característica ao seu diretor intelectual; Erico Verissimo, ressalvadas as exceções não nomeadas, percebe seus colegas de ofício como autores de *livros fora do tempo*. Descompasso que estaria referido não apenas ao modo como os intelectuais da região encaram o ofício: “*o título de literato tenta-os mais que o trabalho literário efetivo*”, mas também aos temas escolhidos, isto é, regionalismo e mundo moderno nomeariam e distinguiriam processos sociais diferentes: “*parece-me que ele [regionalismo] é uma seção muito pouco significativa da vida universal, dessa coisa prodigiosa que é o mundo moderno*”.

Algumas décadas depois, refletindo sobre sua produção literária, o autor retoma o tema, numa avaliação que permite perceber os nexos de sentido que, nos livros que escreveu nos anos de 1930, estabelecia entre o moderno e o urbano:

apesar de neto de campeiros, considero-me um ‘bicho-urbano’. Passei os primeiros 25 anos de minha vida na cidade onde nasci, Cruz Alta, naqueles tempos um pacato burgo plantado num coxilhão de terra avermelhada. Foi lá que, por volta de 1929, li maravilhado o **Manhattan Transfer**, de John dos Passos. Senti então que, se minha vocação era a literatura de ficção, o ambiente natural para minhas personagens só podia ser o de grandes centros urbanos como Nova Iorque, Chicago, Londres, Paris... Quem lê **Caminhos cruzados**, cuja ação se passa na Porto Alegre de 1934, imagina que a plácida capital provinciana, adormecida às margens do Guaíba, naquele primeiro terço do século XX, era uma metrópole tentacular, populosa, agitada, dramática – espécie de versão guasca de Manhattan⁹ (Verissimo, 1971. grifo no original).

Nota-se, aqui, que a experiência pessoal não se sobrepõe à experiência como leitor, ponto capaz de, num olhar retrospectivo, ser particularizado como suporte do despertar da vocação literária, indicando que, para além da recuperação dos tempos da infância e da

⁹Ainda sobre o tema, observa o romancista: “No começo de minha carreira, o mais difícil de tudo foi assumir esse povo aqui como o meu povo. Falar sobre o açougueiro da esquina, sobre o homem comum de nossa cidade. Isso foi muito difícil, porque seria muito mais tentador, e talvez mais fácil, escrever, sobre Paris ou Estados Unidos” (Verissimo, [1975] 1979).

juventude, a construção do Rio Grande do Sul em narrativa obedece a questões colocadas pelo autor (e para ele) ao longo de seu fazer literário:

Meu avô materno, homem do campo, me olhava com um misto de censura e pena. Como podia eu, neto dum antigo carreteiro e tropeiro, dum gaúcho legítimo, renegar as tradições de sua terra e de sua gente? [...] Mas a verdade era que eu detestava a estância com todos os seus aspectos, costumes, cheiros e sugestões. Sim, achava uma certa beleza nos campos dobrados, nos capões, lagoas, sangas – mas a solidão das coxilhas [ilegível] me enchia a alma daquela ‘vil e apagada tristeza’ de que falava Eça de Queiroz. Jamais passei mais de uma semana numa estância e quando por qualquer circunstância era obrigada a fazê-lo, refugiava-me nos livros, nas revistas ou nos meus próprios pensamentos, recusando-me a participar das atividades campeiras, negando-me até mesmo a aprender de cor os nomes dos pêlos dos cavalos e das diversas partes dos aperos e da indumentária do gaúcho. Passava as horas entregue a uma apatia melancólica, ansiando por voltar à minha solidão, dentro da qual eu podia dar assas à fantasia de modo a fazer que dum minuto para outro esse quarto se transformasse numa feira de Bagdá, num jardim de Ceilão ou numa rua de Pequim.

[...]

Durante os primeiros meses, quando ainda em San Francisco, muitas vezes – geralmente nos dias brumosos em que da minha janela eu via as copas das árvores do Golden Gate Park sacudidas pelo vento frio do pacífico – me vinha o desejo de começar o romance do Rio Grande. Cheguei a esboçar um novo plano que reduzia o livro a proporções mais modestas, limitando-lhe a ação à época entre 1910 e 1940, com rápidos flash backs que levariam o leitor a tempos mais remotos. Mas qual! O desejo assim como vinha de novo, ia embora. Entre meu espírito e o Rio Grande havia agora como que uma espessa cortina de nevoeiro. E eu tinha a vaga intuição de que a hora não havia ainda chegado. O romance, portanto, não perderia por esperar. [...]

Tornei ao Brasil em princípios de outubro de 1945, e em meados do ano seguinte publiquei A volta do gato preto. Já a essa altura possuía eu um maço de papeis com notas, dados históricos, sugestões, esboços de personagens – tudo referente ao romance cíclico. Numa tarde de domingo entreguei-me a elaboração do plano: a divisão das épocas, dos capítulos em suma – a estrutura da obra. Em meados de 1947 comecei finalmente a escrever a história. À medida que avançava a narrativa sentia-me como que redescobrimo o Rio Grande, revalorizando a sua História, compreendendo melhor seu povo e seu destino. Com alegria verifiquei que todos aqueles aspectos de nossa vida que antes me pareciam impróprios e até mesmo indignos de expressão artística surgiam com admiráveis qualidades romanescas (Verissimo, sem título, sem data, documento Alev/IMS 01i0115 – sd, grafia e grifos originais).

Reafirmando seu estranhamento em relação à vida campeira, Erico Verissimo afirma que o Rio Grande do Sul foi sendo construído como tema ao longo do tempo, ganhando ares de uma descoberta feita a partir do exterior, ou seja, um tema que se percebe aos poucos, à medida que o autor percorre cidades distantes em países estrangeiros. Deve-se notar, ainda,

que no retorno ao Brasil em 1945, Erico Verissimo encontra uma cidade, Porto Alegre, um estado, Rio Grande do Sul, e uma editora, a Globo, às voltas com um esforço de redimensionamento das relações entre o Rio Grande do Sul e o país, de modo que a queda do Estado Novo acabou por impor problemas que foram explorados a partir da tensão entre região e nação, num movimento que contempla tanto a construção e a maturação de um projeto literário, quanto abarca um debate intelectual assentado em temas e problemas semelhantes¹⁰.

Trazendo a vida campeira e a história do Rio Grande do Sul para dentro de sua produção literária, Erico se dedica, com o passar do tempo, a produzir algumas reflexões mais detidas sobre o Rio Grande do Sul e sua literatura, reconhecendo virtudes e defeitos na produção local, bem como estabelecendo correlações entre a formação social do Rio Grande do Sul e sua formalização literária:

[...] Para falar a verdade, nosso Estado nunca foi particularmente notável no terreno da arte e da literatura. Nós nos exprimimos melhor na ação do que na contemplação ou nos trabalhos de criação artística. Nossa civilização é por assim dizer mais espartana do que ateniense. Quanto mais estudo o passado do Rio Grande mais me convenço disso. Há uma certa sobriedade áspera e máscula nas nossas gentes, coisas e costumes. Nosso folclore é relativamente pobre. Nosso cancionero popular, escasso e sem grande beleza. E onde está a nossa música?

[...]

[...] Temos de levar em conta também que no passado fomos um povo de soldados, e o fato de o nosso povoamento ter começado com um quartel é bem sugestivo. Por muitos anos fomos guardas das fronteiras, e nosso território constituiu o campo de batalha do Brasil. A mão violenta que manjava a lança e o laço dificilmente acharia gosto em segurar docemente o pincel ou a pena. [...].

Mas, voltando às letras, haverá mesmo uma literatura tipicamente gaucha? Vamos ver. Entre 1926 e 1928 tivemos um belo surto literário inspirado pela Semana de Arte Moderna de São Paulo. Deu-nos excelentes poetas, ensaístas e cronistas, mas nenhum romancista da força dum Graciliano Ramos ou dum José Lins do Rego, e certamente nenhum com o colorido e o fundo folclórico dum Jorge Amado. (O velho Simões Lopes parece que está destinado a ficar entre nós com uma eterna e mágica exceção...)

¹⁰ Durante os três anos em que viveu nos Estados Unidos da década de 1940, Erico Verissimo trocou intensa correspondência com interlocutores sulinos, mantendo-se atualizado sobre os debates travados localmente, bem como sobre os planos editoriais da Globo.

Manoelito D'Ornellas, embora trate com tanta paixão de assuntos gaúchos, é um escritor mediterrâneo pelo estilo. Moyses Vellinho, Vianna Moog e Carlos Dante de Moraes podem interessar-se por assuntos regionais, mas na sua formação cultural, na sua disciplina literária são europeus, o que já não acontece, por exemplo, com Gilberto Freyre que apesar de ter feito seu curso universitário nos Estados Unidos é visceralmente pernambucano, e seu estilo e suas idéias tem sempre a mancha da terra do seu solar de Apipucos.

Não estou insinuando que essas coisas todas são boas ou más, certas ou erradas. Estou apenas dizendo como são. Graciliano Ramos, Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Jorge Amado nasceram e passaram a infância nas suas cidades ou vilas do Nordeste, sentido a força dramática da terra, ouvindo as histórias que o povo conta – lendas, surpestições, trovas, abecês de heróis e bandidos, retirantes e ‘profetas adoidados’; cresceram vendo a seu redor a miséria, a fome, a doença e a dor. Emigraram para o Rio em busca duma vida melhor e lá se fizeram escritores. Psicologicamente, porém, continuaram em sua terra natal, pois sempre escreveram e continuam a escrever sobre os lugares e as gentes, as dores e as assombrações da sua infância.

[...]

Detesto fazer generalizações, mas afinal de contas tenho de responder á sua pergunta, não é? Mas...onde estávamos mesmo? Ah! Eu perguntava si temos ou não uma literatura tipicamente gaucha. Quais são os nossos escritores mais renomados? Temos Dionélio Machado, que pertence á família de Graciliano Ramos, na sua concisão meio áspera e na sua predileção pelo sombrio e pelo dramático. E Atos Damasceno Ferreira, que nos dá melhor do que qualquer nordestino – pela agilidade do estilo, pelo colorido de seus quadros suburbanos e pela fina observação psicológica dos tipos – cenas da vida domestica brasileira com um gostoso sabor luso. Poucos nortistas terão como Darci Azambuja o talento dum contador de história á boa e velha maneira de Maupassant. Um Ciro Martins abriu os olhos á nossa realidade social e pôs sua pena e seu talento de ficcionista a serviço de nossos marginais. Reinaldo Moura, que é antes de mais nada um poeta, escreve livros de sentido universal. Telmo Vergara podia ser mineiro, com seu jeito discreto, sua seriedade literária e seu gosto pelas subtilizas psicológicas. Nossos maiores poetas – Mário Quintana, Palo Corrêa Lopes, Lila Ripoll – são mais expressões de poesia pura do que vozes do Rio Grande [...] Em suma, todos os nosso homens de letras falam mais uma linguagem universal do que gaucha. São por isso mais facilmente traduzíveis para outras línguas mas por outro lado tem menos cor local [...].(Verissimo, sem título, sem data, grafia original, documento Alev/IMS 01i0062 – sd.)¹¹.

Avaliando que a literatura sulina não possui uma originalidade que a singularize no interior da produção brasileira, o autor reitera sua desconfiança em relação ao regionalismo. Ao afirmar que os habitantes do Rio Grande do Sul foram por muitos anos “guardas de fronteira” que aquele território foi o “campo de batalhas do Brasil”, Erico Verissimo recorta a

¹¹ Este documento datilografado e corrigido pelo autor provavelmente se refere ao rascunho de respostas a uma entrevista, cujas perguntas não estão relacionadas.

guerra como traço distintivo da formação cultural sulina, base na qual estão assentados estilos singulares de produção artística e literária. Nesse sentido, ao comportar uma luta pela unidade, a defesa da soberania é, também, uma reação contra a diversidade, orientando a produção de uma visão de mundo e de estilos literários produzidos no esforço de amparar a nacionalidade, não sendo, portanto, particulares.

Longe de ser individual, a desconfiança em relação à afirmação de particularidades referidas à formação social sulina acompanha outros intelectuais em torno da Globo, bem como outros projetos editoriais da empresa. Mansueto Bernardi, por exemplo, abria a primeira edição da *Revista do Globo*¹² ressaltando que a publicação desejava “constituir uma ponte de ligação mental e social entre o Rio Grande e o resto do mundo” (Bernardi, 1929). Na qualidade de artífice da ponte, o editor faz um apelo a autores e leitores para que transitem além das fronteiras regionais, mobilizando esforços para nacionalizar a produção local e apreender o que circulava pelo “resto do mundo”:

Esta revista que hoje nasceu já tem uma história. Uma pequena história prénatal. Devia chamar-se Coxilha.

Escolhera-se esse nome, porque se me afigurar ser a coxilha o melhor símbolo material, a mais perfeita representação física do Rio Grande.

[...]

O título não teve, entretanto, por diversas razões, o mérito de agradar. E foram, em troca, alvitados Charla, Querência, Renascimento, Pampa, Guahyba, Sul, Piratiny. Mas nenhum satisfez.

Enquanto se perdia ou ganhava tempo questionando, com frequência se nos perguntava na rua: - Quando sae a Revista do Globo?

Foi dahi que proveio o nome afinal imposto a este quinzenário.

[...]

Revista do Globo, porque se propõe registrar e divulgar, com o auxilio da Livraria do Globo, tudo o que no Rio Grande houver e doravante ocorrer, digno de registro e divulgação.

¹² No mesmo período, circularam no Rio Grande do Sul outras publicações semelhantes: *Máscara* (1918-1928), *Madrugada* (1926) e *Ilustração Pelotense* (1912-1929). A *Revista do Globo* ganhou espaço registrando as mudanças de comportamento e o processo de remodelação urbana de Porto Alegre (Cf. Ioris, 2003), auxiliando, assim, o processo de formação de um público leitor capaz de dar suporte às expectativas geradas pela modernização da cidade, bem como por sua consolidação como centro da vida cultural do Rio Grande do Sul. Ainda sobre o tema, consultar: Teixeira, 2005.

E ainda Revista do Globo, porque deseja constituir uma ponte de ligação mental e social entre o Rio Grande e o resto do mundo.

Cumpra que irradiemos para além das próprias fronteiras as nossas idéias.

Cumpra que nos demos a conhecer melhor. (Bernardi, 1929. grafia original. grifo meu.)

Ao recuperar uma série de títulos provisórios relacionados a vocábulos ou símbolos regionais, Bernardi estabelece o pedaço de mundo a partir do qual o globo é observado: Pampa, Guayba, Sul, Piratiny nomeiam o contraponto ao adjetivo que substantiva o nome da publicação e de sua editora. À revista, por sua vez, caberia a tarefa de estabelecer o diálogo entre o *local* – entendido como uma unidade representada, por exemplo, pela coxilha – e o *resto do mundo*, descrito como uma generalidade na qual a nação se dilui. Assim, às vésperas da década de 1930, o conhecimento do Rio Grande do Sul passava pela divulgação das ideias produzidas localmente, bem como pelas trocas com o resto do mundo, evidenciando que, para além de um local de origem, não existiriam características capazes de particularizar a experiência social do extremo meridional do país.

Como visto no capítulo anterior, outro empreendimento editorial da Globo, já nos anos de 1940, buscou requalificar o debate sobre o nacional e o regional, na síntese do editor Moysés Vellinho:

O que PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO deseja não é afogar-se nas águas rasas da retórica regionalista. É uma publicação regional, sem dúvida, faz questão de sê-lo, mas não a animam exclusivismos localistas. Seu objetivo é o de fomentar, no Rio Grande do Sul, as obras da inteligência, através do ensaio, da crítica, da ficção, da poesia, de todas as manifestações do pensamento (Vellinho, 1945, p.5. maiúscula no original).

Assim como no editorial que inaugurou a *Revista do Globo*, a *Província de São Pedro* também afirma sua origem regional e a intenção de veicular a produção de autores do Rio Grande. A nuance entre ambas está no modo como a relação com o outro é pensada: num primeiro momento, trata-se de compassar o Rio Grande ao mundo; em 1945, a questão central é reconhecer as especificidades dos diversos ritmos locais que unificariam o todo.

Enfim, do Globo para a Província, movimento que deriva de um esforço em redefinir o sentido e o lugar da relação entre o local, o regional e o nacional. Nota-se, então, que o intervalo de dezesseis anos entre os dois editoriais, produz uma continuidade e uma ruptura: ambos são equivalentes no que se refere à afirmação de que não existiriam particularidades capazes de circunscrever o Rio Grande do Sul como região, entretanto, o editorial de *Província de São Pedro* dá os primeiros passos no sentido de afirmar a singularidade regional como ponto de partida para o diálogo com a nação.

Sumarizando o argumento que dará corpo a este movimento, Vellinho observa que “aos brasileiros do extremo sul” (Vellinho, 1948, p.5) sempre foi designada uma importante “função histórica”: “vigiar e guardar as partes meridionais da América Portuguesa e suas fronteiras” (Idem, p.5). Função estratégica que, contudo, não foi suficiente para que a região deixasse de ser vista como um “apêndice estranho à formação do Brasil”: “a meio caminho entre a metrópole brasileira e as turbulências do Prata, seríamos uma coletividade originariamente indefinida” (Idem, p.6). Teria sido criada, então, a “ideia da marginalidade histórica do Rio Grande do Sul, produto de esquemas desagregadores, engendrados pela fantasia sem horizonte de respeitáveis autores patrícios” (Idem, p.6). Formulação que, para o autor, evidenciaria a incompreensão das singularidades que ligam a história do Rio Grande do Sul à história do Brasil. Observando a circulação do regionalismo nordestino, o crítico parece desabafar, surpreendido ou ressentido com o fato da

crítica da corte nunca tenha recusado foros de brasilidade à literatura da seca, da cana-de-açúcar, do cacau, aos regionalismos no norte em suma, não menos agarrados à terra que o do sul? Não alimento a menor dúvida que, em relação aos problemas da formação rio-grandense, a irritada e irritante incompreensão de certos historiadores, o bravo Capistrano à frente, é direta ou indiretamente responsável por essa desigualdade de atitudes em face de estilos igualmente afastados do padrão comum (Idem, p.6).

Ampliando o argumento, o autor observa, então, que à figuração literária da formação social e histórica do norte nunca foi recusado “foros de brasilidade”, ao contrário do que ocorreria no Rio Grande do Sul, onde o questionamento do sentido nacional de sua formação implicaria em restrições à literatura regional.

Assim como argumenta Moysés Vellinho, Erico também retoma a guerra e a fronteira como dois dos elementos mais explicativos das singularidades sulinas que, ao fim e ao cabo, não seriam capazes de oferecer suporte para uma literatura como a produzida no Norte. Contudo, ainda que não seja capazes de dinamizar a produção literária brasileira, o sentido nacional da formação de suas manifestações artísticas é defendido pelo romancista, num diálogo direto com uma interlocutora parcialmente identificada:

Tenho correspondência com uma jovem escritora nordestina que vive no Rio e jamais pisou terras do Rio Grande. Recusa visitar-nos porque – escreve ela – ‘vocês os gaúchos são acastelhanados, parecem pertencer mais à órbita platina do que à brasileira: fanfarrões, autoritários, teatrais, portam-se como se possuíssem o monopólio da coragem’.

[...]

Somos uma fronteira. No século XVIII, quando soldados de Portugal e Espanha disputavam a posse definitiva deste então ‘imenso deserto’, tivemos de fazer a nossa opção: ficar com os portugueses ou com os castelhanos. Pagamos um pesado tributo de sofrimento e sangue para continuar deste lado da fronteira meridional do Brasil. Como pode você acusar-nos de espanholismo? Fomos desde os tempos colonias até o fim do século um território cronicamente conflagrado. Em setenta e sete anos tivemos onze conflitos armados, contadas as revoluções. Vivíamos permanentemente em pé de guerra. Nossas mulheres raramente despiam o luto. Pense nas duras atividades da vida campeira – laçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair para a faina diária quebrando a geada nas madrugadas de inverno – e você compreenderá por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho. Esse tipo de vida é responsável pelas tendências impetuosas que ficaram no inconsciente coletivo deste povo, e explica a nossa rudeza, a nossa às vezes desconcertante franqueza, o nosso hábito de falar alto, como quem grita ordens, dando não raro aos outros a impressão de que vivemos numa permanente carga de cavalaria. A verdade, porém, é que nenhum dos heróis autênticos do Rio Grande que conheci, jamais ‘proseou’, jamais se gabou de qualquer ato de bravura seu. Os meus coestaduanos que, depois da vitória da revolução de 30, se tocaram para o Rio, fantasiados, e amarraram seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco – esses não eram gaúchos legítimos, mas paródias de opereta.

[...]

Afinal de contas, que é um gaúcho? Um sujeito branquíssimo e louro chamado Schultz? Aquele senhor corpulento e corado, que atende ao nome de Carotenuto? Ou será aquele outro, de apelido luso e cara indiática como o autor deste artigo? Porque o Rio Grande do Sul é talvez o mais sortido cadinho racial do Brasil. Neste verde ‘caldeirão’ onde em remotas eras vagueavam várias tribos de índios, os primeiros povoadores puseram a ferver a rústica e honrada açorda açoriana, à qual se acrescentaram elementos vindos de outros pontos do Brasil. A sopa foi temperada com ervas indígenas e africanas; mais tarde lançaram-se nela um pouco do repêlo germânico e condimentos como a manjerona italiana e outras especiarias vindas não só da Europa como até mesmo do oriente próximo e remoto. Qual vai ser o aspecto e o ‘gosto’ dessa mirabolante mistura? Isso será coisa apenas para os olhos e o paladar do futuro (Verissimo, 1964, p.3-4. grafia original).

Erico Verissimo e Moysés Vellinho afirmam traços da história e da sociedade sulina sem caracterizá-los como particulares, o que implicariam num pertencimento tenso e instável à unidade brasileira. Trata-se, então, de integrar o Rio Grande do Sul ao Brasil, o que é feito por meio da afirmação das singularidades dos costumes e dos hábitos locais, todos historicamente construídos¹³.

¹³ Assim como ocorre na *Província de São Pedro*, Erico também afasta os acontecimentos em torno da Revolução de 1930 das tradições sulinas, de modo que os erros e acertos do processo estariam referidos mais aos arranjos nacionais do que aos interesses locais, argumento que ganhará visibilidade em *O tempo e o vento*.

2. Entre dois extremos: José Lins do Rego e a diversidade regional.

Em 1940, José Lins do Rego passou três meses viajando pelos estados meridionais do Brasil. Em companhia de Gilberto Freyre, passou pelo Paraná, por Santa Catarina e pelo Rio Grande do Sul, onde ambos permaneceram por cerca de um mês realizando um roteiro que além de Porto Alegre, incluiu o interior do estado. A chegada à capital sulina é registrada com entusiasmo pelos jornais que revelam, ainda, os convites oficiais feitos a Freyre e a José Lins:

[...] Gilberto Freyre e Lins do Rego ocupam remarcado lugar no âmbito litterario do paiz. A sua vinda a Porto Alegre prende-se á assumptos que interesse, de perto, o nosso Estado, pois Freyre vem a convite do interventor federal, afim de fazer um estudo demorado, uma verdadeira investigação social. Lins do Rego está fazendo uma viagem de recreio, attendendo á solicitação que lhe fez, no Rio, o dr. Coelho de Souza¹⁴ (Reportagem, *Correio do Povo*, 24/01/1940. grafia original).

Como indicado no capítulo anterior, as viagens pelo interior do Rio Grande do Sul permitiram ao sociólogo aprofundar o argumento sobre o sentido da colonização portuguesa no Brasil, bem como explorar o tema da diversidade regional a partir de um novo ponto geográfico, o Brasil meridional¹⁵:

O mês que acabo de passar no Rio Grande do Sul foi um dos mais cheios de impressões fortes que tenho vivido. Há três meses, sempre na companhia do meu velho

¹⁴ Coelho Souza era, então, Secretário Estadual de Educação. A viagem também é noticiada pelo jornal paulistano *Folha da Manhã*, quando da passagem de Freyre e José Lins por Santos à bordo do navio que os levaria ao Paraná. Segundo Freyre, a ida ao Rio Grande do Sul seria “por terra, acompanhado do meu velho amigo José Lins do Rego, em viagem de estudo, isto é, de impressão directa de uma região brasileira que venho estudando ultimamente com particular interesse. Esse estudo se prende ao meu livro em preparo, ‘Ordem e Progresso’ que será a conclusão da série iniciada com ‘Casa Grande & Senzala’ e continuada com ‘Sobrados e Mucambos’”. O livro próximo será uma tentativa de analyse e interpretação das tendências sociais do Brasil do fim da Monarchia e principio da República, phase em que o Sul tomou o lugar de maior destaque e importância na paisagem social do nosso paiz” (*Folha da Manhã*, São Paulo, 13/01/1940, p.5). Já José Lins, afirma que vai ao Sul “em gozo de férias funcionaes. O prazer de conhecer o Rio Grande e abraçar os velhos amigos que tenho por lá, é que me decidiram a empreender esta viagem, na agradável companhia de Gilberto Freyre” (Idem, p.5).

¹⁵ Em declaração à reportagem da *Folha da Manhã*, Freyre observa: “- Devo dizer-lhe – observa o publicista – que nessas viagens de estudo que venho fazendo através do nosso paiz, é sempre um prazer para mim verificar os elementos de unidade social do Brasil, ao lado dos de saudável diferenciação regional”. (*Folha da Manhã*, São Paulo, 13/01/1940, p.5).

amigo José Lins do Rego [...]. Juntos, verificamos as muitas semelhanças que velhos trechos do Rio de Janeiro e de São Paulo guardam com o Nordeste agrário.

[...]

Entretanto, mais fortes que as diferenças são, na verdade, as semelhanças. Cada dia admiro mais o esforço colonizador do português no Brasil, pela estupenda masculinidade com que marcou um território tão vasto, regiões diversas nos aspectos e que são essencialmente os mesmos.

[...]

Exemplos vários. Basta que lhe recorde a emoção com que vi casas grandes do tipo das nortistas, às margens do Jacuí, sobrados de azulejos irmãos dos pernambucanos, alagoanos e maranhenses em Rio Pardo, em Pelotas, em Taquari, na cidade do Rio Grande e em São Francisco, Estado de Santa Catarina, - evidências da extensão do patriarcalismo luso-brasileiro dos tempos coloniais e do Império no extremo sul do Brasil. (Freyre, 1940a. grafia original)

Destacando a unidade de cultura decorrente da colonização portuguesa, Freyre descreve a viagem como uma descoberta da unidade nacional a qual, apesar da diversidade regional, seria alinhavada pelo fio do esforço colonizador português. Rotinizando alguns dos argumentos de Freyre sobre a matriz lusa da formação nacional (Cf. Chaguri, 2009), mas também os referindo diretamente à produção literária, José Lins também retoma o roteiro sulino como uma experiência que, além de revelar as diferenças, teria aflorado a percepção sobre as semelhanças entre as regiões:

Sempre que indagavam das minhas impressões sobre o Rio Grande, a primeira coisa que vinha ao interrogatório era esta:

- Não acha que tudo aqui é muito diferente do seu Nordeste?

Confesso que não verifiquei tanto a disparidade e que, pelo contrario, muita semelhança foi o que notei, desde as fronteiras até á mais central das cidades gauchas. Tem-se a impressão de que se vai entrar em contacto com um mundo oposto ao nosso e o que se encontra é o brasileiro. Um brasileiro com a sua personalidade característica, com a sua originalidade, mas de uma mesma família. A pinta é a mesma: Falava-se do gaúcho da fronteira [ilegível] de gente de sentimentos e costumes que tinham mais de Espanha que de Brasil. E, no entanto, este espanholismo não é mais do que obrigado pelas circunstâncias da fronteira. Mas ali, mais do que na serra, o Brasil é uma das realidades de todos os minutos. A fronteira humana que os gaúchos constituíram e mantêm vale por uma obra formidável. É fácil generalizar, afirma-se sobre gente e terra. A sociologia vai tomando no Brasil o lugar da poesia. Antigamente, todo brasileiro era um poeta; hoje todo brasileiro é um sociólogo. Basta arrevezar a frase, colocar os pronomes á Euclides da Cunha, e está feita a generalização. O gaúcho vem sendo uma vítima desta exuberância verbal de nossos sociólogos. O que ha de vivo, de original, de verdadeiramente solido na gente do Rio

Grande sacrificaram para o efeito de oratória. Fizeram do inhumano uma bomba de retórica. Exageraram o que é típico, para desprezarem o que é humano (Rego, 1940a, p.4. grafia original)¹⁶.

Argumentando que as diferenças são típicas e, portanto, fazem referência ao mundo abstrato das ideias e não à realidade concreta dos homens, José Lins constrói um argumento em que a existência de diferenças entre as partes que compõem o todo está referida às generalizações, não resistindo à observação direta da realidade, ou seja, enquanto as abstrações produzem a diferença, a análise do concreto indicaria que longe de serem diferentes, as regiões são diversas e estariam relacionadas umas às outras justamente pelas semelhanças observáveis entre os tipos brasileiros.

Se à sociologia apenas caberiam as generalizações, é à literatura que José Lins recorre para evidenciar seu ponto de vista. Opondo dois escritores sulinos, Simões Lopes Neto e Alcides Maya, José Lins constrói seu argumento acerca da oposição entre o típico e o humano, assim, o primeiro teria sido capaz de:

realizar uma obra de ficção que manteve admiravelmente o equilíbrio entre o típico e o humano, vendo e sentindo o gaúcho como um sêr vivo, uma criatura de carne e sangue [...] O gaúcho que vi pastorando gado, de olhar manso e fala suave, o gaúcho da serra, das Missões, da fronteira, das margens dos rios, não entra em conflito com a literatura de Simões Lopes Neto. A literatura, quando construída com material e força dessa natureza, é sempre um elemento de verdade. [...] A grandeza da ficção está nisto, nesta semelhança, nesta verdade, que é como se fosse a própria vida que exprimisse. Vi o Rio Grande com Simões Lopes Neto como guia, um guia que não queria insistir, meter á força na cabeça do companheiro as duas coisas. Fui lendo os contos gauchescos e fui vendo a terra, os cinamomos agazalhadores, as coxilhas como parque inglês, a suavidade dos campos, os pastores, o campeiro tangendo gado, e o céu azul, a imensidão dos pampas, e nem uma vez me chegou vontade de dizer: ‘Simões Lopes Neto exagerou; Simões Lopes Neto mentiu’. Nada disto. O negrinho do pastoreio está vivo, vivo estão os gaúchos dos velhos tempos. A arte do grande escritor se serviu da realidade para sobreviver nas suas criações¹⁷ (Idem, p.7. grafia original).

¹⁶ Originalmente escrito para os *Diários Associados*, o artigo “Notas sobre o Rio Grande” foi reproduzido no *Diário de Notícias* de Porto Alegre e publicado com o mesmo título em *O vulcão e a fonte* (1958) e *O cravo de Mozart é eterno* (2004).

¹⁷ Ligia Chiappini também observa que “o fenômeno da modernidade de Simões Lopes e da qualidade dos seus contos, tem muito a ver com a consciência do escritor que ele parecia ter; consciência e conhecimento de seus materiais, (isso inclui técnicas e temas, bem como adequação entre ambos) e da sua função na sociedade. Dessa consciência parece derivar o interesse pela linguagem popular que assimila e estiliza” (Leite, 1978, p.251).

Retomando a mesma viagem tempos depois, José Lins destaca a originalidade do folclore rio-grandense, bem como o dinamismo de sua literatura, ambos assentados na dinâmica da vida sulina tal qual observada por ele. O romancista procura, assim, valorizar a cultura popular e as tradições regionais para destacar a organicidade e a vitalidade das diversas culturas que constituiriam o todo nacional, como consequência, o autor conclui que

o Brasil era o mesmo, era a grande unidade que nem meio século de estadualismo pudera corromper. Região contra estadualismo, personalidade contra uniformidade, respeito às tendências mais íntimas do povo contra a tirania de se deformar o que o povo possui de seu, de sua alma (Rego, 1941, p.20).

Ao opor personalidade e unidade, José Lins destaca a força da cultura na conformação da diversidade regional e, conseqüentemente, no alinhavo da unidade fruto não dos arranjos institucionais sobre o qual se assentam a divisão entre estados, mas sim dos processos de socialização que deram forma aos costumes e às tradições que, regionais em suas manifestações, dialogam entre si, a despeito da distância. No projeto estético mais amplo do autor, a cultura é circunscrita como via de acesso para a reconstrução da história e, portanto, ponto de partida para a figuração do cotidiano e enquadramento da memória. A descrição que o autor faz do carnaval que brincou na cidade fronteira de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, sintetiza aspectos deste projeto:

Ver o Rio Grande é encontrar o Brasil por toda a parte. Por toda parte: pelas coxilhas, pelas serras, pelos campos, pelas cidades, o Brasil do norte, do nordeste, do centro nos aparecia. O homem, a casa, a vegetação, as culturas, tudo tinha qualquer coisa de parecido com a terra e a gente do Brasil de outras zonas. Os entendidos que estudem as semelhanças e as diferenças. O que eu senti foi o encantamento de encontrar na fala mansa do gaúcho que cortava o churrasco ou me passava a bomba do chimarrão a maciez da voz do vaqueiro nordestino.

Isto de dizer: você vai encontrar um outro homem pelos pampas não passa de conversa. Vestido de couro ou coberto pelo poncho o brasileiro do sertão ou o gaúcho da campanha tem pontos de contactos mais numerosos do que supõe muito sociólogo apressado.

Mas eu vi o Brasil entrando no Uruguai, penetrando na alma oriental com verdadeiro orgulho. Vi o Carnaval de Livramento, o samba e a marcha do Rio de Janeiro, botando para correr o mole e enfermigo tango argentino. Sant – Ana do

Livramento tem este papel de relevo na aproximação dos dois povos. O domingo de Carnaval na fronteira me deixou convencido da vitalidade da nossa musica popular. Os que negam o samba terão aí um argumento contra a tal inferioridade desta musica cheia de tanto caráter, de tanta côr, de tanta vibração.

[...] Gilberto Freire já disse que sem o Rio Grande não haveria o Brasil. É o que a gente sente de fronteira a fora. Em Rivera o Carnaval brasileiro, que é coisa mais complexa do que póde parecer aos superficiais, tem esta função de agente de fecundação.

Os turistas uruguaios que chegaram a Livramento terão levando mais alguma coisa que as latas de goiabada e os cigarros da Souza Cruz. Terão levado pedaços do Brasil pela sensibilidade, no choro das favelas e no canto heróico das marchas que bolem com a alma e o corpo. Tudo isto que muito granfino olha com soberbia é mais profundo e mais solido do que generalizações livrescas. O Rio Grande que consolidou as nossas fronteiras, que deu sangue para as guerras, canta agora pelos altos de Sant'Ana. Musica maestro.... (Rego, 1940b).

Destacando a plasticidade de ritmos capazes de embalar o carnaval em diferentes regiões do país¹⁸, José Lins observa as semelhanças entre as manifestações populares ao longo do território nacional, argumentando que as particularidades não redundariam em localismos estreitos, ao contrário, engrandeceriam o todo nacional, como se torna nítido no rodapé escrito para o jornal *O Globo* sobre a revista *Província de São Pedro*¹⁹:

acabo de receber, do Rio Grande do Sul, uma magnífica revista literária, orientada num sentido de lúcido e humano provincialismo. Chama-se 'Província de São Pedro' e tem como diretor o senhor Moysés Vellinho, ensaísta e crítico dos melhores que temos.

Diz muito bem, em artigo de abertura, o crítico gaúcho, que a sua revista não deseja afogar-se nas águas rasas da retórica regionalista.

A retórica regionalista tem muitas vezes conduzido a literatura, em certas zonas do Brasil, a um extremado localismo, limitado pelas palavras e pelos modismos o que é de uma real força criadora. E tanto se excederam alguns de nossos regionalistas que

¹⁸ Ainda sobre o carnaval do Sul do país, Freyre escreve artigo sobre o de Uruguiana, onde teve a oportunidade de, em companhia de José Lins, assistir aos festejos no carnaval de fevereiro de 1940. Freyre observa, então, que o Rancho – tradicional dança carnavalesca – assume na cidade “gestos, impulsos e movimentos, que exagera, intensifica, acelera, são os [movimentos] de vigilância ou de defesa guerreira, convertendo-se numa espécie de “carnaval com espírito militar”, exemplo da “plasticidade das dansas e os folguedos populares, no sentido de assumirem formas diversas sob a pressão de interesses regionaes varios ou de tradicionaes e cultura diferentes” (Reportagem, *Correio do Povo*, 24/05/1940. grafia original, interpolação minha). Para um balanço sobre os festejos de carnaval no Brasil, ver: Cavalcanti, 2011.

¹⁹ Ao longo de alguns números, *Província de São Pedro* reproduz em seus rodapés comentários sobre a publicação, em geral publicados em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tais rodapés reforçam a legitimidade da revista fora dos limites do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que avalizam o sentido do empreendimento editorial, tal como pensado por seus responsáveis: a expansão das fronteiras a partir da província.

chegaram a um falso exotismo. Os poetas caipiras e os poetas sertanejos deram em cacetes contadores de casos. Desceram a baixo nível literário e perderam a qualidade. Reagir contra os falsificadores de regionalismos, dar à literatura a verdadeira seiva nativa, arrancar da terra as suas autênticas riquezas, era tudo o que propunha uma nova concepção de regionalismo. Felizmente, os poetas caboclos passaram de moda.

[...]

[...] Moysés Vellinho pretende firmar-se nos elementos fundamentais da tradição local, nos autênticos valores do passado, porque acredita que a preservação de certas fixações é indispensável à característica de uma cultura. (Rego, 1945).

Neste caso, a afirmação do regional deve ser qualificada a partir de outro elemento igualmente importante: a tradição. Tradição e região são tomadas, assim, como os mediadores privilegiados para o conhecimento do mundo, justamente por estarem referidos à experiência concreta. Desse modo, na formulação do projeto estético do autor, a noção de pertencimento ao local torna-se o ponto de partida para a interpretação do Nordeste em particular e do Brasil em geral, ambos compreendidos a luz das experiências acumuladas em viagens pelo país, as quais teriam lhe revelado que “o Brasil é o mesmo de Norte a Sul: isto observei em São Paulo, Minas, por toda parte. O brasileiro é o mesmo. Não corremos assim o perigo de formação de pátrias menores, de minorias raciais, de nada disso” (Rego, [1942] 2004, p.45).

Isto posto, o argumento do autor mobiliza a cultura como totalidade, esvaziando seu sentido político e estabelecendo, então, seu lugar explicativo na formação da sociedade brasileira: à cultura caberia produzir e amparar pactos de coesão social que ao promoverem o constante re-equilíbrio entre local, regional e nacional dão forma à diversidade e constroem a unidade nacional.

Importa, aqui, retomar o roteiro de José Lins pelo Rio Grande do Sul, comumente acionado por ele com vistas a destacar que a tal unidade decorre da diversidade regional, produzida, por sua vez, por meio de concretudes expressas, por exemplo, nas tradições que

ao derivarem da colonização portuguesa, são singularizadas pelas experiências locais. No prefácio que escreve a *Região e tradição*, por exemplo, José Lins argumenta que

na nossa viagem ao Rio Grande [de Gilberto Freyre e José Lins], 16 anos após o Congresso Regionalista do Recife, as idéias de Gilberto Freyre foram se encontrando com ele na realidade, todas ellas confirmadas no contacto com a gente e a terra que mais cultivaram as suas particularidade e eram, no entanto, tão irmãs dos nordestinos, dos bahianos, dos mineiros, de todo o Brasil. O Rio Grande foi um campo prodigioso para o sociologo confirmar e sentir a força da colonização portuguesa. O que elle sustentara em *Casa-Grande* víamos ali ao nosso contacto. Casas, móveis, jeitos de falar, de andar, de sentir, de comer, de rezar e por tudo isto bem á mostra a marca lusitana, o açoriano de cara comprida de Rio Pardo vivo e bulindo ainda por toda parte (Rego, 1941, p.20. grafia original)²⁰.

Ao descrever as semelhanças, o romancista não procura destacar o uniforme, ao contrário, “casas, móveis, jeitos de falar, de andar, de sentir, de comer, de rezar” são acionados justamente para reafirmar a diversidade regional alinhavada via colonização portuguesa. Assim, é sobre a diversidade que estão assentadas as linhas mestras do regionalismo tal qual definido pelo autor:

ser de sua região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura viva, mais ligada á realidade. Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade [...] Com um regionalismo desses é que poderemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira. Porque cultivando o que cada um tem de mais pessoal, de mais proprio, vamos dando mais vida ao grupo político, formando um povo que não será uma massa uniforme e sem côr (Rego, 1941, p.20).

Longe de afirmar particularismos regionais, o argumento reconhece o pertencimento à região como sendo capaz de singularizar a pessoa, tornando-a, a um só tempo, de sua casa e da humanidade. Como resultado, seria produzido um regionalismo que dinamizaria e fortaleceria a unidade brasileira por meio da singularização da experiência social.

²⁰ O Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste foi realizado em 1926 numa iniciativa do Centro Regionalista do Nordeste, fundado dois anos antes. Historiadores do período como Souza Barros (1972) e Tadeu Rocha (1964) atribuem grande importância a esses dois eventos, marcando-os como os elementos que ajudaram a alargar o raio de ação do Regionalismo, principalmente, pelos estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

3. O norte e o sul; o romance e a região.

O risco próprio à literatura consiste em trabalhar em território estanho como se não o fosse, em trabalhar o terreno próprio como se este fosse estrangeiro: a literatura é interessante porque deixa aberta todas as brechas da identidade, porque suspeita da experiência direta como fonte de autoridade sobre o discurso.

Beatriz Sarlo, *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*.

Refletir sobre a singularidade de cada realidade regional é um esforço comum a Erico Verissimo e José Lins do Rego, ambos empenhados em argumentar que a afirmação do regional não carrega em si a delimitação do particular, antes, a região seria capaz de singularizar experiências sociais. No entanto, o argumento sobre a singularidade regional assume sentidos e consequências diferentes em cada caso, isto é, enquanto para José Lins a singularidade regional é via de acesso ao universal, Erico parece desconfiar desta relação, colocando-a em permanente suspeição. Diferenças que se evidenciam ao se analisar o modo como cada autor narra o cotidiano.

No *Ciclo da cana-de-açúcar*, por exemplo, o cotidiano dá suporte para uma reconstrução da história realizada por meio da cultura, produzindo, assim, um efeito de unidade que, amparado na afirmação da diversidade, esvazia os conflitos em torno da produção da memória e da tradição. Região e regionalismo tornam-se, então, importantes chaves explicativas, pois capazes de plasmar as diferenças, produzindo e dando suporte à afirmação da unidade e, por essa via, à legitimidade da centralização. Do mesmo modo, ao argumentar que o regional contém o universal, afirma-se que a cultura local é universalizável, o que não carrega em si, necessariamente, a afirmação da universalidade,

por exemplo, dos direitos. Ao plasmar moderno e tradicional, local e universal, a região opera como categoria capaz de equilibrar, também, dominantes e dominados.

Ainda que, como o colega paraibano, Erico Verissimo também delimite o cotidiano como ponto de partida para a síntese entre processo social e forma literária, este recorte não permanece vinculado, necessariamente, à cultura, antes, dados concretos como a Revolução Farroupilha ou o levante federalista de 1895 são alinhavados literariamente como momentos de uma totalidade que não sendo unitária é, contudo, estabelecida por meio da singularização das experiências sociais²¹. Num caso ou em outro, região e regionalismo compõem um repertório comum aos dois romancistas, ponto de vista para a qualificação do moderno.

Qualificar o moderno, no âmbito dos esforços mobilizados nas construções literárias de *O tempo e o vento* e do *Ciclo da cana-de-açúcar*, implica a reflexão sobre a nação e, particularmente, sobre elementos que lhe dão forma como a língua e as tradições (Cf. Hobsbawm, [1992] 2004; Thiesse, 1991 e 2000).

Retomemos a revista *Província de São Pedro*, publicação que, ao longo de suas edições, abriu espaço para que intelectuais sulinos discutissem a literatura ali produzida, remontando sua história e buscando encadear uma genealogia de temas e autores. Ao lado de Apolinário Porto Alegre e Alcides Maya, Simões Lopes Neto será, pouco a pouco, mobilizado como o autor que deu *forma* ao regionalismo rio-grandense, o qual, por sua vez, teria sido um “longo movimento literário [...] sem dúvida o mais pertinaz de alta vitalidade que apareceu no Brasil” (Meyer, 1945, p.105):

²¹ Em linhas gerais, o reajustamento da política que vinha sendo gestado ao longo dos anos de 1940 e culmina com a queda do Estado Novo em 1945, produz um efeito importante na obra de José Lins do Rego, isto é, os anos de 1940 parecem marcar, pouco a pouco, a incapacidade do culturalismo formulado pelo autor para dar conta da política, movimento que aparece figurado em *Fogo morto*, obra em que a decadência converte-se na mediação por excelência de todas as relações sociais, deixando de ser circunscrita a um dado de cultura, conduzindo todos os personagens aos limites da loucura.

Ainda é de ontem o aparecimento de um Vargas Neto, de um Darcy Azambuja. Nogueira Leiria e Ciro Martins são de agora. Bastaria citar, aliás, como justificativa do movimento, Alcides Maya, Simões Lopes Neto e Ramiro Barcelos: todos eles foram grandes amigos da estrada batida a casco e do campo aberto. Sempre que podiam, ganhavam o verde e arejavam o espírito, como quem deseja voltar às raízes depois da fascinação do grande mundo da cultura [...] (Meyer, 1945, p.106)²².

A síntese entre o mundo da cultura e a vida campeira dá o tom da construção de uma genealogia da literatura rio-grandense²³, para o que importa o estudo da linguagem empregada nas narrativas, base para que diferentes autores e obras sejam alinhados, bem como para que a relação entre região e nação seja dinamizada. Pouco a pouco, a definição da literatura rio-grandense passa pela legitimação do tipo de linguagem empregada pelos autores a qual, mesmo apoiada em vocábulos e expressões regionais, manteria sua fidelidade à matriz lusa do idioma, afastando-se de eventuais castelhanismos.

Os problemas envolvidos na definição da linguagem adequada para a produção literária rio-grandense estavam na pauta do dia, de modo que o vocabulário regional e a gramática da

²² Professor, Apolinário Porto Alegre (1844 – 1904), em companhia dos irmãos Apelles e Acylles, criou o Colégio Rio-Grandense em 1870 e seis anos depois o Instituto Brasileiro. Também participou ativamente da fundação da Sociedade Pátenon Literário, acumulando prestígio como historiador e escritor. Sua produção literária é bastante diversificada e compreende poesia, prosa e teatro, notabilizando-se por tratar temas relacionados à identidade rio-grandense (Cf. Lazzari, 2004, p.181 – 247). Alcides Maya (1878 – 1944) ajudou a dar forma à figuração da vida campeira pela literatura sulina, destacando-se, especialmente, *Ruínas vivas* (1910), *Tapera* (1911) e *Alma bárbara* (1922). Além de escritor, também atuou como crítico, entre seus estudos, o de maior repercussão foi o dedicado a Machado de Assis, *Machado de Assis: algumas notas sobre o humor* publicado em 1912. Dois anos depois, em 1914, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Membro do PRR, foi deputado federal e envolveu-se diretamente nos acontecimentos em torno da Revolução de 1930. Sobre o autor, consultar: Almeida, 1994; Masina, 1998.

²³ Por meio de larga pesquisa de fontes, Ligia Chiappini Leite investigou as diferentes vertentes dessa produção literária nas primeiras décadas do século XX, avaliando os diálogos estabelecidos com o modernismo da Semana de Arte Moderna. Particularizando o estudo de contos, a autora analisa as condições sociais e as opções estéticas envolvidas na renovação de temas da literatura produzida no Rio Grande do Sul. Numa síntese, a literatura sulina teria se caracterizado por um “código narrativo fixo e uma retórica conservadora, que exprimem uma idêntica mensagem: o mito do gaúcho – herói” (Leite, 1978, p.249), de modo que “mais forte do que seus projetos de renovação revelaram-se as pressões do momento, que impunham a conservação do Regionalismo sem grandes vãos poéticos” (Idem, p.249). Consultar também: Leite, 1972.

língua portuguesa serão os eixos em torno dos quais gravitará a discussão sobre o estilo da literatura sulina²⁴.

Assim, a caracterização da literatura como regional é dada, especialmente, pela adoção do autor às expressões campeiras, ainda que a valorização do regional não signifique o desrespeito às regras gramaticais da língua portuguesa. Ao contrário, a fidelidade à gramática da língua aparece como a fiadora da matriz lusa da formação sulina, revelando o longo caminho trilhado pelos rio-grandenses na defesa do idioma.

Erico Verissimo, por exemplo, afirma estar “longe de ser um regionalista”, dado que mesmo em *O tempo e o vento* teria usado “o mínimo de vocabulários ou expressões regionais” (Verissimo, [1973] 1979). Nota-se, então, que a língua denota o pertencimento à nação, sendo um dos elementos que conferiu unidade às lutas travadas, no Rio Grande do Sul, em nome da defesa das fronteiras e da soberania.

José Lins do Rego, por sua vez, observa que a linguagem constitui-se como um dos elementos centrais do regionalismo exatamente porque importa para a construção das tradições. Nesse sentido, formas e modos de falar e de escrever seriam expressões de cultura evidenciadas na linguagem oral e cotidiana do brasileiro: “a língua que se cria no povo quando procura dar uma imagem da vida, de uma dor, de uma alegria, brota como água do reio. É impetuosa às vezes, e às vezes tem a doçura das fontes de pé de serra. É a língua da natureza” (Rego, 2004, p.125).

²⁴ *Província de São Pedro*, por exemplo, publica um estudo exemplar neste sentido, o “Adagiário gaúcho” de Victor Russomano, veiculado em fascículos entre os números 12 e 15, numa série que se inicia em 1948 e é concluída três anos depois, em 1951. No último fascículo, uma nota informa ao leitor que a publicação é uma homenagem ao Rio Grande do Sul, ressaltando a possibilidade de existirem equívocos, solicitando a contribuição dos leitores para elucidá-los. A nota informa, ainda, que as significações dos vocábulos regionais foram coligidas especialmente a partir das obras dos “saudosos literatos rio-grandenses [...] Dr. J. Romanguera Corrêa e Roque Callage” (Russomano, 1951, p.154). A revista publica, ainda, algumas correções ao adagiário de Victor Russomano feita por Viriato Dutra e publicada com o mesmo título, “Adagiário gaúcho”, em *Província de São Pedro*, n. 14, dez. 1949.

O argumento toma como base a afirmação de que há sempre uma língua que é parte integrante da experiência social e da qual os escritores devem se aproximar porque corresponderia a uma via de acesso ao cotidiano, ou seja, é necessário “escrever uma língua que seja parte integrante do viver, e não somente uma imposição do mestre-escola” (Rego, 2004, p.134). A valorização da oralidade torna-se, para José Lins, uma das chaves para a construção da narrativa literária: “[...] o jornalista procurou falar de minhas influências estrangeiras [...] eu lhe falei dos cegos cantadores de feira da Paraíba e de Pernambuco. Os cegos cantadores amados e ouvidos pelo povo, porque tinham o que dizer, tinham o que contar” (Rego, 2004, p. 201).

Destacando a oralidade dos cantadores nordestinos, José Lins opera uma distinção que visa evidenciar a existência de formas e modos de expressão referidos diretamente à experiência cotidiana. Como consequência, a aproximação entre literatura e oralidade está na base da construção de um narrador popular que pretende trazer à tona o escrever próximo à tradição oral.

Ao argumentar que a literatura deve estar baseada “na carne e no sangue de nossa gente”, José Lins dá o passo seguinte, qual seja: propor a recuperação das tradições brasileiras em suas inúmeras manifestações na dança, na música etc.. Note-se, contudo, que a cultura apenas ganha sentido quando relacionada à experiência regional: “o grande povo vivia nos pampas, nas caatingas nordestinas, na selva amazônica, nas montanhas mineiras”. Se a primeira é singularizada pela segunda, ambas, em conjunto, formariam a base das tradições e dos valores brasileiros, evidenciando que a síntese entre cultura, região e tradição

orienta a percepção sobre o Brasil, sendo a base da formalização estética operada pelo autor no *Ciclo da cana-de-açúcar*²⁵.

Em 1951, o jornalista José Tavares de Miranda traçava um longo perfil de José Lins do Rego em sua coluna na *Folha da Manhã*. O romancista era apresentado como “um homem da terra. Este é o maior elogio que podemos fazer-lhes, e, tenho certeza, é o que ele mais prezara”. Ao mesmo tempo em que é um homem da terra,

José Lins do Rego é um Cavalcanti de Albuquerque de quatro costados [...] Talvez por isso mesmo, ele fale tão mal o francês, ou outro idioma estrangeiro, espantando a si próprio depois de cada palavra pronunciada, posto que seus pés [ilegível] verdadeiramente juntados no chão comum e agreste da paisagem de sua infância, hoje clássica em nossa língua, através da linguagem de seus romances, que são lágrimas, saudades, sonho e sangue da gente brasileira (Miranda, 1951, p.7).

Destacando a origem social do autor e a prosa popular de seus narradores, a reportagem ressalta o potencial dos romances para a figuração da “gente brasileira”, destacando que o autor teria os pés fincados no chão de sua infância, ou seja, memória e região são destacadas como os elementos que, para além do local, revelam a vitalidade do elemento nacional na narrativa de José Lins.

Um ano depois, Tavares de Miranda dedica sua coluna a Erico Verissimo, destacando o sucesso editorial do autor: “Erico é um cartaz indiscutível. Livro seu é negócio certo para editores, livreiros e também para ele próprio” (Miranda, 1952, p.7). Na descrição do

²⁵ Ao longo de sua carreira, José Lins se empenhou na escrita de artigos e crônicas, atividade iniciada nos tempos de estudante de Direito e que marca seu ingresso na vida intelectual, aprofundando-se após a estreia literária do autor com *Menino de engenho* em 1923. Entre os livros com reuniões de crônicas e artigos de José Lins estão *Gordos e magros* (1942); *Poesia e vida* (1945); *Homens, seres e coisas* (1952); *A casa e o homem* (1954); *Presença do Nordeste na literatura brasileira* (1957); *O vulcão e a fonte* (1958 – edição póstuma), bem como os volumes organizados por estudiosos como *Tempos idos e vividos* (1981) organizado por Ivan Junqueira; *Ligeiros traços* (2007) com seleção e notas de César Braga-Pinto e *Flamengo é puro amor* (2002) com seleção e notas de Marcos de Castro. Esta produção, desenvolvida simultaneamente aos romances, demonstra que além de uma vasta obra como romancista, José Lins também produziu crônicas e ensaios, articulando criação literária à reflexão sobre ela. De modo geral, é possível identificar algumas temáticas recorrentes nas crônicas: notas e as observações sobre romancistas e poetas brasileiros e estrangeiros; argumentos sobre o fazer literário e a composição do romance; comentários e argumentos sobre a relação entre o regional e o universal. Sobre o tema, ver Chaguri, 2009.

jornalista, o romancista era um “homem de província, amando o seu Rio Grande e, lá vivendo como exemplo, mas modestamente” (Idem, p.7). Por fim, a reportagem destaca uma fala de Erico capaz de corroborar a afirmação de seu pertencimento à província: “- O meu grande pecado é o pouco de Brasil que tenho, talvez devido às contingências geográficas, e a formação eminentemente anglo-saxã” (Idem, p.7).

Reforçando a ideia de ser um homem de província, Erico logo afasta a possibilidade de ser visto como provinciano, na medida em que aciona sua “formação eminentemente anglo-saxã” como um traço distintivo capaz de nuançar a distância que guardava da vida intelectual brasileira do período, bem como de singularizar sua produção. Ao mesmo tempo, o pertencimento geográfico ao Rio Grande do Sul aparece como elemento que compõe a explicação do “pouco de Brasil” que atribui a si mesmo, avaliação que parece estar longe de significar que o autor possuiria “muito de Rio Grande do Sul”. O anúncio publicitário daquilo que viria a ser *O tempo e o vento* apresenta o futuro trabalho do autor como um

romance sem título ainda. Serão oitocentas páginas, desenvolvendo-se toda a ação do livro no Rio Grande do Sul. É a empolgante história de uma família rio-grandense através de várias gerações. Um livro gaúcho, mas não gauchesco (Anúncio, 1947, p.2).

Ser regional sem ser típico ou folclórico parece ser uma das preocupações na base da feitura de *O tempo e o vento*. Como visto algumas páginas atrás, Erico Verissimo revela certa desconfiança em relação ao regionalismo, colocando em suspeição seus temas e suas formas expressivas. Desse modo, o autor constrói para si um novo lugar evidenciado na forma pela qual a história sulina é narrada: uma história regional reconstruída a partir da tensão permanente entre cultura e política, e, portanto, equilibrada numa linha instável entre a singularização do cotidiano campeiro, a prática guerreira e o diálogo com o nacional.

Novamente, manuscritos do autor alinhavam reflexões *a posteriori* de um romancista que, ao observar a aceitação de sua trilogia e a consequente afirmação de seu nome como um

importante autor de literatura brasileira, busca explicitar os motivos que conduziram sua escrita:

A idéia de escrever uma saga do Rio Grande do Sul me veio em 1935. Em 1939 tentei começar a história mas não me senti preparado para tanto. Só comecei a escrever o romance que se chamaria O TEMPO E O VENTO, em 1947.

Creio que é o mais importante de todos os meus livros, o mais ‘sentido’ e o mais ‘legítimo’. De certo modo essa história me reconciliou com meu povo e minha terra, que eu conhecia mal através de livros escolares convencionais, discursos bombásticos e poesias patrioteiras. Foi escrevendo O Tempo e o Vento que eu vim a compreender, aceitar e finalmente amar o Rio Grande do Sul.

Não considero essa obra um ‘romance histórico’, pois nela a minha atenção se concentrar mais nas personagens de ficção. Está claro que existe uma ‘cortina de fundo’ tecida de acontecimentos históricos, mas isso não justifica a classificação de ‘roman historique’.

Procurei nesse livro evitar excessos regionalistas de linguagem, para que a história e as personagens pudessem ter um sentido, se possível universal.

Em suma: este é o livro pelo qual quero ser julgado... se houver algum julgamento (Verissimo, “O tempo e o vento”, s/d, documento Alev/IMS 01i0117 – sd, grafia, maiúscula e grifo originais).

Apesar do desconforto em relação à vida campeira, da desconfiança em relação ao regionalismo como opção para a escrita literária, Erico Verissimo atribui a *O tempo e o vento* sua reconciliação com a terra, agora nomeada como sua. Para além de questões pessoais, nota-se que o autor relaciona seu pouco conhecimento sobre o Rio Grande do Sul ao recurso a “livros escolares convencionais, discursos bombásticos e poesias patrioteiras”, apontado limitações no modo como o Rio Grande vinha sendo estudado, cantado e construído politicamente. Assim, no caso do autor, a aceitação do Rio Grande do Sul passou pela escrita de uma narrativa capaz de compreender a formação social e histórica da região a partir de um novo ponto de vista, distante do convencionalismo dos livros escolares, do patriotismo das poesias gauchescas e da *mise-en-scène* dos discursos, de modo que a figuração de temas e problemas regionais na literatura não estaria referida, necessariamente, ao sensível, mas sim à mobilização de novos eixos interpretativos capazes de, a um só tempo, singularizar o Rio Grande do Sul e colocá-lo em diálogo com o universal, de modo que ao “evitar excessos

regionalistas de linguagem”, “a história e as personagens pudessem ter um sentido, se possível universal”.

Às eventuais limitações impostas por uma linguagem repleta de particularismos regionais, o romancista opõe a universalidade da história e dos personagens, trabalhados numa longa trilogia que abarca duzentos anos da trajetória dos Terra- Cambará. A longa genealogia da família, sua saga e as idas e vindas da história sulina são narradas a partir de pontos de vistas que procuram se distanciar dos particularismos gauchescos. Nota-se que, para o autor, o regional em literatura refere-se a um conjunto dinamizado pela universalidade da estrutura narrativa e da composição dos personagens.

Diferente de José Lins, para quem o regional estrutura uma formalização literária capaz de, em si mesma, comportar o universal, Erico Verissimo circunscreve a formação social e histórica do Rio Grande do Sul como “cortina de fundo”, cenário que singulariza trajetórias, conflitos e experiências. Ao longo dos volumes que compõem *O tempo e o vento*, nota-se que a obra dobra-se sobre si mesma, isto é, o caráter épico assumido na primeira parte se desconstrói, colocando em suspeição as particularidades da história, da formação e dos costumes regionais.

Erico Verissimo com *O tempo e o vento* e José Lins do Rego com o *Ciclo da cana-de-açúcar* se encontram no esforço comum de deslocar o regional para o centro de seus romances, assumindo a região como um ponto de vista para a organização da matéria literária, bem como para a classificação do mundo social num movimento que é perceptível à medida que “contingências da origem geográficas” são substituídas “pelos pressupostos sociológicos das formas” (Cf. Schwarz, [1977] 2000, p.50-51). Como consequência, “passando a pressuposto sociológico uma parte das condições históricas originais reaparece,

com sua mesma lógica, mas agora no plano da ficção e como resultado formal” (Cf. Idem, p.51) ²⁶.

Isto posto, o regionalismo circunscrito nos dois conjuntos de obras busca estabelecer nexos forma literária e processo social, tomando a região como parte constitutiva da experiência social, ponto de vista para a problematização do presente e atribuição de sentido ao passado. Num caso ou em outro, a região aparece como elemento capaz de qualificar o moderno, movimento que, como visto no capítulo anterior, é compartilhado com outros intelectuais em estudos de sociologia, de folclore e da história²⁷. Nota-se, assim, que o debate sobre o regional não se limita à literatura, ainda que ganhe novos sentidos quando formalizado literariamente.

Tanto o *Ciclo da cana-de-açúcar*, quanto *O tempo e o vento*, equacionam o presente por meio de seu esvaziamento²⁸, isto é, são os elementos do passado que atribuem sentido às ações, ordenando a narrativa. Como consequência, memória e história tornam-se as chaves para a inteligibilidade do presente, ainda que sejam ordenadas numa narrativa cronológica no

²⁶ O estudo de Roberto Schwarz toma como base o romance de José de Alencar. Seus pressupostos são acionados aqui para destacar aspectos do *Ciclo da cana-de-açúcar* e de *O tempo e o vento*.

²⁷ Em estudo abrangente sobre o tema, Letícia Nedel explora o contexto e a produção intelectual do Rio Grande do Sul a partir de uma análise dos sentidos e dos lugares de produção de uma memória para o Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Assim, a autora circunscreve a atuação da Comissão Estadual do Folclore (CEF) para argumentar que o folclore teria se constituído num “projeto intermediário e transitório de ciência social” (Nedel, 2005, p.210) no qual intelectuais de província se engajam para se integrarem a redes nacionais de pesquisa como a Comissão Nacional do Folclore (CNFL), possibilitando, assim, a nacionalização de temas locais (Cf. Idem, p.202 – 234). Ver, ainda: Vilhena, 1997.

²⁸ A ideia de que o narrador do *Ciclo da cana-de-açúcar* opera uma noção de tempo que busca presentificar o passado e esvaziar o presente é formulada por Luís Bueno (Cf. Bueno, 2006, p.141-157). Aprofundando a trilha formulada pelo autor, a hipótese é ampliada para abarcar, também, *O tempo e o vento*, estudando em que medida uma percepção temporal baseada na tensão entre passado e presente plasma visões de mundo capazes de darem suporte à narrativa e às experiências sociais figuradas.

*Ciclo da cana-de-açúcar*²⁹ e por constantes idas e vindas de temporalidades e espaços em *O tempo e o vento*.

Observa-se, então, que a afirmação do regional encontra soluções e motivos diversos em cada narrativa, formulações relacionadas não apenas ao momento de escrita de cada obra, como também às questões estéticas, sociais e políticas colocada ao longo do período de produção do ciclo e da trilogia. Assim, ainda que o uso da temática regional seja recorrente na ficção brasileira, o que se observa aqui, são procedimentos narrativos dedicados a trazer o local para o centro da narrativa, convertendo, por sua vez, a região num ponto de vista para a organização do mundo.

Se a temática não é inédita, o procedimento da composição literária apresenta inovações importantes, isto é, tanto Erico Verissimo, quanto José Lins do Rego não tomam o regional como sinônimo do típico, antes, mobilizam o nexo entre local, regional e nacional com vistas a estruturar suas narrativas, oferecendo soluções textuais e realizações estéticas novas.

Acompanhando aspectos da circulação da obra de Jorge Luis Borges, Beatriz Sarlo persegue as linhas que assentaram uma percepção de que Borges seria um autor universal, quase expurgado de sua nacionalidade. Levando a provação ao limite, a autora ancora seu argumento na afirmação de que Borges escreveu “num encontro de caminhos”, produzindo uma obra que se localiza nas margens ou, no limite, na periferia. Perscrutando as margens, a autora encontra o regionalismo, por ela definido como uma espécie de não lugar, ou seja, o regionalismo

²⁹ *Fogo morto*, como será visto no sexto capítulo, é a exceção a este argumento, uma vez que sua narrativa é construída a partir de diferentes temporalidades, evidenciando, assim, a quebra do processo social e histórico narrado nos volumes anteriores.

[...] não pertence nem à cidade, nem ao campo, e não se explica em termos espaciais, mas temporais. O regionalismo nomeia o que desaparece (os costumes, o folclore camponês, as virtudes tradicionais) com uma linguagem literária que já não se usa na cidade [...] (Sarlo, 2008, p.25).

Ato de nomear que, ao lidar com parâmetros temporais, procura tornar inteligível um processo que não é apenas de modernização econômica, mas sim da “modernidade como estilo cultural”, como consequência, modernidade e modernização se combinam e são constituídas como “noções descritivas, como valores e como processos materiais e ideológicos” (Idem, p.28). Pouco a pouco, uma questão central se coloca a partir das margens: “o que fazer com o passado na construção do futuro?” (Idem, p.32).

Como discutido até aqui, a relação entre o local, o regional e o nacional opera a partir de possibilidades diversas. Como observa Sarlo, “seja como for, nunca há final feliz nem mistura pacífica” (Idem, p.86). No limite, assumir a região como ponto de vista para a ordenação da matéria literária envolve dimensões para além de uma eventual disputa por hegemonia, isto é, o que parece importar decisivamente é evidenciar nuances da coesão social que tornam possíveis a contínua reinvenção do pacto nacional.

Assim, tanto no *Ciclo da cana-de-açúcar*, quanto em *O tempo e o vento*, as narrativas organizam localmente a nação que, por sua vez, apenas quando a heterogeneidade se realiza. Finalmente, ao enfrentarem o dilema da realização da heterogeneidade, os autores não apenas revelam quão problemáticas são as relações entre local, regional, nacional, como também evidenciam ser esta uma questão incontornável, espécie de ponto de partida para a distinção de espaços e de temporalidades que conformam experiências sociais cindidas.

Opera-se, assim, a construção literária de um passado e, conseqüentemente, de uma memória com vistas a ordenar o futuro (Cf. Sarlo, 2008, p.85-102)³⁰.

³⁰ Importante destacar, aqui, que a memória é parte integrante das construções sociais, sendo, nesse sentido, uma chave de acesso aos impasses travados no passado e no presente. Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs apenas é recordado aquilo que é socialmente relevante, logo, o jogo entre o que é lembrado e o que é esquecido “situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados” (Halbwachs, 1990, p.14). Desse modo, as lembranças são sempre partilhadas a partir dos grupos de convívio e de referência peculiares a cada indivíduo, que, por sua vez, seleciona suas lembranças a partir das experiências históricas e sociais da sociedade na qual está inscrito. Logo, o caráter livre e espontâneo da memória é excepcional, em geral, lembrar é diferente de reviver e significa, na realidade, reconstruir; repensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado, na síntese de Éclea Bosi: “a memória não é sonho, é trabalho [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (Bosi, 2001, p.55). Procurando pontos de contato entre a memória e a identidade social, Michel Pollak argumenta que a “memória é um fenômeno construído” (Pollak, 1992, p.204) e elenca entre os elementos constitutivos da memória individual e coletiva, os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade a qual o indivíduo se considera pertencente (Cf. Idem, p.201).

Parte III – As escritas do lugar e o lugar da narrativa.

Capítulo 5

O tempo e o vento: memória, história e região.

[...] Maria Valéria tirou o toco de vela do castiçal, inclinou-se e cravou-o no chão.

- Pra que é isso? – perguntou Floriano.

-Uma promessa pro Neguinho do Pastoreio.

A velha endireitou o corpo e fez com a cabeça um sinal na direção do Sobrado.

- É pr' aquela gente achar o que perdeu.

Erico Verissimo, *O retrato*, vol. 2.

O diálogo entre Floriano Terra Cambará e Maria Valéria Terra, sua tia e madrinha, encerra o segundo tomo da trilogia de *O tempo e o vento*. Último episódio de *O retrato*, “Uma vela pro Neguinho”, se passa em 1945, com os Terra Cambará reunidos no Sobrado da família na cidade de Santa Fé, em torno de seu patriarca, Rodrigo Terra Cambará, adoecido em decorrência de sucessivos infartos e de uma crise pulmonar.

Anunciando o que está por vir na trajetória da família e, no limite, do próprio Rio Grande do Sul, o episódio sintetiza o passado e serve de preâmbulo para as incertezas do futuro. Em meados dos anos de 1940, os Cambará estão em busca daquilo que julgam estar perdido, num movimento que procurará atualizar o passado com vistas a ordenar o futuro¹.

¹ O título do episódio faz referência à lenda do Neguinho do Pastoreio, segundo a qual para achar algo perdido, é preciso acender uma vela e pedir ao menino. Como visto anteriormente, os anos de 1940 são marcados, no Rio Grande do Sul, pelo empenho de diferentes intelectuais na construção de uma nova memória para a região, orientando o surgimento de publicações como a *Província de São Pedro*, ou de comemorações cívicas como as do bi-centenário de Porto Alegre. Colocando em novos termos a relação entre região e nação, busca-se desatar os nós da encruzilhada para a qual o Estado Novo e seu ocaso conduziram o país. De solução à vilã, a centralização levada a cabo por Vargas reorientou o jogo político dos estados, e, no caso do Rio Grande do Sul, esvaziou bandeiras históricas como o federalismo, oferecendo à região uma projeção no cenário nacional que, inédita até então, será marcada pela associação com o autoritarismo. Em editorial da *Província de São Pedro*, Moysés Velinho parece, por exemplo, buscar um alibi: “[...] a história do Rio Grande do Sul desconheceu inteiramente a figura do caudilho e o caudilhismo. E se atentarmos bem para os fatos, vamos verificar que se houve aqui vocações para a carreira, foram elas florescer e frutificar longe do Rio Grande, em meio que lhes propiciou as condições de receptividade que ainda não encontraram.[...] bem feitas as contas, o nosso decantado caudilhismo terá que descer de seu temível pedestal e confundir-se humildemente com o brasileiríssimo fenômeno do coronelismo municipal [...]” (Velinho, 1954, p. 5). O texto, publicado três meses após o suicídio de Vargas, observa que região e nação coincidem, justamente, nos vícios que compartilham.

São os clientes da Barbearia Elite, em Santa Fé, os responsáveis por atualizar o quadro político nacional e, numa animada conversa, inserir na narrativa algumas das peças de um delicado xadrez, cujas consequências atingem o Rio Grande do Sul em geral e os Cambará, em particular:

[Neco, o barbeiro] – [...] Sou getulista até debaixo d'água [...] O 'Baixinho' ainda volta.

- Volta, mas é para a estância dele em São Borja – resmungou o freguês [...]

- Pois o meu homem é Prestes [...] Sou prestista desde 24. Meu irmão fez toda a marcha da Coluna Prestes, foi morto na Bahia pelas forças do primeiro batalhão da Polícia Estadual. Quando o Prestes virou comunista eu virei também. É o maior homem do Brasil, o líder do povo

[...]

- Pois o meu homem é ainda o dr. Borges de Medeiros. Em 23 peguei em armas para defender a legalidade contra os assistas. Tenho até no peito uma cicatriz de bala [...].

Neco esboçou um risinho irônico e depois [...] declarou:

- Pois não tenho homem nenhum. Eu gosto mesmo é de mulher (Verissimo, retrato1, p.36).

O tom jocoso com que Neco encerra a conversa, torna menos graves os posicionamentos assumidos no salão da barbearia, ainda que, para Rodrigo Cambará e sua família, a queda do Estado Novo, tenha desencadeado mudanças concretas, expressas no retorno inesperado a Santa Fé, numa viagem que provocou a “alegria dos mexeriqueiros municipais” (Verissimo, arquí1, p.31). De volta à cidade natal com a esposa, os filhos, o genro e a amante, Rodrigo busca o conforto do passado e acaba encontrando as encruzilhadas do presente.

Para Floriano, o filho mais velho de Flora e Rodrigo, a ideia de reunir a família na casa onde todos nasceram não era tranquilizadora, ao contrário, percebia no velho Sobrado dos Cambarás uma atmosfera “feita de temores e ressentimentos mal disfarçados, de antagonismos que a qualquer minuto podiam explodir em conflitos” (Verissimo, retrato2, p.339), de modo que

aquela inesperada reunião de família, precipitada pela queda de Getúlio Vargas, só servia para provar o que havia muito ele, Floriano, desconfiava: o Rio em quinze anos havia desintegrado o clã dos Cambarás e tudo indicava que Santa Fé não conseguiria uni-lo outra vez (Idem, p.339. grifo meu).

A encruzilhada a que a família Cambará havia chegado encontraria sua raiz no Rio de Janeiro ou, e talvez seja mais preciso afirmar, na ausência prolongada de Santa Fé. Aderbal Quadros, o sogro de Rodrigo, avalia, por exemplo, que o genro

[...] nunca devia ter deixado Santa Fé, o Sobrado e o Angico. Uma pessoa deve ficar no lugar onde nasceu, onde tem seus parentes, seus amigos, as coisas que lhe pertencem. Cidade grande é o diabo: tem muita perdição, muita máquina, muito modernismo, e essas coisas todas acabam mudando o caráter e os costumes duma pessoa. Que era que o Rodrigo tinha arranjado com todos aqueles anos de estadia no Rio, metido na política, amigo do peito de figurões, sempre envolvido em negócios, comitês, festas e entrevistas de jornal? Fizera inimigos, fora caluniado e – pior de tudo – criara mal os filhos (Verissimo, retrato1, p.22).

Santa Fé, o Sobrado e o Angico, três espaços centrais da socialização de Rodrigo e de seus descendentes que não encontraram suporte na cidade grande, na máquina, no modernismo, enfim, naquilo que acaba “mudando o caráter e os costumes duma pessoa”. No Rio de Janeiro, os filhos cresceram e a família se separou. Jango permaneceu em Santa Fé, cuidando da estância, Eduardo e Bibi, os mais novos, se criaram na capital federal, mais afeitos à Copacabana do que à Serra Gaúcha². Finalmente, Flora e Rodrigo apenas dividiam o mesmo teto, estando separados há anos.

² Ainda que os filhos indiquem uma mudança nos padrões de comportamento e, conseqüentemente, no modo de se relacionar com a vida campeira e com o Rio Grande do Sul, há, também, aquele que permanece no ponto de partida anterior, alheio às alterações da vida familiar: Jango, o segundo filho de Rodrigo e Flora, que, na visão de Floriano, “era o homem da terra, conservador, tradicionalista, apegado aos seus bens [...] um homem simples e bom, mas de uma segura destituída de qualquer encanto ou pitoresco [...] Queria a continuação do *status quo* dentro do qual fora educado e que era tão conveniente a seus interesses e afeições” (Verissimo, retrato2, p.341). Enquanto Jango era o herdeiro da terra, Eduardo era o herdeiro do temperamento do pai e, por esta via, de uma tradição política marcada pelo confronto e pelo embate, ainda que, ao contrário dos caudilhos de outrora, sua causa seja a do Partido Comunista. Como observa Floriano, o irmão, tal qual Pinheiro Machado, “anda com um punhal na cava do colete ...” (Verissimo, arqui1, p.35). Para além da metáfora, o punhal de Eduardo empenhado na defesa do comunismo é, concretamente, aquele que estava na família há mais de cem anos, ainda que a peça não fosse cultivada por Eduardo como uma herança carregada de significados, cabe ao leitor atribuir sentido à longa linha de descendência (Cf. Verissimo, retrato2, p.349; Verissimo, arqui3, p.453).

Se o Rio de Janeiro havia fragmentado a família, numa metáfora que se estenderá ao Rio Grande do Sul, a conciliação, se possível, apenas se daria em Santa Fé, lugar do encontro entre as expectativas que foram abandonadas na capital da República e aquelas que motivaram a mudança para lá e que, agora, são revisitadas a contrapelo, num balanço de erros e acertos³. Floriano é um jovem romancista que conduzirá parte importante deste movimento, assumindo a voz narrativa nos episódios “Cadernos de pauta simples”, o personagem institui uma espécie de meta-literatura no interior da trilogia, responsável por desestabilizar a narrativa e produzir um efeito de incerteza sobre coisas, pessoas e ações.

Por meio de suas anotações no caderno, bem como de conversas com diferentes interlocutores, um novo olhar sobre o regional é lançado, justamente aquele de um escritor que, em meados da década de 1940 procura, a um só tempo, acertar as contas com o pai e se reconciliar com o Rio Grande do Sul, num movimento que buscará articular um “passado novo para uma história em crise”⁴. Nesta tarefa, Floriano conta com a percepção aguçada da discreta tia Maria Valéria, uma senhora que, àquela altura, tinha a visão comprometida pela catarata, embora permanecesse organizando o cotidiano do Sobrado, numa posição capaz de, segundo Floriano, alumiar “[...] alguns dos caminhos que ficaram para trás no tempo. Vaqueana dos campos e veredas do passado desta família, a Dinda talvez seja a única pessoa

³ Em conversa com o médico do pai, dr. Camerino, Floriano procura justificar o retorno apressado:

“- [...] A minha interpretação é a seguinte: durante esses quinze anos de residência no Rio, papai continuou um homem do Rio Grande, apesar de todas as aparências em contrário. Não havia ano em que não viesse a Santa Fé [...]. Esta é a sua cidade, a sua base, o seu chão... Para ele a querência é por assim dizer uma espécie de regaço materno, um lugar de refúgio, de reconforto, de proteção... Não é natural que num momento de decepção, de perigo real ou imaginado, de aflição, de dúvida ou de insegurança ele corra para os braços da mãe? (Verissimo, *arqui1*, p.30). Camerino não se dá por convencido, e Floriano busca, então, algumas razões mais objetivas: “- De todos os amigos do Getúlio, papai foi o que menos se conformou com a situação. Queria barulho. Achava que deviam reunir e armar as forças do *queremismo* e reagir” (Idem, p.31), assim, causou algumas cenas e enfrentamentos que fizeram com que seus amigos achassem que papai devia vir para cá o quanto antes, para evitar conflitos mais sérios” (Idem, p.31).

⁴ Ainda que não se refira à obra de Erico Verissimo, a síntese da historiadora Letícia Nedel é acionada aqui com vistas a qualificar um esforço literário que encontra paralelos em discussões historiográficas e sociológicas sobre o Rio Grande do Sul (Cf. Nedel, 2005).

capaz de me fornecer o mapa dessa terra para mim incógnita” (Verissimo, *arqui2*, p.163). Mapa rascunhado mais pelos gestos e silêncios de Dinda, pois “para ela o passado é uma sepultura: remexer nele seria sacrilégio. Devemos deixar os mortos em paz, para que eles façam o mesmo conosco”⁵ (Idem, p.163).

⁵ Ainda assim, a madrinha oferece a Floriano a chave do baú onde estão guardados objetos de antepassados, cartas e jornais antigos (Cf. Veríssimo, *arqui2*, p.164).

1. O tempo e o espaço.

-[...] Quinze anos depois da decantada ‘arrancada de 30’, estamos os Cambarás de volta ao ponto de partida. A família se encontra *reunida*, se é que posso usar essa palavra. Seu chefe gravemente enfermo. O país numa encruzilhada. E eu, como um pinto a dar bicadas na casca do ovo, tentado acabar de nascer (Verissimo, *arqui2*, p.110. grifo no original).

Floriano sintetiza a situação familiar articulando-a ao momento político do país. Durante os quinze anos que a família viveu no Rio de Janeiro, o escritor se ausentou por um período de três anos, quando morou nos Estados Unidos para lecionar “História e civilização brasileira” na Universidade de Berkeley. O convite para se tornar professor visitante da instituição havia sido intermediado por seu pai, àquela altura “homem de ‘copa e cozinha’ do Ditador” (Verissimo, *arqui1*, p.30). Assim, a volta ao ponto de partida a que Floriano se refere ocorre em condições muito diversas daquelas deixadas quinze anos antes, de modo que a “arrancada de 30” reposicionou pessoas, ideias e coisas, vez por outra, em encruzilhadas como as experimentadas por Floriano e Rodrigo Cambará.

É Floriano quem apresenta a vida da família longe de Santa Fé. Com a vitória do movimento de 1930, o pai recebera convite para partir rumo à capital federal “no trem que passou com Getúlio Vargas e seu Estado Maior” (Verissimo, *arqui2*, p.105) prometendo, em seu discurso de despedida, ajudar a “regenerar o Brasil”.

Antes disso, porém, tratou de acertar a situação da família que se mudara com ele, demandado que Rodrigo encontrasse novas fontes de renda. Rodrigo aceitou, então, a concessão de um cartório, oferecimento direto de Getúlio Vargas, que lhe permitiu manter a si próprio e à família no Rio, pois havia abandonado a Medicina havia anos, vivendo de investimentos que foram comprometidos com a “falência do Banco Pelotense”, não podendo

contar com a pecuária porque o “o negócio de gado ia mal, o Angico não estava dando resultado...” (Verissimo, *arqui2*, p.105). Para Floriano, o aceite deste favor teria sido o primeiro erro de seu pai, dando margem às acusações de “ter feito advocacia administrativa, de, sendo uma das pessoas chegadas ao dr. Getúlio, ter ‘vendido influência’. Foi apontado também como um dos ‘príncipes do câmbio negro’” (Idem, p.105-106).

Afastando-se progressivamente do ideal de “regenerar o Brasil”, os novos hábitos e interesses do pai são observados de perto pelo filho que não consegue disfarçar o julgamento severo que faz daquele homem que, no limite, teria se degenerado:

- Eu o observava ora com um olho frio e malicioso de romancista, ora com um terno e meio assustado olho filial [...] e notava que à medida que ia fazendo concessões à nova vida, ao novo habitat, à medida que ia esquecendo ou transgredindo o famoso código de honra do Sobrado, o Velho (não sei se consciente ou inconscientemente) exagerava suas manifestações exteriores de *gauchismo*: usava termos e ditados campeiros, ele que sempre foi homem mais da cidade do que do campo, carregava no sotaque gaúcho e chegou até a adquirir no Rio o hábito diário do chimarrão matinal, que não tinha quando deixou Santa Fé (Idem, p.106. grifo no original).

Floriano não deixa de promover uma associação curiosa: a virtude pertence ao Sobrado, enquanto os vícios são de outra ordem, isto é, pertencem à política praticada na capital da República em torno de Vargas, bem como ao estilo de vida do Rio de Janeiro. Entre virtudes privadas e vícios públicos, nota-se que o espaço importa não apenas para delimitar um e outro, mas especialmente, para marcar que a degeneração se dá fora do Sobrado e, conseqüentemente, fora de Santa Fé e do Rio Grande do Sul, num movimento que, ao ser percebido por Rodrigo, o torna apegado ao *gauchismo* que tanto o causara desconforto e insatisfação nos tempos de juventude, pois associado à recusa do moderno.

Ao argumento que percebe a degeneração como um processo referido ao espaço, Roque Bandeira, interlocutor privilegiado de Floriano em Santa Fé, contrapõe outro: o Estado Novo e o Rio de Janeiro teriam sido apenas o “caldo de cultura” para o crescimento

de uma infecção cujo germe Rodrigo havia levado de Santa Fé (Cf. Verissimo, *arqui2*, p.106) e teria acometido outros tantos homens em busca de poder e dinheiro, sendo, portanto, um processo mais universal do que Floriano quer supor. Recusando o comentário do amigo, Floriano parte da experiência familiar para reafirmar que a degeneração do pai e a desagregação da família apenas poderiam ter encontrado suporte no Rio de Janeiro, longe da vigília severa e atenta do Sobrado.

Nota-se, então, que ao estabelecer um diálogo entre os dois espaços, a narrativa produz um efeito importante: o Rio de Janeiro existe apenas em relação a Santa Fé, isto é, a capital da República é figurada no romance exclusivamente por meio das memórias dos personagens, não havendo ação que, narrada no presente, tenha a cidade como cenário. Assim, lugares como o Cassino da Urca, o Copacabana Palace ou a praia de Copacabana existem na medida em que são acionados para reconstruir a trajetória das concessões políticas e das aventuras financeiras e conjugais de Rodrigo, enfim, o acidentado percurso da desagregação dos Cambarás⁶ e, no limite, das apostas feitas no Rio Grande do Sul no final dos anos de 1920.

Assim, os quinze anos passados no Rio de Janeiro apenas ganham sentido quando revistos a partir de Santa Fé em geral, e do Sobrado em particular, os dois espaços que articulam e sustentam o “código de conduta” capaz de ordenar e tornar inteligível todas as coisas, plasmando não uma identidade, mas sim um mecanismo classificatório que dá suporte a uma visão de mundo que não sendo particular, é singularizada pela vida campeira e pela

⁶ Particularmente importantes são, nesse sentido, os diálogos entre Floriano e Mandy, a norte-americana que o rapaz conheceu no Rio de Janeiro e com quem teve um *affair*. São as lembranças dessas conversas que revelam ao leitor a maioria das paisagens e hábitos da vida na capital da República no final dos anos de 1930, numa descrição de caráter metonímico que, curiosamente, faz da parte carioca, o todo brasileiro, ambiguidade que, ao ser notada por Floriano, é assim resolvida: “- toma nota [...] O Brasil não é um país lógico, mas um país mágico” (Verissimo, *arqui3*, p.232).

prática guerreira, as quais, por sua vez, fundam hierarquias e engendram relações sociais que, em conjunto, formam o todo compreendido como o Rio Grande do Sul.

Em meio as suas tentativas para “acabar de nascer”, Floriano percorre a cidade natal em busca de um passado para si próprio. Em 1945, Santa Fé se apresenta ao antigo morador como uma espécie de pastiche do moderno, que longe de despertar o afeto de Floriano, era racionalizada por um turista que lançava

[...] olhares dissimulados para as fachadas de certas casas como se temesse ser interpelado por elas. A arquitetura de sua terra natal sempre o deixou intrigado. Não é nada, não significa nada. Certo, existem em Santa Fé algumas casas como o Sobrado e mais três ou quatro outras, que conservam algo do casarão senhorial português. Sim, e ele sente uma simpatia especial – que nada tem a ver com arquitetura ou estética – por estas meias-águas pobres de fachadas caiadas, cobertas de telha-vã, com janelas de caixilhos tortos, roídos pela intempérie e pelo cupim. Não tolera, porém, os chamados palacetes com compoterias sobre as platibandas, esculturas em alto-relevo nas fachadas. Nestes últimos dez anos surgiu na cidade a voga das casas cor de chumbo, cintilantes de mica. É um pretenso moderno, paródia ridícula das inovações arquitetônicas de Le Corbusier [...] (Verissimo, *arqui1*, p.56-57).

Além de Floriano, seu irmão caçula, Eduardo, também apresentará Santa Fé ao leitor por meio de um sobrevôo pela cidade a bordo do aeroplano Rosa dos Ventos⁷. Do alto, Edu observa que a cidade havia crescido naquele intervalo de quinze anos, mas que permanecia com uma disposição espacial que lhe era familiar:

[...] Lá estava ela esparramada sobre suas três colinas, como seu casario esbranquiçado, os telhados antigos e pardacentos a contrastar com o coral vivo das telhas francesas das construções mais novas; as faixas cinzentas das ruas calçadas de pedra-ferro a seguirem paralelamente ou a cortaram nítidas a sanguínea das ruas de terra batida; e, enchendo dum verde-escuro as casas daquele tabuleiro de xadrez, as maciças manchas do arvoredo de pomares e praças. Vista do alto, Santa Fé tinha o jeito miniatural e morto de maquete [...]. A cidade estava cercada de coxilhas que fugiam na direção de todos os horizontes, cortados pela fita ocre avermelhada das estradas. Era uma verde e imperiosa amplidão onde desenhavam chácaras e fazendolas

⁷ O avô materno de Eduardo, Badalo, observa: “[...] os Terras e os Quadros haviam sempre sido homens de terra firme, cujo meio de transporte preferido era invariavelmente o cavalo e os veículos de tração animal. Rodrigo Cambará fora o primeiro santa-fezense a adquirir um automóvel, por volta de 1912. Agora ele, Eduardo, o primeiro da família a tirar um brevê de aviador. Se a coisa continuasse naquela progressão, que seria de seus filhos, de seus netos?” (Verissimo, *retrato1*, p.28).

com suas casas brancas, moinhos de vento, pomares, hortas, cercados, pastagens, açudes [...] Olhando para o Norte, Eduardo avistou Nova Pomerânia, com a esguia torre de sua igreja numa paródia gótica; voltando a cabeça para as bandas do poente, divisou os telhados de Garibaldina entre parreiras e ciprestes (Verissimo, retrato1, p.27).

Perto de aterrizar, Eduardo conclui que voar oferece uma “perspectiva errada das pessoas e dos fatos sociais, levando-nos a considerar mais as coisas limpas dos céus do que as coisas podres da terra” (Idem, p.28). Ainda que a partir de um ângulo remoto, a cidade de 1945 é filtrada pelas lentes da modernidade tal qual expresso no voo do aeroplano. O Rosa dos Ventos pousa e o leitor é recolocado a rés-do-chão, na companhia do oficial de justiça Cuca Lopes que transita por Santa Fé em busca de fofocas sobre o Sobrado e sua gente.

Cuca apresenta, então, as principais ruas, comércios e personagens da cidade, percorrendo o meio quarteirão da Rua do Comércio onde estão a Barbearia Elite de Neco Rosa, o Clube Comercial, o Cinema Recreio, o Café Minuano, a Confeitaria Schitzler e a Casa Sol⁸. Por meio de suas conversas e maledicências, a família Cambará é descrita e Santa Fé é apresentada. Como observa o velho Liroca em diálogo com o oficial de justiça e mexeriqueiro, Cuca Lopes:

- É engraçado. Tenho a impressão que o Sobrado agora também está cercado como em 95.
- Cercado? Como?
- Sim, Cuca, sitiado. Os Cambarás estão lá dentro, acabam de perder uma batalha e todos nós estamos aqui fora dormindo na pontaria.
- [...]
- Ninguém está dando tiro no Sobrado.
- [...]

⁸ No artigo “Campo e cidade no Retrato”, Ligia Chiappini propõe uma leitura semelhante, percorrendo os caminhos do aeroplano de Eduardo e os passos do fofoqueiro municipal Cuca Lopes para evidenciar uma cidade e um campo que se transformam. Lembra a autora que o nome do episódio, “Rosa dos Ventos” não é casual, antes, “simboliza a busca de orientação também no tempo de um Rio Grande e de um Brasil em profunda mudança, bem como a tensão entre passado e presente” (Chiappini, 2001, p.104). Deve-se lembrar, ainda, que Rodrigo Terra Cambará também apresentará Santa Fé ao leitor a bordo de um trem, nos anos de 1910, de modo que as três descrições em conjunto apresentam novas facetas de velhos personagens, figurando um espaço social em transformação que orienta, por sua vez, um novo trânsito entre o regional e o nacional.

Estás enganado. Não estão dando tiro de espingarda nem de revólver, mas estão dando tiro com a língua, estão falando mal da família, Cuca. E ninguém briga a peito descoberto, todos ficam de tocaia, atiram à traição. (Verissimo, retrato1, p.65).

Assim, a sociabilidade que dava forma à cidade vinha de longa data, isto é, todos se conhecem desde sempre, nutrindo amizades e inimizades transmitidas de geração em geração, ou seja, laços antigos atualizam a relação entre as pessoas e, especialmente, as fofocas sobre elas. Importa, então, recuar um pouco remontar amizades e rivalidades gestadas desde longa data, procurando por pistas que indique o caminho percorrido pelos Cambarás, e pelo Rio Grande do Sul, até a encruzilhada narrada por Floriano.

1.1. A Santa Fé de Rodrigo Terra Cambará.

Trinta e seis anos antes, em 1909, era Rodrigo Cambará que, a bordo do trem que o trazia de Porto Alegre, contemplava a cidade natal cheio de planos para si mesmo, um jovem recém-formado em Medicina, e para Santa Fé que, timidamente, entrava no século XX. Ao observar a cidade a partir da janela do trem, Rodrigo imagina os

[...] primeiros paulistas que por ali haviam andado no século XVIII, à caça de índios e cavalos selvagens, e nos tropeiros que mais tarde vieram de Sorocaba a comprar mulas... Era quase certo que entre essa gente remota havia antepassados seus. Pensou nos muitos Terras e Cambarás que tinham cruzado aquelas mesmas coxilhas com suas tropas, suas carreatas ou seus soldados, em andanças de paz ou de guerra [...]

[...]
Trilhos da Estrada de Ferro cortavam os campos, e ao longo dessas paralelas de aço, através de centenas de quilômetros, estavam plantados postes telegráficos. Em algumas cidades havia já telefones e até luz elétrica [...] O fato de o progresso ter entrado no Rio Grande não significava que o cavalheirismo e a coragem do gaúcho tivessem se morrer. Não! Seu penacho devia ser mantido bem alto [...] Sim, manter o penacho – podia resumir nessa simples frase todo um másculo programa de vida. (Verissimo, retrato1, p.75-77).

Escolhendo os elementos da tradição que deveriam atualizar a modernidade sulina, o recém-chegado apresenta ao leitor a cidade que encontra. Num passeio com o irmão Toríbio,

percorre as praças da Matriz e Independência e a Rua do Comércio, numa caminhada que delineia uma Santa Fé descuidada e estagnada. Procurando colocar as coisas em contexto, o irmão afirmava que se tratava de um lugar pobre, onde os ricos não enxergavam “um palmo adiante do nariz” (Idem, p.133). Apesar dos limites que observa, Rodrigo revela todo seu encantamento pela cidade natal, espécie de porto

onde lançara profundamente sua âncora [...] Estava decidido a conquistar Santa Fé, a submetê-la à sua vontade, a moldá-la de acordo com seus melhores sonhos. *Não se deixaria dominar por ela. Jamais se entregaria ao desânimo e à rotina.* Não perderia de vista Paris, e não esqueceria nunca que o mundo não terminava nos limites do município de Santa Fé (Idem, p.159. grifo meu)⁹.

O mundo não terminava nos limites de Santa Fé, mas, no início dos novecentos, guardava poucos pontos de contato com a pequena cidade serrana que, para Rodrigo, não contava com alguns dos marcos do século XX como a rede elétrica e as salas de cinema. Agravando o descompasso entre a cidade e o mundo, eram raríssimas as lojas e os cafés e, elemento decisivo, Santa Fé era controlada politicamente por Titi Trindade, republicano histórico que subjugara a cidade pela força de seus capatazes (Cf. Verissimo, retrato1, p.133-147):

[...] Santa Fé resumia-se a duas ruas que corriam de norte a sul – a do Comércio e a dos Voluntários da Pátria – cortadas por cinco outras de menor importância, ruas esburacadas de terra batida e sem calçadas, onde pobres meias-águas e casas de madeira se erguiam em precário alinhamento, entremeados de terrenos baldios, onde [...] os moradores da vizinhança iam atirando dia a dia o seu lixo. A rua do Comércio era a única calçada de pedra, e nela ficavam o Clube Comercial, a Confeitaria Schnitzler, o Centro Republicano e as principais casas de negócio (Idem, p.122).

Nota-se, assim, que a acanhada Santa Fé não se oferece pronta ao programa de vida de Rodrigo que, como observa seu irmão Toríbio, pretendia “derrubar o Trindade, fundar uma

⁹ A declaração à cidade, bem como as reservas que lhe faz, são inspiradas pelos versos do poema de Lamartine, *Le lac*: “L’homme n’a point de port, le temps n’a point de rive; Il coule, et nous passons!” (Verissimo, retrato1, p.159. grifo no original). Os cheiros e cores de Santa Fé levam o jovem médico a avaliar que o poeta francês havia se enganado, pois ele, Rodrigo, encontrara seu porto.

companhia de luz elétrica, botar uma adega, abrir um cinema [...]” (Idem, p.150). Os planos de Rodrigo incluíam, ainda, fundar um jornal para combater o situacionismo local, bem como mudanças no Sobrado da família com a compra de quadros, tapetes, gramofone etc., num projeto em que ambições privadas e atuação pública estão sobrepostos, pois os planos para a modernização da cidade carregavam em si as expectativas de novas glórias para Rodrigo e para a linhagem dos Cambarás. Projetos e planos que, contudo, são submetidos ao julgamento daqueles que ali habitam, como Toríbio e Fandango, antigo capataz do Angico:

- E agora? Perguntou Fandango [...] – Que é que vai fazer? Ficar na cidade, vadiando?

[...]

- O papai vai comprar a Farmácia Central pra ele – contou Toríbio. Fandango fechou um olho e perguntou:

- Pra quê?

- Ora! Além de farmácia ser um bom negócio, quero instalar meu consultório lá.

- Xô mico! Com tanto serviço de homem no Angico! [...] Mas como é que tu ia trabalhar no campo? Bio, olha só as mãozinhas dele. Parecem mão de dama [...] Este mundo está ficando perdido (Verissimo, retrato1, p.118-119).

Se, em meados dos anos de 1920, o mundo aparecia ao velho capataz do Angico um “caso perdido”, havia aqueles para quem o período apresentava um universo novo de objetos, comportamentos e sociabilidade, impondo novos parâmetros para a distinção social que opera, agora, em rivalidades como a “guerra do automóvel” na qual se disputa a posse dos caros mais novos e modernos¹⁰; as rivalidades futebolísticas; ou, ainda, as discussões entre os adeptos da primeira *Jazz Band* que se formara em Santa Fé e aqueles fiéis à orquestra antiga,

¹⁰ Os Cambará foram os primeiros a adquirir um automóvel. Bento, o antigo boleiro da família, era agora o *chofer* do automóvel e conduzia Rodrigo e sua esposa, Flora, pela cidade. Observando o antigo empregado do Angico no posto, Rodrigo “achava uma graça irresistível naquele hibridismo. O Bento, peão analfabeto natural de Três Forquilhas, feito *choffer* dum automóvel de fabricação alemã... Como lhe fora custoso convencer o boleiro que ele podia aprender a dirigir aquele carro sem cavalos! [...] Havia, porém, um ponto em que Bento se mantinha irredutível. Negava-se a substituir o chapéu de campeiro pelo boné de *choffer*: recusava obstinadamente trocar as bombachas e as botas pelo uniforme azul e penas perneiras de couro que o patrão mandara vir da capital” (Verissimo, retrato2, p.145. grifo no original).

cujo repertório incluía valsas, polcas, tangos argentinos e marchinhas. A programação do Cinema Recreio também concorria para o surgimento de novos hábitos, pois

o cinema norte-americano havia desbancado definitivamente o europeu e impunha a Santa Fé e ao mundo seus heróis e heroínas, sua moral e sua estética [...] muitas mocinhas santa-fezenses compravam e assinavam a *Cena Muda* e algumas delas conheciam melhor os mexericos de Hollywood que os municipais (Idem, p.221).

Mudanças que ao oferecem novos contornos às picuinhas municipais (Cf. Verissimo, *arqui2*, p.219-221), não dirimem nem antigas rivalidades familiares, nem disputas políticas gestadas há muito. Enquanto as aventuras e os galãs de Hollywood encantavam as jovens santa-fezenses, os homens permaneciam envolvidos na “tradicional e infindável desavença entre maragatos e pica-paus, que continuava a separar indivíduos e famílias inteiras” (Idem, p.220), revelando, assim, que nem tudo era novo na cidade. Pelo contrário, a permanência das disputas pessoais e políticas em termos como aqueles utilizados desde o Império dão o tom local do enquadramento de Santa Fé ao compasso histórico do século XX, marcando, portanto, o espaço.

Por outro lado, a promessa que Rodrigo havia feito a si mesmo: conquistar Santa Fé, sem perder de vista Paris (Cf. Verissimo, *retrato1*, p.159) parecia sofrer percalços na medida em que a rotina se impunha, e seus planos para a acanhada Santa Fé sucumbiam diante da grandiosidade da Paris figurada nas páginas da revista *L’Illustration* que assinava e recebia com grandes atrasos. Rodrigo concluía, então, que sua cidade natal nada mais era do que “a civilização da vaca, do sebo, do charque. A boçalidade, a banalidade, a rotina, a pobreza de espírito, o atraso dum século!” (Verissimo, *retrato2*, p.51).

Os limites de Santa Fé apareciam cada vez mais nítidos ao jovem médico, que se esforçava para conciliar o desejo pelo novo à lealdade às tradições da vida campeira e, especialmente, da honra familiar construída por meio dos enfrentamentos políticos e militares

desde os tempos do bisavô, o capitão Rodrigo Cambará. O jovem médico se empenha em traçar paralelos entre si e o antepassado, de modo que o primeiro Cambará “a vestir um *smoking* e a ler e falar francês” (Verissimo, retrato1, p.77. grifo no original), descendia “dum fabuloso bisavô, seu homônimo, uma espécie de espadachim aventureiro que amava a guerra, as mulheres, o violão e o baralho [...]” (Idem, p.75-76):

[...] *De certo modo ele simbolizava o tradição de hombridade do Rio Grande, uma tradição – achava Rodrigo – que as gerações novas deviam manter embora dentro de um outro ambiente.* Tinham-se acabado as guerras com os castelhanos. As fronteiras estavam definitivamente traçadas [...] Aqueles campos tinham sido teatro de duelos, revolução e guerras. Aquela terra se havia empapado de muito sangue. Essas coisas – decidiu Rodrigo – não podiam de modo algum ficar esquecidas ou ignoradas. Tinham uma significação tremenda, eram uma lição permanente às gerações moças (Idem, p.77-78. grifo meu).

Ao retomar as histórias que ouvia sobre o bisavô, Rodrigo recupera tanto sua ascendência, quanto um padrão de socialização que associa a história do Rio Grande do Sul às constantes guerras em defesa das fronteiras. Capitão Rodrigo Cambará não apenas teria honrado a tradição campeira e guerreira da região, como a teria transmitido às gerações moças, aparentadas ou não. Assim, o médico Rodrigo elege-se herdeiro da coragem da linhagem dos Cambarás, inserindo-se num passado e numa tradição de hombridade que perpassa não apenas a história familiar, mas toda a história sulina.

Para além da riqueza e da distinção causada por ser ele o primeiro santa-fezense a se formar em Medicina (Cf. Verissimo, retrato1, p.107), Rodrigo avalia que era sua tarefa reforçar a distinção social que decorria do passado guerreiro de seu bisavô, do avô e do pai. Herança que, contudo, deveria ser atualizada e referida a um novo ambiente, e, consequentemente, a uma nova temporalidade.

O equilíbrio entre o tradicional e o moderno, contudo, se apresenta de modo bastante precário, como demonstra a tentativa de Rodrigo para organizar o serviço de energia elétrica em Santa Fé:

– [...] Podemos organizar uma companhia e vender ações a esses estancieiros. O dinheiro deles está criando bolor nos bancos e nas burras. A firma Bromber & Cia. de Porto Alegre compromete-se a ficar com a metade das ações e a mandar as máquinas, engenheiros e mecânicas competentes para fazer a instalação da usina.

Naquela semana mesmo reuniu no Sobrado as pessoas mais importantes de Santa Fé e expôs-lhes o plano de organização duma sociedade anônima para explorar o fornecimento de energia elétrica à cidade [...]. Quando Rodrigo perguntou quantas ações iam subscrever, os estancieiros deram a entender que fora da pecuária nada os interessava [...] Joca Prates prometeu pensar no assunto. Pedro Teixeira respondeu que no momento não dispunha de numerário. Cacique Fagundes disse um não redondo. Maneco Macedo declarou que poderia ficar com umas cinco ações, em atenção a Licurgo [pai de Rodrigo]. E a reunião terminou nisso (Verissimo, retrato2, p.115).

Rodrigo reuniu, entre as pessoas mais importantes de Santa Fé, aquelas que eram suas aliadas, excluindo do plano de organização de uma companhia de energia elétrica justamente os estancieiros em torno do intendente municipal Titi Trindade. Percebendo a dificuldade de convencer os amigos a desmobilizar o capital investido na pecuária direcionando-o para uma sociedade anônima, Rodrigo, um tanto despeitado e um pouco incapaz de compreender a situação, desabafa: “- Os positivistas tinham razão. Cada povo tem o governo que merece. Para uma cidade de mentalidade pecuária como aquela, só um intendente bovino como Titi Trindade” (Verissimo, retrato2, p.115).

1.2. Santa Fé em cinco tempos.

Se em três momentos distintos do século XX: 1909, 1925 e 1945, Santa Fé foi vista pela janela do trem que trazia Rodrigo, do sobrevoo que conduziu Eduardo e dos passeios a pé de Toríbio, Rodrigo, Floriano e Cuca Lopes, a situação era diferente em meados do oitocentos, quando o juiz da comarca de Santa Fé, o maranhense Nepomuceno Garcia de

Mascarenhas, escreve e financia a publicação do *Almanaque de Santa Fé*, inventariando e descrevendo o lugar.

Ali, a cidade é circunscrita por um ponto de vista distanciado, dedicado a enaltecer o crescimento e a modernização do município, bem como a apresentar alguns de seus cidadãos mais importantes. Assumindo a voz narrativa, dr. Neponuceno conta ao leitor (tanto aquele do romance, quanto do *Almanaque*) que

a vila possuía agora sessenta e oito casas, entre as de tábuas e de alvenaria, e trinta ranchos cobertos de capim; e que sua população já subia a seiscentas e trinta almas [...] Santa Fé contava com quatro bem sortidas casas de negócio, uma agência de correio [...] uma padaria, uma selaria e uma marcenaria (Verissimo, continente2, p.16).

Entre os ilustres habitantes da vila, o narrador destaca o avô de Rodrigo, Bolívar Terra Cambará

filho de um intrépido soldado, o capitão Rodrigo Severo Cambará, morto heroicamente num combate que se feriu nesta mesma vila em princípios de 1836. Bolívar, esse denodado jovem, cujo nome parece trazer em si uma destinação gloriosa, guiou os seus cavaleiros numa carga de lanças, destruindo um quadrado inimigo e arrancando, ele próprio, das mãos de um adversário uma bandeira argentina! Esse ato de bravura valeu-lhe a promoção ao posto de primeiro tenente, e uma citação especial em ordem do dia (Idem, p.18-19).

Recuando ainda mais no tempo, encontra-se outro narrador para Santa Fé, o médico alemão Carl Winter que, por meio de cartas e observações dispersas apresenta a cidade, lugar quase deserto de pessoas e construções com suas “ruas tortas, de terra batida e muito vermelha, em contraste com o intenso verde das campinas em derredor” (Verissimo, continente2, p.50). Observava um “encanto rude e áspero nas casas e na cara das gentes, na pracinha de árvores copadas, nos quintais lamacentos onde roupas secavam ao sol” (Idem, p.50), num “aglomerado de casinhas sem estilo nem história” (Idem, p.50).

A cidade de Santa Fé surgiu de um povoamento iniciado pelo coronel Ricardo Amaral em 1803. Com o arrendamento de parte de suas terras para pequenos ranchos, o coronel

esperava reunir mais gente e, conseqüentemente, mais soldados para a defesa de suas propriedades contra os constantes assédios do invasor castelhano¹¹. Santa Fé foi elevada a Comarca em 1850, organizando suas primeiras eleições e passando a contar com uma linha regular de correios ligando-a a Rio Pardo e a São Borja (Cf. continente1, p.328 – 330). Fosse pelo serviço regular de correios, ou pela necessidade de organização partidária dos atores políticos a fim de disputarem os cargos locais, a dinâmica e os acontecimentos externos à vila começam a marcar a passagem do tempo e, conseqüentemente, a ação interna do romance.

Em 1855, foi autorizado o estabelecimento da primeira colônia alemã na região. Localizada a três léguas de Santa Fé, o lugar foi batizado Nova Pomerânia (Cf. continente2, p.125). Em seguida, foi criada a italiana Garibaldina. Independentemente, da autorização oficial, décadas antes já haviam chegado diversas famílias de imigrantes alemães, “as primeiras daquela raça a pisarem o solo daquele povoado” (Verissimo, continente1, p.319). Permanecendo à margem da cidade, tanto espacial como socialmente, os imigrantes ganharam espaço lentamente, à medida que seus negócios prosperavam e algumas famílias conseguiam reunir meios para construir moradias fora da zona colonial. São, ainda, os descendentes de imigrantes que se lançam na atividade industrial, organizando e colocando em funcionamento pequenas fábricas de gêneros alimentícios, bem como madeireiras, serrarias etc. Famílias como os Lunardi, os Spielvogel, os Cervis, os Schultz que “[...] à medida que prosperavam economicamente, iam também construindo suas casas de moradia

¹¹ Ainda que tivesse fundado um povoado baseado na compra e venda de pequenos lotes, o coronel Ricardo Amaral permanecia como o senhor daquelas terras, como revela a descrição do primeiro encontro entre o coronel e a recém-chegada Ana Terra: “Ricardo Amaral chegou um dia montado no seu cavalo alazão, com chapeados de prata, muito teso, de cabeça erguida e um ar de monarca. As largas abas do chapéu sombreavam-lhe parte do rosto. Ficou sob a figueira grande, à frente dos ranchos, e os poucos habitantes do lugar vieram cercá-lo – as mulheres de olhos baixos e os homens de chapéu na mão. Ricardo Amaral não apeou. De cima do cavalo informou-se sobre as colheitas, ouviu as queixas e resolveu duas ou três questões entre os moradores dos ranchos. *Naquelas redondezas ele não era apenas o comandante militar, mas também uma espécie de juiz de paz e conselheiro*” (Verissimo, continente1, p.173. grifo meu).

na cidade e estavam já entrando nas zonas até então ocupadas apenas pelas famílias mais antigas e abastadas” (Verissimo, *arqui2*, p.219).

Novo *status* que, quase um século depois, se fazia ver no tradicional Clube Comercial que, em meados dos anos de 1925, afrouxava sua resistência à associação dos colonos justamente na medida em que a prosperidade econômica destes “se refletia na maneira como andavam vestidos, nas casas onde moravam e nos autos que possuíam” (Idem, p.219).

O Comercial, fundado em 1899, reunia em seu quadro social as mais importantes famílias de estancieiros e comerciantes de Santa Fé. Em 1904, o clube inaugurou sua sede própria, um “edifício assobradado no coração da rua do Comércio” (Verissimo, *retrato1*, p.160), notabilizando-se pelos bailes que promovia e que, na descrição do jornal *A voz da serra*, reunia a “nata da sociedade de Santa Fé” ¹² (Idem, p.161), isto é, as famílias de estancieiros: os Macedos, os Cambarás, os Prates, os Quadros, os Fagundes, os Amarais, os Teixeiras, bem como grandes comerciantes como Marcelino Veiga, da Casa Sol. Além de sócios do Comercial, os homens dessas famílias compunham as comissões executivas locais dos partidos políticos, residindo em casas assobradadas localizadas em três endereços preferenciais: a Praça da Matriz, a Praça Independência e a rua do Comércio. Para além do evidente poder econômico, o prestígio dessas famílias

[...] repousava não apenas no fato de serem gente de dinheiro, senhores de terras, casas e gado, mas também no seu patrimônio moral e na tradição, pois em sua maioria descendiam de antigos moradores do município, os quais lhe haviam transmitido uma herança de integridade e amor ao trabalho, e raro era aquele que não tivesse um antepassado herói de alguma campanha militar. Os Fagundes, os Macedos e os

¹² Num tom jocoso e, ao mesmo tempo, preciso, o narrador observa que a “gorda camada de nata do leite social” santa-fezense era formado pelos grandes estancieiros e comerciantes; logo abaixo, a “camada um pouco mais fina de nata” estavam juizes, promotores, médicos, advogados e oficiais militares; a “nata mais magra” era composta por estancieiros e comerciantes menores e o “leite propriamente dito” era constituído por funcionários públicos, pessoas de profissão incerta e, a maioria, os empregados no comércio. (Cf.*retrato1*, p.160-163).

Amarais eram federalistas; os Teixeiras, os Prates e os Trindades, republicanos (Verissimo, retrato1, p.161)¹³.

Articulando ganhos econômicos, glórias militares e uma longa trajetória em Santa Fé, essas famílias compartilham e dão suporte a uma ética capaz de garantir as posições de mando, fixando um código de conduta que estabelece o pertencimento à tradição sul-riograndense. Buscou-se demonstrar, até aqui, que Santa Fé é uma cidade no limiar de várias fronteiras que se evidenciam no modo pelo qual seus contornos e seus habitantes são descritos, ou seja, o acionamento de diferentes temporalidades sintetiza diferenças entre o rural e o urbano; o passado e o presente.

Assim, Santa Fé é figurada literariamente como uma cidade que não se realiza plenamente, está em permanente suspeição, existindo apenas em relação à vida campeira. Na mão inversa, o mundo também apenas existe na medida em que é formulado a partir de Santa Fé, tal qual ocorre com o Estado Novo e com a cidade do Rio de Janeiro. Operando o compasso entre Santa Fé e o mundo, uma residência em particular ganha destaque: o Sobrado da família Terra Cambará.

1.3. Uma casa para os Cambarás.

A primeira descrição do Sobrado erguido por Aguinaldo Silva em terras que anteriormente pertenceram a Pedro Terra aparece no *Almanaque de Santa Fé* de 1853. Apresentado como dono de uma arquitetura capaz de “rivalizar com as melhores construções que vimos no Rio Pardo, em Porto Alegre e até na Corte” (Verissimo, continente2, p.18), o Sobrado dava a impressão “desses solares avoengos, relíquias de nossos antepassados

¹³ Deve-se observar, aqui, a possibilidade de mobilização de contingentes eleitorais e guerreiros entre os peões e arrendatários das estâncias de cada uma dessas famílias: “quando se perguntava a um caboclo se era maragato ou pica-pau, com frequência se ouvia esta resposta: ‘sou gente do coronel Fulano’” (Verissimo, retrato1, p.161. grifo no original).

lusitanos [...]” (Idem, p.19), com seus cômodos com o pé - direito alto, os móveis “de autêntico jacarandá, muito pesados e severos, tendo pertencido [...] a uma casa senhorial do Recife [...]” (Idem, p.19).

Logo que foi construída, a casa fazia frente à da família Amaral, ainda que o prestígio de seus proprietários não fosse comparável. Mesmo sendo imponente, o Sobrado converte-se numa casa senhorial apenas na medida em que os Cambarás tornam-se donos do lugar, impondo a ela seus hábitos, gestos e gostos serranos. Politicamente, a casa ganha projeção com a Proclamação da República, pois Licurgo Cambará, bisneto de Aguinaldo Silva, havia se tornado o chefe republicano local (Cf. *continente*¹, p.22).

Ao longo de *O continente*, o leitor é apresentado a uma casa sitiada durante a Revolução Federalista de 1895, numa narrativa, que se estende por dois dias de junho daquele ano. A casa é, a um só tempo, lugar da família, da política e da guerra, ali está Licurgo Cambará, intendente municipal e chefe republicano do município, acuado pelas forças federalistas lideradas pelo coronel Bento Amaral.

Além de Licurgo, também estão na casa os peões do Angico, mobilizados como soldados, as empregadas da casa, além da esposa de Licurgo, Alice Terra, seu pai Florêncio Terra e sua irmã Maria Valéria Terra. Dona Bibiana Terra, avó de Licurgo e tia de Alice acompanha o cerco de sua cadeira de balanço, enquanto os bisnetos, Rodrigo e Toríbio, se divertem e se apavoram em meio à guerra. Alice está grávida do terceiro filho, o Sobrado permanece sem água e com alimentos cada vez mais escassos, a hora do parto se aproxima e Licurgo pede conselho ao sogro sobre a possibilidade de declarar uma trégua para que um médico possa assistir a esposa:

- Olhe, Licurgo, vassuncê tem só quarenta anos. Eu tenho quase sessenta e cinco. Já vi outras guerras. Tudo isso passa. *A revolução termina, os federalistas e os republicanos ficam alguns meses ou anos um pouco estranhos, mas o tempo tem muita*

força. Um dia se encontram fazem as pazes, esquecem tudo. Todos são irmãos. Mas a vida de uma mulher ou duma criança é coisa muito mais importante que qualquer ódio político (Verissimo, continente1, p.36. grifo meu).

Talvez envolvido pelos acontecimentos, Licurgo não oferece um voto de confiança ao tempo, recusando-se a solicitar uma trégua ao inimigo. O bebê, a menina Aurora, nasce alguns dias depois e resiste com vida apenas por algumas horas. A partir daí, as fronteiras entre a luta política e as disputas familiares se tornam ainda mais fluídas¹⁴. O Sobrado converte-se, então, no espaço no qual a família e a política se sobrepõe, numa escolha que, a um só tempo, afirma a tradição da linhagem familiar (os Terra Cambará contra os Amarais) e a ética do grupo político (os pica-paus/republicanos contra os maragatos/federalistas).

As marcas da diferença entre o público e o privado não apenas se diluem, como, especialmente, são sintetizadas numa moralidade na qual qualidades privadas como a honra, a coragem e a hombridade são convertidas em herança política e virtude pública, oferecendo suporte para práticas autoritárias e personalistas, ponto de partida para o esvaziamento da representatividade democrática e marco para a fundação de mediações violentas das disputas políticas.

Na manhã do dia 26 de junho de 1895, quando os tiroteios cessaram e o cerco parecia ter sido encerrado, Licurgo pensava nos filhos ainda crianças, avaliando que eles cresceriam

ouvindo essa história e aprendendo com ela a dar valor à casa onde nasceram – a amá-la, respeitá-la e defendê-la; e compreendendo acima de tudo que existem na vida dum homem de honra duas coisas sagradas que ele deve fazer respeitar à custa de todos os sacrifícios: a cara e a casa (Verissimo, continente2, p.173).

¹⁴ Licurgo, intendente municipal e líder republicano em Santa Fé, vê-se cercado pelos federalistas liderados pela família Amaral não na Intendência Municipal, mas em sua casa, o que agudiza a reflexão sobre o sentido do conflito: “mas será que ele, Licurgo, tem culpa no que aconteceu? [...] A verdade é que não contava com aquele ataque súbito dos federalistas a Santa Fé, e muito menos com o curso, desastroso para os republicanos, que tomara o combate pela posse da cidade. Vira-se de repente quase cercado, ali na praça, e na contingência de retirar-se às pressas para o Sobrado, com os poucos companheiros que lhe restavam, fechar as portas e resistir” (Cf. continente1, p.30). Vendo a si própria como vítima das circunstâncias, a reflexão de Licurgo não escapa de interpelá-lo sobre o *sentido da disputa*: “por que morreram? Pelo seu partido, pelas suas ideias – está tudo muito bem. Lutaram como homens. Mas acontece que [...] morte foi inútil [...]” (Idem, p.30).

Uma dinâmica que sem ser particular, é singularizada por práticas regionais capazes de orientar a ordenação do universo da política por meio do par antagônico pica-paus/maragatos, bem como de fazer da guerra marco da distinção entre os homens. Honra, coragem e hombridade são qualificadas a partir do cotidiano campeiro e da exceção guerreira do Rio Grande do Sul, hierarquizando as relações sociais.

Ao longo da trajetória dos homens da família Terra Cambará, o Sobrado se torna o epicentro das discussões políticas e das relações familiares. Mais do que na rua, é na casa que tanto o núcleo familiar, quanto seus afins discutirão a política, planejarão a guerra e permanecerão assombrados por uma moralidade privada que orienta a ação pública. O Sobrado torna-se, então, síntese entre o campo e a cidade, o masculino e o feminino, o público e o privado, a política e a família.

Um indício do sentido público de um espaço privado é a visita de Pinheiro Machado à casa, quando de sua passagem por Santa Fé em 1910. Após ser homenageado na Intendência Municipal, o senador cruzou a Praça da Matriz e bateu à porta do Sobrado, procurando conciliar um “castilhistas dos bons tempos” como Licurgo Cambará com a direção local do PRR, pois, segundo o senador: “essas brigas de família são como chuvas de verão: caem com muito barulho, mas logo passam” (Verissimo, retrato2, p.94). Avaliando que um integrante de uma antiga família republicana como Rodrigo não deveria estar fora do partido, o senador insiste para que as rixas familiares sejam encerradas, pois apenas fortaleciam aos inimigos, dispersando forças com “tricas municipais, enquanto o Rio Grande já possuía muitos inimigos além das fronteiras regionais” (Cf. Verissimo, retrato2, p.95).

As disputas municipais as quais o senador se refere opunha os Cambarás a outras famílias republicanas santa-fezenses, sendo alimentadas, especialmente, pelo enfrentamento

de dois jornais locais: *A voz da serra*, editado por Amitas Camacho e financiado pelo intendente municipal Titi Trindade e *A farpa*, escrito e dirigido por Rodrigo Cambará e financiado com o dinheiro da família. A trégua sugerida por Pinheiro Machado não implica um pedido mútuo de desculpas, mas apenas que cada um “fique quieto no seu canto” (Idem, p.94), permitindo que o “tempo se encarregue do resto” (Idem, p.94). Pedido que é reforçado com uma promessa a Rodrigo: “vou conversar com o dr. Borges de Medeiros a teu respeito [...] Vejo em ti um bom corte de deputado. *É só questão de tempo, estas ainda muito moço* [...]” (Idem, p.94. grifo meu). A aposta no tempo visa apaziguar a política municipal, bem como projetar Rodrigo na política estadual¹⁵.

1.4. Uma estância para os Cambarás.

Assim como a sincronia e a diacronia constroem a percepção sobre o Sobrado e sobre Santa Fé, também o espaço físico e social das estâncias é apresentado por meio do mesmo contraponto. Ao longo dos episódios de *O continente*, a estância é associada à privação e ao local do não-pertencimento. Pessoas e animais estão apenas de passagem pelo Continente de São Pedro, os objetos e as construções permanecem precários, no compasso de espera por uma nova invasão castelhana ou um ataque de ladrões de gado que coloque tudo abaixo, num ciclo que se repete insistentemente.

¹⁵ Promessa que se concretiza em 1915, quando Rodrigo recebe uma correspondência anunciando que sua candidatura à Assembleia do Estado estava assegurada, tendo sido costurada por Pinheiro Machado junto a Borges de Medeiros (Cf. retrato2, p.208). A carreira como deputado, no entanto, é encerrada em 1922 quando Rodrigo renúncia ao cargo e se desliga do PRR com um discurso inflamado na Assembleia Estadual (Cf. Idem, p.127-132). A ruptura é motivada pela oposição à nova candidatura de Borges de Medeiros ao governo do estado, mobilizando a família Cambará em torno do apoio ao federalista Assis Brasil. A adesão, ainda que parcial, ao federalismo já era aventada por Rodrigo desde meados de 1915, quando os Cambarás reprovaram o apoio do PRR à candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado. Naquele momento, Rodrigo já imaginava que, numa eventual revolução, a família estaria contra o PRR, ao que Cacique Fagundes se espanta: “- um filho do Licurgo Cambará com lenço vermelho no pescoço? Qual, seu Rodrigo! Isso nem no dia em que as galinhas criarem dentes” (Idem, p.260). Ao que tudo indica, as galinhas de Santa Fé criaram dentes e, alguns anos depois, em 1923, os Cambarás tomam parte na Revolução Federalista combatendo ao lado dos maragatos, ainda que vestidos com seus lenços brancos, de pica-paus.

Explorando as contradições do espaço, o narrador de *O continente* oferece uma visão do Rio Grande de São Pedro formulada a partir do outro lado da fronteira, mobilizando, para tanto, o cotidiano das reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões, tal qual descrito pelo padre Alonzo:

Alonzo olhou para a nascente e foi de repente tomado dum sentimento de apreensão muito semelhante ao mal-estar que lhe deixara o sono da noite. Naquela direção ficava o Continente de São Pedro, que Portugal, inimigo da Espanha, estava tratando de garantir para a sua Coroa. Um dia, em futuro talvez não mui remoto, os portugueses haveriam de fatalmente voltar seus olhos cobiçosos para os Setes Povos. Fazia sessenta e cinco anos que, com o fim de estender ainda mais seu império na América, haviam eles fundado à margem esquerda do Rio da Prata a Colônia de Sacramento, a qual desde então passara a ser um pomo de discórdia entre Espanha e Portugal. Laguna, posto extremo dos domínios portugueses no sul do Brasil, estava separada da Colônia por uma vasta extensão de terras cruzadas de raro em raro por grupos vicentistas que, passando pelas estradas por eles próprios rasgadas através da Serra Geral, iam e vinham na faina de buscar ouro e prata, arrebanhar gado e cavalos selvagens, prear índios e empregar índias (Verissimo, *continente*1, p.44-45).

A narrativa ocupa-se do ano de 1745 e padre Alonzo sintetiza os acordos em torno do espaço e, especialmente, revela a condição violenta das escassas relações pessoais e sociais engendradas do lado de cá dos Setes Povos. O caráter predatório da ocupação portuguesa é destacado pelo padre e contraposto ao progresso material e espiritual conquistado pela obra dos religiosos espanhóis. Assim, enquanto os primeiros “enchiam aquelas paragens com o tropel de seus cavalos, os tiros de seus bacamartes e seus gritos de guerra” (Idem, p.45), os jesuítas auxiliavam no nascimento

das mais belas civilizações de que o mundo tem notícia [...] Os índios das reduções vivem hoje mais cristãmente que muitos brancos [...] Estão já remidos do feio pecado da promiscuidade [...] temem a Deus, são batizados, fazem batizar os filhos [...] Muitos desses chamados selvagens sabem, além da língua latina, o latim e o espanhol, e são hábeis escultores, pintores, oleiros, ourives, tecelões, fundidores de bronze, e músicos [...] (Idem, p.56).

Por este tempo, Ana Terra, nascida na Capitania de São Paulo, vivia na estância com a família extremo meridional da Colônia, numa vida que era “triste e dura. Moravam num

rancho de taquaruçu e barro, coberto de palha e com chão de terra batida” (Idem, p.102). Período em que as estâncias viviam no compasso entre os ataques de ladrões e as “épocas em que não aparecia ninguém” (Idem, p.102). Em tempos de paz, “Ana só via a seu redor quatro pessoas: o pai, a mãe e os irmãos. Quanto ao resto, eram aqueles coxilhões a perder de vista, a solidão e o vento” (Idem, p.103). Solidão que apenas pode ser superada fora dali, por meio da imaginação de outros espaços, marcados por características outras que não o vento:

[...] Para que lado ficava Sorocaba? Os olhos da moça voltaram-se para o norte. Lá, sim, a vida era alegre, havia muitas casas, muita gente, e festas, igrejas, lojas... A povoação mais próxima ali da estância era o Rio Pardo, para onde de tempos em tempos um de seus irmãos ia com a carreta cheia de sacos de milho e feijão, e de onde voltava trazendo sal, açúcar e óleo de peixe (Verissimo, continente1, p.103).

Filha de dona Henriqueta, neta de portugueses, e de Maneco Terra, neto de bandeirantes paulistas, a família se transferiu para o Continente de São Pedro após inúmeras idas e vindas do avô e do bisavô de Ana que formavam tropas de mulas na região e as vendiam na feira de Sorocaba. A sesmaria do rancho que habitavam havia sido conseguida pelo avô de Ana, assim como havia se dado com tantos outros viajantes que transitavam por ali, em busca de bens diversos, mas, em geral, fazendo da violência a mediação privilegiada de suas idas e vindas.

Sumarizando o longo processo de ocupação do território¹⁶, o narrador destaca as práticas e os interesses que orientaram e deram suporte a este movimento, circunscrevendo a agência coletiva na base da conquista de um território cujas fronteiras foram marcadas pelas patas dos cavalos e pelas armas de homens dispostos a obter sesmarias, a se empenharem no

¹⁶ A família Terra sintetiza o aspecto da ocupação do território ligado à colonização portuguesa. Pedro Terra, filho de Ana, é o primeiro membro da família nascido no Rio Grande, filho de mãe paulista, e de pai nascido no Sete Povos das Missões, ainda que este, ao se apresentar assim o fizesse: “- Meu nome é Pedro. – Pedro de quê? – Me chamam Missioneiro. [...] – Castelhana?. – No. – Continentino? – No. – Onde é, então? – De parte nenhuma” (Verissimo, continente1, p.112).

roubo de gados e terras, a fugirem da Justiça ou a tentar a vida num lugar novo: “a *fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira*” (Idem, p.92. grifo no original).

Para Maneco, o Continente de São Pedro era um espaço imaginado, construído a partir dos relatos e das histórias dos parentes bandeirantes. Terras de oportunidades, o deslocamento da família para o sul implicou não apenas no isolamento, como também numa dura rotina de trabalho e privação (Cf. *continente1*, p.103 – 107). Enquanto para a filha e para a esposa a estância era sinônimo da escassez e da necessidade, para Maneco era o lugar da liberdade: “aqui faço o que quero, ninguém me manda. Sou senhor do meu nariz” (Idem, p.124), o que não seria possível nas cidades ou mesmo em pequenas vilas onde “só valia quem tinha um título, um posto militar ou então quem vestia batina” ¹⁷ (Idem, p.125).

O espaço social da estância existe, em *O continente*, por meio da descrição feita pelos personagens. Ainda que a narrativa ofereça a descrição física do espaço, a atribuição de sentido e de historicidade ao lugar é feita por meio das percepções da família Terra: sua imaginação funda o espaço social do Continente de São Pedro, ponto de partida para a construção de lendas, valores, hierarquias e formas de classificação do mundo social que conformaram o destino de sucessivas gerações, afinal, “era assim que o tempo se arrastava, o sol nascia e se sumia, deixando sua marca nas árvores, na terra, nas coisas e nas pessoas” (Verissimo, *continente1*, p.148).

Anos depois, o engenho de Bibiana conquistou a estância do Angico para os Terra Cambará. Licurgo Cambará, seu neto, foi criado entre o Sobrado e o Angico. Ao contrário da

¹⁷ Para dona Henriqueta, mãe de Ana Terra, “quanto mais o tempo passava, mais o marido e os filhos iam ficando como bichos naquela lida braba – carneando gado, curando bicheira, lançando, virando terra, plantando, colhendo e de vez em quando brigando de espingarda na mão contra índios, feras e bandidos. *Parecia que a terra ia se entranhando não só na pele como também na alma deles.* Andavam com as mãos encardidas, cheia de talhos e calos [...] Naquela casa nunca entrava nenhuma alegria, nunca se ouvia uma música, e ninguém pensava em divertimento. *Era só trabalhar o quanto dava o dia.* E a noite – dizia Maneco – tinha sido feita para dormir” (Verissimo, *continente1*, p.108. grifo meu).

bisavó, Ana Terra, a estância era para o menino o reino da liberdade e do aprendizado sobre a vida: façanhas guerreiras, o domínio do peão sobre os animais e o conhecimento prático dos campos e dos caminhos das invernadas seduzem o garoto, particularmente quando narradas pelo capataz Fandango¹⁸, cujos ensinamentos, via de regra, se opunham às lições de ciências tomadas junto ao médico alemão Winter, quem, de acordo com o velho capataz, não ensinava ao menino nada além de

- Patacoadas! – exclamava Fandango – Patacoadas! Estrangeiro é bicho besta. Esses negócios que aparecem nos livros são bobagens. Não há nada como a experiência do indivíduo. Para ver se vai chover esses doutores da mula ruças olham numa engenhoca parecida com um relógio. Gaúcho não precisa disso (Verissimo, continente2, p.202).

Perto dos sessenta anos, Fandango era uma espécie de oráculo para o menino: “o homem que tudo sabe e tudo pode [...] O velho se achava mais preso às terras do Angico do que aquelas árvores que tinham raízes profundas no chão [...] Era inconcebível o Angico sem o Fandango ou Fandango sem o Angico” (Idem, p.203). A descrição da infância de Licurgo insere tons locais na narrativa sobre o cotidiano nas estâncias, figurando rodas de chimarrão no galpão, o trato dos animais e o conhecimento da paisagem:

fora também com Fandango que Curgo aprendera a nadar, laçar, curar bicheira e parar rodeio. Mas de todos os conhecimentos [...] os de que Licurgo mais se orgulhava eram os que se referiam aos cavalos. O rapaz os absorvera através de aulas práticas, durante viagem, rodeios e damas em que ele observava de perto as manhas e hábitos dos cavalos, as peculiaridades de cada raça e de cada pêlo. Depois, nas conversas de galpão e nas horas de folga, Fandango lhe dava por assim dizer as aulas teóricas, em geral resumida na forma de ditados que corriam de boca em boca por toda a Província, nascidos da experiência de gaúchos anônimos em dezenas de estâncias (Verissimo, continente2, p.207).

Herdeiro de uma tradição campeira que transcende o Angico, mas se atualiza naquelas terras, Licurgo herda não apenas as histórias, contos e práticas gestadas em inúmeras

¹⁸ Batizado José Menezes, o apelido decorria de suas habilidades como trovador e bailarim. Viúvo, Fandango trabalhava e vivia no Angico há muito, com o filho Fandango Segundo (morto na Guerra do Paraguai) e o neto Fandanguinho. Com sua memória prodigiosa, além da longevidade, dará o tom das relações de afeto entre o Angico e os membros da família Terra Cambará.

“andanças de guerra e de paz” ao longo da formação do continente de São Pedro, mas também se torna o senhor da estância, ainda que menino:

muitas vezes, olhando os campos do Angico de cima de seu cavalo ou da porta da estância, e pensando que eram suas aquelas terras que iam muito além do ponto até onde a vista alcançava, Licurgo sentia inchar-se-lhe o peito numa sensação de orgulhoso contentamento. Isso às vezes chegava a tirar-lhe o fôlego. Os *meus* campos, os *meus* peões, a *minha* cavallhada, o *meu* gado... O rapaz enchia a bola e o espírito com essas palavras e com o mundo de coisas que elas implicavam (Idem, p.210. grifo no original).

A formação do “menino-estancieiro” percorre caminhos inesperados: herda as terras de um avô pernambucano que as apropriou em razão de garantias de empréstimos vencidos e aprende sobre a vida campeira com os peões, cujas conversas possibilitavam a Licurgo se familiarizar com

os artigos do código de honra daquela gente – um código de honra que não foi escrito, mas que tomava corpo, fazia-se visível em milhares de exemplos e casos que andavam de boca em boca. Segundo esse código, um homem para ser bem macho precisava ter barba e vergonha na cara (Idem, p.214).

A socialização no interior de um código de honra e de uma moralidade caras aos peões traz consigo uma funcionalidade que será acionada por Licurgo na vida adulta, para o desempenho de funções de mando que lhe estavam reservadas. Da formação heterodoxa do estancieiro Licurgo à socialização dos filhos, Toríbio e Rodrigo, nota-se que o Angico e o Sobrado existem apenas um em relação ao outro. Ainda que a herança da família Terra Cambará não esteja fundada no interior dessas casas, são elas que dão suporte às tradições, costumes e hábitos familiares.

É apenas no primeiro volume de *O arquipélago* que a casa do Angico é descrita. A narrativa está em meados dos anos de 1920 e o diálogo entre os novos herdeiros, Toríbio e Rodrigo, revela os traços de um espaço, até então, apenas imaginado pelo leitor:

era um casarão de um só piso, estreito e comprido como um quartel. Quatro janelas, com vidraças de guilhotina e três portas, enfileiravam-se na fachada sem platibanda,

completamente destituída de qualquer atavio, e de um branco sujo e triste de sepulcro abandonado. A única nota alegre do conjunto era dada pelo verde veludoso do limo que manchava as telhas coloniais (Verissimo, arqui1, p.193).

Na percepção de Rodrigo, o interior da casa correspondia a um retrato psicológico do pai: paredes caiadas sem quadros, janelas sem cortinas e uma única concessão à arte, “mas assim mesmo por mediação do Comércio”: o calendário da Casa Sol que pendia na parede com a ilustração de “um castelo medieval alemão a espelhar-se nas águas rasas do Reno”¹⁹ (Idem, p.193). Enquanto o Toríbio experimentava a vida da estância em toda a sua plenitude, “com cabelos e pele curtidos pelo vento e pelo sol” (Verissimo, retrato2, p.177). Rodrigo, por sua vez, estabelece uma relação ambígua que oscila entre o encantamento e o tédio²⁰:

- O mundo progride, mas o Angico fica para trás, atolado no passado. Na Argentina e no Uruguai existem estâncias confortáveis, com luz elétrica e água corrente. Nós continuamos com o lampião de querosene, com a vela e com água da pipa. Eu só queria saber por que o Velho teima em não modernizar o Angico? Talvez considere isso um sacrilégio... [...]

- Não pensaste também que por sentimentalismo ele queria deixar as coisas na estância bem como era no seu tempo de guri? A bem dizer foi aqui que ele passou a maior parte da mocidade [...] (Verissimo, arqui1, p.194).

Enquanto Toríbio via na casa e em seus objetos uma espécie de sentimentalismo do pai, Rodrigo enxergava na ausência de conforto, a atitude de um “típico gaúcho serrano” (Idem, p.194), para quem “conforto e arte são coisas femininas, indignas dum homem. Vem dessa superstição a nossa pobreza em matéria de pintura, escultura, literatura e até folclore” (Idem, p.194).

¹⁹ Toríbio trata jocosamente as observações do irmão, e enumera os outros objetos de arte da casa: velhas boleadeiras retovadas; o crucifixo com o Cristo de nariz carcomido no quarto de Maria Valéria e a adaga enferrujada e sem bainha pensa na parede do quarto de Licurgo (Cf. Verissimo, arqui1, p.193).

²⁰ Os Cambará, assim como inúmeras famílias de estancieiros, tinham o hábito de passar o verão na estância, sendo este o período em que mais longamente Rodrigo se ausentava da vida citadina. Em 1915, Rodrigo passou boa parte da estação no Angico, em companhia da família “aproveitando de maneira plena uma sucessão de dias luminosos, dum calor seco e agradável: campeadas em companhia do pai e do irmão; largas sestas na rede [...]; caçadas de jacutinga e bugios nos matos; banhos na sanga ao entardecer” (Idem, p.176).

No argumento de Rodrigo, a modernização é vista como possibilidade de tornar a casa confortável, não estando diretamente relacionada ao incremento da atividade produtiva. Assim, o médico dissocia aquilo que, para o irmão e para o pai, são indivisíveis: a casa e a estância. Ou seja, para os últimos, uma casa com energia elétrica e água corrente não guarda relações com o universo da estância estruturado em torno da preia do gado em campos abertos, e da artesanaria da produção de carne e de couro, pontos de apoio de um complexo sistema de classificação e hierarquização social que pressupõe a igualdade de todos para afirmar a superioridade de poucos.

Rodrigo percebe o Angico e interpreta o Rio Grande do Sul a partir de uma permanente tensão entre encantamento e tédio, num período marcado pela modernização do estado, de sua pecuária e de suas cidades. Transição que, no caso de Rodrigo, é expressa no modo ambíguo de se relacionar com o Angico e com o Sobrado, espaços, que, para ele, deveriam oferecer suporte a uma vida que sendo moderna, não deveria deixar, contudo, de ser tradicional. Aliança precária, cujas dificuldades de operacionalização aparecem no diálogo com o irmão Toríbio, no final dos anos de 1910:

- A vida é uma só, Bio. Temos que aproveitar, antes que ela se acaba e a gente envelheça.

- [...] Que a vida é boa eu sei. E também sei que a gente tem de aproveitar enquanto pode.

- Mas chamas aproveitar a vida passar quase todo o tempo no Angico fazendo aquele serviço bruto?

- Pois isso é que me diverte, homem. Campeiar no lombo dum cavalo, comer bem, ter boas mulheres, bom chimarrão e, uma vez que outra, um copo de caninha e um joguinho de baralho...

- E nessas coisas se resumem teus ideais?

- Não. Tem mais. De vez em quando uma briga, uma revoluçãozinha pra gente desenferrujar as armas e as juntas.

[...]

- És um bárbaro! Representa um Rio Grande que tende a desaparecer, um Rio Grande que vive em torno do boi e do cavalo, heroico, sim, não há dúvida, mas selvagem, retardatário. Ninguém pode deter a marcha do progresso e da ciência, e os que atravessarem no caminho serão esmagados [...] (Verissimo, retrato1, p.135).

Apostando na inevitabilidade da marcha do progresso, Rodrigo parece tentar convencer ao irmão e, em parte a si mesmo, de que a busca por uma modernidade singular era possível e, mais do que isso, necessária para o desenvolvimento da região. Entretanto, se o progresso e o correr do tempo são inevitáveis, eles também encontram uma temporalidade marcada pelo boi e pelo cavalo, suportes de um modo de produção baseado na preia do gado solto e de uma visão de mundo alicerçada nas inúmeras batalhas que os homens travam. Em meados dos anos de 1920, por ocasião da morte de Fandango, o velho capataz da estância Rodrigo oferece pistas que permitem remontar a heterogeneidade de tempos e espaços:

- [...] Um homem como tu [Fandango] não pode se acabar. Algo de ti tem de continuar com a gente, e é por isso que nós vamos te plantar no chão, nesta terra boa do Angico, na esperança de que se transformes amanhã numa árvore de sombra, bela, forte e generosa como tu [...] Não eras apenas um homem, mas também um símbolo – um símbolo deste velho Rio Grande indomável, meio rude mas cavalheiresco e bravo, eras o representante duma estirpe antiga e nobre, que hoje já está correndo o risco de acabar ... (Verissimo, retrato2, p.88. grifo meu).

Assim, ainda que o correr do tempo seja inevitável, os símbolos antigos correm riscos, evidenciando que, para Rodrigo, havia o que deveria ser preservado da marcha do progresso, ou seja, não se trata de opor tradição e modernidade, antes, de combiná-las numa modernização que, ao incorporar a heterogeneidade dos espaços sociais que marcam a experiência sulina, permita a dinamização proporcionada pelos avanços técnicos do século XX, oferecendo suporte à hierarquização social forjada em tempo de guerra e atualizada em tempos de paz.

2. A guerra da política e a política da guerra.

Elas sabiam que não podia haver eleição,
carreiras ou rinha de galo sem brigas e tiroteios
(Verissimo, *arqui1*, p.186)

Tanto na ocupação do território, quanto no estabelecimento de seus limites, a guerra marcou pessoas, coisas e paisagens, singularizando a experiência social da fronteira por meio do emprego da força e da violência como *modus operandi* da conquista de terras e da expansão dos contornos do Continente do Rio Grande de São Pedro.

No compasso entre a guerra e a paz, o cotidiano da região e de seus habitantes começa a ser delineado. Nos tempos da conquista do território, muitos eram os campos a serem disputados e poucas eram as pessoas para lutar, de modo que os conflitos envolviam a maioria das famílias, marcando a passagem do tempo: Pedro Terra, por exemplo, noivou com Arminda Melo no mesmo dia em que o coronel Ricardo Amaral anunciou a deflagração de uma nova guerra entre Portugal e Espanha na Europa, havendo necessidade de recrutamento dos homens no extremo meridional do Brasil, pois o conflito poderia estourar também na fronteira.

Ainda que o conflito fosse distante, o coronel, ao anunciar o recrutamento, observa: “faz muitos anos mesmo que a gente não briga [...] Já era tempo” (Verissimo, *continente1*, p.177). De fato, a guerra deflagrada em 1801 entre os países ibéricos, teve reflexos no Rio Grande do Sul, onde o conflito durou pouco mais de um ano e teve como um de seus principais resultados a incorporação dos Sete Povos das Missões à zona colonial portuguesa, consequência que, para Ana Terra, longe de parecer extraordinária, apenas reafirmava a rotina dos dias:

Para que tanto campo? Para que tanta guerra? Os homens se matavam e os campos ficaram desertos. Os meninos cresciam, faziam-se homens e iam para outras guerras.

Os estancieiros aumentavam as suas estâncias. As mulheres continuavam esperando. Os soldados morriam ou ficavam aleijados. Voltou a cabeça na direção dos Sete Povos, e seu olhar perdeu-se, vago, sobre as coxilhas (Verissimo, continente1, p.181).

Ao longo da narrativa, a guerra marca a passagem dos dias e, conseqüentemente, o correr do tempo a oscilar entre a guerra e a paz, de modo que para além de estabelecer uma rotina, a guerra também marca a origem de muitos daqueles que transitam por um território em permanente disputa²¹. Se em meados dos setecentos, o ladrão de gado Chico Rodrigues se batiza Chico Cambará²² (Cf. Idem, p.93), em 1828, capitão Rodrigo, um descendente da linhagem por ele inventada chega ao povoado de Santa Fé, vindo de “muitas guerras”²³ (Idem, p.209 -215):

- Escuta o que vou le dizer, amigo. Nesta província a gente só pode ter como certo uma coisa: mais cedo ou mais tarde rebenta uma guerra ou uma revolução. [...] Que é que adianta plantas, crias, trabalhar como burro de carga? O direito mesmo era a nossa gente nunca tirar o fardamento do corpo nem a espada da cinta. Trabalhar fardado, deitar fardado, comer fardado, dormir com as chinocas fardadas... O castelhano está aí mesmo. Hoje é Montevideú. Amanhã Buenos Aires. E nós aqui no Continente sempre acabamos entrando na dança (Verissimo, continente1, p.218).

²¹ Marcam também o fim: o túmulo de Ana Terra, por exemplo, não tinha datas, pois ninguém sabia o ano em que ela nascera, embora se lembrassem de que “a velha morrera exatamente no dia em que chegava a Santa Fé a notícia de que os Trinta e três de Lavalleja tinham invadido a Cisplatina...” (Verissimo, continente1, p.224).

²² Em *O continente*, a narrativa insere as rupturas no interior da coletividade à medida que destinos coletivos são apresentados como escolhas individuais: Zé Borges decide vir ao Brasil, Chico Rodrigues decide ser ladrão de gado, submetendo-se a um novo batizado: “de hoje em diante vou me chamar Chico Cambará” (Verissimo, continente1, p.93). Invenção de um sobrenome que, séculos depois, conformará uma linhagem, inserida na coletividade, mas capaz de constranger escolhas pessoais. Entretanto, numa região marcada pelo não - pertencimento, a invenção de uma genealogia pode ser insignificante, como demonstra João Carré, que tinha nome e sobrenome, mas quando interpelado sobre sua origem, afirma: “*acho que cresci do chão como erva ruim que ninguém planta*” (Idem, p.190). Os Caré, aliás, identificam ao longo da trilogia aqueles que possuem nome e sobrenome, mas não se distinguem como uma família, antes, são uma “raça” espalhada pelo Continente, (Cf. Verissimo, continente2, p.163), marginalizados do processo de conquista do território, formando uma espécie de “coro anônimo” (Cf. Candido, 1972, p.44), capaz de lançar luz sobre a formação do Rio Grande do Sul a partir de um ponto de vista coletivo. Ver também: Zilberman, 2005.

²³ A chegada do capitão a Santa Fé é descrita nos seguintes termos: “devia andar pelo meio da casa dos trinta, montava um alazão, trazia bombachas claras, botas com chilenas de prata e o busco musculoso apertado num dólmã militar azul, com gola vermelha e botões de metal. Tinha um violão a tiracolo; sua espada, apresilhada aos arreios, rebrilhava ao sol daquela tarde [...]” (Verissimo, continente1, p.209). Numa breve autobiografia, capitão Rodrigo Cambará afirma sobre si mesmo: “me criei graxo. Não conheci mãe. Com doze anos já trabalhava no campo com a peonada bem como um homem-feito. Com dezoito tinha sentado e praça e já andava brigando com os castelhanos. Daí por diante sempre vivi ou brigando ou correndo mundo” (Idem, p.247).

Dança que, para o capitão, era fonte de divertimento, pois “sem uma guerrinha de vez em quando ficava tudo muito enjoado” (Idem, p.308), afinal: “-[...] não havia nada melhor que uma guerra para resolver todos os problemas. Conhecia outros homens que quando estavam quebrados pediam a Deus uma revolução assim como sapo pede chuva. Guerra era remédio para tudo [...] Um dia a guerra vem. Tudo se revolve. *A guerra e o tempo. Remédio para tudo*” (Idem, p.336-338. grifo meu).

Em meios às angústias do capitão Rodrigo, a guerra e o tempo se encontram para resolver ou, ao menos remediar, a iminente morte da filha, o cansaço pela rotina de trabalho na venda, bem como de seu casamento com Bibiana Terra. Entre a passagem do tempo e o engenho da guerra, a vida de homens como o capitão parecia se organizar e, especialmente, ganhar sentido, o qual, ao ser compartilhado, funda uma socialização balizada pelo voluntarismo e pela lógica guerreira, pela resignação e pelo fatalismo, pares aparentemente opostos, mas que se equilibram de modo a organizar a política, as relações sociais e o cotidiano da região.

Também em tempos de paz, a hostilidade e os conflitos se fazem presentes, revelando que se as guerras e as revoluções eram exceções, os enfrentamentos, em geral armados, construíam a rotina, atualizando hostilidades em tempos de paz, convertendo a guerra numa política, uma forma de orientar e conduzir as relações sociais, bem como de organizar o mundo. Em Santa Fé, a rivalidade entre Cambarás e Amarais, nascidas da disputa entre Bento Amaral e capitão Rodrigo Cambará pelo amor de Bibiana Terra, será atualizada durante a Revolução Farroupilha, ocasião em que os Amarais eram legalistas e o único Cambará homem da cidade era farrapo²⁴. Rivalidade que culmina, anos depois, no cerco do Sobrado

²⁴ Em fins de outubro de 1835, chega a Santa Fé a notícia de que havia “rebentado a revolução [...] O presidente da Província fugira para o Rui Grande e o chefe farroupilha convocara o vice-presidente para

dos Cambarás durante a Revolução Federalista de 1895 pelos homens leais aos Amarais, numa sobreposição entre ideais políticos e razões privadas.

No intervalo de paz entre a Guerra do Paraguai e a Revolução de 1895, um episódio curioso, descrito em detalhes por meio da correspondência enviada por dr. Winter ao também alemão Koseritz, revela como os valores trazidos da guerra operam em tempos de paz: o Sobrado foi declarado em quarentena devido ao fato de Bolívar Terra Cambará e sua esposa, Luzia, terem retornado de Porto Alegre, onde uma epidemia de cólera se espalhava a passos largos. Vendo na medida uma retaliação política por parte da família Amaral, Bolívar se revolta contra o cerco e, ao se dirigir a Intendência Municipal para exigir o fim da reclusão forçada, atira contra dois guardas que vigiam o Sobrado, sendo atingindo por um terceiro. Segundo Winter: *“havia muita gente no enterro. O corpo do rapaz foi sepultado entre o de Ana Terra, sua bisavó, e o do Capitão Rodrigo, seu pai”* (Verissimo, continente2, p.161. grifo no original).

Pai que também havia sido morto a mando de um Amaral, repondo uma história entremeada pela política e pelas desavenças pessoais. O episódio da quarentena do Sobrado figura o modo como uma questão de saúde pública (a eventual epidemia que poderia decorrer do contado com os recém-chegados de uma área contaminada) é resolvida com o emprego da força, isto é, a interdição do Sobrado e de todos os seus moradores, proibidos de saírem de casa ou mesmo de abrirem janelas e portas.

Do mesmo modo, os ganhos políticos, bem como os materiais, decorrentes das campanhas guerreiras criam novas distinções e hierarquizações sociais, revelando que o

assumir o governo” (Verissimo, Continente1, p.347). A vila se agita em “preparativos guerreiros” (Idem, p.348): aqueles simpáticos aos farroupilhas fogem para se juntarem aos bandos rebeldes, enquanto coronel Amaral arrebanha, nem sempre voluntariamente, homens para seu exército legalista, num confronto que trará sérias consequências para o Rio Grande do Sul.

princípio de autoridade está em permanente disputa. Assim, guerras e revoluções desestabilizam as hierarquias, ao mesmo tempo em que constroem os suportes para as distinções sociais na base de qualquer posição de mando, como sintetiza Liroca, combatente de muitas guerras: “matar um homem em combate era uma coisa, matar de tocaia, à traição, era um crime, um assassinato” ²⁵ (Verissimo, continente2, p.175). A atribuição de dignidade ao ato de matar numa guerra não é, entretanto, compartilhada por todos os personagens da trilogia. Conforme o tempo passa, não apenas a ocupação do território se torna mais densa, como também os personagens começam a ser individualizados, refletindo sobre os sentidos das batalhas travadas na região. Neste tempo, a Guerra do Paraguai é particularizada na narrativa como um elemento que, pela sua duração e brutalidade²⁶, traz os primeiros ex-combatentes marcados pelo horror das batalhas, como é o caso de Florêncio Terra, sobrinho de Bibiana, que retornou da zona de conflito em dezembro de 1869, após ter o joelho ferido. Em Santa Fé, Florêncio se esforça para esquecer seu posto militar, bem como para

interessar-se de novo pelas pessoas e pelas coisas, mas não conseguia. Queria pensar em plantar, em criar gado, em recomeçar a vida de qualquer modo, mas não sentia a menor vontade de trabalhar. Só queria ficar parado, calado, pensando, lembrando-se das coisas do passado, e concluindo sempre que nada, nada mais valia a pena (Idem, p.187).

²⁵ Ao longo da narrativa, Liroca é um personagem curioso: sempre envolvido nas campanhas guerreiras, demonstra, ao mesmo tempo, temor em matar e combater o inimigo. Indagando a si mesmo de onde vinha aquele medo, concluía: “[...] decerto do sangue da mãe, pois as gentes do lado paterno eram corajosas” (Verissimo, continente1, p.21). É a vigília de Liroca durante o cerco ao Sobrado em 1895, bem como suas indagações sobre a guerra e os homens, que introduz na narrativa diferentes personagens, de modo que, em meio a suas incertezas, começa a ser delineado o espaço social do Sobrado.

²⁶ A situação de Santa Fé durante a Guerra do Paraguai é assim sintetizada pelo narrador: “os homens válidos da vila estavam em terras do Paraguai – em cima dela lutando ou debaixo dela apodrecendo. Os campos do município achavam-se quase despovoados: o governo fizera pesadas requisições de cavalos e reses; e os peões em idade militar haviam-se apresentado como voluntários” (Verissimo, continente2, p.182).

2.1. A guerra e a sina.

Ao longo da narrativa de *O tempo e o vento*, a percepção sobre a guerra é construída a partir do ponto de vista de diferentes personagens que, vistos em conjunto, produzem um efeito de desestabilização da prática guerreira como elemento estruturante de uma visão de mundo que se pretende universalizável a todos aqueles que gravitam em torno da sociedade sulina. Nesse sentido, a região é marcada pelo confronto, mas também produz em seu interior uma percepção crítica sobre o enfrentamento, vez por outra, esvaziando seu sentido. Entre a sincronia e a diacronia, diferentes guerras e revoluções são figuradas literariamente, sendo problematizadas por meio do recurso ao diálogo entre os personagens, que oscilam entre apaixonados, resignados, temerosos e, no limite, céticos quanto os sentidos e resultados dos conflitos travados na região.

Um dos primeiros diálogos a promover o estranhamento do sentido da guerra ocorre logo nas primeiras páginas do primeiro volume de *O continente*. O Sobrado da família Cambará está cercado e dois combatentes federalistas que fazem a guarda da residência, conversam sobre o conflito em geral, e sobre os habitantes da casa em particular. Liroca e Inocência parecem discordar em quase tudo, mas são igualmente devotados ao lenço vermelho dos maragatos e, por esta razão se empenham num conflito que, no caso de Liroca, provoca diversas contrariedades:

- Estou cansado de andar barbudo, piolhento, dormindo na chuva, acordando com geada na cara [...]
- Mas é a guerra, Liroca.
[...]
- Vivo com o estômago embrulhado. O cheiro de sangue e de defunto não me sai das ventas. Sinto-o na água, na comida, na mão, no vento, em tudo.
- É a guerra... – repetiu o outro.
- Mas é triste (Verissimo, continente1, p.24).

Atrelado a este estranhamento, vez por outra, os diálogos sugerem a existência de uma espécie de modo de produção associado à guerra. Se a patente militar oferecia suporte a diferentes processos de distinção social, atualizando hierarquias e desestabilizando autoridades, também possibilitava a apropriação indiscriminada de terras e animais alheios, ponto de partida para acumulação privada de agentes em guerra. No diálogo entre o capitão Rodrigo Cambará, recém-chegado a Santa Fé, e o coronel Renato Amaral Neto, aquele que “manda neste povoado e nestes campos ao redor de Santa Fé” (Idem, p.243), duas formas distintas de se empenhar na guerra e transfigurá-la para tempos de paz são contrapostas:

- Coronel, vosmecê também é um militar.
- E por sinal seu superior, capitão. Não se esqueça disso.
- Não esquecerei. Mas peço que vosmecê me escute. [...]
- [...]
- Então que é que tem a dizer a seu favor?
- Eu mesmo não tenho nada. Mas há muita gente boa disposta a falar por mim.
- Aqui em Santa Fé?
- Nestes papéis, coronel. Com licença de vosmecê, aqui está a minha fé de ofício.

Tirou um rolo de papéis de dentro da túnica e apresentou-os ao estancieiro, que os tomou, desamarrou a fita que os prendia, botou os óculos e começou a ler. Eram cópias de ordens do dia de diversos generais que Ricardo Amaral conhecia e nelas havia elogios ao cap. Rodrigo Severo Cambará pelo seu comportamento em ação. Havia também um ‘a quem interessar possa’, declarando que o cap. Rodrigo tinha tomado parte em diversos combates, ‘portando-se com heroísmo, dedicação e disciplina a toda prova’. A declaração estava assinada por Bento Gonçalves da Silva.

- [...]
- E se isto também pode dizer alguma coisa em meu favor...

[...]

Ricardo Amaral tomou do estojo, com um pouco de má vontade, abriu-o e viu contra um fundo de veludo roxo uma medalha. Reconheceu a cruz da Ordem dos Militares [...]

- Isso tudo, capitão, prova apenas que vosmecê foi um bom soldado.

Rodrigo estava decepcionado. Esperava que todos aqueles documentos conseguissem comover o estancieiro e agora, vendo-o irredutível mesmo diante daquela condecoração, começava a agastar-se.

- Só me admiro é de uma coisa [...] Como é que um homem com os serviços que vosmecê prestou ao governo não recebeu outras recompensas...

- Recebi o meu soldo, coronel.

- Não me refiro a soldo. Muitos oficiais depois de deixarem a tropa receberam sesmarias, viraram criadores ou plantadores.

Rodrigo sorriu. Lembra-se de que lhe haviam contado que naquelas muitas guerras, quando fazia recrutamento, Ricardo Amaral Neto preferia sempre tirar pai de família de seus lares e lavouras a desviar do trabalho de sua estância peões e escravos. Apesar de comandante dum corpo de cavalaria, nunca fornecera uma única de suas vacas para alimentar os soldados, pois achava muito mais conveniente requisitar gados e crias aos pequenos criadores e agricultores [...] (Verissimo, continente1, p.252 – 254).

As condecorações e honras militares do capitão não parecem suficientes para que o coronel veja com bons olhos sua permanência em Santa Fé, baseando sua desconfiança, entre outros gestos e expressões, na ausência de posses materiais de Rodrigo que, durante suas andanças junto a tropas, amealhou apenas seu soldo e, como consequência, é associado a um “aventureiro” (Cf. Idem, p.254). Para o vigário de Santa Fé, padre Lara, capitão Rodrigo era um homem da guerra que não temia a Deus nem ao diabo, pois habituado “a guerras, asperezas e violências” confiava “mais em seus cavalos, suas armas e sua coragem do que em santos, rezas, sacerdotes ou igrejas” (Verissimo, continente1, p.266), enfim, um representante da população “mais nativista do Rio Grande. Criavam gado, faziam tripas e eventualmente engrossavam os exércitos quando o inimigo invadia a Província. Alguns brigavam por obrigação; muitos por profissão; mas a maioria brigava por gosto” (Idem, p.264-265).

Homens que ninguém sabia ao certo de onde viam, mas que, em conjunto, alicerçam um código de conduta apoiado na honra e na coragem, ponto de apoio das inúmeras campanhas militares de que aquele lugar havia sido palco. Na narrativa de *O tempo e o vento*, o modo de organização do mundo e de classificação de coisas e pessoas assentado neste código de conduta será revelado ora pelo narrador, ora por personagens que, por diferentes motivos, são estranhos à região, ainda que pertençam a ela.

Em *O continente*, o ponto de vista do narrador dialoga com outro olhar particularmente significativo: o estrangeiro. Nos dois volumes deste primeiro tomo, as observações do médico alemão Carl Winter oferecem uma perspectiva ora descritiva, ora

marcado pelo juízo de valor de quem oscila entre o fascínio e o horror diante de uma “paisagem civilizada” na qual vivem homens de “rudes almas [...] movidos por paixões primárias” (Verissimo, continente2, p.54), elementos que estariam na origem de um “código de honra” com um

nítido sabor espanhol. Falavam muito em honra. No fim das contas o que realmente importava para eles era ‘ser macho’. Outra preocupação dominante era ‘não ser corno’. Não levar desaforo para casa, saber montar bem e ter tomado parte pelo menos numa guerra eram as glórias supremas daquela gente meio bárbara [...] (Idem, p.55).

Curiosamente, é o olhar estrangeiro que promove a associação entre o gaúcho e o espanhol, o inimigo preferencial do homem que Winter descreve. Colocando em perspectiva os hábitos e os costumes dos habitantes do Continente, o médico observa

uma sociedade tosca e carnívora, que cheirava a sebo frio, suor de cavalo e cigarro de palha. As casas eram pobres, primitivas, sem gosto nem conforto, quase vazio de móveis; em suas paredes caiadas não se via um quadro, uma nota de cor que lhes desse um pouco de graça [...] Havia em tudo uma rusticidade e uma aspereza (Verissimo, continente2, p.56).

Sebo, suor e cigarro, elementos em torno dos quais gravitaria a percepção de Winter sobre a Província, não fosse a atenção que o médico dedica às mulheres de Santa Fé, sempre às voltas com o temor dos conflitos, carregando nos olhos “uma permanente expressão de susto” ²⁷ (Idem, p.113).

²⁷ Para Winter, a regra geral da Província era a guerra, “sendo a paz apenas uma exceção; pode-se dizer que essa gente vive guerreando e nos intervalos cuida um pouco da atividade agrícola e pastoril e do resto; mas um pouco, só um pouco, porque parece que tudo é feito como pensamento na próxima guerra ou na próxima revolução. Há nos olhos destas mulheres uma permanente expressão de susto” (Verissimo, continente2, p.113).

As correspondências de Winter inserem na narrativa os combates travados pelas mulheres, em especial, por Bibiana Terra Cambará e Luzia Silva Cambará²⁸ pelo controle do Sobrado que havia sido erguido por Aguinaldo Silva, avô de Luzia, nas terras que Pedro Terra, pai de Bibiana, havia perdido em razão da execução da hipoteca²⁹.

Luzia e o filho de Bibiana, Bolívar, decidem noivar, contanto com a pronta aprovação de Bibiana que vislumbrava no casamento a possibilidade de “tomar o Sobrado... Se Bolívar cassasse com Luzia, ele ficava sendo o dono do Sobrado. Ela, Bibiana, iria viver com o filho, voltaria para seu chão [...]” (Idem, p.61). Apesar da desconfiança que nutria por aquela moça educada no Rio de Janeiro, vaidosa e pouco prendada, Bibiana avaliava que o filho possuía o sangue do capitão Rodrigo e não se deixaria dominar por nenhuma mulher, de modo que sua resolução estava feita:

ia tomar o Sobrado. Não de assalto, aos tiros, com o capitão Rodrigo. Agora não havia pressa. Era mulher, tinha paciência, estava acostumada a esperar... [...] Um dia Aguinaldo morre, Bolívar fica dono de tudo, eu volto pras minhas árvores, vou ver nascer os filhos do meu filho, vou ajudar a criar meus netos (Verissimo, continente2, p.61).

A campanha de Bibiana, silenciosa e vitoriosa, conta com a cumplicidade de Winter, espectador atento dos avanços e recuos trilhados por esta tropa de uma única mulher que se torna a comandante do Sobrado e a responsável pela criação do neto, plano traçado desde o início:

²⁸ O episódio dedicado a Luzia é intitulado “Teniaguá”, referência a lenda da princesa moura que é transformada em lagartixa, partilhando segredos com o diabo e sendo capaz de cegar e destruir os homens que dela se aproximavam. A associação entre Luzia e a temida teniaguá é o único ponto de contato entre a estrangeira e as terras do Rio Grande. Mulher de gostos e gestos aprendidos na Corte, Luzia é, como destaca Jacques Leenhardt, uma personagem que “só podia aparecer sob uma forma patológica” (Leenhardt, 2001, p.123), pois perturbava o “bom funcionamento da estrutura familiar e social”, não podendo ser enquadrar numa referência positiva (Cf. Idem, p.123).

²⁹ A casa erguida por Pedro Terra estava localizada “na esquina da praça, perto da capela, com a frente para o poente” (Verissimo, continente1, p.231), era “baixa, de porta e duas janelas, tinha alicerces de pedra, paredes de tijolo e era coberta de telhas” (Idem, p.231).

quem vai criar esse menino sou eu – disse Bibiana para si mesma. Se quiserem me tirar ele, eu brigo como uma galinha defendendo seus pintos... Tinha cinquenta anos: podia durar mais vinte ou vinte e cinco, e assim veria Licurgo homem-feito, encaminhado na vida. Aquele menino, que tinha o sangue do capitão Rodrigo Cambará, ia ser o dono do Sobrado, dos campos do Angico e de milhares de cabeça de gado. Seu peito inflou-se de contentamento e de esperança (Idem, p.134).

Aguinaldo morre pouco depois do casamento, Bolívar é assassinado quando Licurgo era pequeno e a campanha de Bibiana contra a nora permanece aguerrida e longeva: “[...] nenhuma guerra, que eu saiba, durou tanto” (Idem, p.259). A tensão entre Bibiana e Luzia não é narrada como um conflito entre os costumes rústicos de uma e os hábitos refinados da outra, ao contrário, a tensão figurada pelo olhar de Winter que lhe atribui ares universais de um conflito entre sogra e nora. Como nota o médico: “- Vosmecê sabe, sogra e nora nunca se entendem, principalmente quando moram na mesma casa” (Idem, p.102). Envolvida em sua guerra, Bibiana torna-se a alma e o corpo do Sobrado, dando à casa do pernambucano Aguinaldo, suas feições de mulher serrana, de modo que, quando Luzia morre, sua ausência pouco se faz notar³⁰.

2.2. Feminino, masculino; vento, tempo.

São muitos os estudos que destacam Ana e Bibiana Terra como heroínas fortes e corajosas, capazes de organizar a vida familiar, tomando decisões que mudam o rumo da vida dos homens. De modo geral, a produção literária de Erico Verissimo está repleta de

³⁰ A construção de uma casa das dimensões do Sobrado, apesar de sua família composta por ele e por Luzia, era um sonho que nutria desde que vira “um senhor de engenho [...] sorrindo à cabeceira de uma mesa comprida a que estavam todos sentados, comendo, rindo e conversando” (Verissimo, continente2, p.23). Segundo o narrador, “desde esse momento Aguinaldo decidira trabalhar como um burro para um dia ter também casa e família grande, com mesa farta e alegre” (Idem, p.23). Tentando recriar o sonho de infância em terras distantes, Aguinaldo não é capaz de oferecer ao seu Sobrado os suportes sociais necessários para transformá-la numa casa senhorial, em partes porque morre cedo, em parte porque sua neta, educada no Rio de Janeiro e com hábitos citadinos, não é capaz de fazer frente à tenacidade de Bibiana Terra, disposta a reconquistar as terras que foram de seu pai, expurgando-as dos intrusos, daqueles que “não sendo continentinos” acabavam sendo “estrangeiros” (Cf. Idem, p.25).

personagens femininos em torno das quais a narrativa gravita como ocorre em *Clarissa* ou em *Olhai os lírios do campo*, por exemplo³¹.

Para os argumentos aqui desenvolvidos, importa destacar um aspecto particular dessa longa galeria de tipos femininos: em *O tempo e o vento* as mulheres transmitem uma às outras a sina da “fiar, chorar e esperar”³² (Verissimo, continente1, p.305), síntese de Ana Terra para qualificar o modo pelo qual tomam parte nas guerras do lugar. Bibiana, sua neta, dá a medida desse compasso de espera, pois havia visto

guerra e revolução sem conta, e sempre ficou esperando. Primeiro, quando menina, esperou o pai; depois, o marido. Criou o filho, e um dia o filho também foi para guerra. Viu o neto crescer, e agora o Licurgo está também na guerra. Houve um tempo em que ela nem mais tirava o luto do corpo. Era morte de parente em cima de morte de parente, revolução sobre revolução. Como o tempo custa a passar quando a gente espera! Principalmente quando venta. Parece que o vento maneia o tempo! (Verissimo, contiente2, p.40-41).

Entre o passar do tempo e o correr do vento, as mulheres delegam umas as outras um papel social particular: as das guerras travadas em silêncio, ao longo do cotidiano, enquanto esperam os pais, maridos e filhos voltarem de suas andanças. Bibiana, por exemplo, aparece aos olhos do pai, Pedro Terra, como uma síntese entre o bisavô, Maneco Terra, e a avô, Ana Terra, herdeira da personalidade de um e da sina da outra:

Pedro Terra às vezes inquietava-se pensando no gênio da filha. Era voluntariosa, duma teimosia nunca vista e de um orgulho tão grande que era capaz de morrer de fome e de sede só para não pedir favor aos outros. No entanto, quem olhasse para ela julgaria, pelo suave aspecto exterior, estar diante da criatura mais meiga e submissa do

³¹ Flávio Loureiro Chaves, por exemplo, argumenta que no mundo dos personagens de Erico Verissimo, as mulheres são “sempre moralmente mais fortes do que os homens”, de modo a sustentarem um mundo que ameaça desabar (Cf. Chaves, 1972, p.77). Assim, os homens seriam personagens do presente, enquanto as mulheres “são força e preservação, cabe a elas assegurar a continuidade de um mundo que se volta sempre para o futuro” (Idem, p.77). Ainda sobre o tema, ver: Almeida, 1992; Almeida, 2000, p.75 – 82; Pesavento, 2001, p.185-197; Barbosa, 2005, p.301-333; Begrow, 2006.

³² Destino que, anos depois, será assim interpretado por Maria Valéria, tataraneta de Ana: “D. Bibiana tem razão: as mulheres do Rio Grande são direitas e cumprem suas obrigações por puro cacoete, e cacoete hereditário” (Verissimo, continente1, p.381). Atualizando a sina da tataravó por meio dos ensinamentos da tia Bibiana, Maria Valéria percebe sua herança como um elemento que ultrapassa os limites da família e abrange todo o gênero feminino nascido e criado naquele lugar.

mundo [...] A mãe [Ana Terra] lhe falava às vezes no velho Maneco Terra e em como ele era teimoso, caladão e reconcentrado. Pedro mal se lembrava do avô, mas em certas ocasiões chegava quase a vê-lo nos olhos da filha e principalmente no jeito de franzir o sobrolho. *Bibiana havia crescido à sombra de Ana Terra, com a qual aprendera a fiar, a bordar, a fazer pão, doces e principalmente a avaliar as pessoas.* Depois da morte de Ana Terra, Pedro às vezes tinha a impressão de que ela continuava a falar pela boca da neta. [...] *Bibiana repetia frases da avó* (Verissimo, continente1, p.226. grifo meu).

Tal qual havia acontecido com a avó, que se encantara pelo canto de um forasteiro (Pedro Missioneiro), Bibiana também é conquistada pelo enigmático capitão Rodrigo Cambará em função das cantorias por ele comandadas no armazém de frente à casa da moça. Para além dos desfechos trágicos, as duas paixões marcam não apenas o correr do tempo, mas, especialmente, dão sentido a uma narrativa que faz do tempo um ciclo que se repete repondo acontecimentos e unindo diferentes gerações em destinos semelhantes: as mulheres ficam viúvas, os homens matam-se uns aos outros por vingança, por ideais políticos ou por um pouco das duas coisas³³.

³³ Na síntese de Roque Bandeira, muito tempo depois: “[...] brigar é menos uma questão de convicção ideológica que de temperamento ou oportunidade” (Verissimo, aqui1, p.213).

Ana Terra marca o correr do vento como a quebra da rotina: “sempre que me acontece alguma coisa importante está ventando” (Verissimo, continente¹, p.102). No limite, ao experimentarem um tempo que lhes oferece uma rotina, mas, via de regra, interdita o futuro, cabe ao vento marcar a mudança, instaurando a dinâmica da história numa narrativa na qual o tempo assume a forma de um presente contínuo e faz das sinas a única herança possível³⁴.

Assim, não se herdam bens ou propriedades. No caso da família Terra, por exemplo, são transmitidos de geração em geração três objetos em particular: a tesoura de dona Henriqueta, mãe de Ana Terra, que servia para podar árvores e auxiliar no parto de diferentes mulheres (da família ou não), o crucifixo com um Cristo de nariz carcomido que pertencera a Ana Terra e um punhal de prata, presente do padre jesuíta Alonzo ao menino Pedro Missioneiro. Todos os objetos remontam ao antigo rancho dos Terra e ao Sete Povos das

³⁴ No início da ocupação do território, o correr do tempo não acompanha o compasso do calendário, sendo percebido por marcos associados a mudança das estações ou, no caso de Ana, ao vento. Especialmente em *O continente*, a associação entre clima e tempo é nítida: “por essa época os ventos da primavera tinham amainado, e pelo cheiro do ar, pelo calor que começava, pelo aspecto dos campos e das árvores, os Terras sentiram que entrava o verão” (Idem, p.116). A percepção de Ana sobre o vento está associada à solidão dos campos e as incertezas da guerra: “E, quando um novo inverso chegou e o minuano começou a soprar, ela o recebeu como a um velho amigo que gemendo cruzava por seu rancho sem parar e seguia campo fora. Ana Terra estava de tal maneira habituada ao vento que até parecia entender o que ele dizia. E nas noites de ventania ela pensava principalmente em sepulturas e naqueles que tinham ido para o outro mundo. Era como se eles chegassem um por um e ficassem ao redor dela contando casos e perguntando pelos vivos” (Idem, p.189). Ainda que, com o passar do tempo, a contagem dos dias tenha se tornado mais precisa, associação entre vento/solidão/morte permanece na memória das mulheres Terra, de modo que Bibiana repete o ditado da avô “noite de ventos, noite dos mortos” (Idem, p.189) e o ensina a sua sobrinha, Maria Valéria. Ainda sobre as percepções da passagem do tempo, o narrador de *O continente* observa: “[...] ninguém sabia muito bem do tempo. Os únicos calendários que existiam no povoado eram o da casa dos Amarais e o do vigário, o padre Lara” (Idem, p.223). Na própria construção da narrativa é possível notar os diferentes modos de se relacionar com a marcação do tempo. A ação dos episódios “O Sobrado”, por exemplo, transcorrem em apenas dois dias de junho de 1895, enquanto nos outros episódios de *O continente* a passagem do tempo é marcada de forma fluída e dispersa: sabe-se que houve a invasão dos Sete Povos das Missões, a Independência do Brasil e as guerras nas quais Pedro Terra tomou parte. No limite, marcar os dias parece dispensável para personagens presos a um presente contínuo, a um ciclo de guerra e paz que se apresenta como interminável. Existem algumas exceções como a parte final do episódio “Um certo capitão Rodrigo” que marca ano a ano as transformações da vida de Santa Fé, de Rodrigo e de Bibiana. Nos três volumes de *O arquipélago*, os episódios transcorridos no ano de 1945 também pormenorizam a passagem dos dias, marcado com uma precisão de calendário que, provavelmente, está associada à morte iminente de Rodrigo Cambará que, não tendo muito tempo, aproveita todos os dias que tem.

Missões, tendo sido trazidos a Santa Fé por Ana, como lembranças da terra que deixara para trás, após o ataque que dizimou sua família (Cf. Verissimo, *continete1*, p.163-165).

Sugestivamente, a transmissão de propriedade na linhagem Terra Cambará se inicia com o Sobrado e com a estância do Angico, conquistadas pelo casamento de Bolívar Terra Cambará com a herdeira das terras, Luzia Silva, neta do pernambucano Aguinaldo Silva que ninguém sabia ao certo como, nem porque havia chegado e se estabelecido em Santa Fé, onde começara a formar tropas e a emprestar dinheiro a juros altos, fazendo fortuna ao se apoderar dos bens daqueles que não honravam as dívidas adquiridas.

Assim, Aguinaldo Silva é o único que transmite posses, no entanto, não deixa marcas no destino de uma gente, que não sendo sua, continua marcada pelos nomes de famílias anteriores, os quais carregam consigo sinas que, não sendo particulares, são singularizados por traços de personalidade como a teimosia (no caso dos Terra) e o voluntarismo (no caso dos Cambarás).

Maria Valéria e Toríbio, por exemplo, se empenham em descobrir a quem o jovem médico Rodrigo havia puxado, uma vez que estranhavam suas roupas citadinas e bem cortados, bem como seu gosto pelas festas e bebidas caras. Ao vê-lo vestido de *smoking* pela primeira vez comentam:

- [Toríbio] Que pelintra nos saiu esse freguês! Por quem teria puxado?

[...]

- [Maria Valéria] Sei lá! Pelo pai não foi. A Alice também não era mulher de muitos enfeites.

- Então degenerou... (Verissimo, *retrato1*, p.157).

Com roupas e hábitos citadinos que não encontram referência na sina e nos hábitos dos seus, Rodrigo é, entre a piada e tom sério, um degenerado, que precisa afirmar a si mesmo e, especialmente à madrinha, que, feita as contas, não havia herdado nada de

ninguém, suas idiossincrasias, ou “faceirices” como nomeia Maria Valéria, eram suas: “- não herdei de ninguém. É minha mesmo” (Idem, p.281).

Não por acaso, é justamente Rodrigo o personagem masculino mais individualizado ao longo da trilogia, tendo seus pensamentos, gestos, hábitos e opiniões escrutinados na narrativa, aparecendo em virtudes e defeitos, mas, empenhado em se defender da opinião alheia, afirmando que “nunca, ninguém, nem os filhos [...], nem sua mulher, nem seus melhores amigos poderão lhe fazer justiça [...] Ninguém chegou a compreendê-lo na sua inteireza, na sua profundidade” (Verissimo, *arqui1*, p.239). Ainda que afirme orgulhosamente sua individualidade, a madrinha acaba traçado a ascendência do afilhado: “- Você puxou foi pelo seu bisavô. Tia Bibiana me contava que o capitão Rodrigo era homem que fazia tudo fora de hora e andava sempre com pressa, como se o mundo fosse acabar” (Verissimo, *retrato2*, p.61) ³⁵.

No caso das mulheres, resta enfrentar a sina de muitas guerras, em tempos de paz ou de conflitos. Maria Valéria, por exemplo, apresenta à Flora, jovem esposa de Rodrigo, a longa linhagem de mulheres Terra que haviam esperado por seus parentes envolvidos em inúmeras batalhas:

- Eu sei, vacê não quer ouvir todas essas histórias porque tem medo. Prefere se iludir. Mas uma mulher nesta terra tem de estar preparada para o pior. Os homens não têm juízo, vivem nessas folias de guerras. Que é que a gente vai fazer senão ter paciência, esperar, cuidar da casa, dos filhos... Os homens dependem de nós. Um dia eles voltam e tudo vai depender do que encontrarem. Não se esqueça. Nós também estamos em guerra [...] (Verissimo, *arqui1*, p.323-324).

³⁵ É Floriano quem se ocupa de dar continuidade ao trabalho de Maria Valéria, também sua madrinha. A busca por paralelos entre personalidades está, agora, referida aos irmãos de Floriano que observa: “-[...] Quem herdou o temperamento esquentado do Velho foi ele [Eduardo]. Parece uma contradição, mas esse citador de Marx, Lenine e Stalin, esse campeão do proletariado e da Nova Humanidade no fundo é um caudilhote” (Verissimo, *arqui1*, p.35).

Sumarizando parte da história de guerras e revoluções da região, Maria Valéria também sintetiza o caminho que Flora deveria trilhar para lidar com a primeira revolução em que seu marido se envolvia, a de 1923, e, conseqüentemente, em que ela também tomava parte³⁶. No entanto, a guerra de Flora guarda algumas diferenças em relação às enfrentadas por aquelas duas mulheres como, por exemplo, o fato de acompanhar notícias da revolução por meio dos jornais (Cf. Verissimo, *arqui2*, p.83), bem como de tomar parte nas atividades da Cruz Vermelha do Exército Libertador, recentemente fundada em Santa Fé³⁷ (Cf. *Idem*, p.57). A maior mudança, contudo, estava por vir e, sete anos depois, em 1930, Flora e o marido estão diante da segunda revolução de suas vidas e a esposa parece compreender o sentido de também estar em guerra:

[...] Sentia uma tristeza resignada e lânguida. Não. Aquela revolução não lhe dava medo... Sabia que Rodrigo estaria seguro dentro do trem do presidente. A tristeza lhe vinha da compreensão a que chegara, da inutilidade de todos os gestos, da monotonia com que os fatos se repetiam. Os homens insistiam nos mesmos erros. Pronunciavam frases antigas com um entusiasmo novo. Encontravam justificativas para matar e para morrer, e estavam sempre dispostos a acreditar que ‘desta vez a coisa vai ser diferente’. Crescera ouvindo história de violências e crueldades praticadas durante a Revolução de 1893. Sofrera na carne a de 1923. Agora Rodrigo estava metido num movimento que poderia mudar por completo sua vida e a de toda a família (Verissimo, *arqui3*, p.103).

³⁶ Toríblio, cujas memórias de um conflito remontavam a Revolução de 1895 quando, ainda criança, assistiu ao cerco ao Sobrado, não esconde sua animação com o fato e, em conversa com o irmão Rodrigo, nota: “- Já pensaste que nós, tu, eu, os da nossa geração, ainda estamos virgem de guerra? [...] Não tivemos ainda o batismo de fogo. Se a situação continua, vamos acabar uns calça-frouxas sem serventia. Palavra de honra, acho que está na hora da gente ir para a coxilha” (Verissimo, *arqui1*, p.100).

³⁷ Toríblio também percebe mudanças significativas nos combates travados na Revolução de 1923, creditando à vida na cidade que teria amolecido os combatentes, como poderia ser observado em diferentes “- [...] filhos de estancieiros. Vão para Porto Alegre, para o Rio, ou para Paris [...] ficam uns almofadinhas, beijam as mãos das damas, se perfumam, quando voltam trocam a bombacha pelo culote [...] São uns bundinhas, não valem um caracol. Isso é ruim pro Rio Grande. Compara esta nossa revoluçãozinha mixe com a de 93. Naquele tempo, sim, se brigava de verdade, morria mais gente, não se andava fugindo do outro. Maragatos e pica – paus iam pra coxilha pra matar ou morrer” (Verissimo, *arqui1*, p.351).

Enquanto Bibiana e Maria Valéria³⁸ haviam travado suas guerras no Sobrado, Flora estava na iminência de enfrentar batalhas bem longe dali, no Rio de Janeiro, destino provável da família com a vitória do movimento revolucionário. Novo ponto de partida para velhas questões, de modo que, ao figurar os anos de 1930 e 1940, a narrativa reposiciona as opções políticas e pessoais iniciados na década anterior.

Flora, sua família e inúmeros outros gaúchos irão travar suas batalhas longe das coxilhas, impondo um ajuste de contas que será mais ou menos penoso, conforme o caso, mas que terá como consequência um novo trânsito entre o regional e o nacional. Assim, já durante o Governo Provisório as primeiras baixas de nomes como Lindolfo Collor, João Neves e Batista Luzardo atualizam a política da região, produzindo um inesperado movimento contrário a Getúlio Vargas gestado no próprio Rio Grande do Sul. Dissidências que, como observa Roque Bandeira, “completou a ruptura da família republicana gaúcha” (Idem, p.139).

Arranjos políticos que fazem com que, pela primeira vez, a família Cambará lute em campos opostos: enquanto Rodrigo é um colaborador do Governo Provisório, seu irmão Toríbio é comandante de um batalhão de revolucionários paulistas que tomam parte no levante de 1932³⁹. A instauração do Estado Novo em 1937 aprofunda as desavenças entre os irmãos, exigindo de Rodrigo um esforço renovado para justificar as transformações pelas

³⁸ Sandra Pesavento observa que Ana, Bibiana e Maria Valéria operaram na narrativa como um narrador de tipo arcaico, tal qual nomeado por Walter Benjamin, “pois elas representam aquele elemento que, fixo na terra, conta o que aconteceu um dia para os que não viram nem ouviram, mas que pela força da repetição do relato, passam também a repetir, por sua vez, a mesma história. Sua autoridade, ou a legitimidade de seu relato, lhes advém da própria narrativa, tantas vezes repetida, e da sua posição de fio-terra. Os homens morrem, as guerras se acabam, as mulheres ficam. Ficam para contar as histórias de guerra e guerreiros e de mulheres que ficam para lembrar. Há, sem dúvida, um poder e um saber nesta narrativa que se repõe pela via feminina” (Pesavento, 2001, p.188).

³⁹ Na celebração do ano novo de 1937 no Sobrado, Toríbio se recusa a brindar à saúde de Getúlio Vargas, bradando: “- Vocês são todos uns covardes! O Getúlio esbofeteia o Rio Grande, queima a nossa bandeira, rasga a nossa constituição, submete o país a uma ditadura sórdida e vocês ainda vão beber um brinde a esse pulha?” (Verissimo, arqui3, p.258).

quais passara o movimento revolucionário de 1930: da defesa do sufrágio secreto e livre para uma ditadura, a qual, também, aparece como solução para as demandas em torno da centralização do Estado, numa política capaz de aplacar interesses regionais vistos como particularistas. No entanto, a solução pela via ditatorial faz com que, longe de ser uma solução, a centralização se torne um problema, precisando ser constantemente defendida, tal qual faz Rodrigo:

- Não nego, o que temos aí é um governo de força [...] Mas vocês tem que reconhecer que sua finalidade [...] é entregar o Brasil [...] a si mesmo, ao seu grande destino. O Estado Novo visa preservar a ordem e a unidade nacionais, acabando com os regionalismos perniciosos [...] Não! As oligarquias tinham de acabar [...] (Verissimo, arqui3, p.238-239).

Interpelado pelo estancieiro santa-fezense Terêncio Prates, para quem “- sob o pretexto de evitar que o país caísse nas mãos do extremismo integralista ou do extremismo comunista” (Idem, p.238) instaurou-se o extremismo getulista, Rodrigo traça paralelos entre o positivismo castilhista e a ditadura estado-novista:

- Qual é a essência do castilhismo? [...] É o governo autoritário que não só administra como também legisla, sem os estorvos, as demoras e os bizantinismos dos regimes parlamentares, tão onerosos aos cofres públicos. Que liberdade política teve o Rio Grande durante a ditadura castilhista e borguista, hein?

- Pouca – concordou Terêncio - , mas tínhamos liberdades civis, que o Estado Novo agora nos nega.

- Aaah! – fez Rodrigo – Está vendo as coisas negras demais. O que tens de pensar é isto: o Estado Novo representa uma vitória do Rio Grande. Getúlio Vargas acaba de realizar o grande sonho da sua vida: projetar o castilhismo no plano nacional! (Idem, p.239).

A conversa entre os amigos se passa no final de 1937, quando Rodrigo está em Santa Fé para as festas de fim de ano e para a celebração do noivado de Jango, seu filho, com Sílvia, sua afilhada. Aqui, assim como ocorre ao longo de toda a trilogia, nota-se uma opção narrativa em que acontecimentos e espaços distantes ou alheios a Santa Fé, como o Estado Novo e Rio de Janeiro, apenas se realizam a partir da cidade serrana, onde os diálogos e

lembranças dos personagens acabam por inserir na narrativa as disputas de poder e as nuances políticas dos novos tempos.

3. O Rio Grande e seus enigmas.

- [...] Não é mesmo uma política surrealista, a nossa? (Verissimo, *arqui3*, p.143).

Como essa pergunta irônica, Roque Bandeira sintetiza os impasses vividos pelo Rio Grande do Sul e pelos Cambarás. Encruzilhada que marca, também, uma estrutura narrativa que ganhará forma especialmente em *O arquipélago*, última parte da trilogia.

Enquanto na primeira parte de *O tempo e o vento*, a maioria dos personagens que não pertencem à família Terra experimenta uma espécie de destino comum que alinhava vidas errantes num tempo e num espaço longínquos, o avanço da narrativa no tempo individualiza os personagens, principalmente os secundários, marcando-os por meio de gestos, ações e feições. Movimento que torna a narrativa mais complexa, figurando fatos e processos históricos a partir de diferentes pontos de vista, promovendo a desnaturalização de práticas que dariam suporte a uma identidade assentada em valores como honra, coragem e hombridade, constantemente atualizados em diferentes guerras e revoluções.

Enquanto em *O continente* o médico alemão e as mulheres Terra colocam em perspectiva os sucessivos conflitos desencadeados no Rio Grande do Sul, na terceira parte da trilogia, são personagens homens e naturais do extremo meridional do Brasil que assumem o estranhamento, ou até mesmo a crítica, diante de tais suportes identitários. Floriano Terra Cambará é, provavelmente, quem melhor sintetiza tal movimento, no entanto, personagens como Roque Bandeira e Arão Stein revelam que a desconfiança em relação ao regional como uma identidade não é uma atitude isolada, antes, encontra ressonância em outros personagens que, coletivamente, tecem diálogos que reconstroem a região.

Num caso ou em outro, a tensão entre sincronia e diacronia dá forma tanto à construção de uma identidade assentada em elementos como a guerra e a vida campeira,

como de sua desconstrução, que ganha contornos mais nítidos na fricção entre duas temporalidades: os anos de 1920 e de 1940. Nestes termos, três eventos são particularizados na narrativa, a Revolução de 1923, a Revolução de 1930 e a queda do Estado Novo em 1945, com vistas a articular duas perspectivas que, ademais, coexistirão especialmente nos diálogos travados na sala e no escritório do Sobrado, como se nota na conversa entre Roque Bandeira e o judeu comunista Arão Stein sobre o levante de 1923:

- Não vais negar – disse Tio Bicho – que mesmo sem levar em conta princípios e ideais, essa revolução tem seu lado bonito. Revela pelo menos a fibra da raça [...]

[...]

- Não sejas romântico. Não sejas obtuso. Esqueces que quem está morrendo na revolução é o homem do povo, o que sempre viveu na miséria, passando fome, frio e necessidades. Morrem porque são fiéis aos seus patrões, aos seus chefes políticos, ao seu partido, à cor de seu lenço. [...] Que é que o povo lucra com uma revolução como essa?

- Não acha que há uma certa beleza no fato de eles brigarem sem pensar em vantagens?

- Não acho. O erro está exatamente nisso. Deviam pensar em resultados materiais. Ser maragato ou republicano na verdade não significa nada. As revoluções se fazem para melhorar as condições sociais. Que é que esperas dessa revolução? O voto secreto? Mas de que serve isso se o povo não se educa, não aprende a usar o seu voto, a escolher o seu candidato? O que pode resultar dessa choldra toda é uma mudança de padrão [...]

[...]

- Não sei ... Pode ser que tenhas razão, mas deves compreender que fui criado no meio dessa tradição... Não sou indiferente a certos valores gauchescos. Nem todas as minhas leituras racionalistas conseguiram me imunizar contra esse micróbio. Quando leio sobre um ato de bravura, sinto um calafrio. Uma coisa te digo. Tem havido heróis de ambos os lados. Mesmo esses pobres-diabos pegados a maneador, às vezes brigam como gente grande, morrem peleando, não se entregam. Podes dizer o que quiseres, há um aspecto positivo nessa revolução (Verissimo, *arqui2*, p.17-18).

Se, por um lado, Roque Bandeira torna nítida uma perspectiva empenhada na desnaturalização da identidade gaúcha, por outro também se vê emocionalmente envolvido nas vitórias e derrotas de seus coetâneos. Nota-se, no diálogo transcrito, que a desconstrução da identidade gaúcha está baseada numa desconfiança acerca de suas particularidades. Stein,

por exemplo, procura articular o levante aos objetivos e demandas de outras revoluções pelo mundo, concluindo que “ser maragato ou republicano na verdade não significa nada”.

Significado vazio que coloca as rivalidades políticas e pessoais gestadas localmente em suspenso, promovendo uma quebra do nexo até então estabelecido entre local, regional e nacional. Em 1945, Floriano retoma a questão numa conversa com o mesmo interlocutor de Stein, Roque Bandeira. Agora, estão colocados em pauta marcadores sociais comumente mobilizados para dar suporte à identidade regional, e, conseqüentemente, para singularizar o gaúcho como tipo social. Para Floriano:

- [...] Existem ainda gaúchos que não conseguem examinar o Rio Grande e sua gente objetivamente, quero dizer, *sem verbalizações épicas*. Não procuram ver o que somos, temos e fazemos *hoje*, não enxergam a nossa realidade (para usar uma palavra perigosa), porque, por uma exigência de seu formidável superego, precisam acreditar nesse Rio Grande idealizado pela poesia, pela epopéia e pela mitologia (Verissimo, *arqui3*, p.290. grifo no original).

O presente a que Floriano faz referência é a década de 1940, o contexto pós – queda do Estado Novo, período no qual, como visto, diferentes intelectuais gaúchos empenhando-se num acerto de contas com a história, estabelecendo um novo lugar social e político para a ideia de região e, conseqüentemente, para o sentido de vocábulos como gaúcho e para experiências como as da guerra e das revoluções. Assim, trata-se de reconhecer o vazio da oposição entre pica-paus e maragatos, reconstruindo, em novas bases, os nexos entre o local, o regional e o nacional. Será, então, no quarto de um doente Rodrigo Cambará que essas questões ganham a narrativa, promovendo o desenrolar de animadas conversas, regadas com alguma cerveja e fumo, nos limites liberados pelos médicos do paciente.

Diferentemente dos antigos serões do Sobrado, as visitas, agora, limitam-se aos amigos mais íntimos e são marcadas pela angústia de uma morte que parece iminente. Os encontros também carregam em si as marcas da passagem do tempo, alguns envelheceram e

procuram justificar as escolhas políticas e pessoais feitas ao longo da vida, outros cresceram e interpelam os *habitués* dos antigos saraus com questões vez por outras incômodas, atualizando debates e lançando perspectivas diferentes sob temas antigos. Assim, as conversas entre o escritor Floriano Cambará, o irmão marista Toríbio⁴⁰, o militante do Partido Comunista Eduardo Cambará, o homem do Estado Novo Rodrigo Cambará, o estancieiro-sociólogo⁴¹ Terêncio Prates e o cético Roque Bandeira (ponto de ligação entre as duas gerações) inserem na narrativa os problemas do tempo presente, isto é, o final da década de 1940.

3.1. As encruzilhadas do presente.

As questões do presente começaram a ser gestadas tempos antes, na metade final do segundo volume de *O continente*. A narrativa avançou até as últimas décadas do século XIX e Santa Fé, lentamente, se integra ao mundo exterior, ou melhor, atualiza localmente acontecimentos, debates e disputas gestadas longe dali, num exercício capaz de revelar que, pouco a pouco, a pequena cidade serrana era integrada à nação e vice-versa. Os festejos em torno na elevação de Santa Fé à cidade, por exemplo, marcam a nova historicidade do lugar, afeita à nação, mas significada a partir da região.

As comemorações ocorridas nas noites de 24 e 25 de junho 1884, marcam, na narrativa, o início deste processo. Novamente, dois jornais revelam as tensões políticas e as rivalidades entre famílias locais.

⁴⁰ Trata-se de Zeca, filho de uma lavadeira e de Toríbio Cambará. O menino cresceu no Sobrado, e, adolescente foi reconhecido pelo pai, que sempre o protegera. Ao entrar para a ordem dos maristas, Zeca adota o nome do pai, morto havia pouco.

⁴¹ Filho do coronel Joca Prates, Terêncio era contemporâneo de Rodrigo Cambará e havia passado anos em Paris estudando Economia Política e Sociologia na Sorbonne, em busca de ferramentas para “escrever o livro definitivo sobre o nosso Rio Grande” (Verissimo, arqui1, p.220). A alcunha de “estancieiro-sociólogo” é atribuída por Rodrigo, entre o ciúmes do conterrâneo que vivera em Paris e a provação a um republicano fiel ao governo de Borges de Medeiros (Cf. Verissimo, arqui2, p.249).

As páginas do jornal *O Arauto* noticiam as celebrações promovidas pela Comissão Central de Festejos que incluíam uma solenidade no Paço Municipal e um Baile de Gala no qual seria homenageado o coronel Bento Amaral, “neto do fundador desta cidade, e por muitos anos chefe político liberal deste município” (Verissimo, continente2, p.277), alertando aos seus leitores que estas eram as únicas comemorações oficiais, ressalva que se fazia necessária, pois era sabido que

se organiza para a noite de amanhã uma festa de finalidade política e subversiva [...] uma farsa montada e ensaiada por maçons, livres - pensadores, hereges e mazorqueiros, cujo objetivo precípua é solapar o Regime, destruir a Família, menoscabar a Religião, atacar nosso querido e impoluto Soberano [...] Os verdadeiros patriotas hão de saber não só evitar a companhia desses traidores da Pátria como também dar-lhes o desprezo e o castigo que merecem (Idem, p.278).

Trata-se da festa promovida por Licurgo Cambará em seu Sobrado na mesma noite do Baile de Gala da programação oficial. *O Democrata* informa que na ocasião o líder republicano de Santa Fé iria alforriar seus escravos, além de “dezenove outros cativos, cuja liberdade foi comprada a seus senhores a peso de outro, com o dinheiro da caixa do nosso Clube [...]” (Idem, p.278). Assim, a família Cambará e o Clube Republicano convidavam “todos os santa-fezenses e forasteiros que simpatizam com a idéia abolicionista e que, mesmo não sendo republicanos, desejam ver implantado no Brasil um regime verdadeiramente igualitário” (Idem, p.278).

Como é possível inferir, *O Democrata* era ligado ao comitê local do PRR, sendo dirigido por Toríbio Rezende, um “baiano formado pela Faculdade de Direito de São Paulo” (Idem, p.284) que se mudara para Santa Fé em 1881 e dedicava-se à causa abolicionista. Já *O Arauto* era chefiado por Manfredo Fraga e financiado, em parte, pelo coronel Bento

Amaral⁴². Opondo monarquistas e republicanos, escravistas e abolicionistas, o Baile de Gala e a festa no Sobrado também opunham Amarais e Cambarás.

Ao recorrer aos jornais para explicitar uma nova faceta de uma antiga rivalidade familiar, a narrativa não apenas revela o modo como questões nacionais passam a orientar disputas locais, como também se utiliza do recurso de avançar e recuar no tempo para demonstrar como o diálogo entre o regional e o nacional repousa sobre um fio frágil, que é rompido e reconstruído frequentemente.

Ao optar por anunciar as celebrações em torno da elevação de Santa Fé à cidade pelos jornais locais, o narrador evidencia não apenas o correr do tempo, como também revela os grupos sociais diretamente envolvidos na questão, quais sejam, aqueles capazes de mobilizar politicamente a resolução da Assembleia Provincial eram também os envolvidos na produção dos jornais e, também, os leitores dos mesmos. Fandango, o velho capataz do Angico, que ouvia Licurgo animar-se ao falar sobre o fato de Santa Fé ter se tornado cidade, sobre a República e sobre a Abolição, parecia desconfiar de tudo, lhe parecendo improvável que a vida dos negros melhorasse após a Abolição ou que Santa Fé mudasse após ser decretada cidade:

- [...] Não nasci ontem [...] Dias atrás não se sabia de nada, Santa Fé era vila. Muito bem. De repente chega um desses tais de telegramas e começa a folia. A Assembléia resolveu que agora Santa Fé é cidade. Todo mundo fica louco, a festança começa [...] Mas, me diga, cambiou alguma coisa? Nasceu alguma casa nova, alguma rua nova, alguma árvore nova só por causa do decreto? Não. Pois é... Pura conversa fiada, hombre! (Idem, p.286).

No final do oitocentos, em meio à agitação republicana e abolicionista, Licurgo, até então pouco afeito aos debates políticos, se entrega às duas causas, movimento que, para o

⁴² Anos mais tarde, no cerco ao Sobrado durante a Revolução de 1895 os dias 24 e 25 de junho são novamente decisivos e, nesta ocasião, o velho Fandango utiliza “O Arauto” e “O Democrata” para animar o fogo que aquecia os homens em vigília (Cf. Verissimo, continente2, p.273).

narrador, é influenciado pelo convívio com o bacharel baiano Toríbio Rezende, bem como pela leitura dos artigos de Júlio de Castilhos em *A Federação*. Interessado de tal modo por estas ideias que “acabara quase fanatizado por elas”, Fandango observa: ““O Curgo tem três amantes: a República, a Abolição e a Ismália” (Idem, p.288).

Para o velho peão, apenas o amor por Ismália Caré parecia plausível, não havendo base material que justificasse a sedução pelas outras duas causas. De certo forma, o entusiasmo de Licurgo era constantemente interpelado pelo realismo de Fandango e da avó Bibiana⁴³, evidenciando que, mesmo tomando parte nos debates estaduais e alinhando-se a movimentos políticos nacionais, as ideias formuladas localmente circulam de maneira restrita, mobilizando pequenos grupos e sendo olhadas com desconfiança ou até mesmo desprezo por aqueles que não estão diretamente envolvidos em suas formulações⁴⁴. Bibiana, por exemplo, repreende Licurgo e ao fazê-lo, evidencia o embate entre os ideais do neto e a realidade do cotidiano da avó:

- Já pensaram no que é que vão dar pra essa negrada comer agora de manhã?
- Não.
- Pois é. Vassuncês só pensam em bobagens, em discursos. A velha é que tem de tratar comida. Carta de manumissão não enche barriga de ninguém (Verissimo, continente2, p.290-291).

Se no dia seguinte à comemoração, Bibiana precisou providenciar comida para os escravos que haviam dormido amontoados no porão do Sobrado, a festa da noite anterior havia evidenciado o teste do concreto ao que foram submetidas os ideais republicanos e abolicionistas de Licurgo e de seus correligionários:

⁴³ Bibiana, por exemplo, esfria as expectativas do neto que animado com o nascer do dia em que concederia alforria aos seus escravos recebe da avó uma resposta seca: “- Quando vassuncê chegar à minha idade, vai ver que no final de contas todos os dias são iguais” (Verissimo, continente2, p.293). Ver, ainda, Idem, p.289; p.291

⁴⁴ Fato que parece não incomodar Toríbio Rezende, para quem, a despeito da ausência de base material, a República viria por meio de uma ‘revolução de ideias’, conduzida pela pena de Júlio de Castilhos afinal “estamos no século do progresso, do caminho de ferro, do vapor, do telegrafo elétrico, da fotografia....[...] A era da barbárie já passou” (Idem, p.312).

Por entre alas de convidados os pretos entravam na sala [...] acanhados, de cabeça baixa, sem ousarem olhar para os lados, aproximavam-se de Licurgo, recebiam o título e beijavam-lhe a mão; alguns ajoelhavam-se depois diante da cadeira em que dona Bibiana estava sentada e levavam aos lábios a fímbria de sua saia [...] Houve, porém, um deles que entrou de cabeça erguida, olhou arrogante para os lados, como num desafio, recebeu o título e, sem o menor gesto ou palavra de agradecimento, fez meia-volta e tornou a voltar para o quintal, impassível [...] Licurgo acompanhou-o com um olhar furibundo [...] Merecia uns bons chicotaços na cara [...] (Idem, p.354).

O anfitrião, no entanto, se esforçava para ver naquele momento uma “hora histórica”, mas, lhe desagradava

ver aqueles negros molambentos e sujos, de olhos remelentos e carapinha encardida a exhibir toda a sua fealdade e miséria naquela casa iluminada [...] O pior era que o Sobrado já começava a cheirar a senzala. Foi com um suspiro de alívio que entregou o último título. E quando o último escravo desapareceu na cozinha, houve um momento de silêncio e imobilidade, como se os convidados esperassem de Licurgo algumas palavras. Mas quem falou primeiro foi a velha Bibiana:

- Agora abram as janelas para sair o bodum! (Idem, p.355).

Em certo sentido, a luta pela Abolição e pela República não se dá nas coxilhas com gaúchos matando e morrendo do alto de seus cavalos, antes, a disputa está no campo das ideias e dos discursos políticos que, ao fim e ao cabo, ninguém nascido em Santa Fé consegue manejar com precisão. O padre italiano Romano, o médico alemão Winter e o bacharel baiano Toríbio Rezende são os mais eloquentes e tem seus discursos frequentemente postos à prova pelo realismo daqueles gaúchos pouco habituados a lutar desarmados.

Os anos passam e na década seguinte à Proclamação da República, o Rio Grande do Sul está de armas em punho em batalhas que irão opor Júlio Castilhos, articulador do PRR, e Gaspar Martins, líder da reação contra Castilhos e articulador do Partido Federalista. Em 1895, a oposição maragatos/federalistas e pica-paus/republicanos ganha nitidez e, quase três décadas depois, a campanha de 1923 atualiza as rivalidades e os conflitos. Em *O tempo e o vento*, a oposição a Borges de Medeiros reúne Cambarás, pica-paus históricos, e maragatos

numa mesma luta, o que não ocorreu sem que Licurgo permanecesse constrangido por lutar ao lado daqueles que na Revolução de 1895 haviam atacado o Sobrado.

Em 1923, um velho federalista santa-fezense repetia em discurso a afirmação do líder Gaspar Martins, para quem: “ideias não são metais que se fundem!” (Verissimo, arqui1, p.177). O conflito de 1923 marca, precisamente, o momento em que o movimento das ideias se torna mais nítido na narrativa, ainda que num sentido oposto daquele afirmado pelo velho federalista, pois, as rivalidades e vaidades políticas de Santa Fé concorrem para demonstrar que as ideias, sim, se fundem⁴⁵, num movimento que, iniciado em 1923, terá seu capítulo decisivo em 1930, quando, finalmente, as famílias de federalistas e republicanos santa-fezenses se reúnem num mesmo bloco, fundido ideias e se lançando à mesma luta, ainda que, alguns, como Rodrigo não deixassem de achar curioso o fato de “os inimigos de ontem” estarem de “braços dados, lenços brancos, verdes e vermelhos amarrados num só nó de amizade” (Idem, p.93).

Se a passagem do tempo tornou Santa Fé menos indiferente ao que acontecia em seu entorno, ampliando suas relações com a política regional e redefinindo posições anteriormente consagradas no interior das famílias locais tradicionais, ela também tornou possível o processo de fundição de ideias, de modo que, progressivamente, o sentido das ideias passou a ser alterado pelos homens.

No cerco ao Sobrado em 1895, por exemplo, os meninos Rodrigo e Toríbio brincam de “revolução” e nenhum dos dois queria ser maragato⁴⁶. No Angico, em 1923, os meninos

⁴⁵ O contraponto entre as ideias e o mundo concreto reaparece após a assinatura do Pacto de Pedras Altas que é celebrado pelos Cambarás como uma vitória do assismo, ainda que Borges de Medeiros tenha permanecido do poder, mas, afinal, “não se trata de homens, mas de idéias!” (Verissimo, arqui2, p.97).

⁴⁶ O Sobrado está cercado pelas forças federalistas e os meninos procuram se distrair. Toríbio convida o irmão para brincar de revolução propondo: “- eu sou republicano e tu é maragato”, Rodrigo recusa e propõe o inverso: “- não. Eu sou republicano e tu é maragato”. Sem chegarem a um acordo, Toríbio faz uma nova proposta: “- [...] Então vamos brincar de guerra de livro”, ganhando a pronta aprovação do irmão: “- isso mesmo! Eu sou

Edu e Jango (filhos de Rodrigo) acompanham eufóricos os preparativos para a Revolução que se avizinhava, ostentando “seus lenços colorados, andavam de bombachas, com pistolas na cintura e passavam as horas ‘brincando de revolução’” (Verissimo, *arqui1*, p.306). Entre os adultos, Toríbio ostenta um lenço vermelho de maragato e Rodrigo parece não dar valor as distinções, enquanto Licurgo incomoda-se com “aquelas rútilas cores maragatas drapejando ao vento e ao sol da manhã [...]” (Idem, p.307) demonstrando que para aquele velho republicano, fundir ideias era um processo cuja artesanania ele parecia dominar timidamente⁴⁷.

Fundindo ideias, articulando levantes e se empenhando em conflitos armados, os caminhos das Revoluções de 1895, de 1923, de 1930 revelam outro sentido para a guerra na região: os campos de batalha importam menos que os homens e as ideias mobilizados em torno deles, ponto decisivo para a construção de uma memória coletiva sobre as lutas e as guerras travadas em território sulino.

No final de 1945, é justamente esta memória que será colocada em perspectiva por Floriano que buscará, então, circunscrever a relação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil em termos novos. Apoiado nos versos de John Donne⁴⁸, “nenhum homem é uma ilha, mas um pedaço do Continente [...]” (Verissimo, *arqui1*, p.257), Floriano enuncia a questão como sendo a das relações possíveis entre as ilhas e o arquipélago. Assim, “o diabo é que cada um

francês e tu prussiano” (Verissimo, *continente1*, p.203). Quando o cerco termina, as crianças comemoram: “[...] O Sobrado ganhou a guerra! Viva! Viva! [...]” (Verissimo, *continente2*, p.396). Uma guerra entre maragatos e federalistas, é também um enfretamento entre os Amarais e os Cambarás, a Intendência Municipal e o Sobrado.

⁴⁷ Em meados de 1922, Licurgo Cambará se vê chefe do Comitê santa-fezense de apoio à candidatura do federalista Assis Brasil e desaba com Rodrigo “- E o senhor pensa que eu estou satisfeito por ver toda essa gente de lenço vermelho dentro da minha casa? Em 95 eles estavam do lado de fora atirando contra nós, contra mim, contra sua mãe, contra sua tia, contra seu irmão, contra o senhor, com os meus amigos. Pensa que m’esqueci?” (Verissimo, *retrato1*, p.318).

⁴⁸ Trata-se da referência a “Meditações XVII” de John Donne, popularizados ao serem utilizados por Ernest Hemingway em *Por quem os sinos dobram*. No original, Donne escreveu: “No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main. If a clod be washed away by the sea, Europe is the less, as well as if promontory were, as well as if a manor of thy friend’s or of thine own were. Any man’s death diminishes me, because I am involved in mankind; and therefore never send to know for whom the bell tolls; it tolls for thee”.

de nós *é* mesmo uma ilha, e nessa solidão, nessa separação, na dificuldade de comunicação e verdadeira comunhão com os outros, reside quase toda a angústia de existir” (Idem, p.257. grifo no original).

Angústia que decorreria da precariedade da comunicação entre as ilhas, dependente de “pontes que o vento leva, às vezes apenas sinais semafóricos, mensagens truncadas escritas num código cuja chave ninguém possui” (Idem, p.257). Assim, o irmão Eduardo teria encontrado seu continente no Estado Socialista, ou mesmo na luta pela “salvação do proletariado mundial”, já Zeca teria em Deus o seu Grande Continente, enquanto outros, como Floriano, se empenhariam na feitura de romances como forma de criar “meios de comunicação entre as ilhas [...] construir pontes...inventar uma linguagem” (Idem, p.258).

Dando as suas considerações um caráter bastante individual e abstrato, Floriano é provocado pelo pai que pede ao romancista que traga sua teoria para o Rio Grande do Sul, questionando-o sobre “como vêes o problema das nossas ‘ilhas’” (Idem, p.258). Floriano passa, então, a tecer sua resposta, provocando logo no início:

- que tem sido a vida política do Rio Grande do Sul nos últimos cinquenta anos senão uma série de danças tribais ao redor de dois defuntos ilustres? Refiro-me a Júlio de Castilhos e Gaspar Martins. Sempre foi motivo de orgulho para um gaúcho que se preze sacrificar-se pelo seu chefe político, pelo seu partido, pela cor de seu lenço (Idem, p.258).

Enxergando nessas danças tribais uma irracionalidade que estaria na base da aceitação da autoridade e da legitimidade de figuras tão diversas como Castilhos, Gaspar Martins, Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e, finalmente, Getúlio Vargas, todos apoiados em “amigos, peões, capangas, criados, [...] ‘crentes’ que formavam a massa do eleitorado em tempos de eleição e engrossavam os exércitos em tempos de revolução” (Idem, p.258-259). Procurando a racionalidade do irracional, Floriano conclui que todos esses homens eram “ilhas abandonadas” que “procuravam integrar-se na terra firme do Continente num processo

contínuo de integra-se e reder-se que as descentrava de seu próprio mundo, transferindo tal centro para o chefe político ou para o corpo místico do Partido” (Idem, p.259).

3.2. Um continente, algumas ilhas e a encruzilhada das ideias.

Da fragmentação do arquipélago para a unidade do continente, caminho percorrido pela narrativa de *O tempo e o vento* e que parece encontrar seu ponto decisivo justamente no retrato de Rodrigo Cambará⁴⁹, homem vaidoso e voluntarioso, capaz de alterar bruscamente os hábitos da família e de concorrer com seu engenho para a consolidação de práticas econômicas e políticas associadas ao Estado Novo.

Enfim, movimento que orienta, os pactos de coesão social que se apoiam na tensão regional/nacional que são atualizadas nos anos de 1940⁵⁰. Na trilogia de Erico Verissimo, os Cambarás e o Rio Grande do Sul se perderam no Rio de Janeiro e estão às voltas com uma procura de si mesmos e dos outros. A região aparece, assim, como o espaço capaz de dar suporte à construção de uma nova memória para o presente. Novamente, é Floriano quem enuncia a questão de maneira clara:

- Repito que muitos gaúchos alimentam ainda uma bela ilusão, acreditam num Rio Grande que não existe. Confundem o tradicional com o apenas velho. O autêntico com

⁴⁹ Apresentado em suas vaidades, vícios e virtudes, Rodrigo Terra Cambará é um dos personagens masculinos mais complexos da narrativa, permanentemente dividido entre o campo e a cidade, a cultura e a guerra, o luxo e a caridade. Dualidades figuradas no retrato a óleo pintado pelo espanhol radicado em Santa Fé, Don Pepe Garcia, autor da pintura em que “estava, nas cores mesma da vida, [...] Rodrigo Cambará, todo vestido de preto [...], a mão esquerda metida no bolso dianteiro das calças, a direita a segurar o chapéu-coco e a bengala. O sol tocava-lhe o rosto. O vento revolvía os cabelos. E havia no semblante do moço do Sobrado um certo ar de altivez, de sereno desafio. Era como se – dono do mundo- do alto da coxilha ele estivesse a contemplar o futuro com olhos cheios de uma apaixonada confiança em si mesmo e na vida” (Verissimo, retrato1, p.124).

⁵⁰ Winter já havia recorrido à metáfora do arquipélago para descrever Santa Fé, sem, contudo, articulá-la à ideia de ilha. Para o médico alemão “[...] Este pequeno arquipélago de Santa Fé não está propriamente no Mar Tenebroso, mas sob sua aparência de quietude e rotina tem também os seus dramas [...] Eu os vejo, eu os cheiro, eu os ouço [...] Há dramas no casarão do velho Amaral. Dramas nas casas dos colonos da Nova Pomerânia. Dramas até no quintal do vigário, meu vizinho e inimigo [...]” (Verissimo, continente2, p.156).

o puramente pitoresco. Parecem não ter compreendido que bombacha não é adjetivo qualificativo, mas substantivo comum (Verissimo, *arqui3*, p.292).

Colocando as particularidades sulinas em xeque, Floriano inicia a revisão das ilusões sobre um passado que, ao fim e ao cabo, não existiria. O esforço para dissociar o tradicional e o velho assenta-se justamente na necessidade de atualizar o passado da região, dando forma a um Rio Grande do Sul que possa, efetivamente, existir como realidade presente, capaz de inscrever a história em novas balizas interpretativas, afirmando o sentido nacional de sua formação e, conseqüentemente, de seus erros e acertos. Como consequência, o ocaso do Estado Novo e todas as suas mazelas não decorreriam de singularidade gaúchas, mas estariam referidas ao conjunto da nação.

Os argumentos de Floriano encontram desenvolvimento, ainda, na fala de outros dois interlocutores: Roque Bandeira e Terêncio Prates, o estancieiro- sociólogo. Para o primeiro, o comportamento político e social dos gaúchos “tem sido muitas vezes condicionado pela nossa mitologia e por nossos hábitos verbais” (Idem, p.292), sendo necessário, portanto, “fazer o gaúcho apeiar desse cavalo simbólico no qual está psicologicamente montado há mais de dois séculos” (Verissimo, *arqui3*, p.292).

Para Terêncio, a argumentação de Bandeira se afigura como um disparate, afinal, “se nós os gaúchos jogarmos fora os nossos mitos, que é que sobra?” (Idem, p.292). Pergunta retórica que serve para Floriano sintetizar uma posição que sendo pessoal, é também a de parcela importante dos intelectuais sulinos de seu tempo: “- Sobra o Rio Grande, doutor. O Rio Grande sem máscaras. O Rio Grande sem belas mentiras. O Rio Grande autêntico. Acho que à nossa coragem física de guerreiros devemos acrescentar a coragem moral de enfrentar a realidade” (Idem, p.293).

Mesmo se lançando na construção de um Rio Grande sem máscaras, Floriano também procura o autêntico, ainda que o localize fora do que considera ser uma “mitologia fabricada por uma literatura duvidosa e feita sob encomenda” (Idem, p.293), produzindo um “civismo convencional de grupo escolar” (Idem, p.293) que projeta os heróis da história sulina num “plano ideal, com prejuízo de sua humanidade, de sua autenticidade, de sua verdade existencial” (Idem, p.293). Apostando na concretude das relações sociais, Floriano convida os interlocutores, e o leitor, a reexaminar o Rio Grande do Sul despidos dos mitos em torno do gaúcho e da vida campeira. Feita as contas, sobra justamente a região, resultado de um “amálgama de raças no tempo e no espaço” que será, ainda e sempre, o Rio Grande do Sul:

teremos nosso jeito peculiar de falar, de gesticular, bem como um jeito de ser, de pensar, de amar e de odiar, de cantar e dançar, de trabalhar e de sonhar... E os mesmos misteriosos laços de solidariedade e amor (apesar de nossos ressentimentos periódicos de irmão que se sente esquecido ou injustiçado) continuarão a nos prender ao resto do Brasil (Idem, p.294).

Sensação de injustiça que percorre toda a narrativa de *O tempo e o vento*, sendo nomeado por diferentes personagens e de diversos modos, em reflexões solitárias ou em diálogos animados por rivalidades gestadas aqui ou alhures, sem que isto importasse decisivamente. Nos idos de 1835, o narrador avalia:

parecia que a Corte achava que os continentinos só serviam para brigar com os castelhanos [...] terminada a luta, cessavam de pagar o soldo às tropas e esqueciam-se de resgatar as requisições. E pouco lhes dava que a guerra tivesse dizimado os rebanhos e destruído as lavouras do Continente (Verissimo, continente1, p.343).

Às vésperas da eclosão da Revolução Farroupilha, Pedro Terra avaliava que a Corte era “pior que gafanhoto, pior que ferrugem” (Idem, p.343). Pouco mais de cem anos após a Farroupilha, um enfermo Rodrigo Terra Cambará (tataraneto de Pedro Terra) se empenha em defender o Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas. Enquanto, para alguns, o segundo

havia traído o Rio Grande do Sul ao promover a centralização política e administrativa do país, para Rodrigo, esta havia sido justamente a virtude do ditador, que, ao dirimir as disputas locais pelo poder, reuniu maragatos e republicanos num bloco que amparou seu governo e promoveu a dinamização do Rio Grande do Sul e sua projeção no cenário nacional (Cf. Verissimo, *arqui3*, p.124-125).

Demonstrando os diferentes sentidos assumidos pela centralização ao longo da vida política nacional, tanto o desabafo de Pedro Terra, quanto o acalorado debate entre Rodrigo e Terêncio Prates imediatamente após a queda do Estado Novo ordenam uma narrativa empenhada em remontar a historicidade dos processos sociais por meio das inúmeras idas e vindas da política, dos conflitos familiares e pessoais que, no limite, orientam a história⁵¹.

O movimento desencadeado em 1930 e protagonizado por gaúchos como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha etc., dominou a cena política por quinze anos, sete dos quais sob a ditadura do Estado Novo. *O tempo e o vento* não é, contudo, uma narrativa sobre a ascensão desses homens, ao contrário, o período apenas existe por meio da rememoração dos personagens, bem como de conversas e opiniões trocadas, preferencialmente, no quarto do Sobrado em que Rodrigo Cambará tenta se recuperar de três infartos e de uma crise pulmonar, de modo que o tempo presente existe apenas como memória. Assim, *O tempo e o vento* produz uma narrativa sobre esta memória, ou seja, uma narrativa empenhada em reconstruir os caminhos que produziram a crise experimentada nos anos de 1940.

⁵¹ Pessoalmente, a queda do Estado Novo representa não apenas a diminuição da influência política e social de Rodrigo Cambará, como também marca seu declínio físico, pois, de acordo com ele, aquela era a primeira vez que um “Cambará assiste a uma batalha deitado” (Verissimo, *arqui1*, p.238). Impedido de tomar parte na agitação que se segue, pois está “atirado em cima de uma cama, reduzido a uma imobilidade exasperante. E esquecido! Completamente a margem da vida política. Os amigos não lhe escrevem. Getúlio Vargas não respondeu ainda à sua última carta” (Idem, p.238). No limite, a própria linhagem dos Cambarás está saindo de cena.

Em 1937, Rodrigo fez um breve balanço sobre sua adesão à ditadura varguista, a qual significava, também, a adesão à centralização e a coalizão com forças militares, efeitos bastante diversos daqueles imaginados quando da eclosão da Revolução de 1930:

[...] Esses maldizentes profissionais não sabem da missa a metade. A enxurrada de 30 levou para o Rio o que este pobre país tinha de mais corrupto... ou de mais corruptível. Todos nós fizemos o que foi humanamente possível fazer. No entanto houve momentos em que tivemos de transigir para evitar o pior. Engoli esse Estado Novo, mas a verdade é que não o digeri ainda. Não me agrada a posição de comparsa do Goés Monteiro e de seus generais. O que temos agora é uma ditadura facistóide. (Por sorte Getúlio é um homem sereno). Seja como for, o Rodrigo Cambará de 1930 há esta hora já estaria na coxilha, de armas na mão, para derrubar este novo governo. Mas acontece que sou o Rodrigo Cambará de 1937. Há coisas irreversíveis. O tempo, por exemplo. A morte. O remédio é levar adiante a comédia, representar a sério. O pano está erguido e os olhos do público em cima de nós. Já decorei o meu papel – o mais difícil da minha vida. Representá-lo direito é no momento a única esperança de salvação (Verissimo, *arqui3*, p.188).

A inesperada proeminência assumida pelos gaúchos no pós-1930 pode explicar a sensação de Rodrigo de que “o pano está erguido e os olhos do público em cima de nós”, contudo, mesmo com seu papel decorado, Rodrigo não parece seguro quanto à receptividade da plateia, única capaz de promover a salvação de si próprio e dos seus. Em 1937, Rodrigo enfrenta questões colocadas desde os tempos em que era um jovem médico às voltas com planos para a modernização de Santa Fé, do Sobrado e do Angico, buscando conciliar sua visão da tradição a sua versão do progresso. Espaços, pessoas e virtudes heterogêneas, todas no meio do caminho entre o campo e a cidade, a guerra e a paz, a tradição e a modernidade.

4. O fim e o princípio: a meta-literatura de Floriano.

Era uma noite fria de lua cheia. As estrelas cintilavam sobre a cidade de Santa Fé, que de tão quieta e deserta parecia um cemitério abandonado (Verissimo, continente1, p.21 e Verissimo, arqui3, p.458).

Este parágrafo abre e encerra a trilogia de *O tempo e o vento*. Em *O continente*, o leitor é apresentado a Santa Fé por um narrador anônimo. Em *O arquipélago*, o leitor se despede da cidade pelas linhas escritas por Floriano, as primeiras de seu novo livro sobre o Rio Grande do Sul. Assim, “o livro que Floriano Cambará imagina é precisamente o romance que Erico Verissimo escreveu. Assim, a narrativa fecha-se circularmente, voltando ao seu início”⁵² (Chaves, 2000, p.69).

Nos episódios intitulados “Caderno de Pauta Simples” estão as reflexões de Floriano sobre a “natureza do romance que está nascendo” (Idem, p.71), de modo que o personagem – autor se reconhece como uma “‘testemunha da história’, cuja função primordial será estender as pontes entre as ilhas do arquipélago” (Idem, p.71). Como nota Antonio Candido, o “Caderno de Pauta Simples” abarca as reflexões de Floriano e do grupo, repondo a coletividade que havia se perdido ao final de *O continente* (Cf. Candido, 1972, p.45), problematizando a figura do intelectual, mas também retomando, do ponto de vista da ficção, a trajetória daqueles que não sendo seus parentes, concorreram para a formação do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, teceram alguns fios das encruzilhadas da memória.

Além de apresentar a trajetória do pai e da família, o olhar de Floriano conduz o leitor pelos caminhos de uma nova temporalidade, os anos de 1940, e de novos espaços. Vendo a si

⁵² Analisando o mesmo tema, Regina Zilberman avalia que “[...] *O Arquipélago* repete a frase de abertura de *O Continente*, remetendo o leitor ao livro original. Na volta, entretanto, o leitor já não é o mesmo, pois o escritor também mudou: não é mais o narrador anônimo, mas o familiar Floriano, e seu texto não é mais um mito de origem, mas a versão ficcional do passado sul-rio-grandense e do percurso de sua família” (Zilberman, 1995, p.363).

mesmo como um “[...] turista dentro da família” (Verissimo, *arqui1*, p.35), e sendo visto por seu antigo amigo e interlocutor, Roque Bandeira, como uma espécie de turista dentro de sua própria obra:

- Queres que te fale com franqueza? O que me desagrada nos teus romances é...vamos dizer...a posição de turista que assumes. Entendes? [...]. Não metes a mão no barro da vida.

[...]

[...] O que dá a um romance a sua grandeza não é nem o seu conteúdo de verdade cotidiana nem o seu tempero de fantasia, mas o momento supremo em que o autor agarra o touro pelas aspas e derruba o bicho [...] O que te falta como romancista, e também como homem, é agarrar o touro a unha...

[...]

É um homem sem raízes [...]. Não creio que um romancista como tu assim desligado de sua querência e de seu povo possa fazer obras de substância. Tuas histórias se passam num vácuo [...]. É muito bonito dizer que tal ou tal tipo não tem pátria porque é universal. Mas nenhuma personagem da literatura se torna universal sem primeiro ter pertencido a alguma terra, a alguma cultura.

[...]

Acho que deves dar o teu primeiro passo na direção do ‘touro’ reconciliando-se com o Rio Grande, com os Terras, os Quadros, os Cambarás. Bem ou mal, foi aqui que nasceste, aqui estão as tuas vivências.

[Floriano] – É curioso, mas está repetindo exatamente o que tenho dito a mim mesmo nestes últimos anos, principalmente nos que passei no estrangeiro (Idem, p.69-76).

Sugerindo ao amigo que agarre a vida “a unha”, Bandeira recomenda que Floriano se reconcilie com a herança familiar e com o Rio Grande do Sul, pois, num caso e em outro, trata-se do espaço social de suas experiências. Tanto na percepção do jovem escritor, quanto na de seu crítico, Floriano seria um turista, bastante observador, mas sempre de passagem, condição que lhe impediria de fincar os pés no chão do Rio Grande, bem como de aceitar plenamente as contradições de sua herança familiar. Para além de um problema específico de Floriano, ao longo da narrativa observa-se que, assim como o escritor – turista, são muitos aqueles que estão de passagem, transitando entre o campo e a cidade, entre a região e a nação, entre a guerra e a paz.

A experiência social decorrente de viver nesta espécie de meio do caminho, um pouco aqui e ali, em meio à castelhanismos e lusitanismos; ao pampa e a cidade, oferece suporte a uma narrativa que constrói a margem como seu espaço literário enfrentando o dilema da realização da heterogeneidade, isto é, de uma mistura, a um só tempo, problemática e indispensável, ponto de partida para a distinção de espaços e de temporalidades que conformam uma experiência social cindida pela experiência da vida na fronteira (Cf. Sarlo, 2008, p.49).

Nesses termos, Floriano se propõe em seu “Caderno de pauta simples” a traçar um plano para um romance. Ao observar a Praça da Matriz de Santa Fé, o autor se pergunta como faria para integrar a paisagem neste romance imaginado, começaria “– do particular para o geral? [...] Ou partir do geral e descer ao particular?” (Verissimo, *arqui2*, p.317). Sem chegar a uma solução, pois considera que nos dois casos faria apenas um inventário que não daria ao leitor uma ideia geral do quadro, Floriano parece resignado, afinal “[...] que importância real poderá ter a descrição duma paisagem numa história de seres e conflitos humanos?” (Idem, p.358).

Lançando uma provocação ao leitor que procurará enquadrar *O tempo e o vento* na longa linhagem dos romances regionalista, classificação pouco explicativa, pois excessivamente genérica e capaz de abarcar obras bastante dispare, a meta-literatura de Floriano acaba por lançar uma desconfiança não sobre o modo como o livro estava sendo escrito, mas, sim, sobre o modo como vinha sendo lido até aquele volume, o penúltimo da série. Talvez procurando controlar a recepção do livro que já tinha cinco partes publicadas, talvez levando ao limite o questionamento sobre a singularidade do homem sulino e da experiência social no extremo meridional do Brasil, o fato é que a desconfiança sobre essas

particularidades já aparecera na trilogia especialmente a partir das falas e pensamentos do médico alemão Carl Winter que se tornaria grande amigo de Bibiana Terra.

Para o doutor, contudo, antes de uma desconfiança em relação às singularidades sulinas, nota-se uma espécie de aceitação ambígua, entre o sério e o jocoso, que se expressa especialmente no modo como retrata a “comédia provinciana” da qual se sente parte:

E sabes [...] o que me impressiona nesta gente? É o ar natural, terra-a-terra com que dizem e fazem as coisas mais dramáticas. Estou já começando a descobrir diferenças entre os habitantes das várias regiões desta província. Os da fronteira são mais dramáticos e pitorescos que os da região missioneira. Gostam de cores vivas, falam mais alto, contam bravatas e amam os gestos e frases teatrais [...] Perdoa-me estas minúcias. Quando vivemos por muito tempo num mundo tão limitado e pobre como este, acabamos conferindo importância às suas intriguinhas, às suas pessoinhas e às suas coisinhas uma importância universal (Verissimo, continente2, p.129).

Pedido de desculpas que dirigido ao destinatário da correspondência, o também alemão Koseritz, parece se estender ao leitor.

Capítulo 6

A narrativa e seus engenhos: patriarcado e memória no *Ciclo da cana-de-açúcar*

O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus.
José Lins do Rego, *Menino de engenho*.

Para o menino Carlinhos, narrador personagem de *Menino de engenho* e *Doidinho*, a única vaidade de seu avô, o coronel José Paulino, era “descansar os olhos em horizontes que fossem seus”, metáfora que descreve os latifúndios que o avô possuía, bem como indica que, sob olhar do senhor, pessoas e coisas eram classificadas, garantindo a reprodução, no tempo e no espaço, da propriedade da terra e, especialmente, do domínio sobre ela, produzindo, como será visto, posições sociais de mando e de obediência nitidamente fixadas e pouco intercambiáveis, capazes de darem suporte ao patriarcalismo como um sistema de relações sociais.

A trajetória do núcleo familiar em torno de José Paulino é o ponto de partida para a descrição do engenho e das relações sociais que, a um só tempo, lhe davam suporte e eram por ele produzidas. Para tanto, a narrativa percorre a formação de Carlinhos, cujas memórias da infância e da adolescência são a porta de entrada para os engenhos da várzea do Rio Paraíba e, especialmente, ponto de partida para a construção de uma memória capaz de trazer à tona gestos e hierarquias, atores e processos sociais caros ao universo canavieiro. Em termos literários, conforme a narrativa avança não apenas o menino se torna homem, como

também o narrador apura sua percepção sobre o mundo ao seu redor, evidenciando uma espécie de paralelismo entre a formação do personagem e a estruturação da voz narrativa¹.

Na fricção entre os dois planos constrói-se o tema literário do *Ciclo da cana-de-açúcar*: a configuração de um sistema de relações sociais capazes de orientar a formulação de uma visão de mundo baseada em modelos de classificação social advindos do patriarcalismo e singularizada pela experiência regional. Assim, nas oscilações do narrador personagem é possível observar o trânsito entre a infância e a vida adulta, isto é, de um narrador oral que descreve a experiência para outro que narra a lenta decadência dos senhores rurais (Cf. Russotto, 1987, p.I –VI). Na medida em que circunscreve a lenta percepção da morte do avô e da decadência do Santo Rosa², Carlos de Melo refina suas observações sobre o engenho e sobre si, dinamizando os acontecimentos e a relação entre os personagens, conferindo densidade à percepção do mundo por parte de Carlos e, progressivamente, incluindo o ponto de vista de terceiros.

Sem Carlos de Melo que, ao final de *Banguê*, comprara uma “passagem de trezentos contos para o mundo” (Rego, BANG, p.237-238), as narrativas de *Usina e Fogo morto* optam por reconstruir o universo dos engenhos por meio de outros pontos de vistas, figurando, assim, o morador de engenho, o cangaceiro, o trabalhador do eito, bem como uma figura nova: o usineiro. Deste modo, a reconstrução da experiência social em torno dos engenhos de cana-de-açúcar é estruturada numa narrativa que ao figurar os dramas

¹ Em seu estudo sobre *Doidinho*, Margherita Russotto sublinha esta característica do *Ciclo da cana-de-açúcar* articulando - a uma prática comum em romances memorialistas já que “a luta por atingir uma imagem definida do protagonista é também luta pela definição do ponto de vista” (Russotto, 1987, p.II).

² A associação entre morte e decadência é cara também a Gilberto Freyre e pode ser observada, especialmente, na Introdução à segunda edição de *Sobrados e mucambos* (1961). Observa o autor: “também a decadência moral e material dessas mesmas casas e sobrados e dos túmulos das famílias, às vezes monumentais, constitui índice valioso de desintegração do patriarcado nas diversas áreas onde sua presença foi um dia imperial” (Freyre, 2003, p.91). Ao longo do texto, “a preocupação com a morte assume, às vezes, o lugar da reflexão sobre a decadência. Morte como metáfora da decadência. Morte do indivíduo como metáfora da decadência social” (Bastos, 2006, p.40).

característicos do lugar acaba por enunciar a tragédia de estar vivo num mundo prestes a se desagregar (Cf. Goldmann, 1959).

1. Um narrador personagem: Carlinhos e o Santa Rosa.

E um sonho de menino é maior que de gente grande, porque fica mais próximo da realidade (Rego, ME, p.101).

Em meio a um acesso de loucura, o pai de Carlinhos assassina Clarisse, sua esposa e mãe de seu filho. Mesmo sem ter presenciado a cena, o menino percebeu, pela movimentação dos soldados e pela conversas das criadas, o que havia se passado. Um pai sem nome³ e a saudade da mãe irão marcar o menino, sendo lembrados como capazes de encher “a vida inteira de uma melancolia desesperada” (Rego, ME, p.36-37), transformando Carlinhos num “menino meio cético, meio atormentado de visões ruins” (Idem, p.37), cujo resto da infância seria passada em companhia da família materna, no engenho Santa Rosa.

O menino mudou-se para o Santa Rosa três dias após o crime, levado pelo tio Juca, para um lugar do qual a mãe sempre lhe falara como de um

recanto do céu [...] E uma negra, que ela trouxera para criada, contava tantas histórias de lá, das moagens, dos banhos de rio, das frutas e dos brinquedos, que *me acostumei a imaginar o engenho como qualquer coisa de um conto de fadas, de um reino fabuloso* (Idem, p.38. grifo meu).

Fábula que dará o tom da descrição do menino sobre o Santa Rosa, seu senhor, bem como sobre as relações sociais ali engendradas, moldando a visão de mundo do menino⁴. No engenho, Carlinhos ganha uma mãe adotiva, Maria, a irmã mais nova de Clarisse, bem como

³ O pai é um personagem sem nome próprio, sua linhagem é identificada apenas pelo avô do menino, o coronel Cazuya, aquele que carrega a vergonha pelos atos do filho (Cf. Rego, ME, p.37). Anos depois, já no colégio, Carlinhos é apelidado Doidinho e, ao perceber a coincidência teme por sua sina: “o meu pai doido, o meu nome Doidinho!” (Rego, DOID, p.111), pois “existiam famílias com o destino marcado com doenças, com males particulares distinguindo-as das outras. Famílias de tísicos, de lázaros, as que sofriam do coração, as que davam doidos para os asilos” (Idem, p.112). O pai morre dez anos depois num asilo.

⁴ Carlinhos vivia com os pais em Recife, e, ainda que tivesse ouvido da mãe e das criadas que a acompanharam do Santa Rosa inúmeras histórias sobre o engenho, o menino não o conhecia, pois “as divergências de meu pai com meu avô nunca permitiram à minha mãe fazer uma temporada no engenho” (Rego, ME, p.41), de modo que a descrição do menino sobre o que experimenta no Santa Rosa é permeada pela imaginação das histórias que ouvira anteriormente, o que borra as fronteiras entre o real e o imaginado, estabelecendo a memória difusa e desordenada de uma criança em torno dos quatro anos de idade.

conquista diversos amigos entre os moleques que ali viviam. O tom de descoberta do mundo continua dando forma ao romance, e assim o leitor conhece a enormidade de árvores frutíferas do engenho, os banhos de rio, a moagem da cana, o preparo do açúcar, as cheias do rio Paraíba⁵ e, finalmente, “a figura alta e solene” (Rego, ME, p.40) de José Paulino.

Os dias da infância de Carlinhos se passavam entre a observação dos gestos, hábitos e atitudes do avô, o apego à tia Maria e as brincadeiras de meninos pelos rios e pomares do engenho. Uma vida que, como a de todos ali, era compassada pelo ritmo das safras de cana-de-açúcar, havendo o tempo do plantio, da colheita e da fabricação do açúcar. A imaginação do menino era alimentada pelas diversas histórias de demônios e santos que corriam o engenho com tantos detalhes que “ninguém podia suspeitar da mentira” (Rego, ME, p.77).

Entre os contadores de história, Carlinhos tinha predileção pela velha Totonha que “de quando em vez batia no engenho. Era um acontecimento para a meninada. Ela vivia de contar histórias [...] andava léguas e léguas a pé, de engenho a engenho, como uma edição viva das *Mil e uma noite*”⁶ (Idem, p.79).

Ao lado da contadora de história, as negras Galdina, que havia sido ama do menino José Paulino, e Generosa, mãe de leite da mãe de Carlinhos, povoavam a imaginação do

⁵ Cheias que punham abaixo casas, plantações, pastos e vitimavam pessoas e animais. Nestas ocasiões, a autoridade de José Paulino era reafirmada por meio das providências para proteger os moradores do engenho e prestar auxílio aos que perdiam tudo. Se por um lado as cheias reforçavam a autoridade do senhor, por outro, a tragédia da natureza suspendia, por algum tempo, as hierarquias sociais, nivelando a família da casa-grande às demais famílias de moradores, todos reunidos na caatinga, fugidos da cheia do rio e compartilhando o mesmo espaço e “o mesmo medo [...] bebendo o mesmo café com açúcar bruto e comendo a mesma bata-doce do velho Amâncio” (Rego, ME, p.59). Contudo, a divisão de mantimentos e a organização do espaço coletivo são ordenadas por José Paulino e por sua filha, Maria, uma vez que os outros “pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com o seu destino [...] Eram uns cordeiros” (Idem, p.59).

⁶ José Lins do Rego dedicará um livro à personagem, *História da velha Totonha* lançado em 1936. Em *Menino de engenho*, Carlinhos revela seu encantamento por aquela narradora popular, que contava e interpretava histórias de reis e rainhas, aproximando-as do cotidiano das crianças: “quando ela queria pintar um reino era como se estivesse falando dum engenho fabuloso. Os rios e as florestas por onde andavam os seus personagens se pareciam muito com o Paraíba e a Mata do Rolo. O seu Barba-Azul era um senhor de engenho de Pernambuco” (Rego, ME, p.80). As contadoras de história dos engenhos também são analisadas por Gilberto Freyre que em *Casa-grande & senzala* argumenta sobre a importância da tradição de oral dessas mulheres negras na conformação de uma linguagem brasileira (Cf. Freyre [1933] 2002, p.386-389). Para um estudo detalhado sobre os personagens negros em *Menino de engenho*, ver: Cordeiro, 2010.

menino com suas histórias vividas ou inventadas, além de o mimarem como um carinho que contrastava em tudo com o jeito rude da tia-avó, a velha Sinhazinha (Cf. Rego, ME, p.84 - 86).

Entre mimos e histórias, essas três senhoras são as narradoras de um mundo próximo e, ao mesmo tempo, distante de Carlinhos, uma vez que se os reis e rainhas daquelas lendas vivem suas aventuras em terras como os engenhos, suas desventuras remontam à saudade da África (Cf. Idem, p.84-88). Contando outras histórias ligadas ao mundo dos engenhos, Galdina, Generosa e Totonha auxiliam no processo de educação sentimental do menino que, contudo, será permanentemente lembrado (bem como lembrará) de que é neto do mais poderoso senhor de engenho da região.

Um menino que se fez solitário, com saudades da mãe e sem notícias do pai, acometido por constantes crises de asma, protegido pela autoridade do avô, os cuidados da tia Maria, as brincadeiras do tio Juca e os mimos das negras da cozinha, nascido na cidade e criado no engenho que havia se tornado tudo para ele (Cf. Idem, p.95).

As terras do Santa Rosa eram extensas e seu senhor parecia particularmente atento aos detalhes, um homem sem vaidades, mas que tinha um capricho que não escapa à percepção do neto:

Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas. Acompanhava o Paraíba com as várzeas extensas e entrava de caatinga adentro. Ia encontrar as divisas de Pernambuco nos tabuleiros de Pedra de Fogo. Tinha mais de três léguas, de estrema a estrema. E não contente de seu engenho possuía mais oito, comprados com os lucros da cana e do algodão (Idem, p.104).

Investindo todo o seu lucro na compra de mais terra, José Paulino expandia suas posses discretamente, plantando mais cana, produzindo mais açúcar e mantendo cada vez mais moradores e trabalhadores sob seus domínios.

O senhor do Santa Rosa tinha entre trabalhadores, escravos e moradores “para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje” (Rego, ME, p.104). Proprietário de oito engenhos, sendo o maior aquele em que residia, o Santa Rosa, José Paulino governava-os, segundo a percepção do menino, com o coração e não com as armas, o avô “era temido mais pela sua bondade. Não havia coragem que levantasse a voz para aquela mansa autoridade de chefe” (Idem, p.100).

Mesmo temido por sua bondade, a autoridade de José Paulino era constantemente relembrada por meio das visitas às terras de seus engenhos. Carlinhos acompanhava o avô que “gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem” (Idem, p.65). Reafirmando seu poder de mando, as visitas de José Paulino também reforçavam a bondade do senhor, com gestos de caridade que incluíam a distribuição de alimentos para mulheres grávidas e de remédios para famílias com doentes (Cf. Idem, p.67-68). Segundo o menino, todos os dias após o jantar, o avô sentava-se

numa cadeira perto do grande banco de madeira do alpendre. [...]. Lia os telegramas do Diário de Pernambuco ou dava as suas audiências públicas aos moradores. Era gente que vinha pedir ou enredar. Chegavam sempre de chapéu na mão com um ‘Deus guarde a Vossa Senhoria’. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédio para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixas dos vizinhos (Idem, p.88).

José Paulino é apresentado pelo neto como um sujeito calado, atento a cada detalhe de seus engenhos e avesso aos luxos que seu dinheiro e sua posição social poderiam comprar. Um homem prático, que não freqüentava missas, nem se confessava, mas que em “tudo que

procurava fazer lá vinha um ‘se Deus quiser’ ou ‘tenho fé em Nossa Senhora’”⁷ (Rego, ME, p.69). A percepção de que a severidade do avô não excluía o senso de justiça, orienta a descrição do menino tanto sobre José Paulino, quanto sobre o engenho, como se as características de um encontrassem suporte no outro.

A mediação de diferentes conflitos pelo senhor de engenho torna nítida a hierarquização social produzida no interior daquele espaço, dando suporte à construção que Carlinhos faz da família patriarcal. Assim, a descrição dos conflitos e o encaminhamento de suas resoluções, são capazes de revelar as assimetrias de posições sociais, e, especialmente, os gestos e as ordens associadas à posição de mando exercida única e exclusivamente por José Paulino.

Prescindindo das armas para governar, não abria mão do grito para se impor: “só tinha boca, o coronel José Paulino. Chamava nomes a todos [os trabalhadores], descompunha-os como a malfeitores, mas não havia um ali que não estivesse com dias adiantados no livro de apontamentos” (Idem, p.115).

Para o menino, não havia punição que não viesse acompanhada de gratificação, de modo a equilibrar obrigações e agrados, produzindo uma hierarquização social que seria menos rígida, pois humanizada pelo arbítrio do senhor que, no limite, seria respeitado porque justo. Pouco a pouco, a autoridade do avô, sua posição de mando e seu poder de organização e ingerência em todos os assuntos e em todas as pessoas de seu engenho são percebidos pelo menino como uma espécie de fatalismo, um ato divino que separava os homens entre os que

⁷ Ao contrário do que era comum em muitos engenhos, o Santa Rosa não tinha capela, mas contava com um quarto de oração repleto de santos de devoção. Mesmo distante das liturgias católicas, José Paulino era um generoso colaborador das festas promovidas pelas paróquias próximas, além de contribuir para reforma das igrejas da região (Cf. Rego, ME, p.68-69). Carlinhos observava que não havia no Santa Rosa “o gosto diário da oração. Talvez que o exemplo de meu avô, justo e bom como ele era, mas indiferente às práticas religiosas, arrastasse os seus a esses afrouxamentos de devoção. Pagava-se muita promessa, dava-se muito dinheiro para as festas de Nossa Senhora. Mas nunca vi ninguém do engenho numa mesa de comunhão, nem mesmo a tia Maria” (Idem, p.70). Ainda sobre o tema, ver: Idem, p.70-71.

mandam e os que obedecem, reservando aos últimos, condições de vida bastante desgraçadas, as quais o menino se habituara a observar, pois

nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida me fazia ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos (Rego, ME, p.116).

Sensibilizado pelas histórias das velhas negras da cozinha do engenho, dividindo brincadeiras com os moleques e compartilhando com eles a maioria de suas lembranças sobre a infância, o menino Carlinhos também recupera uma socialização produzida no interior da casa-grande, sob vigilância do avô, senhor das vontades e dos destinos de todos. Na visão do menino, o mundo começava e acabava justamente ali. Mesmo sisudo e, via de regra, calado, José Paulino gostava de contar histórias pra a família na cabeceira da mesa de jantar:

essas histórias do meu avô me prendiam a atenção de um modo bem diferente daquelas da velha Totonha. Não apelavam para a minha imaginação, para o fantástico. Não tinham a solução milagrosa das outras. Puros fatos diversos, mas que se gravavam na minha memória como incidentes que eu tivesse assistido. Era uma obra de cronista bulindo de realidade (Idem, p.119).

Histórias que, passadas ao rés-do-chão, não tocam a imaginação do menino, mas conformam uma visão de mundo que ordena a percepção de Carlinhos sobre pessoas e coisas, bem como apresenta ao menino a linhagem a qual pertence, pois

a história inteira da família saía nestes serões de depois da ceia. O avô do velho José Paulino viera de Pasmado, com um irmão padre, para São Miguel. Fundara ali pelas várzeas e caatingas do Paraíba uma grande prole de senhores de engenho. Espalhara sangue branco por entre caboclos daquelas redondezas. Por isto a gente do Taipu falava de branquidade com a boca cheia [...] Ele tinha orgulho da casta, a única vaidade daquele santo que plantava cana (Idem, p.120).

José Paulino assume a voz narrativa para estabelecer o lugar do escravismo na vida do engenho e, especialmente, para reafirmar a percepção do neto. O coronel se apóia num

episódio ocorrido em 14 de maio de 1888, um dia após a Abolição, para demonstrar que mais do que enxergar a si mesmo como uma pessoa justa, era visto como tal:

- [...] Quando veio o Treze de Maio, fizeram um coco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com zabumba batendo. Levantei-me de madrugada, pra ver o gado sair para o pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não me saiu do engenho um negro só. Para esta pobre gente a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro com açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negro (Rego, ME, p.118).

Um senhor que considerava ser capaz de conquistar a lealdade de seus escravos, era também um patrão que paga salários miseráveis, insuficientes para prover alimentação e vestimenta dignas a seus empregados. Feitas as contas, escravos e senhor permaneceram, por anos a fio, ocupando as mesmas posições anteriores ao 13 de maio, visto pelo coronel José Paulino não como o desfecho de um longo processo de lutas sociais, mas como um decreto incapaz de melhorar a vida dos ex-escravos, situação que, em nada, estava referida aos salários precários que pagava.

O narrador personagem de *Menino de engenho*, por sua vez, introduz o tema da escravidão como uma reminiscência:

Restava ainda a senzala dos tempos do cativo [...] As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. *E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos* (Idem, p.83-84. grifo meu).

Menino de engenho é construído num jogo de temporalidades que não percorre cronologicamente os anos da vida do menino, antes, rearranja as memórias com vistas a ordenar o mundo a um só tempo da infância e do engenho. Se a mediação de conflitos aparece com uma das bases para a descrição sobre José Paulino e seu engenho, o escravismo

é igualmente importante e concorre para reforçar a noção de que o Santa Rosa era governado com severidade, mas com justiça.

O menino recorda, assim, as negras que trabalhavam sem remuneração, mas não eram formalmente escravas. Haviam permanecido na casa-grande por lealdade e reconhecimento aos senhores, mecanismo capaz de garantir a ambas as partes igualdade formal, ainda que se reserve o arbítrio ao senhor, base da singularização da experiência social dos engenhos nordestinos. As brincadeiras de criança também reatualizam as hierarquizações sociais, desta vez, invertendo-as:

O interessante era que nós, os da casa-grande, andávamos atrás dos moleques. Eles nos dirigiam, mandavam mesmo em todas as nossas brincadeiras, porque sabiam nadar como peixes, andavam a cavalo de todo jeito, matavam pássaros de bodoque, tomavam banho a todas as horas e não pediam ordem para sair para onde quisessem. Tudo eles sabiam fazer melhor do que a gente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. Mas isto, para nós, também não parecia grande coisa [...] (Rego, ME, p.85).

Comparando habilidades, os moleques possuem maior desenvoltura na condução do cotidiano, enquanto aos meninos é reservado o trânsito pelo mundo das letras, universo ao qual Carlinhos é apresentado como todas as cerimônias reservadas ao neto do mais poderoso senhor de engenho da região. Tratamento que se torna nítido à medida que o menino se integra a espaços que não o do engenho, como quando começa a frequentar a casa “dum dr. Figueiredo” para continuar a aprender as letras.

Aquela era a primeira vez que Carlinhos passava “com gente estranha um dia inteiro” (Idem, p.62), recebendo todos os “agrados e as condescendências que reservavam para o neto do prefeito da terra” (Idem, p.62). Tempos depois, o menino prosseguiu os estudos com as aulas “dum outro professor, com outros meninos, todos de gente pobre” (Idem, p.63). O que poderia marcar o nivelamento do neto do senhor de engenho mais poderoso da região com os meninos filhos dos moradores, na verdade, atualiza a hierarquização, pois havia para

Carlinhos “um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para ‘o neto do coronel Zé Paulino’” (Idem, p.63)⁸.

Com o passar do tempo, o menino começou a ser preparado para estudar no internato em Itabaiana, o que mobilizou toda a casa-grande que lhe “faziam camisas de homem [...], e calças compridas, e ceroulas” (Rego, ME, p.136). Aos doze anos, o menino segue nova viagem com o tio Juca, agora para o colégio. O percurso até Itabaiana é feito com um misto de alegria e saudade daquilo que fica para trás, marcando o encerramento da narrativa de *Menino de engenho*, bem como as primeiras páginas de *Doidinho*, nas quais o leitor reencontra Carlinhos amedrontado diante de seu Maciel, diretor do Instituto Nossa Senhora do Carmo. O tio informa que os estudos do menino estavam “no segundo livro de Felisberto de Carvalho, tabuada de multiplicar” (Rego, DOID, p.29), informação que desanima o mestre: “- Então não teve aula desde pequeno, pois aqui tenho alunos mais adiantados” (Idem, p.29). Tratando, contudo, de promover sua instituição e seu método de ensino afirma ao tio que em um mês, o menino “estará longe. Eu me responsabilizo pelo aluno” (Idem, p.29).

⁸ Regime de exceção que se estendia aos estudos, pois nas sabatinas de tabuadas e ditados, Carlinhos nunca levava um bolo, ainda que errasse. Contudo, “quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores” (Rego, ME, p.63).

2. Um colégio para Carlinhos.

Saí chorando. Era a primeira vez que me separava de minha gente,
E uma coisa me dizia que a minha vida entrava em outra direção (Rego, DOID, p.30).

É com o choro assustado que Carlinhos se despede do tio e caminha para sua nova morada no colégio de Itabaiana, que “criara fama pelo seu rigorismo. Era uma espécie de último recurso para meninos sem jeito” (Rego, DOID, p.30) e do qual Carlinhos conhecia histórias terríveis, pois seus primos haviam sido internos do Instituto, contando que o diretor, “um judeu. Dava sem pena de palmatória, por qualquer coisa” (Idem, p.30). Já no primeiro jantar como interno, Carlinhos percebe que seu mundo, de fato, estava se transformando:

[...] Descemos uma escada para a sala de refeições. Uma mesa grande para todos. O seu Maciel na cabeceira, d. Emília e o pai dela de lado, e a negra Paula servindo. Quando me botaram o prato de feijão, recusei:

- Não gosto de feijão.
- Pois é o que o senhor tem de comer aqui todos os dias.
- Engoli, com um nó na garganta, a minha primeira bóia de prisioneiro.
- Se o senhor quiser escolher comidas, vá para o hotel (Idem, p.32).

Os agrados das negras da cozinha do engenho ou os mimos de tia Maria não encontrariam correspondência no colégio, ambiente marcado por relações mais impessoais e, especialmente, menos assimétricas do que aquelas conhecidas no Santa Rosa. Ainda que, assim como no engenho, o princípio de autoridade não estivesse em disputa, sendo exercida por seu Maciel de maneira bastante rígida, seu poder de mando subjulgava todos os internos igualmente, de modo que o poder econômico e a autoridade política e moral de seu avô de nada lhe valiam ali, fato que coloca abaixo o modo como o menino classificava as coisas e as pessoas, enfim, a forma como percebia o mundo e a si próprio.

Entre os meninos, contudo, o pertencimento a esta ou aquela família tem importância, sendo acionado para inserir o novato Carlinhos na teia de relações que mesmo sendo anterior

a ele, lhe diz respeito: “Um dos meninos conhecia meu avô, minha família: - O avô dele tem nove engenhos. Meu pai vota com ele nas eleições. É o velho Zé Paulino do Santa Rosa” (Rego, DOID, p.33).

Se todos eram iguais diante da implacável disciplina de seu Maciel, as conversas dos meninos cuidavam de reposicionar os internos de acordo com nomes de família e posições sociais externas ao internato, buscando combinar princípios de distinção social operativos naquele universo com as formas de classificação apreendidas longe dele. São construídos, assim, dois níveis de sociabilidade: entre os meninos e entre os meninos e o diretor/professor Maciel, ambos regidas por princípios diferentes, ainda que guardem pontos de intersecção. O esforço de Maciel, contudo, está permanentemente orientado no sentido de demonstrar as diferenças entre o colégio e o engenho, desconstruindo o mundo de privilégios e mimos aos quais os alunos estavam acostumados, enquadrando-os num novo princípio de autoridade, igualmente assimétrico, mas sustentado em pilares que, a duras penas, Carlinhos irá conhecer.

Uma das diferenças mais significativas entre o engenho e o colégio, bem como entre as duas sociabilidades pode ser notada por meio da forma de nomear as pessoas. Enquanto nos engenhos os meninos eram chamados por apelidos ou diminutivos do nome próprio, ali todos eram igualmente tratados por senhores e chamados por nome e sobrenome, o que provoca o estranhamento de Carlinhos, fazendo-o perceber que ao ser nomeado de um outro modo, era também apresentado a um outro universo:

- Seu Maciel quer falar com o Carlos de Melo.

Era a primeira vez que me chamavam assim, com o nome inteiro. Em casa, era Carlinhos, ou então Carlos, para os mais estranhos. Agora, Carlos de Melo. Parecia que era outra pessoa que eu criara de repente. Ficara um homem. Assinava o meu nome, mas aquele Carlos de Melo não tinha realidade. Era como se eu me sentisse um estranho para mim mesmo. Foi uma coisa que me chocou esse primeiro contato com o mundo [...]. *A gente, quando se sente fora dos limites da casa paterna, que é toda a*

*nossa sociedade, parece que uma outra personalidade se incorpora à nossa existência. O Carlos de Melo que me chamavam era bem outra coisa que o Carlinhos do engenho, o seu Carlos da boca dos moradores, o Carlos do meu avô (Rego, DOID, p.34. grifo meu)*⁹.

Outra personalidade que estaria assentada numa nova sociedade, produzindo, então, uma nova identidade. No entanto, os novos elementos operam dentro de parâmetros que continuam marcados pela pessoalidade: afinal os alunos eram poucos, estudavam e moravam juntos, num Instituto de Educação que funcionava dentro da casa onde Maciel vivia com a família. Mais importante do que esta pessoalidade é, ainda, o fato de, tal qual o engenho, aquele também ser um universo fechado em si mesmo. Ainda que tenha limites, o colégio também será capaz de produzir novas mediações, apresentando a Carlos de Melo novas relações sociais e, especialmente, dando ao menino de engenho a certeza de que o mundo não começa nem termina nos limites das propriedades de seu avô¹⁰.

Assim, a autoridade de Maciel, por exemplo, encontra legitimidade em elementos diversos da autoridade de José Paulino. Podendo lançar mão de qualquer recurso a fim de educar os internos, o diretor se tornara, aos olhos do menino, um “homem impiedoso” (Idem, p.35) cuja função era

ensinar à custa do ferrão o que eu não sabia, o que não quisera aprender com os meus professores, os que não me davam porque eu era neto do coronel Zé Paulino. Agora não havia mais disso. Era somente um Carlos de Melo como os outros, menino atrasado, no segundo livro de leitura [...] (Idem, p.35-36).

⁹ Enquanto o menino é Carlos de Melo para o diretor Maciel, é Doidinho para os colegas, apelido que ganhara em função da “impaciência mórbida de não parar em lugar nenhum, de fazer tudo às carreiras, os meus recolhimentos, os meus choros inexplicáveis, me batizaram assim pela segunda vez. Só me chamavam de Doidinho” (Rego, DOID, p.40).

¹⁰ Enquanto o universo do engenho era regido pela “mansa autoridade de chefe” de José Paulo, o colégio era, para o recém-chegado, uma tirania, comandada por seu Maciel e zelada pelos olhos do “decurião Filipe” (Cf. Idem, p.35), também interno do colégio que, contudo, não pagava mensalidade em troca do serviço prestado ao diretor. Assim, “a liberdade licenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas [...] Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa” (Idem, p.35).

A condição de anônimo parece não agradar o menino que, pouco depois de um mês como interno recorre ao avô para fazer frente à autoridade do diretor, na esperança de, assim, acabar com os castigos físicos aos quais era submetido¹¹ e que são narrados numa carta ditada por Carlos, redigida pelo colega Coruja e colocada no correio por um aluno externo. Dias depois, José Paulino aparece no Instituto Nossa Senhora do Carmo e, na presença do menino, diz ao diretor:

- Não me importo que dê no menino. Botei aqui para aprender, e menino só aprende mesmo é com castigo. Agora o que não admito é judiação. Isto não. Prefiro deixar na bagaceira. Isto não.

- Não há judiação, coronel. Só castigo quando há precisão [...] Não vá atrás de cartas de aluno. O que eles querem é vadiar, mentem, e inventam. Luto há cinquenta anos com essa gente.

- Bem, bem – lhe respondia o meu avô. – Acredito no que o senhor diz. Quero que o menino saia comigo hoje (Rego, DOID, p.50).

Aquela era a primeira visita que Carlos recebia, o que o deixou envaidecido, além, é claro, de entusiasmado com a possibilidade de passar algumas horas fora do colégio, na companhia do avô. Era a primeira vez que o menino ia à famosa feira de Itabaiana, “nunca vira tanto povo junto” (Idem, p.50), e almoçava no hotel, tal qual os outros internos quando saíam em passeios com os familiares. Enquanto caminhava com o avô, frequentemente parado para ser cumprimentado, Carlos imaginava o que os colegas diriam se vissem a riqueza do coronel Zé Paulino (Cf. Idem, p.51). Atrelado à vaidade de exhibir o avô como um “troféu de batalha” (Idem, p.51), o menino também experimentava a euforia de se sentir querido pelos parentes, pois “o velho José Paulino [...] tivera saudades do neto. Recebera uma carta falando do colégio, e tomara o trem para ver o que se passava. Eu era o menino mais feliz, naquele momento” (Idem, p.52).

¹¹ Em um mês, Carlos havia sucumbido à palmatória de Maciel duas vezes: a primeira por ter errado a lição e a segunda, considera injusta pelo menino, veio após um breve sussurro trocado com um colega durante a aula, após pela primeira vez, Carlos ter acertado toda a lição.

O encantamento com o qual o menino descrevia o avô nos tempos em que ambos viviam no engenho reaparece, agora, no salão de jantar do hotel de Itabaiana, onde quase todos conheciam e respeitavam o coronel que, aos olhos do neto, é percebido como “um santo”, um homem superior a todos os outros e, especialmente, aos pais dos outros meninos do colégio (Cf. Rego, DOID, p.53).

Superioridade que, tão logo retorna ao colégio, é desfeita pelo diretor que promove um interrogatório para saber quem havia escrito e quem havia colocado no correio a carta endereçada a José Paulino. Carlos se recusa a falar e Maciel obtém a confissão de Coruja, severamente punido pela indisciplina: além do castigo físico, estava também proibido de conversar com Carlos (Cf. Idem, p.55). Era aquela a quarta vez que Coruja era repreendido em muitos anos de colégio. O diretor punia seu melhor aluno e, com isso, desencadeara em Carlos pensamentos que sua sensibilidade anterior não conheciam:

Vira apanhar os meninos pobres na aula pública, sem motivo, somente porque o professor queria agradar ao neto do coronel Zé Paulino. Olhava essas coisas como se estivesse apenas tomando um brinquedo dos meus companheiros, com essa crueldade natural da infância. Naquele momento, porém, entrava-me pela alma esta advertência de olhos de abutre, que é o remorso. Conheci naquele fim de tarde a dor que Deus reserva aos que se enojam de suas faltas, a repugnância dos que são obrigados a sentir o mau cheiro do seu próprio vômito (Idem, p.56).

Sentindo remorso pelo mal que provocara ao amigo, Carlos de Melo, com treze anos, coloca em perspectiva as reações anteriores a acontecimentos semelhantes, vendo-se culpado pela crueldade à qual um terceiro havia sido submetido por sua causa. Curiosamente, ainda que a maioria dos meninos da aula pública fossem filhos de moradores do engenho e, portanto, companheiros da maioria das brincadeiras de Carlinhos, eles não eram seus amigos, de modo que a assimetria de posições entre os filhos dos moradores e o neto do senhor era atualizada durante as aulas, naturalizando as posições de mando e de obediência, processo

que terá seu curso invertido diante da punição de Coruja, a quem Carlinhos é solidário a ponto de se sentir culpado.

A descrição que o narrador vinha fazendo desde *Menino de engenho*, é dinamizada pela percepção do outro, isto é, ao incorporar a alteridade à sua percepção do mundo, o narrador personagem promove um corte narrativo importante: da descrição dos anos de infância para a narração da vida no colégio, a qual é capaz de colocar em perspectiva a visão que o menino fazia de si, bem como, capaz de incorporar a percepção do menino sobre o outro.

Pouco a pouco, o leitor acompanha o lento processo de desnaturalização da vida social levado a cabo por Carlos de Melo, movimento capaz de, até certo ponto, colocar o Santa Rosa e seu senhor em relação com o mundo, ampliando o horizonte de possibilidades de um menino que cresce e nota que o mundo “era mais alguma coisa que o Santa Rosa e o colégio do professor Maciel” (Rego, DOID, p.66).

Os livros de estudo são particularizados, então, como os principais mediadores deste alargamento de horizontes do narrador personagem:

havia um certo encanto na virgindade da minha ignorância, ao tempo em que ia aos poucos sabendo de coisas que me pareciam absurdas. O Sol era maior do que a Terra. E a Terra era que andava em torno dele. As estrelas brilhavam também de dia. Os livros afirmavam estas verdades, mas acreditar nelas custava muito à minha compreensão limitada das coisas. Via a Lua correndo no céu; o Sol nascia num canto e se punha noutro. E por mais que a geografia contasse as suas histórias, e os globos terrestres girassem em cima da mesa, ficava acreditando mesmo no que estava vendo com os meus próprios olhos (Idem, p.66).

Ainda que desconfiado, o aluno atrasado imaginava o dia em que abandonaria a cartilha da *Seleta clássica*, com textos cheios de discursos e versos e estudaria com o livro

*Coração*¹², cujas histórias o interessavam porque povoados por heróis, um livro que “me fez amar aos que eu não conhecia, aos estranhos, aos meninos sujos porque não tinham roupas limpas, aos heróis dos contos” (Idem, p.67).

Enquanto os livros escolares alargam a percepção do menino sobre o outro, a leitura e os comentários do professor Maciel do jornal diário *A Província* começa a povoar o mundo de Carlos com pessoas reais, figuras que fazem parte do noticiário e produzem no menino novas reflexões sobre o tamanho do mundo e, especialmente, sobre seu lugar neste universo.

Rosa, Dantas, Hermes – figuras misteriosas para mim. Nunca ouvira falar em seus nomes. Havia no Santa Rosa um cachorro chamado Marechal. O nome, que o botara fora o tio Juca, que era a favor de Rui Barbosa [...] Perguntei um dia ao tio Juca quem era este Rui

- É o maior dos homens do Brasil. Vai ser presidente da República.

Mas eu não sabia o que era presidente da República. E o meu tio me ensinou:

- É o homem que manda em todo o Brasil.

[...] Um dia o presidente do Brasil passara num trem enfeitado pelo engenho. Corremos todos para a beira da linha, dando vivas ao dr. Afonso Pena. Naquele tempo o Brasil para mim não existia. O meu mundo, o meu país tinha os limites do Santa Rosa. Que me importava o presidente da República? Quem mandava em todos nós era o velho Zé Paulino [...]

Agora no colégio eu já sabia de muita coisa. E quanto mais sabia, mais ia vendo que o velho Zé Paulino não era tão grande como eu pensava. Era bem pequeno o seu poder, quando comparado com o dos governadores e o dos presidentes (Rego, DOID, p.95-96)¹³.

¹² Referência ao livro de leitura *Coração. Diário de um menino* do italiano Edmundo de Amicis. Editado no Brasil pela primeira vez em 1891 pela Livraria e Editores Francisco Alves. Em estudo sobre o livro, Maria H. Bastos comenta que a obra circulava “como um notável livro de educação moral e cívica”, ganhando reedições sucessivas até 1968, quando registra a 53ª edição (Cf. Bastos, 2010). Já *Seleção clássica* é uma referência provável a *Seleção clássica para leitura e análise gramatical nas escolas de instrução elementar, e para análise oratória e poética nas aulas de retórica* publicado em 1846 e de autoria do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, ou Padre Carapuceiro. Sobre o tema dos manuais para estudo de literatura e língua portuguesa, ver: Zilberman, 1996.

¹³ Os comentários de Maciel sobre as notícias, bem como o relato de que o presidente Afonso Pena havia passado pelo engenho são dois marcos que oferecem pistas sobre a temporalidade do romance. O leitor sabe que o tempo está passando à medida que o narrador personagem celebra seu avanço nos estudos, encerrando os livros de leitura um a um até alcançar o *Coração*. O cotidiano de Carlos marca a passagem do tempo, sem articular-se à temporalidade exterior, tal qual ocorre, também, em *Menino de engenho*, livro no qual a passagem do tempo é marcada pelo crescimento de Carlinhos. No caso de *Doidinho*, Maciel comenta que “o exército está com Dantas. O marechal Hermes não vai deixar à toa o seu ministro da guerra” (Rego, DOID, p.95). Provavelmente, faz-se referência à disputa pelo governo de Pernambuco que em 1911 opôs o General Emídio Dantas Barreto, então Ministro da Guerra, e Rosa e Silva, vice-presidente no governo de Campos Salles (1898-1902). A chegada do cinema a Itabaiana, ainda que não tenha sua data precisada, marca a transformação da cidade e dos tempos, compassando-os ao crescimento de Carlos (Cf. Idem, p.188-192).

A vida no colégio, os horizontes abertos pelo domínio da leitura, as conversas que ouvia entre Maciel, sua esposa e seu sogro, bem como as notícias que lhe contavam os colegas, acabam por dar suporte a novas observações de Carlos sobre o engenho e sobre o avô, que, lentamente, começam a ser construído a partir de outros pontos de vista: o encantamento da infância que via no Santa Rosa todo o seu universo começa a ceder lugar a um olhar que vê o engenho como parte do mundo. O engenho deixa de ser um lugar particular para se tornar um espaço singularizado pela memória e pelo afeto que o menino dedica ao lugar e aos parentes.

A transição do particular para o singular é aprofundada à medida que a autoridade de José Paulino começa a ser contextualizada pelo neto, perdendo sua amplitude e, no limite, podendo ser contestada. Novamente, é por meio do jornal que os horizontes de Carlos são ampliados, desta vez com uma notícia que atacava José Paulino, acusando-o de ter protegido um criminoso no júri, ataque que surpreende ao menino e o coloca diante de um novo horizonte: “era mais um limite que eu descobria para o poder do senhor de engenho do Santa Rosa. Nunca ouvira um voz se levantar contra ele. Tinha-o como intangível em seus resoluções e em suas ordens” (Rego, DOID, p.96). Percebendo que a autoridade do avô era passível de ser questionada, Carlos fica ofendido, pois, mesmo acreditando que a notícia era mentirosa, não deixa de perceber que ela “reduzia um bocado o meu senhor” (Idem, p.96). Longe de trazer euforia ao menino, a desestabilização do engenho como um universo fechado em si mesmo é registrada como mais uma decepção que a vida lhe dava (Cf. Idem, p.96).

Além da presença de outros meninos que, em suas diferenças, apresentam novos olhares sobre as coisas, o internato também oferece novas mediações como os livros e os jornais, ponto de apoio para uma nova percepção sobre o mundo e as pessoas, tarefa exercida também pelas conversas da casa onde o colégio funcionava. A palestra entre Maciel, sua

esposa e seu sogro haviam apresentado ao menino as figuras do marechal Hermes da Fonseca, presidente da República e as disputas em torno da eleição ao governo do estado. A conversa das negras na cozinha do colégio, por sua vez, revelara para Carlos uma nova faceta da relação entre brancos e negros, tão pacífica nas falas do coronel José Paulino e das negras da cozinha do Santa Rosa. Ali, diferente do que ocorria na cozinha do engenho, contavam-se histórias de casas mal – assombradas, de senhoras de engenho que pagavam pelo mal que faziam às mucamas etc., não havia reis ou rainhas, nem tampouco final feliz, ao contrário, aquelas mulheres:

em tudo mostravam o seu ódio aos brancos. Como era diferente das negras do Santa Rosa – da vovó Galdina, da tia Generosa, para quem os seus brancos eram as melhores coisas do mundo! No Recife era assim: os negros botavam feitiço nos senhores, a bexiga matava as famílias ricas (Rego, DOID, p.103) ¹⁴.

Transcorrido o primeiro semestre de estudo, era hora de retornar ao engenho para passar férias. “A casa-grande me festejou se derramando em alegria” (Idem, p.150). No entanto, muitas coisas lhe pareciam menor, como a mesa de jantar do Santa Rosa, enquanto outras apareciam a sua sensibilidade como mais sofridas do que as histórias tristes dos livros. Assim, enquanto o menino Carlinhos avaliava que existiam pobres e ricos “porque Deus quisera” (Rego, ME, p.116), o interno do Instituto Nossa Senhora do Carmo em suas primeiras férias escolares, percebia os pobres do engenho de outro modo, um olhar que, mesmo juvenil, é capaz de perceber o outro, dando contornos à diferença, de modo que os amigos de outrora, os moleques que viviam no Santa Rosa, aparecem na miséria de suas vidas¹⁵:

¹⁴ São essas conversas que permitem ao menino ampliar sua percepção sobre o escravismo, dando-lhe uma dimensão de crueldade que estava ausente de suas memórias de menino, bem como das conversas com o avô (Cf. Rego, DOID, p.102 – 103).

¹⁵ Tantos os livros como as aulas de catecismo podem ser destacadas como mediações importantes das percepções do menino. Céu, inferno, pecado e virtude darão o tom do modo como o menino classifica as ações dos parentes quando retorna do colégio para as férias no engenho. A família não tinha o hábito da religião, de

Os seus nomes, eles mesmos até se esqueciam. Uns eram dados de presente no engenho pelos pais. Abandonavam-nos para os desvelos da mão bagaceira. Em pequenos achavam graça no que os molequinhos diziam. Amimávam-nos como aos cachorrinhos pequenos. Iam crescendo, e iam saindo da sala de visitas. E quanto mais cresciam mais baixavam na casa-grande. Começavam a lavar cavalos, levar recados. Os mais inteligentes ficavam, como o Zé Ludovina, no serviço doméstico do suserano. Os outros, perdiam o nome, bebiam cachaça, caíam no eito. E cair no eito, entre eles, era o mesmo que entre as mulheres se chama cair na vida (Rego, DOID, p.158).

A progressiva desumanização destes filhos de ninguém, sujeitos que perdem tudo, inclusive o nome próprio, é figurada por um jovem estudante a quem os livros começavam a ensinar “a ter pena dos pobres” (Idem, p.152). Pouco a pouco, a percepção do narrador personagem sobre o mundo começa a se complexificar e, agora, é o colégio que interpela o engenho, dando suporte a uma visão de mundo que começa a alinhar fragmentos de experiências vividas aqui e ali, no engenho e no colégio, espaços sociais distintos que figuram, também, temporalidades e, no limite, pessoas diversas, afinal o menino oscilava entre o “Carlinhos da tia Maria ou o atrasado Carlos de Melo de seu Maciel” (Idem, p.170).

A precariedade com que esses espaços sociais são alinhavados se reflete nos fragmentos de ideias e imagens que Carlinhos articula sobre eles, e, conforme a narrativa avança, o narrador personagem parece cada vez mais irresoluto diante dos acontecimentos e das decisões que a ele cabe tomar. A subjetividade que já estava presente em *Menino de engenho* assume o primeiro plano da narrativa em *Doidinho*, moldando um narrador que ao rememorar seu crescimento, começa a evidenciar sua própria irresolução diante de mundos em transição: da infância para a vida adulta, do engenho para o colégio.

modo que, conforme a catequese que aprendera em Itabaiana “era um povo eleito para o inferno. E, no entanto, uns homens bons, cheio de grandezas morais, de dignidade de vida” (Rego, DOID, p.166). Ao oscilar entre estes dois polos, Carlinhos nota que José Paulino não era apenas o senhor bom que sua imaginação de menino moldara, afinal, percebia que “as negras pariam do velho Zé Paulino” (Idem, p.165) e, indeciso entre a punição divina e a justiça dos homens, avaliava se aquilo era pecado ou se seria coisa melhor do que “dar nos negros, roubar terras dos outros, mandar matar os inimigos” (Idem, p.165). O temor à Deus, contudo, não acompanha o menino ao longo da vida que, já adulto, afirma: “Deus era uma consolação que não me embalava” (Rego, BANG, p.57).

A um só tempo, a aprendizagem do personagem e a construção do narrador se articulam e dão suporte a uma construção narrativa na qual ambos se sobrepõem, isto é, o segundo está permanentemente amarrado à temporalidade do primeiro, de modo que ambos compartilham a mesma perplexidade diante das transformações e, em certa medida, experimentam os mesmos conflitos, produzindo uma visão de mundo fragmentária: “Seu Maciel via, via como o diabo. Felipe via. Viam todos os meninos. E eu, pobre ingênuo, sem ver o que eles viam” (Rego, DOID, p.119) ¹⁶.

É, por exemplo, colégio que Carlos fica surpreso com uma notícia que, ao longo dos anos, se mostrará decisiva em sua trajetória: “as usinas já estavam ali para humilhar os bangüês do meu avô” (Idem, p.109). É o colega Vergara que chega com as novidades, contando sobre o passeio que fizera pela Usina Cumbe:

- o açúcar de lá sai branco. Usina, sim, que é bonito pra se ver. Você nunca viu usina.

Ouvira falar das usinas pelos moradores que voltavam da de Goiana. Quando ele me dizia que as moendas puxavam a cana numa esteira, eu me espantava. Via no engenho os negros tombando cana, feixe por feixe. Na usina a esteira puxava para a moenda, sem ninguém empurrar. Era só sacudir a cana em cima. Se caísse até gente, a moenda engolia. Me encantava a notícia dessa engrenagem das usinas. Pensava nos trens, nas maquinazinhas de brinquedo puxando vagões de cana por dentro dos partidos.

- Açúcar de usina é limpo – contava Vergara. – Os trabalhadores não botam os pés nele, como nos engenhos (Idem, p.109).

¹⁶ Argumentação semelhante é desenvolvida por Margherita Russoto, para quem *Doidinho* seria marcado pela experiência bruta ainda não moldada pela explicação racional, dando forma a uma narrativa na qual nem existe a naturalidade que regia a infância, nem é possível encontrar a dureza da vida adulta. Assim, estas ambigüidades e irresoluções possibilitam desdobramentos em duas direções: 1. no espaço: porque lança a primeira ponte para fora do universo do Santa Rosa. O menino segue, agora, em direção ao espaço fechado e hierarquizado do colégio, no que pode ser considerado uma transição da natureza para a cultura, da liberdade para as restrições; 2. no tempo: ocorre a sobreposição das dimensões cronológicas, a infância persiste ao mesmo tempo em que a maturidade antecipa-se (Cf. Russotto, 1987, p.60-64). Tais desdobramentos, para a autora, influenciam diretamente a conduta do herói que se comporta “como o narrador de sua própria experiência” (Idem, p.124) e apenas lentamente se coloca a questão de responder “a que ponto suas próprias lembranças não lhe pertencem; a que ponto o passado e o universo, a que faz referência, lhe são alheios” (Idem, p.124), enfrentando a distância temporal que se coloca entre o presente de sua escrita e o passado em que se localiza seu objeto.

Ao descobrir o mundo, Carlinhos também é confrontado por histórias sobre si mesmo, de modo que ao inserir a alteridade na narrativa, não apenas o narrador personagem percebe os outros, como também é percebido por terceiros de um modo inesperado e capaz de desestabilizar seu mundo. É o colega Zé Augusto quem insere esta nova dinâmica na narrativa ao anunciar em meio aos demais alunos que “- o pai de Doidinho matou a mãe dele” (Idem, p.114). Revelação que chocou Carlos, pois havia sido criado sem saber dos detalhes do que acontecera:

Punham-me de longe, sem uma palavra sobre minha desgraça. Não falavam da morte de minha mãe na minha frente, não se referiam a meu pai a propósito de coisa nenhuma. Lembrava-me dele. Sentia uma pungente saudade dela. A minha memória fugia até o dia em que a vi estendida no chão e o meu pai me abraçando. Mas isto era comigo só, na intimidade das minhas recordações. Comigo ninguém nunca trocara palavras sobre essas coisas tristes. Nunca tiveram a coragem de bulir na ferida. Zé Augusto, sem querer, metera os dedos por dentro dessas chagas. Deixou-me sangrando (Idem, p.114).

História que, ao ser recuperada, corresponde à descoberta, “à vista de todos, da maior das vergonhas” (Rego, DOID, p.114-115), a qual nem mesmo toda a riqueza e imponentia do avô poderia fazer frente: “o velho Zé Paulino seria um substituto poderoso, cheio de dignidade, porém não me salvaria do opróbrio de um pai assassino” (Idem, p.116).

Assim, é numa espécie de confronto permanente entre o Santa Rosa e o Instituto Nossa Senhora do Carmo que o narrador articula suas observações sobre um mundo que, para ele, está em plena transformação. Ao contrapor o engenho e o colégio¹⁷, Carlos não confronta o público e o privado, antes, contrapõe duas casas, ambas regidas pela autoridade de um

¹⁷ Doidinho observa que, em geral, os senhores de engenho “levavam muito em conta essa história de mandar os filhos para a escola, pensando somente que era o bê-á-bá que fazia os homens mais alguma coisa do que eles. E gastavam fortuna com os filhos em colégios e em faculdades. Enchiam-se desse orgulho de fazer doutores” (Rego, DOID, p.120-121). No caso de José Paulino, Carlinhos notava o quanto o avô ficava contrariado “em não ver o filho Juca feito juiz de Direito ou procurado para defender no júri. O velho Zé Paulino, tão sem vaidade para as outras coisas, amava o luxo da bacharelise” (Idem, p.134).

único homem, com suas negras na cozinha e seus regimes de punições arbitradas por um senhor.

A busca pela definição de um ponto de vista sobre o mundo marca a narrativa de *Doidinho*, entre o “Carlinhos da tia Maria ou o atrasado Carlos de Melo de seu Maciel” (Idem, p.170) a narrativa figura um processo que encontrará seu ponto máximo de tensão em *Banguê*, quando narrador e personagem assumem vozes narrativas distanciadas, com vistas a tentar alinhar os fragmentos que marcam a visão de mundo de Carlos.

3. O mundo e o Santa Rosa: um engenho para Carlos.

O mundo cresceu tanto para mim que o Santa Rosa se reduzira a um quase nada. Vinte e quatro anos, homem, senhor do meu destino, formado em direito, sem saber fazer nada (Rego, BANG, p.15).

Banguê, terceiro volume do *Ciclo da cana-de-açúcar*, se inicia justamente com o caminho contrário daquele percorrido em *Doidinho*, ou seja, Carlos retorna ao Santa Rosa definitivamente, após dez anos de afastamento. Recebido pelo avô com desconfiança: “- vamos ver para que dá o senhor [...]” (Rego, BANG, p.17), Carlos, ao fazer um balanço dos anos que se passaram, oferece ao leitor uma definição sobre si mesmo bastante realista, permeada pela melancolia que, desde a primeira página no romance, inverte a imaginação dos tempos da infância, colocando em cena um adulto que enfrenta as idas e vindas de uma vida nova:

Tornara-me homem feito entre gente estranha, nos exames, nos estudos, em casas de pensão [...] Nada de grande tinha aprendido, nenhum entusiasmo trazia dos meus anos de aprendizagem. Agora tudo estava terminado. Um simples ato de fim de ano, e a vida devia tomar outro rumo (Idem, p.15).

Transformados, narrador e engenho se encontram num ponto novo para ambos: Carlos em posse de seu destino, sem saber fazer nada; o Santa Rosa com uma casa-grande esvaziada, sem as negras da cozinha que haviam morrido, sem meninos e moleques correndo pelos cômodos. A única permanência era o velho José Paulino, que continuava em pé tocando o engenho. A figura do avô, mesmo envelhecida e sem a energia de outrora, repõe as ilusões dos tempos de infância, fazendo com que Carlos se deslumbre com a possibilidade de se tornar senhor rural, dando continuidade aos esforços de sua gente, afinal “era bonito, era grande a sucessão de meu avô” (Idem, p.18).

Grandeza que, presa à memória dos tempos de criança, torna impossível que algo ou alguém faça frente ao coronel. Mesmo tendo visto a importância do avô diminuída quando contraposta ao poder de governadores e presidentes durante os estudos no colégio, a literatura se ocupara, durante a Faculdade de Direito, de atualizar a grandeza de José Paulino aos olhos neto, afinal:

um senhor de engenho era um motivo literário de primeira ordem. Viam-se esses homens toscos como verdadeiros aristocratas, comendo com facas de prata e andando de carruagem. A tradição dessa vida me enchia de orgulho de ter saído de tal gente. Ia longe nos meus sonhos, pensava em montar no humilde Santa Rosa o luxo dos meus antepassados. Daria festas, encheria a casa-grande de tudo que fosse conforto, *faria um mundo do meu engenho* (Rego, BANG, p.18. grifo meu).

Ao mesmo tempo em que havia sido reduzido a um quase nada diante da grandiosidade do mundo, o Santa Rosa também poderia ser todo o mundo do jovem bacharel Carlos de Melo, disposto a fazer de si e de seu engenho dignos representantes daquela literatura que figurava os filhos d'algo do nordeste açucareiro. Ambiguidade que não escapa aos olhos de um personagem que deixou a infância para trás, ainda que não abandonasse o gosto pela fantasia que culminava numa sensação de que tudo nele era falso, com sonhos que se fixavam em absurdos, afinal, “pensava em barões, em carruagens, quando o velho José Paulino era um simples, um homem sem luxo” (Idem, p.18).

A família, mesmo bastante rica, é apresentada com menos imponência, revelada em algumas de suas fraquezas, de modo que no embate entre a memória do menino, a literatura que afirmava a nobreza da oligarquia açucareira e a realidade do Santa Rosa, Carlos se esforça para construir um novo lugar social para o engenho, para os parentes e para si mesmo. Pouco a pouco, seus questionamentos e suas incertezas começam a delinear os contornos de um processo social e histórico em que uma família de senhores de engenhos começa a perder seu lugar no mundo:

por que não teria a minha família o prestígio que as suas terras lhe deviam dar? Não era dona de toda a várzea do Paraíba? Não conservava em suas mãos o domínio sobre milhares de homens? Faltava um chefe no meio deles, um que fosse o cabeça, o mais sabido de todos. Levavam o tempo votando em bacharéis, a servir de encostos a prestígios de fora. E eles, os brancos, eram mandados por mulatos mais hábeis. Que valia então a terra, o latifúndio dominando mais de dois municípios? (Rego, BANG, p.19).

Deixando de possuir um valor em si, a propriedade da terra se torna para Carlos ponto de partida para conquistas que estão fora dali, ou seja, o engenho importa na medida em que permite ao seu senhor amear honras, prestígio e poder, movimento que “um homem de inteligência saberia aproveitar [...]” (Idem, p.19). Em seus pensamentos, Carlos se candidata à tarefa, imaginando-se como aquele capaz de repor a grandeza ao Santa Rosa, fazendo dele o centro da vida familiar e municipal, de modo que ele fosse “sempre procurado para decidir, para orientar. Era um principado o que eu queria” (Idem, p.19). No entanto, “ali, onde pretendia fundar qualquer coisa de grande, me via pequeno demais [...] Que miseráveis vinte e quatro anos!” (Idem, p.30).

A imaginação de Carlos é interpelada pela desconfiança de José Paulino, interessado em saber para que o neto dava (Cf. Idem, p.17) e pelo seu próprio senso crítico, ciente de que se o Santa Rosa estava à espera de “uma perna de governo que fizesse as vezes do meu avô” (Idem, p.20), não era para ele que as esperanças deveriam se voltar, afinal além de “aluado, cheio de cismas e venetas” (Idem, p.19), desde que voltara de Recife: passava os dias lendo jornais ou se balançando na rede (Cf. Idem, p.19-20).

Cotidiano que não deixa de incomodar Carlos, ainda que este não mobilize esforços significativos para modificá-lo, passando os dias cada vez mais sozinho, numa toada que já durava cerca de um ano, dando-lhe a impressão de que “faltava alguma coisa [...] um

entusiasmo por qualquer coisa. Olhava sem querer ver”¹⁸ (Idem, p.25). A irresolução que acompanhava Doidinho se desdobra no adulto, contudo, mais do que a própria inércia, incomoda-o a sensação de que o avô desaprova sua rotina, seus hábitos e, no limite, a pessoa que o neto havia se tornado. A idolatria da infância dá lugar à revelação do afeto que Carlos guarda para o avô:

e ele era tudo para mim. Amava-o intensamente, sem ele saber. Via a sua caminhada para a morte, sentido que todo o Santa Rosa desaparecia com ele. Uma vez até pensara em escrever uma biografia, a história simples e heróica de sua vida. Mas o que valeria para ele uma história, seu nome no papel de imprensa? Oitenta e seis anos, a vida inteira acordando às madrugadas, dormindo com safras na cabeça, com preços de açúcar, com futuro de filhos, com cheias de rios, com lagartas comendo roçados. E eu o via passando pelo meu quarto sem me olhar, tossindo pelo alpendre, a bater com o cacete na calçada, como nas noites em que ia olhar o relâmpago nas cabeceiras. Seria que ele esperasse ainda por mim? Que um dia eu deixasse a rede e os livros para empunhar seu cacete de mando?¹⁹ (Rego, BANG, p.20).

Ao incluir, ainda que de maneira indireta, as expectativas do avô sobre Carlos, a narrativa aprofunda um processo que se iniciara em *Doidinho*: o descentramento do personagem que, ao perceber o outro, torna a alteridade constitutiva de sua estrutura. Agora, o leitor se depara com um desdobramento importante do processo, pois encontra o caminho de volta do percurso iniciado em *Doidinho*: além da percepção de Carlos sobre o outro, a percepção do outro interpela Carlos, fazendo-o perceber a decadência do avô e, nessas

¹⁸ Um médico do Recife havia diagnosticado Carlos como um histérico, recomendando uma vida metódica. O diagnóstico não parece ser levado muito a sério, ainda que Carlos permaneça assombrado pela possibilidade de ser acometido por inúmeros males diferentes (Rego, BANG, p.33).

¹⁹ Aprofundando o exercício de imaginar os pensamentos do avô sobre ele, Carlos confessa que o “mais doloroso [...] era sentir que ele não me queria bem. Recebia os jornais do correio e mandava para o meu quarto. E na mesa nem me dava uma palavra, não me olhava, não me perguntava nada. Seria velhice, ou seria desencanto pelos meus anos inúteis de estudo, sempre a pedir-lhe dinheiro, sempre distante dos meus” (Rego, BANG, p.24). Enquanto em *Doidinho* o colégio e o engenho nomeavam dois mundos com poucas intersecções, em *Banguê* torna-se evidente a incapacidade de Carlos de transitar entre o campo e a cidade, ainda que manipule os dois universos, contando vantagens dos parentes senhores rurais em meio aos colegas bacharéis e mobilizando elementos citadinos dentro do Santa Rosa. Progressivamente, nota-se que o adulto Carlos reconstrói o mundo rural em teoria, a partir da mediação dos livros e dos jornais, comparando seus parentes aos personagens dos romances que lia e notando, por exemplo, que, feitas as contas, pouco sobrava, pois, ao contrário de Afonso da Maia de *Os Maias*, o velho José Paulino era apenas um “campônio modesto, humilde, em frente àquela nobreza de raça. O que eles tinham de iguais, do mesmo tamanho, era o coração” (Idem, p.36).

circunstâncias, a decadência do Santa Rosa que, em tudo, “dependia dele [...] Era o chefe no grande sentido” (Idem, p.21):

onde houvesse serviço necessitando de quem soubesse mandar fazer as coisas, o meu avô lá estava. Não se entregava aos feitores, descansando neles, deitando na rede a esperar notícias. Ganhava mesmo o seu dinheiro com o suor de seu rosto. Na sua fábrica era ele a peça principal da engrenagem, a roda volante (Idem, p.22).

No entanto, José Paulino, com oitenta e seis anos, tinha cada vez mais dificuldade para comandar o engenho e os parentes começavam a não ver “com bons olhos um neto dentro da casa de um avô rico para morrer” (Rego, BANG, p.27). Tio Juca, que havia se mudado para o engenho da esposa (Cf. Idem, p.20), cuida de resolver a situação do sobrinho, procurando um emprego como promotor de justiça em Minas, onde possuía alguns parentes bacharéis.

O incomodo com o desejo dos parentes de vê-lo longe dali e a vergonha de ser incapaz de fazer jus ao avô não eram capazes de tirar Carlos de sua rotina de alheamento das coisas e das pessoas, feito conseguido apenas pela correspondência recebida do colega de faculdade Mário Santos, que interpelava Carlos e, por essa via, seus projetos interrompidos:

'MEU CARO CARLOS:

Há mais de um ano que não tenho notícias suas. Recolheu-se você a um silêncio de monge. Ninguém sabe nada do grande boêmio das pensões alegres. As nossas amigas não se cansam de perguntar pelo companheiro fugitivo. [...] A vida, por aqui, naquilo mesmo. Tenho lido muito. Nada de mulheres. [...] Li muito. Apareceu um livro de um sujeito do sul sobre as populações meridionais. Se você quiser, eu lhe mando. Você, Carlos, é que podia escrever sobre os nossos homens do norte. Aqueles seus ensaios sobre os senhores de engenho bem que revelaram capacidade para isto. Corre por aqui também uma versão: a de que você está preparando um livro sobre o seu avô, nada menos do que toda a história da cana-de-açúcar na Paraíba. Estou doido para lê-lo. Será verdade? O assunto é o mais sugestivo. Aliás você terá todas as facilidades. Pelo que se falava na Academia, o seu avô é o grande tipo do senhor de engenho. A vida aí, no Santa Rosa, ainda deve ser a grande vida senhorial dos velhos tempos: homens dignos, mulheres recolhidas e santas e a vassalagem cheirando a escravidão. Muito me tenho lembrado das nossas conversas do Continental, com você a falar de literatura, largando as suas boutades. [...] Mas eu estou lhe escrevendo para falar do seu livro. Qual será o seu plano? Você pegará o velho seu avô isolado ou é a crônica da sua família que vai traçar? Melhor seria uma crônica de sua gente, dos velhos

troncos até os nossos dias. Sinto não ter em mãos este material de que você dispõe com tanta abundância. Se quiser alguma coisa aqui da biblioteca, me escreva, pois posso pedir ao Diretor, com quem me dou. [...] Posso lhe mandar também umas notas que tirei para fazer meu estudo sobre Nabuco. Mas, certamente, você não precisará de nada disto. Basta este contato direto com a sua gente, esta sua vida feliz, misturada com os seus. Você, Carlos, é um homem de sorte. Pode olhar para trás e ver avós brancos, os homens que fizeram a grandeza da sua família a cavar a terra, a mandar em negros. Quero ver o seu livro. Escreva e mande as suas notícias. Seja mais camarada, lembre-se dos velhos amigos. Qualquer dia destes saio daqui e vou passar uns dias com você. Quero ver de perto os remanescentes da velha nobreza rural, o seu avô mourejando e o neto de pena na mão para nos contar a sua vida heróica. Você é um homem que não pode se queixar. Vivia com esta idéia na cabeça, na Faculdade, e quando termina o curso, enquanto outros se danam atrás das promotorias, encontra um seio de Abraão para descansar. Vida boa. Escreva-me, Seu Carlos. Do seu MÁRIO SANTOS' (Rego, BANG, p.39-41. grifo e maiúsculas no original).

Mário Santos era um amigo de quem Carlos já nem se lembrava, mas que lhe surpreendera na miséria de seu cotidiano, perguntando sobre os planos que, ao fim e ao cabo, o herdeiro daquela dinastia rural não possuía. A carta lhe feria precisamente num ponto: “aquela história do livro [...] Esperava-se um livro, um grande livro, de quem vivia a brincar com moscas, trancado num quarto como um lunático” (Idem, p.43). Mais do que a vergonha pela possibilidade de ser pego no flagrante de suas mentiras, afinal o senhor do Santa Rosa não era um aristocrata e o contato direto com o engenho estava longe de oferecer os elementos para um romance ou para um estudo sobre a grandeza dos homens do Norte, Carlos via-se pego no desmoronamento de suas fantasias:

onde estava o solar dos Melos, os marquesões, as baixelas de prata em que comiam os Melos, a vida larga e farta dos senhores de engenho? Fingira junto dos camaradas hábitos e riquezas de fantasia, um avô majestoso mandando com a dignidade de senhor. E o que encontraria? Um velho bom, gritando para as negras por causa de insignificâncias, de chambre de chitão, pelo meio da casa (Idem, p.44).

Assim, narrar a história da aristocracia rural do Norte, fosse circunscrevendo a trajetória do avô e, com isso, a própria história da cana-de-açúcar na Paraíba, fosse ampliando o raio de alcance da narrativa, abarcando a crônica de toda a família, não era uma tarefa exequível para um jovem bacharel perdido na inércia da rotina e, especialmente, para

um herdeiro que parecia compreender que seu engenho e seu avô não eram nada além de fantasia. Indignado ante a possibilidade de se envergonhar de José Paulino, Carlos se recrimina pelos devaneios e reestabelece a grandeza do avô que, não sendo o aristocrata que Márcio Santos imaginava, era um homem tenaz e corajoso que

podia escarrar pelo chão, andar de palito na boca, molhar o beiju no chá, dar os seus gritos. Nada disto degradaria a sua vida. A terra cultivou, que falasse do dono infatigável que a possuiu. Nunca deixou que mata-pasto cobrisse as suas várzeas. Fez gemer muito carro de boi com o peso do seu açúcar e de suas sacas de lã. O neto é que era uma besta, um preguiça. Inútil, sem a coragem e vigor do sangue que lhe corria pelas veias (Rego, BANG, p.45).

Ao abandonar a literatura e a narrativa que construía no Recife em conversas na Faculdade de Direito, em serões em bares ou em casas de pensão, Carlos reajusta seu foco e percebe o ridículo da atribuição de ares aristocráticos a uma gente que trabalha, manda e vive sem os luxos da nobreza, o que não diminuía sua riqueza ou, especialmente, seu poder de mando sobre aqueles que viviam em seus domínios, equação que Carlos terá dificuldade de compreender. A carta do colega possibilita, então, que o envelhecimento do avô e o amadurecimento do neto passem a operar como duas faces de um mesmo processo de desencantamento da vida do engenho, vista ao rés-do-chão, também no cotidiano da casa-grande e de seus moradores, num movimento que tem um de seus pontos decisivos no silêncio e nos olhos umedecidos de José Paulino, capazes de perturbarem ainda mais a já instável vida do neto que se pergunta, então,

que queriam dizer aqueles olhos umedecidos do velho Zé Paulino? A tarde inteira passei fazendo as minhas suposições. Seria que estivesse se adiantando na demência? Sofreria por alguma coisa? De qualquer maneira a situação do meu avô era de fazer pena. Vi-o absolvido de todas as suas fraquezas, de todos os abusos da sua autoridade [...] Donde provinha aquela tristeza profunda? Seria por minha causa? Haveria alguma dificuldade nas suas finanças? Tive vontade de ir até ele mas faltou-me coragem [...] (Idem, p.51).

Falta de coragem que marcará todas as ações de Carlos, permanentemente dividido entre a certeza de que o Santa Rosa que ele imaginara não existira, mas incapaz de construir algo em seu lugar. Carlos torna-se o narrador do desajustamento de um mundo que até então parecia estar em perfeita ordem. Além de redimensionar a figura do avô, bem como o Santa Rosa e sua importância, Carlos também começa a se perceber como um fracassado. Ao mesmo tempo em que se vê incapaz de substituir ao coronel, Carlos também percebe o vazio de autoridade deixado pelo envelhecimento de José Paulino, demandando dele um papel social que lhe parece, ao fim e ao cabo, fantasioso.

Mais uma vez, a lembrança dos olhos do avô marejados persegue o neto que busca encontrar razões para o choro daquele homem severo:

queria que fosse bacharel. Fui bacharel. Não era da espécie que ele admirava, daqueles que soubessem fazer uso da carta, que botassem as coisas para a frente. Era um neto mole, sem saber falar no júri, sem coragem para a vida. Aquilo que mais lhe repugnava vivia comigo deitado na rede: a preguiça. Já que não dera o desempenho da carta, porque não me montava a cavalo pelos partidos, vendo o serviço, brigando com o feitor, descompondo os trabalhadores? (Rego, BANG, p.59).

As suposições de Carlos sobre o modo como o avô o enxergava o assombram permanentemente. Imaginado quais eram as expectativas do avô, busca correspondê-las de maneiras atabalhoadas, lançando-se desordenadamente na fiscalização de trabalhos que, de fato, não sabe como deveriam ser feitos, ou à leitura de jornais e livros que poderiam lhe servir num júri em que jamais atuou. Abandonando uma ou outra atividade intempestivamente, Carlos fracassa em todas e, novamente, as expectativas de terceiros o interpelam:

[José Paulino] - Recebi uma carta de Juca mandando este telegrama.

E deu-me a carta e o telegrama. Tio Juca arranjara as coisas ao seu jeito mandando para o velho Zé Paulino os resultados do seu trabalho: uma promotoria para mim, no Paraná. Olhei o velho e o velho não me disse nada.

- O senhor responda que eu aceito.

Vi então que o meu avô chorava. Os seus olhos azuis marejados. E num ímpeto, como se já tivesse feito aquilo muitas vezes, tomei-lhe as mãos e chorei sobre elas como menino.

- Vá, se quiser. Vá, se quiser. Estou para morrer. Queria ao menos que ficasse um aqui até o fim.

E levantou-se da mesa com o cacete batendo no chão. Chegou na janela, gritando para um sujeito que passava na estrada (Idem, p.61).

Os olhos úmidos do avô, até então incompreensíveis para o neto, ganham, finalmente, um sentido nítido para Carlos que, surpreendido com o pedido, recupera algum interesse pelo engenho e pelas pessoas, o qual é renovado com a chegada inesperada de Maria Alice, esposa de um parente. Doente dos nervos, a moça havia recebido como tratamento uma estadia no campo, para o que o marido recorrera ao Santa Rosa. Os silêncios e constrangimentos da casa-grande são substituídos pelo zelo de Maria Alice, que rapidamente conquistou o velho José Paulino, afinal, “- esta menina enche uma casa” (Rego, BANG, p.65) e o “Santa Rosa criava novas cores, soprando pelas suas janelas adentro uma ventania mais fresca” (Idem, p.66), capaz de contagiar até mesmo Carlos que saía mais do quarto e se entregava com voracidade à leitura.

Devolvendo à casa-grande a alegria de outros tempos, Maria Alice, assim como fizera Mário Santos, também questiona Carlos sobre seus planos para o livro que preparava, pois “havia lido num jornal de Recife a notícia” (Idem, p.72). Filha de um oficial do Exército, Maria Alice havia sido criada no Rio de Janeiro, onde aprendera línguas, estudara piano e frequentara os concertos do Teatro Municipal. Diante da parente mais erudita do que ele, Carlos se empenha em conhecer novos artistas, novos romances, e renovando seu interesse pelo estudo, cogita a escrita de um livro, afinal “esta vida de engenho merecia mesmo um livro” (Idem, p.72). Além disso, Carlos se esmerava na busca pelo amor de Maria Alice, para o que a escrita de um livro concorreria providencialmente.

N o mundo de imaginação e sonhos irrealizáveis que Carlos habita, o amor pela esposa do parente distante concorre para, no conjunto da narrativa, aprofundar o sentido de um personagem no limiar de dois universos: a concretude da decadência do engenho e do desaparecimento do avô e as expectativas produzidas pela imaginação de menino e atualizadas pelo deslumbramento do jovem estudante de Direito. Assim, é com alegria que o moço ao por Maria Alice, na companhia de quem o engenho ganha nova dimensão.

Os passeios de ambos pelo Santa Rosa acabam por dar contornos nítidos à miséria do engenho, de modo que Carlos penaliza-se pela sorte daquela gente, ainda que não se sinta responsável por ela²⁰. Assim, Carlos assumirá, com o cavalheirismo de um homem apaixonado, o ponto de vista de Maria Alice sobre as condições de vida daqueles miseráveis trabalhadores rurais, concordando com a moça e

vendo em tudo uma espoliação, como se não fosse a minha gente que viesse há anos vivendo daquele regime monstruoso, como se eu não tivesse sido criado com o suor daqueles pobres-diabos, e os nove engenhos do meu avô, a sua riqueza, não proviessem daqueles braços e da fome de todos eles. Achava Maria Alice que os senhores de engenho podiam pagar mais alguma coisa. Não ganhavam tanto, não comiam tão bem! (Rego, BANG, p.76).

Monstruosidade de um regime de exploração que, para Maria Alice, seria um motivo literário de primeira ordem, sugerindo ao interlocutor que o tomasse como ponto de partida para o livro que pretendia escrever: “- Por que o doutor não escreve um livro sobre essa gente? Em vez de exaltar a vida dos donos, o doutor podia se interessar pelos pequenos” (Idem, p.76). Como cabe ao apaixonado e indeciso Carlos de Melo: “achei uma boa ideia. Concordava com tudo o que ela dizia e prometi-lhe então que daria começo a um inquérito

²⁰ Os passeios com Maria Alice também conduzem Carlos por uma redescoberta do engenho, sua natureza exuberante e a tranquilidade da vida no campo: “nós dois andávamos pelo Santa Rosa vendo tudo com os seus olhos. Tudo o que ela achava bonito eu achava ainda mais” (Rego, BANG, p.77).

sobre a vida e a miséria dos homens do eito. Seria um gesto grandioso, porque viria de um que herdaria mais tarde estas terras e estes homens” (Idem, p.77).

O projeto do livro, como tantos outros, fica interrompido, mas Carlos começa a se empenhar nas lidas de um senhor de engenho como nunca havia feito. “Fazia o apontamento semanal dos trabalhadores, contando os dias que davam de serviço e os quilos de ceará que comiam no barracão do engenho” (Idem, p.87), responsabilizava-se, ainda, pela mediação dos conflitos entre os moradores, arbitrando seus pedidos, tarefa que o menino Carlinhos sempre admirara quando executada por José Paulino. Satisfeito em trabalhar, “correndo os serviços a cavalo, fazendo o que o meu avô fazia” (Idem, p.90) em nome dos agrados a Maria Alice com quem vivia “de cama e mesa [...] há quase dois meses” (Rego, BANG, p.90-91).

Assumindo as rédeas de um destino que lhe parecia alheio a sua própria vontade, Carlos estava certo de que “o amor faria de mim o que eu quisesse ser. E eu queria tão pouco... Uma mulher somente” (Idem, p.97). Contudo, o romance que se fizera possível por dois meses foi interditado pelo retorno do marido que levava Maria Alice de volta para a casa, lançando Carlos num novo ciclo de tédio e recolhimento: “o que posso dizer de mais certo sobre a vida que levei depois da saída de Maria Alice do engenho, foi que andei como leso de um lado para o outro” (Idem, p.115).

Situação que preocupa a família e Carlos é convidado a passar uma temporada no engenho do tio-avô, o dr. Lourenço. No Gameleira, retoma o convívio com os parentes, notando que

uns contavam grandezas, negócios de vento em popa. Outros choravam de fazer pena. Não faziam nada, não podiam nem pagar aos correspondentes. E eram sempre estes os mais prósperos [...] Queixavam-se sempre dos trabalhadores. Nisto estavam de acordo, em reconhecer nos seus cabras qualidades péssimas. Eram para eles uma gente ruim, preguiçosa, trapaceira, que só prestava mesmo no relho (Idem, p.123).

Carlos começa, então, a imaginar como seria a vida em outros engenhos que não o Santa Rosa. No Gameleira, por exemplo, as mulheres que trabalhavam na casa-grande recebiam ordenado, no Santa Rosa trabalhavam por roupa e comida para si e para os filhos, tal qual nos tempos anteriores a 1888. Contudo, os trabalhadores de eito viviam em penúria maior, pois os senhores não lhes prestavam a assistência que o velho José Paulino dedicava aos seus. Interessado pelas diferenças entre os engenhos e pela vida das pessoas que ali viviam, Carlos retoma a ideia do livro, contudo, abandona-a definitivamente ao ver-se incapaz de se decidir pela história de sua família que redundaria num “livro como os outros vinham fazendo, na exaltação da vida rural; que falasse de fidalgos, de uma casta de potentados, de famílias que se gabavam de brasões” (Idem, p.133) ou pela história dos homens de eito, uma vida de misérias contra a qual procurava se indignar, ainda que não tivesse plena convicção de sua revolta. Conclui, então, que, na situação em que se encontrava, escrever um livro era “puro pedantismo [...] o que eu devia pensar [...] em fazer era me aproximar dos meus, ver se dava para o que minha gente vinha dando, deixar de andar com pena de trabalhadores, e abandonar esta vida de sibarita, de banho de rio [...]” (Rego, BANG p.133). Enfim, ao invés de escritor, Carlos deveria se tornar senhor de engenho, destino dos seus e posto que lhe cabia por direito e por herança: “por que não me metia pelos partidos, correndo a cavalo do Paciência ao Riachão, gritando com uns, passando carão no feitor? E seria rico, teria uma casa boa para morar, passeios até na Europa como o coronel Lola do Oiteiro” (Idem, p.133).

Riqueza que teria como suporte as terras do Santa Rosa que “aguentava todo o repuxo. Ali se tinha pano para as mangas. Várzeas e caatingas não tinham conta de tamanho” (Idem, p.133). Antes de assumir seu posto, Carlos já imagina seu governo:

a primeira coisa que criaria era o sistema de tarefas para o eito. Pagaria pelo que fizessem. O feitor só fazia medir as braças de mato limpo ou de cana plantada. Construiria casas de telha, com ladrilho no chão. Tijolo ali era de graça. O médico do Pilar viria todas as semanas dar uma hora de consultas. Daria remédio. Quinino em quilo vendiam barato. Acabaria com o bacalhau, matando bois para vender a carne mais barata. E não perderia com isto [...] E o Santa Rosa criaria fama. Os meus homens ficariam me querendo bem (Idem, p.134).

Para além de ser querido pelos seus homens, um dos pilares do governo de Carlos estava assentado no desejo de se exhibir para Mário Santos, o colega que lhe escrevera pedindo notícias sobre o livro. Sua fama correria a região e, quem sabe, poderia ficar importante na política. Os devaneios de Carlos, contudo, são interrompidos pela notícia da morte do avô: “- acabou-se o melhor homem da Várzea” (Idem, p.137) resume Jorge, primo de Carlos.

Na sala de visitas da casa-grande tio Juca e tia Maria choravam “de fazer pena”, senhores de engenho de toda a região estavam presentes e no alpendre, “moradores sentados pelo chão, de cabeça baixa, como se estivessem em penitência. A cozinha lavada em lágrimas” (Rego, BANG, p.137). O enterro se deu em meio à chuva numa “boa manhã para plantar cana, semear feijão, fazer roçado” (Idem, p.139). Quanto ao neto, “não queria ver o fim. Mas tinha que ver. Todos os parentes ficaram com ele no último encontro [...] Ouvi batuque de pás de pedreiro e a queda do caixão no fundo da terra. *Tinham plantado o meu avô*” (Idem, p.140. grifo meu).

Após a missa de sétimo dia, seguiu-se a discussão do inventário, ficando resolvido que cada um ficaria onde estava, afinal, como observa o inventariante dr. Lourenço, “- [...] José Paulino deixou o bastante para todos ficarem bem” (Idem, p.141). A Carlos coube o Santa Rosa e a caderneta da Caixa Econômica que estava em seu nome e contava “para mais de vintes contos [...] o velho botara para o neto há anos” (Idem, p.142). Juca, contudo, permanecia insatisfeito, rompeu com o sobrinho e com a irmã, exigindo parte do Santa Rosa,

o que, após muito conflito, a Justiça lhe negou. Assim, o Santo Rosa era de Carlos de Melo: “todo aquele mundo de terras me pertencia de porteira fechada [...] *Era senhor de engenho*. Muitos levavam uma vida para chegar àquela situação e conquistar o direito de mandar em terras e gente” (Idem, p.145. grifo meu).

Carlos não conquistara nada, mas herdara tudo, ponto que parece decisivo para a derrocada a que conduz o engenho do avô: “há três anos que o Santa Rosa safrejava com o seu novo dono. E estava quase de fogo morto” (Idem, p.145). O corte temporal na narrativa conduz o leitor, abruptamente, das esperanças do herdeiro Carlos de Melo para o fracasso do senhor de engenho que ele havia se tornado. As razões da crise não ficam claras, mas Carlos se empenha em culpar o feitor Nicolau, o preço do açúcar e os equipamentos que ficaram obsoletos. Ao fim de três anos, o engenho não dera lucro e, ao contrário, gerara dívidas. A vida na casa-grande se apequenara, com comidas simples e mulheres trabalhando em troca de roupa e alimento. Carlos confessa que um dia se lembrou que poderia vender o engenho e “viver fora como aposentado” (Rego, BANG, p.148), contudo, considerava-se um “desertor infame” se permitisse que “qualquer um viesse profanar a memória do velho José Paulino” (Idem, p.148). Em suas contas, uma safra boa o salvaria, mesmo que não pudesse ser grande do tamanho que imaginara, zelaria pela memória do avô, mantendo a terra que ele conquistara com anos de trabalho duro (Cf. Idem, p.148-149).

Assim, empenhava-se na condução do engenho sem muito conhecimento, mas com a certeza de que “só dependia de mim, de esforço, de coragem” (Idem, p.152). Procurando imitar o avô, abandonara o regime de governo que imaginara anos antes, e adotara as velhas incomposturas de José Paulino, gritando com trabalhadores e exigindo que o feitor fosse severo. A incapacidade de Carlos para lidar com o cultivo da terra e a produção de açúcar começa a ficar evidente à medida que ele permite a alguns arrendatários plantar cana em

pequenos lotes, usando o maquinário do engenho para a produção e deixando para o senhor metade do produto. Prática que se torna a principal receita do engenho, de modo que pequenos produtores passaram a sustentar o Santa Rosa.

Economicamente vantajosa, o crescimento de arrendatários como Zé Marreira acaba por projetar uma sombra sobre a casa-grande e seu senhor. Assim, o pequeno agricultor recebe do povo do engenho o título de “capitão”, homem que, pouco a pouco, começava a organizar a vida dos moradores do Santa Rosa, mediando conflitos, organizando as festas para os santos e mobilizando a maioria dos braços disponíveis para o trabalho (Idem, p.165). Em pouco tempo, Marreira se torna credor de Carlos que vê no arrendatário uma “fala branda, e um riso de criado”, gestos “de quem ainda não aprendera a ser senhor” (Idem, p.167).

A situação do Santa Rosa revelava que herdeiro de José Paulino também não havia aprendido a ser senhor. Carlos não era apenas o proprietário do engenho, mas especialmente era o herdeiro de uma tradição a um só tempo privada e pública, familiar e de classe que Carlos não maneja com desenvoltura, representando “sem vida o meu papel” (Rego, BANG, p.169) ²¹.

Desconfortável em seu papel, Carlos também não renunciava a ele. Do desejo de elevar as condições de vida do homem do eito ao senhor que calibrava as balanças de pesagem de açúcar e algodão com vistas a pagar menos pela produção dos moradores, Carlos reconhecia que tão logo se vira “com o cajado na mão, fazia as mesmas coisas que os outros”

²¹ Recordando a trajetória de José Paulino, Carlos se perde nas comparações com o avô, questionando “por que não herdara do velho Zé Paulino aquela serenidade, o seu vigor para a ação, a sua consciência, a confiança no que fazia? Nunca um cabra ergueu a voz para ferir a sua dignidade, nunca questionou com ninguém” (Rego, BANG, p.190).

(Idem, p.169), concluindo que a simpatia pelos trabalhadores e moradores do engenho não passava de “literatura de príncipe herdeiro” (Idem, p.169).

A presença do capitão Zé Marreira nas terras do Santa Rosa é narrada como um desastre infinitamente maior do que as safras medianas que tirava ano após ano. Conseguindo fazer 40 contos de réis com a safra de algodão e a fabricação do açúcar, Carlos decide quitar a dívida de 10 contos que tinha com Marreira, pedindo ao arrendatário que se retirasse do engenho. Sem fazer oposição à vontade do “neto do coronel José Paulino” (Idem, p.176), o capitão Marreira pede uma indenização de 70 contos pela cana plantada e pelas benfeitorias construídas na propriedade.

A notícia de que Marreira havia pedido uma indenização para deixar o Santa Rosa correu a várzea e foi vista como um acinte pelos parentes de Carlos e pelos moradores e trabalhadores do engenho que “tinham ódio ao capitão Marreira. Saíra o outro do nível deles, para mandar e oprimir. E odiavam àquele que fora o seu igual” (Idem, p.181). Assim, o fato do capitão reclamar uma indenização junto ao neto de José Paulino, restabelece a hierarquia há muito abalada pelo fato do arrendatário tirar maiores safras que dr. Carlos. Buscando realinhar as forças, Marreira recorre à Usina São Felix, que lhe oferece melhores condições para a compra da safra de cana e para a indenização das benfeitorias, negando assim a proposta que Carlos lhe fizera. “O moleque dera-me um golpe decisivo, passando a briga para um mais forte do que eu” (Rego, BANG, p.185).

Carlos se vê, então, como um senhor de engenho que não consegue fazer frente à usina, agora sua credora e como um bacharel incapaz de se defender: “fui ao Código Civil e o diabo não me adiantava nada” (Idem, p.187). Ainda que Carlos desempenhasse o papel de senhor de engenho sem desenvoltura, ele também reconhecia a deferência com que era tratado, inclusive por Marreira que “ainda me tirava o chapéu, no sangue dele corria resto de

escravidão. Eu era sempre o neto do coronel Zé Paulino” (Idem, p.189), de modo que, apesar das dificuldades do Santa Rosa, as posições de mando e obediência permaneciam relativamente estáveis, sendo possível delinear, ainda que precariamente, a hierarquização social do engenho. Contudo, a usina não sabia quem era José Paulino e, muito menos, quem era seu neto: “usina não tinha coração, usineiro só queria terras e mais terras” (Idem, p.189).

Nesse sentido, a lenta decadência do Santa Rosa não é capaz de desestabilizar, completamente, a autoridade do senhor, mas a usina é. A execução da dívida com a usina São Félix não consegue ser postergada duas vezes em seguida e Carlos se vê diante de um diretor-geral que tem

- [...] os poderes limitados. O doutor tem uma letra vencida. Não executei o ano passado. Vence-se por outra para o mês. Que dirão os meus companheiros de diretoria? O senhor se ponha no meu lugar. O que faria o senhor? (Idem, p.208).

Assim como ocorrera nos tempos de interno do Instituto Nossa Senhora do Carmo, a origem familiar de Carlos não importava para o diretor-gerente da usina ou, antes, importava até o limite onde esta consideração não criasse problemas para os negócios. Impossibilitado de prorrogar o vencimento das letras da dívida que contraíra para se livrar de Marreira, Carlos avaliava que chegara ao fim: “um moço de vinte e poucos anos desertava, seria enxotado dos seus domínios herdados, por imperícia, falta de coragem, medo dos outros, de Marreira, da usina” (Rego, BANG, p.210).

Revendo sua trajetória em buscas de explicações para a situação a que havia conduzido o engenho, Carlos conclui que “não nascera para dirigir coisa nenhuma” (Idem, p.216). Feitas as contas, Carlos estabelece as diferenças entre si e o avô, concluindo que “não podia com o seu cacete. O seu sangue não estava no meu. Eu era de outra raça, era neto de outro” (Idem, p.216).

O fracasso à frente do Santa Rosa torna-se, então, sinônimo da decadência do poder de mando do coronel José Paulino, mas não da degeneração de sua raça, afinal nas veias de Carlos correria outro sangue. No limite, a ruína de um não pode ser generalizada como a decadência de todos.

Diante das dificuldades, Juca socorre o sobrinho, oferecendo uma proposta de compra do Santa Rosa nas seguintes condições: quitação da dívida com a Usina São Felix e mais 100 contos livres para Carlos. Nos planos do tio, a família precisava do engenho para fundar uma usina.

“A notícia da compra do Santa Rosa espalhou-se. Um jornal da Paraíba noticiou, até, a criação de uma grande fábrica de açúcar na Várzea” (Rego, BANG, p.236). Poucos dias depois, Carlos recebe a visita do diretor-gerente da São Félix, oferecendo pelo engenho 200 contos mais a quitação da dívida. Com duas propostas de compra, Carlos se vê diante da possibilidade, até então inesperada, de ser um homem rico: “entre a família e a São Félix se travava uma luta para a disputa do Santa Rosa. Passei noites em claro fazendo os meus planos de rico. Um homem rico, com duzentos contos, teria a vida sem preocupações” (Rego, BANG, p.236). A proposta do tio aumenta, e no leilão que se segue pelas terras de José Paulino, Carlos decide-se pela do tio:

Era um homem rico. O bolso cheio de contos de réis. Dei o engenho ao Tio Juca por trezentos contos. Ao menos o Santa Rosa se salvara de me ser arrancado das mãos, por uma sentença de juiz. No dia em que assinei a escritura, vi o retrato do meu avô, com aquele olhar brando e a cara serena de quem tinha um coração de primeira.

Saí para olhar o engenho, mas a lembrança de Nicolau estava viva. Morrera por mim, matara por mim três pessoas. De noite estaria nos meus sonhos [...]

As negras, na cozinha, discutiam o destino delas. França iria para o Itapuá, Avelina para o Maravalha.

O Santa Rosa se findara. É verdade que com um enterro de luxo, com um caixão de defunto de trezentos contos de réis. Amanhã, uma chaminé de usina dominaria as cajazeiras. Os paus-d'arco não dariam mais flores porque precisavam da terra para cana. E os cabras de oito acordariam com o apito grosso da usina. E a terra iria saber o

que era trabalhar para usina. E os moleques o que era a fome. Eu saíria de bolso cheio, mas eles ficavam.

Estava fingindo pena pelo destino dos meus cabras.

Acordei numa manhã com os pássaros da gameleira cantando como naquele dia em que pela primeira vez me levavam para o colégio. Agora ia sair para sempre do Santa Rosa. Ali sofrera muito nos últimos tempos. Me degradara mesmo, fizera filhos em mulheres infelizes, dera em Pinheiro por causa de uma miséria, dormira com medo de cabras, de nada, de sombras. De dentro da rede, naquela manhã de minha partida, sentia que não podia fazer mais nada. Fracassara completamente. Deixava o Santa Rosa para os outros. João Rouco, João de Joana, Manuel Severino, todos ficavam para o eito da usina. A esteira da usina, os trens, os arados, as fornalhas precisavam de gente. Gente que não dormisse, que não fizesse roçado, que não plantasse algodão.

[...] O trem já apitava na curva do Caboclo. O bueiro, as cajazeiras, os mulungus da estrada ficavam. Tudo ficava para trás.

Lembrei-me do retrato do velho Zé Paulino, de olhos bons e com a cara mais feliz do mundo. O neto comprara uma passagem de trezentos contos para o mundo. (Idem, p.237-238).

4. De engenho à usina, do Santa Rosa para a Bom Jesus.

Pagar quatro contos de réis a um mestre de açúcar! Parecia um fim de mundo. A casa, que fora de José Paulino, estava com uma mulher, que ninguém sabia quem era, morando por lá. Quem diria que o casarão do Santa Rosa terminasse dividido em duas casas? Tudo isso porque aquele Carlinhos não tivera coragem de agüentar o repuxo. Sangue do seu povo estava degenerado. Onde um homem, como José Paulino? Manuel César, Lola de Oiteiro, Quincas do Engenho Novo? Os antigos não deixavam rastros, tinham-se ido para sempre (Rego, USI, p.263).

É assim que Neném, filha de José Paulino, sintetiza a situação do engenho de seu pai. O coronel está morto, o sobrinho, Carlos, “comprara uma passagem de trezentos contos para o mundo” (Rego, BANG, p.238) e o irmão Juca arrematara o Santa Rosa para transformá-lo numa usina a ser gerida pela família. Encerrada a saga de José Paulino e de seu neto, caberá a Juca conduzir a família pelos novos caminho inaugurados com o fim do Santa Rosa e a fundação da Usina Bom Jesus. A narrativa, agora, abandona a primeira pessoa e circunscreve a trajetória de Juca, o filho que José Paulino formou bacharel e que, sem talento para o júri, casou-se com uma moça rica e herdou a fortuna do sogro.

Desse modo, figura-se um processo que conduzirá o leitor por uma narrativa na qual se expressam valores em crise. Pouco a pouco, diferentes personagens observam, de lugares sociais diferentes, as transformações experimentadas por todos aqueles que habitam as antigas terras de José Paulino, numa perplexidade que, em larga medida, é compartilhada pelo narrador, dando forma a uma narrativa em que a tragédia coletiva é narrada ora como vontade divina, ora como ato de vontade de indivíduos isolados, particularmente, de Juca.

Tragédia coletiva que, na narrativa, é nomeada como a “fome da usina”, que não respeitava homens, mulheres ou santos na ânsia por mais terras. Assim, o velho Feliciano,

antigo morador do Santa Rosa, foi obrigado a remover o oratório que há tempos contruía, pois

veio [...] usina e não respeitou o oratório de Feliciano, que teve que deixar a casa de telhas da beira da estrada e conduzir seus santos para o alto, acolher santo Antônio e são Sebastião debaixo de folhas de catolé. O povo viu a coisa como um sacrilégio. Feliciano esperneou, foi ao Dr. Juca, deu para falar do usineiro, rogar praga. A casa dele destruída [...] No dia em que os santos de Feliciano se mudaram para a caatinga, vieram mulheres com toalhas de labirinto branca para cobrir as imagens, que não podiam levar sol. Fizeram uma procissão. Até ladainhas cantaram, de ladeira acima (Rego, USI, p. 186).

A comoção causada pela mudança dos santos só não foi maior do que a morte do de Feliciano, que seu deu pouco depois, levando o gerente do campo da usina a queixar-se “da impertinência daqueles devotos” que abandonavam o trabalho no eito e atrasavam o serviço no maquinário por uma “tolice, porque um negro velho morrera queimado e um oratório se sumira?” (Idem, p.242). Não foi apenas sobre as imagens dos santos que a usina avançou, pelo contrário, a Bom Jesus prosseguiu destruindo os rastros do antigo engenho, tomando a várzea, cortando árvores, destruindo roçados e, finalmente, obrigando deslocamentos forçados:

o povo subir para as caatingas [...] Saísse de várzea a fora e só se via canavial. Aonde estava o sítio das meninas de seu Lucindo, a casa de barro escuro, o pé de juá, o jenipapeiro, as roseiras velhas que davam umas rosas que nasciam murchas? A usina comera, a usina raspava, enchera de cana [...] Deus permitira que a usina comesse tudo (Idem, p.156).

Aparecendo como espécie de fatalismo, as ações de *Usina* são narradas numa velocidade que procura estabelecer a crueldade da expropriação de hábitos e costumes gestados desde longa data, marcando o surgimento de novas mediações cuja função era despersonalizar as relações entre trabalhador e proprietário, construindo uma longa hierarquia que se inicia com o cabo e com os administradores; passa pelo fiscal; pelo chefe da parte agrícola; pelo engenheiro e pelo gerente até chegar ao patrão.

Em *Usina*, o patriarcalismo é figurado não como um sistema de relações sociais, mas como um mecanismo abstrato e dependente do senhor, ator social que tendo perdido seu lugar no mundo para o usineiro, apenas pode continuar existindo como lembrança. Assim, ao contrário do que ocorria anteriormente, trabalhadores e patrões tornam-se figuras abstratas, característica estendida à vida rural, que perde sua organicidade, tornando-se um empreendimento abstrato: “nunca que um senhor de engenho plantasse um pé de cana que não soubesse onde estava plantado. Agora o usineiro não sabia” (Rego, USI, p.233).

No entanto, as memórias do tempo anterior dinamizam a narrativa na medida em que são positivadas, nuançando as relações que, caras aos engenhos, são mediadas por novos ajustamentos²². O patriarcalismo torna-se, assim, um ausente que dinamiza uma narrativa construída no contraponto, quase maniqueísta, entre passado e presente, engenho e usina²³. Assim, o romance é pontuado por um contraponto constante entre a condição de vida do usineiro e a dos trabalhadores, conflito não figurado nos romances anteriores, mas mobilizado em *Usina* com vistas a enunciar o

poder ofensivo da usina se alargava, ia cada vez mais longe. Ao povo fazia só destruir os sítios, que se criaram pelas margens do Vertente. Os pobres viviam deles, das laranjas, dos abacaxis, das bananas que vendiam nas feiras. A terra era fraca só dava para mandioca e fruteiras. E a usina queria plantar cana.

Correram ao dr. Juca para pedir. Eles viviam ali há tantos anos que nem sabiam quais tinham sido os primeiros donos daqueles sítios. Foram de seus avós [...] Aquilo era tão longe que até ninguém se lembrava que fossem terras do Vertente. Por ali cana não dava tão boa quanto pelos outros lados do engenho. E era um fim de mundo [...] Eles viviam das fruteiras e dos paus de roça. Tirando-lhes isso era morrer de fome [...]

²² Ajustamento que incluem, por exemplo, a contratação de técnicos especializados para o manejo do maquinário da usina que não podia mais contar com “curiosos”. Dr. Juca, então, contrata “um químico por um preço exagerado. Falaram do ordenado do homem pelos engenhos. Ganhava mais do que o governador. Quatro contos de réis por mês, casa para morar, criados e um contrato assinado. E o químico chegou, pedindo laboratórios, auxiliares. E o cristal da Bom Jesus continuava uma lástima. Então o técnico se queixou da cana. Um químico não podia fazer milagre. A matéria-prima lhe parecia a pior e daquilo só podia tirar o possível. Mas a cana da São Félix não diferia da cana da Bom Jesus” (Rego, USI, p.246).

²³ De modo geral, *Usina* é um livro com um tom mais ensaístico do que ficcional. O narrador pouco escapa dos juízos de valores e, principalmente, invade constantemente o fluxo de consciência dos personagens que pouco dialogam entre si ou expressam pontos de vistas capazes de colocar a posição do narrador em xeque.

Mas o usineiro não queria saber de nada. E mandou que eles se entendessem com o gerente de campo, que resolveria tudo (Idem, p.232).

Lentamente, a voracidade da usina encontra paralelo na avareza do usineiro, construída, por sua vez, na oposição à generosidade do senhor de engenho. Novamente, José Paulino se faz presente, agora para assombrar o filho Juca que procurava se convencer de que

o povo pobre reclamava a vida. Tivera que botar para fora muita gente viciada com os tempos do velho José Paulino. Queriam ficar na propriedade, desfrutar as terras e fugir das obrigações. O seu tio Lourenço acolhera no Gameleira uma porção deles. Em bangüê podia ser, mas usina não podia agüentar morador com regalias [...] Usina pedia as terras livres para cana. Do contrário teria que estragar o seu trabalho se fosse amolecer o coração. Havia muita diferença dum coração de senhor de engenho para um coração de usineiro (Rego, USI, p.233).

Diferenças referidas ao caráter de um e de outro e, também, às especificidades da usina como complexo de produção industrial, elementos que permitem a Juca contextualizar suas decisões e ordens, num processo de convencimento que procura circunscrever o patriarcalismo como um sistema que, ao menos para Juca, não pode mais se realizar. No entanto, o usineiro Juca não consegue evitar a comparação com o pai, lançando-se num esforço que, por um lado, busca justificar suas escolhas como consequências dos novos tempos e, por outro, procura estabelecer uma superioridade em relação a José Paulino:

Usina não era bangüê que se dominava com grito. Todo o respeito era pouco para sustentar o prestígio, fazer-se respeitar. Sabia que o povo se queixava dele, trazendo sempre o seu pai na frente para comparar. O velho José Paulino fora de seu tempo. Queria que ele viesse dirigir uma usina, com aquele seu sistema de vida, com aqueles gritos, aquele barulho todo, para no fim não fazer nada. Tinha que ser duro com o povo. Bem duro, mesmo, senão tomavam o cabresto nos dentes e fariam como aquela gente das Figueiras fizera com o seu sobrinho Carlinhos, revoltando-se (Idem, p.225-226)²⁴.

²⁴ A comparação com José Paulino também é evocada pelos moradores da usina. Nas raras vezes em que andava pela propriedade Dr. Juca não atendia as mulheres que lhe vinham pedir ajuda já o “coronel Zé Paulino, quando passava por ali, ouvia as histórias delas. Mas o dr. Juca não viera para aquelas bandas saber de nada. Viera passear [...] Fossem falar com o gerente do campo. Ele resolveria tudo” (Rego, USI, p.259).

O contraponto entre os ajustamentos sociais de um e outro universo é expresso, preferencialmente, pelos anseios de Juca que, ao sonhar com a expansão do maquinário da usina, encontra limites justamente nas restrições da família que se opunha a hipotecar as terras como garantia de empréstimos bancários. Para Juca, “aquilo era apenas uma formalidade dos vendedores, uma garantia maior, uma convenção” (Rego, USI, p.168). Convenção que, contudo, não é compartilhada por todos. Para parte da família, a que vivia nos engenhos, hipotecar as terras era sinônimo de falência, simbolizando, também, a perda da honra e do orgulho daqueles que não tomam a terra como capital abstrato.

O dilema vivido por Dr. Juca também ilustra a progressiva dependência da lavoura do crédito urbano e, em alguns casos, estrangeiro. O senhor de terras cede lugar ao empresário cuja conta corrente de crédito e débito está amarrada à cidade, tornando os usineiros progressivamente dependentes de empréstimos, o que, no caso da Bom Jesus, impulsionará sua crise. Apostando neste mecanismo, Juca fia-se na certeza de que boas safras e preços estáveis garantiriam a quitação das dívidas. No entanto, após três anos de safras abaixo do esperado, a Bom Jesus via suas dívidas aumentando cada vez mais, não sendo capaz de esboçar nenhum tipo de reação, não resistindo a uma grave crise no preço do açúcar: “os compromissos enormes, os cálculos feitos na alta. As despesas com safras gigantes e a Bom Jesus sem recursos próprios, sem banco nem crédito para se aguentar” (Idem, p.286) ²⁵.

Um triste fim se anuncia para a usina de Juca. A presença de José Paulino torna-se, então, uma constata nas lembranças de Juca que

²⁵ Os parentes considerarão a vida luxuosa levada por Juca e sua família como o principal responsável pelo endividamento da Bom Jesus, assim, o usineiro não apenas será muito comparado a seu pai, mas também a outros usineiros, especialmente com o austero dr. Luís, proprietário da São Félix, a usina vizinha da Bom Jesus, a mesma que ameaçava ‘engolir’ o Santa Rosa quando administrado por Carlos de Melo. Deve-se lembrar ainda que o endividamento das usinas junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras tornava a capacidade de reação ainda menor, uma vez que boa parte do virtual lucro já estava comprometido com o pagamento de juros, hipotecas e dívidas, não podendo ser reinvestido na produção.

sabia ao certo que nada viria mais para ele [...] O velho seu pai governara o Santa Rosa por mais de oitenta anos. Lembrava-se bem dele, acordando de madrugada para o banho frio. Os galhos daquele tronco apodreciam. Não havia na família inteira um moço com força de ir muito além (Idem, p.286).

Assim como fizera Carlos, Juca também se julga indigno da descendência de José Paulino. No entanto, sua tragédia não é particular, mas extensiva aos moços da família, todos sem “força de ir muito além”. Agora, toda a família fracassa, o fim do patriarcalismo e o princípio da miséria que marcou as terras tão prósperas no tempo anterior: “o Santa Rosa ficara grande, inchara, subira e era aquilo que se via, sem força para moer um pé de cana” (Rego, USI, p.359) ²⁶.

Na narrativa de *Usina*, a ruína da Bom Jesus torna-se um problema estrutural, referido à dependência de crédito e de empréstimos tomados nas cidades, o que mais amplamente, refere-se ao desenvolvimento de um capitalismo despersonalizado, baseado nas leis de mercado e não mais regulado por nomes de família:

A UNIÃO [...] dera a notícia da compra da Bom Jesus, dizendo que um industrial de vistas largas evitara que uma grande parte da várzea do Paraíba fosse reduzida com o fracasso da outra usina (Idem, p.375. maiúscula no original).

Dr. Juca muda-se, com a família, para um engenho na catinga, herança de sua esposa, D. Dondon. Humilhando diante da família, Juca equipara-se ao antigo dono do Santa Fé, seu Lula, avaliando que sua queda era ainda pior do que a do vizinho de seu pai:

os filhos no colégio às custas do sogro Clarisse se casando com as economias da mãe. E aquela carta de Vergara, prevenindo que não mandaria mais manteiga para a casa-grande. [...] Lembrava-se de seu pai [...] Seu Lula morrera como um senhor. Dentro do Santa Fé mandara ele até o último suspiro. O melão cobria o bueiro do engenho, as bestas das almajarras morreram de velhas, mas tudo era de seu Lula.

²⁶“A Bom Jesus murchava aos poucos, ia perdendo aquela crueldade do começo. A miséria humanizava a organização” (Rego, USI, p.306). Ou seja, “para o povo pobre da Bom Jesus há dois anos que a vida vinha melhorando. Se eles pudessem descer para a várzea seria outra coisa. A usina não estava plantando tanto, havia terras devolutas pelas várzeas. Quanto mais a Bom Jesus caía, mais o povo tinha esperança de melhorar de condição” (Idem, p.314).

Nunca de uma venda no Pilar voltara um portador de seu Lula, porque o pouco que o velho comia era pago na frente. Vergara mandara aquela carta. Um usineiro mais baixo na miséria que o seu Lula, do Santa Fé (Idem, p.345).

5. Uma estrada, três casas.

A narrativa de *Fogo morto* se estrutura a partir do contraponto entre a *estrada* que liga o engenho Santa Fé à vila do Pilar, oferecendo, também, acesso ao Santa Rosa e as *casas* do coronel Lula de Holanda, do mestre seleiro José Amaro e do capitão Vitorino Carneiro da Cunha²⁷, oferecendo, ainda, acesso ao engenho Santa Rosa e à vila do Pilar. Casas mais ou menos desestruturadas, perto da falência ou da loucura, ligadas por uma estrada que serve de caminho para senhores e moradores de engenho, comerciantes, mestres de ofício e cangaceiros em percursos que, pouco a pouco, apresentam ao leitor os personagens e os dilemas daquele universo.

Localizada à beira da estrada, a casa do seleiro é o ponto de encontro preferencial destes caminhos, , é ali que o mestre vive, trabalha e conversa com aqueles que passam. José Amaro era um “seleiro dos velhos tempos, trabalhava na porta de casa [...] a sua casa de taipa, de telheiro sujo” (Rego, FM, p.35). O morador do Santa Fé avalia que a desgraça de sua vida era justamente a bagaceira do engenho:

- [...] É verdade que senhor de engenho nunca me botou canga. Vivo nesta casa como se fosse dono. Ninguém dá valor a oficial de beira de estrada. Se estivesse em Itabaiana estava rico. Não é lastimar, não. Ninguém manda no mestre José Amaro. Aqui moro para mais de 30 anos. Vim para aqui com o meu pai que chegou corrido de Goiana. Coisa de um crime que ele nunca me contou [...] Foi coisa de morte, estive no júri. Era mestre de verdade. Uma peça dele foi dada pelo barão de Goiania ao Imperador. Foi pra trás. Veio cair nessa desgraça. É a vida, seu Laurentino. O mestre José Amaro não é homem para se queixar. Estou somente contando. Aguento no duro (Idem, p.36).

²⁷ A ideia de que *a casa* e *a estrada* representam focos narrativos distintos, mas complementares é sugerida por Raymond Williams ao estudar as obras dos romancistas ingleses Gilbert White, William Cobbett e Jane Austen. (Cf. Williams, 1989). No caso de *Fogo morto*, o crítico Franklin Thompson observa que a estrada onde mora mestre Amaro pode ser tomada como o eixo a partir do qual a narrativa é construída: “há uma estrada – tronco que atravessa *Fogo morto* como um fio condutor, ligando as três partes do livro num todo harmonioso. Ao longo dessa estrada passam todos os personagens dessa história” (Thompson, 1957).

É na conversa de beira de estrada com o pintor Laurentino, que ia para um serviço na casa-grande do Santa Rosa, que José Amaro se apresenta ao leitor, destacando, para tanto, sua localização na hierarquia social do universo dos engenhos: um oficial de beira de estrada, morador de engenho que vive como se fosse dono da terra, sem pagar foro, livre, portanto, do arbítrio do senhor, condição que lhe garante autonomia capaz de afiançar sua condição de homem liberto, senhor de suas escolhas, de seu tempo e de seu trabalho: “- sou pobre [...] mas não faço vergonha aos pobres [...] aqui nesta minha porta tem passado gente rica, gente lorde, pra me convidar para isto e aquilo. Não quero nada. Vivo de cheirar sola, nasci nisto e morro nisto” (Rego, FM, p.35).

Um homem pobre, que vive de seu trabalho e, portanto, faz justiça aos pobres. É justamente a possibilidade de escolher como e para quem trabalha o ponto capaz de lhe garantir o arbítrio e, conseqüentemente, a afirmação de sua igualdade para com os senhores. Enquanto o pintor Laurentino segue para o trabalho no Santa Rosa, o seleiro se distingue do interlocutor afirmando que

- [...] estas mãos que o senhor vê nunca cortaram sola para ele [José Paulino]. Tem a sua riqueza, e fique com ela. *Não sou criado de ninguém. Gritou comigo, não vai.*
- Grita, mas é bom homem, mestre Zé.
- Eu sei. *A bondade dele não me enche a barriga.* Trabalho para homem que me respeite. Não sou um traste qualquer (Idem, p.35. grifo meu).

Para o pintor, os gritos e descomposturas do senhor são nuançadas por sua bondade, para o mestre, a bondade dos ricos não alimenta os pobres, de modo que mesmo reconhecendo virtudes em José Paulino, o seleiro singulariza o grito como símbolo da instauração de uma hierarquia que ele não reconhece, ou seja, o mestre apenas trabalha para aqueles que o tratam como um igual, lição que um carreiro do Santa Rosa ouve um tanto desconcertado quando, à beira da estrada, solicita ao mestre correame para os bois:

- É encomenda do Santa Rosa? Pois, meu negro, para aquela gente não faço nada. Todo mundo sabe que não corto tira para o coronel José Paulino. Você me desculpe. É juramento que fiz.

- Me desculpe, seu mestre – respondeu o carreiro, meio perturbado – o homem é bom. Não sabia da diferença de vosmecê com ele.

- Pois fique sabendo. Se fosse para você, dava de graça. Para ele nem a peso de libra. É o que digo a todo mundo. Não agüento grito. Mestre José Amaro é pobre, é atrasado, é um lambe-sola, mas grito não leva (Idem, p.39-40).

Ao mesmo tempo em que a escolha das encomendas garante ao mestre o orgulho de trabalhar apenas para quem deseja, também faz com que, em geral, seus serviços sejam utilizados por “camumbembes. Era o que mais lhe doía. O pai fizera sola para o imperador montar. E ele ali, naquela beira de estrada, fazendo rédea para um sujeito desconhecido” (Idem, p.40). Entretanto, é justamente a recusa das encomendas de José Paulino o ponto sobre o qual se assenta a afirmação de sua liberdade e de sua autonomia, de modo que é por um ato de vontade que trabalha, por exemplo, para o senhor do Santa Fé, coronel Lula.

Lentamente, a memória de mestre Amaro apresenta o fundador do Santa Fé, Tomás Cabral de Melo, e seu genro, Luís César de Holanda Chacon. O primeiro é recordado pela lembrança que o mestre tem do que o pai lhe contava: era “um homem reto, de trabalho, de ação decidida. Era até político de importância no Partido Liberal e dono de boa escravatura” (Idem, p.47), já seu Lula era filho de um homem que

- [...] esteve corrido, por causa da Revolução de 1848. Dizem que morreu no mato. O meu pai falava desta guerra de 48. Mataram um primo do barão de Goiana, um tal Nunes Machado. O pai do coronel Lula andou com este povo. Acabaram com ele. A mulher ficou amalucada, o filho é isto que o senhor conhece (Idem, p.46).

O senhor que Pedro boleiro, interlocutor do mestre, conhecia era um homem afeito aos luxos de possuir um cabriolé e educar a filha no Recife, mantendo-se alheio ao trabalho na agricultura e na produção de açúcar, numa situação que parecia confusa aos olhos de todos e, especialmente de José Amaro que “não sabia explicar, não sabia compreender a vida do senhor de engenho, que era dono de sua casa, da terra que pisava” (Idem, p.47).

5.1. Santa Fé, na várzea do Paraíba.

Terras que foram compradas pelo capitão Tomás tempos antes da Revolução de 1848. Vindo do Ingá do Bacamarte, trazia “muito gado, escravos, família e aderentes. Fora ele que fizera o Santa Fé” (Rego, FM, p.193). À primeira descrição do mestre José Amaro, o narrador junta, agora, outros detalhes que auxiliam o leitor a construir o Santa Fé, apresentado em pequenos fragmentos nos outros romances do *Ciclo da cana-de-açúcar*. Em *Fogo morto*, a narrativa recua até os tempos de fundação do engenho, apresentando-o como obra do esforço de um

homem de pulso, de muita coragem para o trabalho. Ele mesmo dera ao engenho que montou o nome de Santa Fé. Tudo se fizera ao seu gosto. Depois comprou aos índios algumas quadras da caatinga, e o Santa Fé pôde subir para os altos [...] crescer um pouco junto ao mundo que era o Santa Rosa. O capitão vinha dos Cabrais do Ingá, gente de posses, de nome feito na província. Os roçados de algodão destes homens tinham fama. Falava-se que o velho Cabral tinha para mais de 500 escravos no eito de seus roçados. Mas o capitão Tomás descera para a Várzea. Tinha filhos e pensava dar ao seu povo uma condição melhor. E assim liquidara a herança na partilha e chegara ao Pilar para ser senhor de engenho (Idem, p.193).

Ainda que de família importante, Tomás Cabral de Melo não era descendente de senhores de engenho, antes, converteu a herança fruto do cultivo de algodão no Ingá na compra de terras na várzea do Paraíba, levantando seu engenho com uma “vontade desesperada para o trabalho” (Idem, p.193), causando certo escândalo um senhor de engenho “com jeito de camumbembe, trabalhando para ele mesmo, com as suas próprias mãos” (Idem, p.194). Lentamente, o Santa Fé começou a produzir como um grande engenho da várzea, apesar de suas dimensões limitadas, o que permitiu ao capitão Tomás se fazer “forte na política”, dando “voz de comando no Partido Liberal” (Cf. Idem, p.196).

Vivendo para o cultivo de cana e para a produção de açúcar, o capitão fez dinheiro para educar as filhas, mandadas para colégios de freiras em Recife. A mais velha, Amélia,

“voltara dos estudos uma moça prendada, assombrando as outras com seus dotes” (Idem, p.195) que incluíam, entre os bordados e cuidados domésticos, a habilidade de tocar piano, objeto que, ao ser comprado pela família, marcou a distinção social do engenho, aproximando seus donos dos vizinhos da várzea, afinal “era o capitão Tomás Cabral de Melo, senhor de engenho do Santa Fé, chefe do Partido Liberal, pai de filha educada em Recife, com piano em casa, que falava francês, que bordava com mãos de anjo” (Rego, FM, p.197).

O piano chegara ao engenho em 1850, ano em que Amélia retornara do colégio e a casa-grande do Santa Fé recebera sua primeira pintura. Marcando a ascensão social da família, a data é pintada no frontão da casa, tornando-se uma espécie de símbolo da fundação de uma nova linhagem de senhores de engenho na várzea do Paraíba. Estabelecida a distinção social da família tratava-se, agora, de continuá-la, o que aconteceria com o casamento de Amélia, contudo, capitão Tomás não via homem na região capaz de merecer sua filha: “tinha dinheiro de ouro que lhe daria para comprar um engenho para a filha. Um engenho de porteira fechada. Queria era que aparecesse um homem que fosse branco, de bons modos, capaz de fazê-la feliz, de tratá-lo como ela merecia” (Idem, p.199).

Sem opções nas redondezas, o capitão se anima com a visita de um parente, Lula de Holanda. Vindo de Pernambuco, o rapaz, “de olhos azuis, o ar tristonho, a fala mansa” (Idem, p.200), logo caiu nas graças de Amélia e o pedido de casamento veio tempos depois, por meio de uma carta. O novo casal foi viver na casa-grande do Santa Fé e capitão Tomás não podia esconder certo estranhamento em relação ao genro que ficava “naquele rede do alpendre horas inteiras, lendo jornal velho, virando folhas de livros. Não era capaz de pegar um cavalo e sair de campo afora para ver um partido” (Idem, p.206). Diante do alheamento do rapaz, o capitão decide lhe dar um partido de cana, responsabilizando-o pelo seu cuidado. Contudo, a tarefa foi cumprida de modo distante, causando estranheza nos escravos que se

“espantavam com aquele senhor de olhar abstrato, vestido como gente da cidade, sempre de gravata, olhando para as coisas como uma visita” (Idem, p.206).

Enquanto capitão Tomás permanecia ressabiado com o genro que não gostava das lidas do engenho, dona Mariquinha, sua esposa, havia sido conquistada pelo rapaz que tratava Amélia “como gente, sem aquela secura, aquela indiferença de Tomás [...] As negras elogiavam os modos do jovem senhor. Parecia uma estampa de santo [...] todo pegado com a mulher como só se via nas histórias de príncipes e princesas” (Rego, FM, p.207). Modos que também envaideciam o capitão Tomás, pois “gostava de mostrar aos senhores de engenho da Ribeira que não era o camumbembe que eles pensavam. Tinha filha que tocava piano, e genro que possuía cabriolé” (Idem, p.208). Ao lado do piano, o cabriolé que o rapaz mandara trazer do Recife também foi acionado para distinguir o Santa Fé e seus habitantes, assim, o capitão gostava de exibir a filha educada e o genro de hábitos refinados, sendo o piano e o cabriolé acionados como objetos que, por serem admirados por todos, faziam crescer o Santa Fé e sua gente.

Ainda que envaidecido pelos hábitos, gestos e costumes do genro, capitão Tomás se preocupa com o futuro de sua família e de seu engenho, pois, Lula parecia querer “viver de sala, naquela lordeza, falando de política, de gente de um mundo que não lhe interessava” (Idem, p.208).

Com um futuro que parecia incerto, o Santa Fé e seu velho senhor continuavam trabalhando até que a fuga de um escravo, Domingos, altera o rumo das coisas e a existência das pessoas. Pela primeira vez, sogro e genro trabalham lado a lado, partindo para o sertão em busca do escravo, tarefa difícil, uma vez que o “povo do sertão não ia muito com a gente da Várzea”. Opondo povo e gente, o narrador evidencia que as ordens dos senhores pouco efeito produzem ali, tal como deixa claro um sitiante:

- [...] eu sei que os senhores são homens de trato, de engenho, de muita lordeza. Tudo isso eu sei. Mas grito aqui não adianta não, rapaz. Eu se fosse o capitão, ia me aboletar ali debaixo daquele pé de juá, e esperar a madrugada. Se quiser uns pratos de coalhada eu tenho para dar, só não tenho negro fugido, nem cavalo roubado (Idem, p.215).

Desagravado pelo sertanejo, que escondia o escravo, capitão Tomás não imaginava “como poderia dormir um senhor de engenho que não tinha coragem de arrancar um negro de sua senzala das mãos de um ladrão de cavalo” (Rego, FM, p.217). A quebra da hierarquia demonstrada pela sua incapacidade de recuperar o escravo fugido desmoraliza o capitão que não se sente mais no direito de “gritar para negro nenhum” e, conseqüentemente, não se sente mais no direito de ser senhor.

Assim, “aquela viagem a Campina Grande, a fuga de Domingos, o roubo dos cavalos deram com ele naquela rede, como um homem inútil” (Idem, p.221). Por um curto período, Lula tomou a frente do engenho, notabilizando-se pelos severos castigos que impôs aos escravos, inclusive àqueles que gozavam da plena confiança de capitão Tomás como o mestre de açúcar Nicolau e as negras da cozinha. A sogra assusta-se com as ordens do genro, sem compreender como um rapaz de modos tão finos era capaz de tanta crueldade: “aquele Lula, todo de medidas, todo não me toques, tinha gênio perigoso” (Idem, p.223).

Dona Mariquinha toma, então, a frente das obrigações do engenho, lidando com os moradores e dando ordens ao feitor. Tomás permanecia doente não se sabia ao certo de quê, numa renúncia de vida que ninguém ao redor compreendia. Olívia, a filha mais nova, continuava nos seus acessos de loucura e Lula retornara aos seus modos de gente da cidade: “a casa-grande do Santa Fé vivia assim, cada vez mais triste” (Idem, p.225). Com a morte do capitão, que se deu pouco tempo depois, a tristeza da casa-grande foi abalada por uma guerra entre genro e sogra, pois Lula fazia exigências quanto ao inventário, reclamando o dinheiro de ouro do capitão Tomás: “[...] quis botar advogado [...] E a velha Mariquinha não cedeu.

Vieram os parentes do Ingá. Toda a várzea ficou com a viúva. Seu Lula terminou cedendo. O Santa Fé continuou no governo da sogra” (Idem, p.224).

O genro, por sua vez, saiu do episódio desgastando, juntado à fama de maltratar os escravos, a de ser um sujeito ambicioso que “viera para se casar com o dinheiro do capitão, queria roubar a viúva” (Rego, FM, p.224). O governo de dona Mariquinha não segue um curso tranquilo, tendo que enfrentar a oposição de Lula, disposto a afastar a sogra da convivência de Amélia e da filha, Neném, que nascera pouco tempo após a morte de Tomás. A velha senhora não resiste por muito tempo aos desmandos do genro que a proibia de conviver com a criança. Um pouco por desgosto, tal qual acontecera com o marido, Mariquinha morreu e a “escravatura se alarmou. Seu Lula seria o dono de tudo” (Idem, p.229).

O agora capitão Lula assume ares ríspidos para dar as suas ordens, gritando com todos e afirmando que “não queria vadiação naquele engenho [...] todas as tardes os negros teriam que rezar as aves – marias. Negro não podia mais andar de reza para São Cosme e São Damião. Aquilo era feitiçaria” (Idem, p.229). Ainda que autoritário e capaz de legislar até mesmo sobre a reza de seus escravos, o novo senhor “não saía para olhar os trabalhos. Dentro de casa, na rede do alpendre, ficava os dias inteiros lendo jornais” (Idem, p.229). Com os passar dos anos, a escravatura minguava e as safras se reduziam, cabendo ao feitor Deodato “botar as coisas para diante” (Idem, p.229). O único plano de Lula era enviar a filha para ser educada no Recife, um luxo que seria pago com o dinheiro de ouro deixado pelo sogro.

Enquanto as safras eram cada vez menores, a casa-grande do Santa Fé se entregava a tristeza iniciada com o adoecimento do capitão Tomás. O novo senhor “não saía no engenho para parte nenhuma [...] Tudo o que queria era viver só, sem visitas, sem festas, com seu

engenho dando o que desse” (Idem, p.230-231). Pouco a pouco, o Santa Fé “foi ficando [...] o engenho sinistro da várzea” (Idem, p.231).

A Abolição marcará, então, o aprofundamento da decadência do engenho e da desestruturação da família do capitão Lula. Em 13 de maio de 1888 todos os escravos abandonaram o engenho²⁸ e Lula teve seu primeiro acesso de loucura, num ataque que durou alguns muitos minutos e deu à Amélia a impressão de que o marido envelhecera dez anos. O cotidiano passa a se impor como um drama num engenho com o eito quase deserto e a casa-grande entregue a monotonia de uma família ensimesmada, avessa ao convívio com os vizinhos ou com a gente do Pilar e, cada vez mais, sem lugar no mundo (Cf. Rego, FM, p.236 - 240).

Assim como ocorrera com o capitão Tomás e com dona Mariquinha, a reclusão de Lula não é compreendida. Transitando entre a tristeza e a loucura, Lula é o único que parece saber ao certo qual o mal que o acomete, ainda que guarde suas certezas para si mesmo: “sabia de que doença sofria: tivera um tio, irmão de seu pai, que sofrera da mesma coisa. Não havia cura para seu mal” (Idem, p.247). Assim como tinha certeza de seu estado mental, Lula também sabia que “todos os tinham na conta de mau, de orgulhoso, de malvado” (Idem, p.248) e cada vez mais se entregava à rotina das orações e das missas e

quando o cônego Frederico elevava ao Senhor o cálice de ouro, e as campainhas ressoavam na Igreja, ele sentia-se uma vítima dos homens. Aparecia-lhe então a imagem de seu pai, a figura de Nunes Machado, o passado de sacrificado, filho de viúva pobre [...] Tinha sido roubado. Mataram-lhe o pai, roubaram-lhe o que era de seu mãe, roubaram-lhe os negros com a lei (Rego, FM, p.249).

²⁸ “Os negros do Santa Fé se foram para os outros engenhos. Ficara somente com seu Lula o boleiro Macário, que tinha paixão pelo ofício. Até as negras da cozinha ganharam o mundo” (Rego, FM, p.232). Importa notar que a fama de Lula como um senhor cruel e injusto com os escravos gera inúmeras dificuldades para a contratação de mão-de-obra após a Abolição, de modo que, via de regra, o Santa Rosa emprestava alguns trabalhadores para que o vizinho pudesse tirar a sua safra.

Diante de circunstâncias formuladas por Lula como injustas, o senhor de engenho do Santa Fé renova seu orgulho, justamente no desprezo aos seus pares, os senhores de engenho da várzea do Paraíba, afinal “o que valia a riqueza de José Paulino, se não educava as filhas como ele fazia, que não dava valor ao sangue de Cavalcanti que corria nas suas veias?” (Rego, FM, p.250). Assim, mesmo sendo um homem rico, o vizinho José Paulino não teria a estatura moral que ele possuía, isto é, seus modos e hábitos de gente da cidade, além de seus gostos refinados eram capazes, para Lula, de equilibrar a relação com o vizinho rico: enquanto um detinha poder e riqueza, o outro se civilizara.

Ainda que sustentada pelo orgulho do senhor, a casa-grande do Santa Fé parecia deslocada no tempo e no espaço, entregue a uma rotina que era, também, a sina daquela gente: “seu Lula já estava velho, dona Amélia era aquela criatura sumida, mas sempre com seu ar de dona, Neném uma moça que não se casava, dona Olívia a mesma coisa. Esta era a casa-grande do Santa Fé” (Idem, p.260). Amélia, única ali a viver a fase áurea do engenho sob as ordens de seu pai, ressentia-se do presente, avaliando que “tudo havia passado. Tudo era agora aquela mansidão, a pobreza de uma casa-grande que se escondia da vista dos outros” (Idem, p.266), revelando uma decadência que se expressa na falsa dignidade a ser mantida.

Curiosamente, apesar de ostentar seu orgulho por uma casa com piano e retrato dos parentes brancos na parede, além de uma família educada nos melhores colégios do Recife, Lula se reserva à reclusão, convivendo com os vizinhos apenas nas missas de domingo, numa repetição que, para Amélia, mantinha todas as coisas e pessoas nos mesmos lugares:

eram os mesmos. Neném e ela traziam as mesmas jóias, aqueles trancelins, aqueles anéis que lhe tomavam os dedos das mãos [...] Lá ficavam no mesmo canto da igreja, ajoelhados no mesmo lugar. O negro vinha-lhes trazer almofadas de seda, e o cabriolé os esperava, ao lado da matriz. Voltavam, como faziam há anos, depois de o carro

seguir até a frente da Casa de Câmara e retornar, correndo pela rua grande da vila, com o mesmo povo a olhar para a família do Santa Fé que não dava confiança à gente do Pilar (Idem, p.268-269).

Assim como a casa-grande, seus habitantes também renunciavam ao convívio dos outros, e, segundo a crendice do povo, todos e tudo ali estavam amaldiçoados. É justamente o cabriolé de Lula o objeto que, às vistas dos outros, marca a ruína da família: “quando olhavam para os cavalos magros do cabriolé, para os arreios velhos, viam a decadência, as marcas do castigo de Deus sobre criaturas e coisas condenadas” (Rego, FM, p.271).

5.2. À beira da estrada, um morador de engenho.

É nesta rotina de dias iguais, no interior de um engenho que, a duras penas, continua produzindo pequenas quantidades de açúcar que a casa do morador José Amaro torna-se decisiva não apenas para a dinamização da narrativa, como também para a compreensão dos elementos em disputa num lento processo de decadência de casas, famílias e fábricas de açúcar. Na beira da estrada onde vive o mestre seleiro, a autoridade do senhor de engenho do Santa Fé é questionada e enfrentada, bem como outros modos de hierarquização social são imaginados e, vez por outra, experimentados.

Como visto, José Amaro era um morador que não pagava foro e afirmava sua autonomia em relação aos ricos da terra, trabalhando apenas para aqueles que não o rebaixavam como seus gritos. Nas conversas de beira de estrada com mestres de outros ofícios ou moradores de engenho da região, José Amaro vai apresentado ao leitor sua percepção sobre o mundo ao redor, reconstruindo a dominação patriarcal a partir de um ponto de vista até então inédito no *Ciclo da cana-de-açúcar*: aquele do dominado.

Conversando com um portador do engenho do Oiteiro que seguia para o Pilar com recado do senhor de engenho para o delegado, mestre Amaro evidencia o jogo de forças no qual todos ali estavam envolvidos e, ao mesmo tempo, imagina outra ordem:

- Este Ambrósio [delegado] é um banana. Queria ser delegado nesta terra, um dia só. Mostrava como se metia gente na cadeia. Senhor de engenho na minha unha, não falava de cima para baixo.

- Seu Augusto [senhor de engenho do Oiteiro] não é homem para isto, mestre Zé.

- Homem, não estou falando de seu Augusto. Estou falando é da laia toda. Não está vendo que, comigo delegado, a coisa não corria assim? Aonde já se viu autoridade ser como criado, recebendo ordem dos ricos? Estou aqui no meu canto. Mas estou vendo tudo. Nesta terra só quem não tem razão é pobre (Idem, p.41).

Ainda que a oposição entre ricos e pobres esteja presente em outros romances do ciclo, o mestre evidencia outro aspecto igualmente relevante: a extensão de práticas privadas para a esfera pública, num movimento que torna o poder de mando dos senhores extensivo às autoridades legalmente constituídas, criando um universo no qual as posições sociais são claramente definidas e, dificilmente, intercambiáveis. Assim, mestre Amaro apresenta a si mesmo como um pobre que conhece o seu lugar, em oposição, por exemplo, ao compadre Vitorino Carneiro da Cunha “um pobre com chaleiríssimo [...] cabra muito sem vergonha, atrás dos grandes, como cachorro sem dono” (Rego, FM, p.45), enfim, “[...] um pobre que não se dava ao respeito. Era demais aquela vida sem rumo, aquele andar de um lado para o outro, sem fazer nada, sem cuidar de coisa nenhuma” (Idem, p.53).

Padrinho de Luís, filho de Vitorino, descontentava o mestre o fato do compadre não compreender seu lugar na hierarquia social, transitando pelo mundo dos ricos em busca de favores e condescendência. Vitorino, por sua vez, não se via como igual ao mestre, pelo contrário, localizava a si mesmo como alguém em condições de igualdade com José Paulino: “– [...] Sou homem branco como o José Paulino. É meu primo [...] Não esteja pensando que sou um camumbembe [...]” (Idem, p.51). A ascendência familiar é mobilizada, no caso deste

pequeno sitiante da várzea, para se posicionar na hierarquia social, acionando um sobrenome em oposição à condição material de seu núcleo familiar. Assim, o capitão Vitoriano queria para padrinho de seu filho “o primo José Paulino. Mas a sua mulher tomou o seleiro. Mulher teimosa, de vontade, de opinião. Queria era chamar, encher a boca com um ‘meu compadre José Paulino’. O diabo da mulher escolhera outro” (Idem, p.52-53).

Mesmo não sendo sua primeira escolha, capitão gostava do mestre que, afinal, “não era de família como a sua, mas era homem branco, o pai foi filho dum marinheiro de Goiana” (Rego, FM, p.53). Dando a si mesmo uma importância maior do que aquela que os outros lhe concediam, Vitorino era, em geral, ridicularizado por todos, ainda que se esforçasse para afirmar sua honra: “era o capitão Vitorino Carneiro da Cunha, de gente muito boa da Várzea do Paraíba. Tivera um primo barão no governo da província” (Idem, p.53). Defende, então, que gente com a sua importância deveria cuidar da política, atividade para a qual Vitorino se entregava entusiasticamente, lançando-se na campanha de Rego Barros ao governo da Paraíba, forma de, segundo ele, “botar o José Paulino para fora de uma vez da política” (Idem, p.55), numa rivalidade que é, a um só tempo, política e familiar, pois Vitorino deseja mostrar aos parentes ricos que era um homem de prestígio, capaz de mobilizar eleitores para sua causa, sintetizada por ele com duas bandeiras: “quero Quincas Napoleão [presidente da Câmara do Pilar] na cadeia e José Paulino pagando imposto” (Idem, p.165).

Com o passar do tempo, a afirmação de autonomia do mestre seleiro, bem como seu permanente questionamento da ordem social estabelecida no engenho acabam por conduzi-lo a uma solidão que não consegue explicar, mas que o leva a andar pelas noites “estrada afora”, num desejo de “estar só, viver só, sentir tudo só. A noite convidava-o para andar” (Idem, p.61). Enfim, assim como ocorrera com Lula de Holanda, o mestre também começa a perder seu lugar social.

Na manhã seguinte, “corria por toda parte que o mestre José Amaro estava virando lobisomem” (Idem, p.61). Tendo sido repreendido pelo suposto voto contra José Paulino, o mestre recebe uma nova reprimenda de Lula, novamente, Floripes o alerta que “- [...] foram dizer a dona Amélia que o senhor encheu a cabeça do moleque que lhe levava o tabuleiro a tal ponto que o bicho deu para falar de dona Neném” (Rego, FM, p.84). Um eleitor que votaria contra o vizinho poderoso, um homem que viraria lobisomem à noite e, finalmente, um morador que falaria mal da família da casa-grande, suposições que, pouco a pouco, fazem do mestre uma figura mal vista por todos. José Amaro tenta resolver a situação desautorizando Floripes e, por este via, afirmando sua condição de um igual ao senhor de engenho:

- [...] Não vai esta história de disse que disse. Comigo é no verdadeiro. Este negócio de fuxico, de galinhagem de mulher, não é para homem do meu quilate [...] Não tenho medo nem dos grandes nem dos pequenos. Tenho uma mulher e uma filha. É tudo o que tenho. Mas quem quiser saber o que vale o mestre José Amaro que se meta com ele. Está ouvindo, seu Floripes? (Idem, p.84).

No entanto, conforme as histórias se espalham, corre o boato de que o senhor de engenho pediria a casa em que o mestre vivia e Sinhá, sua esposa, é a primeira a se dar conta do risco que corriam, compreendo que a família estava na iminência de perder tudo aquele que reconhecia como seu: “aquela era a sua casa, aquela as suas flores, tudo aquilo ela tinha como coisa de sua existência. Veio-lhe um amor desesperado por tudo” (Idem, p.148). Não demorou muito para que o mestre fosse intimado a comparecer à audiência com o senhor de engenho. O diálogo entre o morador e o senhor instaura a hierarquia que, até então, o mestre julgava alheia a ele:

- Muito boa tarde, coronel Lula.
O velho baixou os olhos vidrados para cima dele, procurando reconhecê-lo.
- Hein, é o senhor José Amaro, hein?
- Sim, sinhô, coronel, sou eu mesmo.

Sem saber o que fazer ficou o mestre, um instante, parado, com o velho a olhar para ele fixamente. Depois, a voz do homem explodiu como uma fúria:

- Hein? Não disse que não vinha aqui, hein, seu José Amaro?

- Não disse tal, coronel.

[...]

- O coronel esta mal-informado. Eu não disse a ninguém que não vinha aqui.

Apareceu Floripes, e quando viu o mestre recuou. Os olhos amarelos do seleiro gravaram-se nele, como duas verrumas.

- Não foi, Floripes, o sr. José Amaro não lhe disse, hein, que não vinha ao meu chamado?

O negro não falou.

- Não lhe disse, hein?

- Disse, meu padrinho!

- É mentira desse negro safado. Floripes correu para dentro de casa gritando:

- Ele me mata, meu padrinho.

[...]

- Hein, mestre José Amaro, eu mandei chamá-lo para saber de coisas que o senhor anda dizendo, hein?

Coronel, eu não sei de nada. Vivo na minha casa, do meu trabalho.

Quem manda nesta terra, hein, mestre José Amaro?

- Quem manda é o senhor do engenho.

- Mando eu, hein, mestre José Amaro?

[...]

- Coronel, eu não sou homem de leva-e-traz. Moro neste seu engenho desde o tempo do capitão Tomás e nunca dei desgosto.

[...]

- Hein, mestre José Amaro, quem manda neste engenho?

- Coronel, eu já disse.

Uma raiva de tudo foi se apoderando do seleiro. Já não podia agüentar mais aquelas perguntas bobas.

- Coronel, afinal o que é que o senhor manda?

- Hein, Amélia, veja o que ele está dizendo.

D. Olívia botou a cabeça na porta, olhou para todos e sumiu-se. - Hein, Amélia, eu não posso falar no meu engenho. Pois eu mando, mestre José Amaro. Pois eu mando.

- Coronel, o senhor não deve ir atrás das intrigas daquele negro. Eu sou homem de respeito.

- Hein, mestre José Amaro, o seu pai matou em Goiana, não é verdade, hein, mestre José Amaro? Eu não quero assassino no meu engenho. Não é, Amélia? Pode procurar outro engenho, mestre José Amaro. Hein, mestre José Amaro, ouviu? Procure outro engenho.

Aquilo foi como uma bofetada na cara. O mestre deu dois passos para trás, estava com os olhos esbugalhados, com um nó na garganta.

[...]

- Não sou cachorro, coronel Lula. Não sou cachorro.

E fez menção de subir os batentes. O velho gritou lá de cima: - Hein, não ponha os pés nesta casa.

[...]

- Já lhe disse, mestre José Amaro, procure outro engenho. Quem manda, aqui, hein, mestre José Amaro?

O mestre baixou a cabeça.

E foi se retirando (Rego, FM, p.173-175).

Apesar de ser um senhor recluso, pouco afeito à rotina do engenho, em geral, entregue às ordens do feitor e de dona Amélia, Lula não se esquivava de afirmar a legitimidade de seu poder de mando dentro de seus domínios, desempenhando o pleno arbítrio sobre sua propriedade e, particularmente, sobre quem a habita. No jogo entre a legitimidade do senhor e a fraqueza social do mestre se constrói o lugar social de ambos, num processo que desestabiliza as certezas que até então José Amaro possuía, dado que “[...] não podia compreender que tivesse sido jogado para fora do Santa Fé. Aquela casa tinha sido do seu pai, onde nascera, onde aprendera seu ofício, seria de outro, somente porque um negro mexeriqueiro fizera uma intriga” (Rego, FM, p.177). Perplexidade que é compartilhada pelo caçador Manuel da Úrsula que em conversa à beira da estrada com o mestre reflete:

- [...] O senhor não matou, o senhor não roubou, e chega um doidela deste e sacode o senhor para fora de um sítio que vem de seu pai [...] Garanto ao senhor que isto é coisa do negro Floripes. Era ele quem andava falando na venda do Salu, dando opinião, falando como se estivesse mandando. Eu não posso dar conselho ao senhor, o senhor é homem velho, mas eu não saía. *Deve haver algum direito* (Rego, FM, p.178. grifo meu).

Sentindo-se humilhado, um “homem odiado por todos, fazendo medo aos meninos, assombrando as mulheres [...] e para desgraça maior, posto para fora da casa que seu pai fizera somente porque um negro ordinário fora inventar mentiras para um senhor de engenho de miolo mole” (Idem, p.283), a situação do mestre começa a ser revertida quando, na estrada, encontra um comboio de aguardente liderado por Alípio, a quem revela o drama que vivia. A sorte de José Amaro ganha, então, novos contornos e a possibilidade de garantir algum direito lhe parece menos absurda: “- Pois mestre, eu lhe digo uma coisa: não saia. Este

velho vai ver a força do capitão. Não saia. Estou chegando do Ingá. A cama do tenente Maurício está preparada. Mande este velho à merda” (Idem, p.177).

Alípio se refere ao capitão Antônio Silvino, cujo bando de cangaceiros estava na região, em fuga da força volante liderada pelo tenente Maurício. Em algumas ocasiões, Alípio havia se valido dos serviços do mestre para o conserto de arreios, para a compra de mantimentos para o bando, bem como para atualizar informações sobre os deslocamentos da tropa do tenente (Cf. Idem, p.99). Ao auxiliar o bando, mesmo que à distância e de maneira pontual, recebe a proteção do capitão e, tempos depois, Lula recebe um bilhete de Antônio Silvino, solicitando que José Amaro não seja incomodado (Cf. Rego, FM, p.297-298). O mestre, por sua vez, não parecia inclinado a, até aquele momento, resistir à ordem do senhor, pelo contrário, avaliava que Lula era o dono da terra e “porque é dono, manda do jeito que quer” (Idem, p.287). Contudo, o arbítrio do senhor podia ser questionado por Antônio Silvino e, recebendo a proteção do cangaceiro, José Amaro permanece na terra, recusando oferta de José Paulino para se mudar para um engenho seu no Itambé, afinal, “tinha ordem para não sair. Não disse de quem era a ordem, mas o velho sabe de quem é” ²⁹ (Idem, p.326).

Além de se sentir protegido, a intervenção de Antônio Silvino permite ao mestre reestabelecer sua classificação social sobre homens e coisas, de modo a minimizar a possível expulsão e transformar uma eventual saída num ato de vontade própria: “[...] qualquer dia deste arrumo os meus troços e me mudo. Estou perto da morte. E mesmo a minha mulher está querendo ir morar lá para as bandas da Paulista, para ficar mais perto da filha” (Idem, p.326).

²⁹ Como sintetiza o mestre: “Aquele Lula de Holanda, sem que nem mais, mandava que ele fosse de uma casa que o pai levantara. Anos e anos perdidos. E Manuel de Úrsula vinha lhe falar em direito. Pobre não tinha direito. Quem sabia dar direito aos pobres era o capitão [Antônio Silvino], era Jesuíno Brilhante, era o cangaço que vingava, que arrasava um safado como Quincas Napoleão” (Rego, FM, p.281). Antônio Silvino, figura verídica do cangaço, atuou com seu bando no sertão da Paraíba e de Pernambuco entre 1896 e 1914. Tinha fama de se importar muito com a justiça social (Cf. Levine, 1980).

Se o bilhete de Antônio Silvino acalma o mestre, coloca dona Amélia em desespero, pois fazia do marido um caso inédito por ali: “um senhor de engenho sem força para mandar na sua terra” (Idem, p.322-323). É a senhora do Santa Fé quem conta que todos os vizinhos haviam aconselhado o marido a esperar, pois “não era bom aborrecer o capitão” (Idem, p.323). Com visto, José Paulino tentara contornar a situação, oferecendo um sítio a José Amaro, mas Amélia acreditava que o mestre recusara a oferta “para machucar o senhor de engenho” (Idem, p.323). Para ela, o mestre “era filho de assassino” e o marido “fizera o possível para aguentá-lo no engenho”, mas a situação se torna insustentável quando o mestre começara a falar mal de sua filha, tal qual Floripes lhe assegurara (Cf. Rego, FM, p.324).

Os temores de Amélia quanto à intervenção de Antônio Silvino se confirmam pouco depois do bando atacar a vila do Pilar, soltando os presos da delegacia, cortando os fios do telégrafo e distribuindo as mercadorias do armazém aos pobres, o capitão se dirige ao Santa Fé para reafirmar a proteção ao mestre Amaro, bem como para exigir dinheiro de Lula:

Seu Lula abriu a porta da frente, e d. Amélia acendeu o candeeiro da sala de visitas. Entrou na sala o capitão Antônio Silvino, de peito coberto de medalhas, de anéis nos dedos, de rifle pequeno na mão, e o punhal atravessado na cintura. Os cabras ficaram na porta.

[...]

O capitão olhou para a sala bonita, para os quadros da parede, para o piano estendido como morto.

- O coronel tem uma casa de primeira.

O velho acordara para sentir o perigo. O negro Floripes chorava.

[...]

- Coronel, como eu disse, estou em boa paz. Não ando matando e esfolando como os mata-cachorros. Agora quero também que me ajude. Eu mandei uma carta ao senhor para lhe pedir proteção para um morador seu. Vejo que o senhor deixou o homem onde estava! Nele não se bole. Homem que merece a minha proteção eu protejo mesmo. Protejo na ponta do punhal, na boca do rifle. Isto, felizmente, o coronel sabe.

[...]

- Coronel, eu sei que o senhor tem muito dinheiro.

- Como?

- Não é preciso esconder leite, coronel. O dinheiro é seu. Mas para que esconder?

- Capitão, aqui nesta casa não há riqueza.

- Minha senhora, eu sei que tem. Soube até que muita moeda de ouro. Eu vim buscar

um pedaço para mim. É verdade, tenho aí estes meninos que preciso contentar.

- Capitão, não há ouro nenhum.

- O velho sabe onde tem a botija.

[...]

Seu Lula, abatido, olhava para o capitão como se quisesse dizer alguma coisa e não atinasse:

- Capitão, nada tenho.

- Eu sei que tem. Ouro há nesta casa. Eu até quero sair daqui amigo de todos.

- Capitão, eu lhe peço pela Virgem Nossa Senhora. Não temos ouro enterrado.

[...]

- Meninos o povo desta casa está mesmo escondendo leite. Aqui a coisa tem que sair a força. Godói, pega ao velho.

[...]

Levaram seu Lula que começou a tremer, os olhos vidrados. O cangaceiro soltou-o, e o corpo do coronel estendeu-se no chão batendo com uma fúria desesperada.

[...]

Estenderam no meio da sala o piano de cauda que o capitão Tomás trouxera do Recife. Parecia um grande animal morto, com os pés para o ar. Um cangaceiro de rifle quebrou a madeira seca, como se arrebetasse um esqueleto.

Tiraram os quadros das paredes (Rego, FM, p.337-343).

A tensão e a destruição da sala do Santa Fé se estenderam por longo tempo, tendo sido encerradas quando

[...] parou um cavaleiro na porta. Os cangaceiros pegaram os rifles. Era o coronel José Paulino, do Santa Rosa. O chefe chegou na porta [...] A figura de José Paulino encheu a sala de respeito. [...]

- Capitão, me desculpe, mas esta história de ouro é conversa do povo. O meu vizinho não tem nada. Soube que o senhor estava aqui e aqui para receber as suas ordens. Se é dinheiro que quer, eu tenho pouco, mas posso servir (Idem, p.343).

A intervenção do vizinho rico, único capaz de impor respeito numa situação como aquela, ao mesmo tempo em que encerra o ataque dos cangaceiros, aumenta a vergonha da família, fraca o suficiente para ter seu engenho invadido e completamente incapaz de se defender com forças próprias. O mestre, contudo, sentia-se vingado por alguém que podia “mais que o senhor de engenho [...] Nunca mais que aquele cabriolé passasse pela sua porta, tilitando as campainhas com o velho orgulhoso e a família importante, pensando que fossem os donos da terra toda” (Idem, p.353).

Vingança freada pelo tenente Maurício que recebera ordem para “dar todo o prestígio ao coronel Lula. O mestre Amaro estava na propriedade desafiando o senhor de engenho, fiando-se na proteção dos cangaceiros” (Idem, p.356). Equilibrando novamente as hierarquias, a tropa do tenente Maurício prende José Amaro, bem como outros trabalhadores pobres acusados de colaborar com o bando de Antônio Silvino. Presos, tanto o mestre, quanto os demais acusados se valem do auxílio prestado por Vitorino Carneiro da Cunha que, sendo advogado, entra com pedido de *habeas corpus* (Cf. Rego, FM, p.359). A petição foi aceita pelo juiz do Pilar, contudo, recusada pelo tenente Maurício que além de não liberar os presos, mandou prender Vitorino, como forma de fazer com que o “- [...] povo fique sabendo que uma autoridade é uma autoridade” (Rego, FM, p.363).

Novamente, é José Paulino quem intervém na situação para resolvê-la, fazendo com que o tenente libere todos os presos (Cf. Idem, p.367). Vitorino, contudo, recusa a proteção do primo rico, afirmando que vai até o fim na defesa dos direitos de seu compadre e dos demais presos.

A luta de Vitorino pelos direitos do mestre Amaro havia começado tempos antes, quando se nomeara advogado do compadre na pendência com Lula. Ao se apresentar ao coronel do Santa Fé como o responsável pela defesa do mestre, é insultado por Lula que lhe diz: “- não adianta, hein, não adianta, capitão. Aqui nesta casa manda o senhor de engenho, hein, capitão?”. Contrariado, Vitorino retruca afirmando que com ele “-[...] ninguém grita. Sou tão branco como você, seu coronel. Sou homem para tudo” (Idem, p.300). Longe de desistir, a briga anima Vitorino que promete levar a causa “- [...] até os tribunais. Conto com o juiz Samuel, conto com o povo [...] Corre sangue nesta várzea, e o compadre não sai como cachorro de sua casa” (Idem, p.301).

A ação de Vitorino no júri, o enfrentamento às ordens do tenente Maurício e às recomendações de Antônio Silvino, dão ao capitão a chance de se fazer grande na política local, convertendo a pendência entre Lula e Amaro numa perseguição política a ele e ao seu eleitorado que “iram às urnas salvar a Paraíba dos oligarcas” (Rego, FM, p.309). Rego Barros, candidato ao governo estadual, “passara-lhe um telegrama do Rio com palavras de aplauso à sua atitude corajosa” (Idem, p.309).

Até aquele momento, Vitorino era um sujeito tratado com chacota, exagerando sua importância e sua capacidade de modificar a ordem das coisas, bem como sobrevalorizando as batalhas que travava, sempre pintadas com cores destinadas a sublinhar sua coragem de defender aquilo em que acreditava. Pouco a pouco, mestre Amaro começa a admirar as virtudes deste seu compadre que, em meio à mania de grandeza, “dizia tudo o que ele desejava dizer. Tudo que lhe ia na alma sobre os grandes da terra era o que aquele velho desbocado gritava aos quatro ventos, na cara dos poderosos”³⁰ (Idem, p.91), evidenciando, portanto, a crença na igualdade de posições entre si próprio e os parentes ricos, capaz, assim, de lhe garantir as condições necessárias para defender, nas urnas e, se necessário, nas armas, seus ideais. Tais ideais, contudo, não encontram suporte na várzea do Paraíba, dominada por senhores de engenhos empenhados na manutenção das distâncias hierárquicas que lhes garantem o poder de mando³¹.

³⁰ Entre as bandeiras de Vitorino estava a defesa do voto livre, porque o “- voto é uma opinião. É uma ordem que o senhor dá aos que estão em cima. O senhor está na sua tenda e está mandando num deputado, num governador” (Rego, FM, p.94). De modo que, para ele, eleição não era “- [...] para matar boi e fazer festa [...] Gosto de eleição com faca, com tiro, com cheiro de pólvora” (Idem, p.121).

³¹ Para Álvaro Lins, é por meio do quixotismo de Vitorino Carneiro da Cunha que “exprime-se a revolta, o inconformismo, a esperança de um povo; e também o protesto do escritor, a certeza de sua identificação com sua gente” (Lins, 1963, p.133). O crítico considera ainda que Vitorino “representa um ideal de justiça naquela pequena sociedade dominada pela injustiça; e o seu cômico decorre do caráter absoluto que ele imprimiu do seu sentimento de justiça. Vitorino está colocado contra o senhor de engenho arrogante e a favor do senhor de engenho desgraçado, contra os cangaceiros e contra os soldados de polícia, contra todos os excessos” (Idem, p.135). Ainda sobre o tema, ver: Fonseca, 2001, p.233-255.

5.3. Decadência, patriarcalismo e um engenho de fogo morto.

Ao longo da narrativa de *Fogo morto* todos os personagens se apresentam ao leitor por meio da indicação do lugar social que ocupam naquele universo, cabendo a José Paulino, o mais rico senhor de engenho da várzea, a função de re-equilibrar a ordem e a hierarquia quando estas são abaladas. No mesmo sentido, o cangaceiro Antônio Silvino e o sonhador Vitorino Carneiro da Cunha são os únicos personagens capazes de transitar entre todos os espaços desta rígida hierarquia, costurando, vez por outra, situações capazes de salvaguardar os direitos dos pobres. Para o mestre Amaro, o cangaceiro “tinha força para botar as coisas nos seus lugares” (Rego, FM, p.284), o que num contexto marcado por relações sociais assimétricas, encontra na violência sua mediação privilegiada.

José Paulino, por sua vez, garante a existência social do senhor do Santa Fé, oferecendo-lhe patente de coronel, comprando terras para livrá-lo de problemas com terceiros e intercedendo para que cangaceiros deixassem seu engenho. Favores que Lula tomava como esmolas, pois capazes de reduzi-lo a nada (Cf. Idem, p.247). Ao mesmo tempo, o Santa Fé e seus habitantes não podiam prescindir da proteção e do auxílio do vizinho rico. A única contraprestação que Lula oferecia a José Paulino era o fato de permitir que os moradores de seu engenho votassem com o vizinho, o que, no fim das contas, traía os ideais liberais que herdara de seu pai, pois José Paulino fechava com os conservadores³² (Cf. Idem, p.250-251).

De todo modo, a intervenção de José Paulino acaba por tornar nítida a decadência de Lula e de seu engenho, incapazes de prescindir da proteção do vizinho para afirmar sua legitimidade como patriarca. A proteção de José Paulino, por sua vez, parece visar menos o

³² A única desfeita que Lula faz a José Paulino é a recusa da oferta para ser presidente da Câmara do Pilar. Lula declina do convite porque “não ia com a República. Apesar do 13 de maio, apesar de ter sido roubado por João Alfredo, ele não esquecia do imperador” (Rego, FM, p.263). A recusa lhe dá sensação de poder, pois “viera ali o homem mais rico da várzea pedir-lhe para ajudá-lo na sua política e ele negou-lhe auxílio. Não era nada para aquela canalha do Pilar, mas para os maiores da terra era homem que merecia consideração” (Idem, p.264).

vizinho e mais a manutenção da estrutura hierárquica que, dando forma ao patriarcalismo, garantia a preservação de seus poderes e de seu lugar social, atualizando, assim, a operacionalidade da socialização e da hierarquia estabelecidas no interior dos engenhos.

Com *Fogo morto*, a sequência cronológica do *Ciclo da cana-de-açúcar* é quebrada e logo na primeira página do romance o leitor é remetido aos tempos da infância de Carlinhos, cuja tia Maria está prestes a casar³³. Desse modo, a decadência do Santa Fé e a desestruturação da família de Lula se dão, simultaneamente, ao auge do Santa Rosa e do poder de mando do seu senhor, de modo a produzir um paralelismo entre “personagens e situações, sendo o poderoso chefe político do Pilar o elo mais evidente que une os dois romances”³⁴ (Fonseca, 2001, p.181). Assim, o passado descrito pelas memórias de Carlinhos é novamente acionado, e reconstruído, desta vez, pelos diálogos de beira de estrada entre moradores de engenhos, mestres de ofícios, pequenos sitiantes e trabalhadores do eito, oferecendo uma nova perspectiva sobre um mesmo passado, narrado, agora, como presente.

Em *Menino de engenho*, por sua vez, o Santa Fé aparece recordado pelo menino Carlinhos como um espaço que “ficava encravado no engenho do meu avô” (Rego, ME, p.103) e que já durante sua meninice estava praticamente de fogo morto, situação que em sua avaliação do menino, era a maior tristeza que havia:

nada é mais triste do que um engenho de fogo morto. Uma desolação de fim de vida, de ruína, que dá à paisagem rural uma melancolia de cemitério abandonado. Na bagaceira, crescendo, o mata-pasto de cobrir gente, o melão entrando pelas fornalhas, os moradores fugindo para outros engenhos, tudo deixado para um canto, e até os bois de carro vendidos para dar de comer aos seus donos. Ao lado da prosperidade e da riqueza do meu avô, eu vira ruir, até no prestígio de sua autoridade, aquele simpático

³³ O pintor Laurentino está passando pela estrada e diz ao mestre Amaro que segue rumo ao Santa Rosa, atendendo o chamado de José Paulino para “um serviço de pintura na casa-grande. Vai casar a filha” (Rego, FM, p.35).

³⁴ Em seu estudo sobre o romance *Fogo morto*, João Carlos Guedes Fonseca explora esta temporalidade compartilhada entre *Fogo morto* e *Menino de engenho*, circunscrevendo a figura de José Paulino como elo entre as duas narrativas, ponto de partida para a reconstrução, agora em sentido invertido, da autoridade e da legitimidade do mais rico senhor de engenho da várzea do Paraíba (Cf. Fonseca, 2001, 178 – 199).

velhinho que era o coronel Lula de Holanda, com o seu Santa Fé caindo aos pedaços (Rego, ME, p.104-105).

Encravado na fome de latifúndio do engenho do avô, o Santa Fé lhe parecia um outro lugar, ainda que fosse um vizinho visto cotidianamente:

passava pelo Santa Fé, quando ia para a escola. A mesma tristeza, todas as manhãs e todas as tardes. O mato tomando conta do engenho. E a várzea com ressocas acanhadas, uns restos de cana que o tempo ia deixando viver, no meio do pasto grande. As casas dos moradores caindo. Morava numa melhor o velho José Amaro sapateiro, que não plantava nada. Eu via o seu Lula na porta. Não tirava a gravata do pescoço. Mandava parar o cavalo para saber notícias do coronel José Paulino. Muito solene, muito parecido com aqueles senhores arruinados da Califórnia, que a gente vê no cinema, com os americanos tomando conta das terras deles³⁵ (Idem, p.106).

O menino confessa sentir-se um pouco assombrado com o destino de seu Lula e do seu engenho, embora não deixasse de notar que “havia sempre uma nobreza naquela ruína” (Idem, p.107). Ruína que, ao ser mistura com nobreza, ganhará em *Fogo morto* ares de loucura, uma espécie de destino compartilhado por todos aqueles que assistem à decadência do Santa Fé. Importa notar, contudo, que ao remeter o presente de *Fogo morto* e, portanto, da decadência do engenho de seu Lula, à infância de Carlinhos, o *Ciclo da cana-de-açúcar* figura o patriarcalismo e as relações sociais que lhe dão suporte por dois pontos de vista que, ao compartilharem a mesma temporalidade, nuançam a decadência de um e colocam em relevo a autoridade do outro, processo que dará às mulheres, um dos elos mais fracos do patriarcalismo como sistema, a capacidade de formular as nuances deste patriarcalismo a um só tempo decadente e triunfante.

A desestruturação do poder de mando do senhor de engenho acaba permitindo que elas formulem com precisão a tragédia de estar vivo numa situação como aquela, calvário que une as esposas de Vitorino e José Amaro, as comadres Sinhá e Adriana, e a senhora de

³⁵ Para um estudo sobre as aproximações entre a narrativa do *Ciclo da cana-de-açúcar* e a literatura do sul dos Estados Unidos, notadamente com as obras de William Faulkner, ver: Gomes, 1981.

engenho Amélia. Para a última, a fé em Deus que o marido demonstrava dava a ele “um mundo para viver” (Rego, FM, p.271), enquanto ela “vivía naquele mundo que pisava, que sentia, que amara” (Idem, p.271), o que lhe dava consciência da tragédia experimentada pela família. Adriana, por sua vez, avaliava que faltava ao marido consciência para sofrer: “não sofria, não era capaz de sentir que tudo se acabava” (Idem, p.325). Sinhá, entretanto, não conseguia formular “o que se passava com o seu marido [...] Via-o vociferar, crescer a voz para tudo, até para os bichos, até para as árvores” (Idem, p.81). Mariana, a negra da cozinha do Santa Fé acredita que tudo aquilo é doença e “doença é o diabo” (Idem, p.71).

Incapaz de tornar a realidade inteligível, José Amaro se mata (Idem, p.381), incapaz de continuar produzindo com um senhor alheio ao engenho, o Santa Fé “não bota mais, está de fogo morto” (Idem, p.382).

Novamente, o jogo de temporalidades estabelece um novo sentido para o lugar da decadência e do patriarcalismo na narrativa do *Ciclo da cana-de-açúcar*. A morte do senhor de engenho do Santa Fé e o arrendamento de seu engenho por Zé Marreira, ex-morador do Santa Rosa, haviam sido narrados em *Banguê* por um impressionado Carlos de Melo que avista o corpo do antigo senhor “estendido na sala de visitas, numa cama de vento, com uma vela acesa e um crucifixo de braços abertos, na parede” (Rego, BANG, p.163), velado apenas pela mulher, pela filha e pelo afilhado, o negro José Ludovina, quem, aliás, havia providenciado todo o funeral, pois a família “não tinha um vintém para o enterro” (Idem, p.163). Os moradores do engenho acompanham tudo de longe, com medo. Por fim, Carlos conclui: “pobre do Lula! Era assim que o meu avô se referia ao seu vizinho infeliz. Enquanto ele crescia, o outro se atrasava naquela miséria que arrastou por mais de setenta anos” (Idem, p.164).

Brevemente, Carlos recupera na memória a trajetória de Lula e de seu engenho que, nos tempos de sua infância tinha força para fazer cem pães de açúcar, “depois, dera para vender verduras, macaxeira em molhos para o Pilar. Andava de carro, até que os cavalos morreram” (Rego, BANG, p.164). Apesar da lenta decadência, Carlos recorda, também, que “nunca chegou um recado do seu Lula, pedindo um auxílio ao Santa Rosa” (Idem, p.164), de mesmo modo, as vendas e lojas do Pilar nunca reclamaram as contas do Santa Fé, mas “José Ludovina ia pagar-lhe o enterro” (Idem, p.164), o que deu a Carlos uma impressão de miséria que o assombrou pelo caminho de volta para o Santa Rosa, o engenho que, a dura penas, tentava manter em atividade. “Não era tanto o defunto que me metia medo; era o destino do seu Lula. Terminaria como ele.” (Idem, p.164).

Assim, a decadência de Lula foi atenuada por José Paulino, o vizinho poderoso, capaz de re-equilibrar, com sua intervenção, a hierarquia social da várzea do Paraíba, mas encontra paralelo, contudo, nas incertezas do neto do senhor poderoso, ou seja, Lula e Carlos de Melo se encontram justamente na incapacidade que manifestam para desempenharem o papel social de senhores de engenhos, limitação, que, contudo, não é compartilhada no tempo. Nesse sentido, enquanto na narrativa de *Fogo morto*, a experiência da decadência do Santa Fé elimina a possibilidade da reprodução de papéis sociais, notadamente no caso do senhor de engenho, no conjunto do *Ciclo da cana-de-açúcar* o efeito das temporalidades cruzadas evidencia que, se o papel social do senhor de engenho perde centralidade, não impossibilita, no entanto, a reprodução das posições de mando, rearranjadas num jogo de temporalidades, ao fim e ao cabo, torna-se um presente contínuo.

Conclusão

Ideias, romances, região.

Não tenho feito outra coisa na vida que tirar partido das coisas vividas. Inventar, não é o meu forte. José Lins do Rego, *Homens, seres e coisas*.

Acho que cada homem tem de escolher o seu caminho, e perseverar nele. O meu foi o da literatura, e, dentro desta, o romance. Nunca desejei ser político, acadêmico, homem de sociedade, milionário ou medalhão. Repito pela milésima vez que sou, antes de mais nada, um contador de histórias. Bom? Mau? Medíocre? Cada crítico, cada leitor, que escolha o adjetivo que lhe parecer justo. Erico Verissimo em entrevista a Maria Dinorah. *Correio do Povo*, 07/07/1970.

O pequeno trecho retirado do livro de crônicas *Homens, seres e coisas* de José Lins do Rego e a declaração de Erico Verissimo à jornalista Maria Dinorah circunscrevem aspectos das trajetórias profissionais dos dois autores, apontando, em igual medida, o modo como trabalharam a matéria literária, estruturando, assim, seus romances. Como observa Augusto Massi, Erico Verissimo pertence “ao lado de Jorge Amado e José Lins do Rego, à família dos grandes ‘contadores de história’. Os três são capazes de criar vastos painéis, desenhar o destino de diferentes grupos sociais, fixando na rede do instante o fluxo histórico dos personagens” (Massi, 1995). Limitando este trabalho a José Lins do Rego e Erico Verissimo, é possível notar que ambos se encontram neste ponto: o empenho em contar histórias, isto é, em articular narradores e personagens em enredos que manejam história, memória e experiência, suas e dos leitores.

1. A escrita e a profissão.

Mesmo com títulos publicados em tiragens notáveis, Erico Verissimo e José Lins do Rego não viveram, no período analisado, exclusivamente da atividade literária, o que não significa, contudo, que não tenham feito da literatura suas profissões. Como indicado ao longo deste estudo, a colaboração em jornais e o emprego no funcionalismo público no caso de José Lins, a atuação no mercado editorial, na docência no ensino universitário norte-americano e na União Pan-Americana no caso de Erico, foram esferas de atuação que se articularam como vistas a construir a literatura como a base do prestígio e do reconhecimento de ambos como intelectuais.

Elementos que, combinados, apontam para a descentralização da produção e divulgação editorial, elemento decisivo para a circulação das obras literárias. Longe de estabelecer parâmetros comparativos com vistas a explorar o prestígio da José Olympio e da Globo, importa destacar que esta descentralização ofereceu suporte para a constituição de um público leitor, bem como para editores e escritores dispostos a fazer do livro suas profissões. É possível indicar que tais editoras operaram, apesar das diferenças notáveis, numa situação de complementaridade, ou seja, enquanto José Olympio fez de sua editora uma das mais notáveis no que se refere à publicação de literatura brasileira, permitindo a diferentes romancistas se profissionalizarem, a Globo mobilizou as ferramentas a ela disponíveis divulgando obras estrangeiras até então pouco conhecidas no país, contribuindo decisivamente para a formação de um público leitor, construindo, assim, as bases sobre as quais se assentará o sucesso editorial de seu mais notável autor de literatura brasileira.

Além das diferenças apontadas acima, os procedimentos adotados pelas empresas para a composição de seus catálogos acaba por evidenciar práticas distintas para a

contratação de autores e para a publicação de títulos. Em seu estudo sobre a José Olympio Editora, Gustavo Sorá apresenta a hipótese de que as rodas intelectuais seriam uma categoria “fundamental para que se compreenda a produção e circulação de ideias e obras no Brasil no início da década de 1930” (Sorá, 2010, p.96), pois nelas os “indivíduos sintetizavam formas de identificação estéticas e políticas como grupo, base de distinção de outras rodas locais, regionais e, inclusive, de outros países”¹ (Idem, p.96).

Para além da descrição dos caminhos percorridos por diferentes autores e seus originais, Sorá argumenta que esta rede de articulações se configurou, no caso da José Olympio, como uma espécie de “patronato editorial” (Sorá, 2010, p.189), de modo que “[...] quem motivou Graciliano Ramos a ‘ir para a José Olympio’ foi Raquel de Queiroz, quem aproximou esta e Gilberto Freyre da editora foi José Lins, e assim por diante” (Idem, p.189). Avançando na análise, o autor argumenta que a “força da amizade de José Olympio condensa a força de tudo o que o fez diferente” (Idem, p.12).

A relação de amizade entre o editor e seus editados é traço destacado por diferentes autores (Cf. Villaça, 2001; Soares, 2006; Pereira, 2008), Sorá, entretanto, oferece tratamento analítico ao tema, circunscrevendo as relações de amizade como o substrato que teria permitido à marca se consolidar e se distinguir:

desde seu primeiro grande autor, José Olympio misturou o comércio com o afeto, o público com o privado. Dessa forma emana o tipo de poder cultural que, acumulado, o converteu no escritor da cultura brasileira [...] À medida que o editor prosperava, grande parte dos benefícios de seu trabalho era revertida em ganho aos escritores, laços que asseguravam maior proximidade com a casa editora (Idem, p.88).

¹ Categoria que contempla não apenas relações de amizade, como também delimita os grupos que estariam na base de um circuito de trocas recíprocas entre escritores, jornalistas, críticos e editores. Ainda sobre o tema, Simone Silva singulariza o circuito percorrido pelos originais de *Menino de engenho* de José Lins e de *Paulicéia desvairada* de Mário de Andrade para demonstrar a importância do acionamento de diferentes rodas intelectuais para a publicação dos livros. O estudo comparativo permite perceber a extensão do argumento, uma vez que práticas semelhantes são acionadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, com vistas a viabilizar a carreira literária de dois escritores distintos (Cf. Silva, 2004).

Em entrevista à *Tribuna da Imprensa* em setembro de 1957, José Olympio presta sua homenagem a José Lins, que falecera há pouco, afirmando a proximidade da convivência de ambos e declarando que o romancista “foi o homem que mais frequentou essa casa. Ele era tão íntimo nosso que uma carta sobre a minha mesa – que fosse até uma comunicação bancária, ele abria. E fazia sempre com a segurança de quem lia também o que era dele” (REPORTAGEM, *Tribuna da imprensa*, 1957, p.3). Do mesmo modo, a “Nota da Editora” que abre a edição póstuma dos discursos de recepção e posse de José Lins na Academia Brasileira de Letras pontua aspectos não apenas da amizade entre autor e editor, com também revela uma espécie de *modus operandi* da editora que, como argumenta Gustavo Sorá, fez das relações de amizade o ponto de partida para a construção de seu catálogo, tornando-as, pouco a pouco, o próprio alicerce da marca:

O desaparecimento de José Lins do Rêgo abala esta Casa no que ela possui de mais precioso em matéria de patrimônio humano e intelectual. Era dos nossos amigos das primeiras horas, uma de nossas mais antigas e melhores raízes afetivas. Sua vinda para o Rio coincidiu com a nossa, e aqui vivemos, durante mais de 20 anos, em termos da mais completa identidade.

Nossa aproximação com José Lins do Rêgo sempre a atribuímos a um privilégio do destino. Só através dela poderia iniciar-se nossa tarefa de incentivo à moderna literatura brasileira, na qual sempre acreditamos com o maior entusiasmo. Fizemos juntos uma longa caminhada, e ao companheiro que partiu mais cedo, tendo ainda tanto a realizar, consignamos tôdas as homenagens de nossa amizade, admiração e respeito.

Esta é a Casa de José Lins do Rêgo. Nenhum título lhe vai melhor, nem mais a desvanece (Rego; Athayde, 1957, grafia original).

Como visto, José Lins auxiliou o editor José Olympio na obtenção de originais de autores como Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e Gilberto Freyre, integrando-se à rotina da editora não apenas como autor. De todo modo, a obra de José Lins foi, por um longo período, um dos grandes sucessos comerciais da editora, auxiliando, também, nos ganhos comerciais da editora, permitindo a diversificação e consolidação de sua atividade editorial.

Enquanto José Lins do Rego foi um dos primeiros *best-sellers* da José Olympio, então uma editora que dava seus primeiros passos; Erico Verissimo trilhou um caminho mais longo e acidentado, sendo, porém, decisivo na organização da Globo como empresa, bem como na consolidação de seu catálogo.

Erico Verissimo empregou-se, em 1930, na Livraria do Globo, primeiro como secretário e depois como diretor da *Revista do Globo*, cargo que ocupou por seis anos (Cf. *Revista do Globo*, 1936, p. 12). Pouco depois, também toma parte nas decisões sobre os planos editoriais da Globo como uma espécie de consultor do editor Henrique Bertaso, auxiliando-o na organização do fundo editorial e das coleções, bem como no planejamento gráfico-editorial e no lançamento das obras.

É difícil precisar com exatidão o período em que Erico permaneceu como funcionário da editora. Além das atividades citadas acima, suas tarefas também incluíam a tradução de obras em língua inglesa e o contato com editores e autores estrangeiros. Como visto no primeiro capítulo, a nem sempre clara função de “conselheiro editorial” de Henrique Bertaso criou controvérsias acerca das funções e da abrangência de sua influência para a organização do fundo editorial da editora. Em meados dos anos de 1930, uma série de correspondências trocadas entre o jovem escritor Cyro Martins e o poeta consagrado Augusto Meyer ilumina aspectos da atividade de Erico Verissimo como “conselheiro editorial”, tornando clara a ambiguidade de sua situação, simultaneamente autor e parte integrante do quadro da principal editora sulina de então:

“Meu prezado amigo Meyer.

Desde que recebi tua carta, [...], fiquei descansado, certo de que “Sem Rumor”² alcançara afinal o seu destino editorial.

² *Sem rumor* é o primeiro título da *Trilogia do gaúcho a pé* escrita por Cyro Martins. Lançado em 1937 pela Editora Ariel, o romance teve sua publicação negada pela Globo e, provavelmente, contou com a intermediação

Entretanto, ontem, com verdadeiro pasmo, recebi de volta o desventurado caderno. E o recebi em sêco, sem uma palavra, sem uma explicação, sem nem mesmo a delicadeza duma tapeaçãosinha, para que a coisa não fosse tão violentamente chocante.

É certo que, ha pouco, escrevi ao Erico indagando das disposições da Livraria a esse respeito. Mas, por acaso, será esta a resposta? Sempre tive o Erico em ótima conta. Sempre o admirei pelo seu talento, pelo seu carater e pela maneira nada comum com que se tem feito á custa do proprio trabalho.

Ainda em abril deste ano, quando estive em Porto Alegre, falando com ele a respeito do meu primeiro livro, ouvi dele mais ou menos isto: “manda, porque eu estou aí, dou a minha opinião, eles aceitam”.

Pode ser que as suas palavras não tenham sido exatamente estas, mas estou seguro de que a essencia do seu pensamento era esta. E depois que li em tua carta o interesse com que ele te pediu o livro, mais me convenci de que estava tudo nos eixos. E mais. Depois que tive a tua opinião – a mais autorizada hoje no Rio Grande! – nem um só instante pensei na hipotese de ser mal sucedido com o Globo” (Correspondência Cyro Martins – Augusto Meyer. Quaraí - RS, 21/10/1936. grafia e grifos originais, interpolações minhas).

Neste período, a Globo além de ser o maior selo editorial do Sul do país, também possuía na Livraria do Globo o mais prestigiado espaço de sociabilidade intelectual de Porto Alegre, convertendo-se, portanto, num ponto privilegiado para que diferentes autores pudessem colocar seus trabalhos em circulação.

O livro de estreia de Cyro Martins, *Campo fora*, havia sido publicada pela Globo em 1934. A recusa dos originais de *Sem rumo*, no entanto, é associada pelo autor a Erico Verissimo, numa referência que é mais ao funcionário da Globo do que ao colega escritor, isto é, na percepção de Cyro, a opinião de Erico Verissimo, seria capaz de afiançar a publicação de um livro pela Globo.

As razões para a recusa dos originais de *Sem rumo* não podem ser precisadas por meio do relato de seu autor, contudo, ele demonstra o fracasso da tentativa de, por laços de amizade, fazer o título ser levado às livrarias: ““manda, porque eu estou aí, dou a minha

de Augusto Meyer para ser editado no Rio de Janeiro (Cf. Correspondência Cyro Martins – Augusto Meyer. Quaraí - RS, 29/08/1936).

opinião eles aceitam””. Sem questionar os méritos do original enviado para publicação, importa destacar que a literatura regional correspondia, naquele período, a uma linha editorial consolidada da Globo. Se, neste caso, o autor associava a recusa de seu livro à figura de Erico Verissimo, esta associação, como destacado no primeiro capítulo, parecia ser comum a ponto de, anos depois, Antonio Barata, então responsável pelo Serviço Globo de Divulgação Literária, afirmar que a acusação de “afastar os concorrentes” imputada a Erico Verissimo era falsa, pois

- Erico Verissimo nada tem a ver com a publicação da Editora. Pelo contrário, vive nos atrapalhando, cortando coisas que fazemos, impedindo muitos planos ousados. A função dele na Livraria do Globo é escolher livros estrangeiros para tradução. O processo usado para a seleção de livros nacionais - coordenado por Mauricio Rosenblatt - é o de dar os originais, sem o nome do autor, a cinco leitores diferentes:

Um romancista, um poeta, um crítico, uma leitora comum, um leitor comum.

Cada um destes dá um parecer por escrito. Nenhum deles sabe de quem é o livro em apreciação (Silveira, 1942, p.34 - 35).

Novamente, menos do que confirmar a veracidade dos procedimentos adotados pela editora, importa notar o fato de um funcionário da empresa detalhar, em entrevista, os caminhos que os originais percorriam, com vistas a acabar com mal entendidos ou acusações contra um de seus principais autores e funcionários³. Nota-se, então, que o esforço de evidenciar o processo de arbitragem dos títulos publicados revela uma estratégia que não aciona a amizade como elemento central, pelo contrário, procura afirmar a confidencialidade e o mérito como as diretrizes da construção de seu fundo editorial.

³ Erico Verissimo, por sua vez, descreve o procedimento sobre a publicação para aqueles que lhe remetiam, diretamente, originais: “Prezado senhor: Em resposta à sua carta, informo-lhe que a leitura dos originais de autores brasileiros que se candidatam a edições da Globo não está a meu cargo, pois o processo da casa é o de dar a cinco leitores de nível cultural diferente e colher depois a opinião por escrito de todos. Em qualquer caso terei muito prazer em fazer pelo seu manuscrito o que estiver ao meu alcance. muito cordialmente, Erico Verissimo” (Correspondência Erico Verissimo – Mário Barrozo. Porto Alegre, 31/05/1943).

Assim, ainda que o desabafo de Cyro Martins reponha a pessoalidade como elemento decisivo, nota-se que a Globo procurou ressaltar que suas estratégias editoriais e comerciais guardavam distância de favorecimentos ou mesmo da indicação por amizade ou camaradagem, produzindo um contraponto ao argumento de que as rodas literárias seriam um traço operativo do conjunto da vida intelectual brasileira entre os anos de 1930 e 1940. Nesse sentido, evidencia-se a multiplicidade de ritmos e regras que balizavam a vida intelectual brasileira de então.

2. Literatura e memória: tempo e história no *Ciclo da cana-de-açúcar* e em *O tempo e o vento*.

Tal qual aparece na epígrafe, José Lins do Rego afirmava tirar partido das coisas vividas, marcando, portanto, a experiência pessoal como sua chave de entrada no universo literário. Ao analisar a afirmação categórica do autor, menos do que a busca por coincidências entre sua biografia e a prosa por ele produzida, importa perceber o modo como, ao tirar partido das coisas vividas, José Lins inventou um mundo novo em ficção, no qual sua biografia importa pouco ou quase nada. Levando as últimas consequências a afirmação do autor sobre seu fazer literário, pode-se considerar que antes de tomar as coisas vividas como tema, José Lins as tomou como princípio de organização de sua narrativa.

No curto prefácio ao romance *Usina*, o autor recupera algumas impressões sobre o *Ciclo da cana-de-açúcar*:

A história desses livros é bem simples – comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida que eu queria contar. (Rego, USI, p.17).

Pedaço de vida que seria contado por meio de memória que, não sendo individual, seria compartilhada por “todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos”, permitindo ao autor tirar partido das coisas vividas. Desde sua estreia literária, com *Menino de engenho*, a narrativa de José Lins do Rego foi tomada como síntese entre uma memória prodigiosa e uma capacidade narrativa emotiva e telúrica. Na observação de Manuel Bandeira o autor teria dado forma a narrativas que cheiram

a canavial e a melaço da terra do Nordeste, prosa de uma naturalidade, de uma espontaneidade, de uma força que fazem esquecer tudo o que carregam de imperfeição, de desmazelo, de incúria estilística. *Porque o estilo de José Lins do Rego é um estilo de cheia de rio – barrento, libidinoso, arrastando tudo que encontra na cabeça de água; troços de mocambo, porteiras de engenho, árvores derrubadas, gado afogado, o diabo* (Bandeira, 1936. grifo meu).

Cheiros e tons que, para o poeta pernambucano, dariam forma a um estilo impetuoso, e, por consequência, a uma narrativa marcada por personagens e enredos com forças equivalentes a de um rio revoltoso. A equiparação entre a narrativa e a força da natureza não é casual, ao contrário, será frequentemente acionada por intérpretes da obra do romancista, tal qual aparece, por exemplo, na análise de José Américo de Almeida, para quem José Lins teria extraído

da cana-de-açúcar toda a doçura cheia de nós da expressão que criou, sem grande relevo, sem imprevistos, mas de um sabor nativo que não chegava a ser plebeu. Pegou-a na boca do povo com toda a sua frescura e modelou-a. Não é, contudo, a gíria: é o homem do linguajar comum, a fala da sala e da cozinha, do engenho e da cidade. Se não tem disciplina, se foge, por vezes, ao controle gramatical, à rigidez da sintaxe, é prodigiosamente exata. É rica de propriedade e precisão. Trabalhada, não deixa de ser agradável e musical com seu ritmo de vozes soltas, dando a idéia da presença de alguma coisa que está viva, bulindo diante de nós (Almeida, [1957] 1984, p.83-85).

Frequentemente, será esse escrever próximo à oralidade e o uso recorrente de expressões regionais e populares que levará a uma definição do *Ciclo da cana-de-açúcar* como fruto da força instintiva de seu autor, obras fruto “mais do instinto do que da reflexão [...] Não há paciência, estudo, reflexão nos elementos; há subtaneidade e força, improvisação e surpresa” (Montenegro, 1956, p.viii) ⁴. Otto Maria Carpeaux argumenta na mesma direção, considerando que “todas as virtudes e todos os defeitos do escritor José Lins do Rego residem na sua espontaneidade fabulosa, na sua riqueza vital, na sua força instintiva” (Carpeaux, 1943, p. 8), de modo que o romancista seria, antes de tudo, “uma natureza. Tem algo de uma força elementar, cria; como a natureza cria, prodigamente” (Idem, p.10).

A associação entre a capacidade criativa de José Lins e a força da natureza acaba por evidenciar o modo como a opção do autor por combinar memória e história é interpretada não como fruto do trabalho, mas como resultado do instinto, da força criadora de uma

⁴ Avaliando *Menino de engenho*, Olívio Montenegro afirma que o romance “brotou de um jato e estava mais do que vivo na memória do autor; estava no seu sangue, nos seus nervos” (Montenegro, 1933).

memória naturalmente prodigiosa. Entre outras, a afirmação de José Lins de que inventar não era seu forte, acaba por promover uma leitura empenhada em identificar o *Ciclo da cana-de-açúcar* à biografia de seu autor, perdendo de vista, portanto, que a reconstrução ficcional da experiência social em torno dos engenhos de cana-de-açúcar é justamente o motivo literário buscado, esforço de elaboração e recriação da experiência social dos engenhos nordestinos e, conseqüentemente, ponto de partida para a inteligibilidade deste universo.

Ao longo de sua carreira literária, José Lins assumirá, intencionalmente ou não, grande parte do repertório acionado pela crítica para analisar sua obra⁵. Visto, muitas vezes, como um “ignorante de talento” (Freyre, 1953), o autor promoverá uma associação entre os temas figurados literariamente e sua trajetória, estabelecendo uma relação de causalidade entre ambos, base da afirmação de que antes de ser um tema, o Nordeste em geral e o mundo dos engenhos em particular é um afeto, parte integrante de sua experiência pessoal. Assim, os nexos de sentido entre região, história e memória são obscurecidos, a despeito de serem mobilizados pelo autor com vistas a reordenar a realidade experimentada e, por esta via, organizar a narrativa.

Como observado até aqui, José Lins do Rego definiu a si mesmo, e foi definido, como um romancista cuja memória prodigiosa seria a base para a construção de narrativas que, na definição de Álvaro Lins, revelam uma intervenção “mínima ou talvez inexistente” do “espírito crítico”, isto é,

o seu estado de criação é o do instintivo, o de quem avança no escuro, o da absoluta e desordenada liberdade. A sua criação romanesca encontra-se sob o signo exclusivo

⁵ Um exemplo capaz de sintetizar esta postura pode ser encontrado na entrevista do autor à Diva de Mucio Teixeira. Refletindo sobre o lugar do Nordeste em sua produção, José Lins afirma que a região sempre existiu, para ele, “como o chão em que piso, e este chão me é tão necessário e tão presente como se fosse a única realidade que me alimenta. Costumam dizer que sou um telúrico, sim, serei sempre um telúrico porque sempre em mim agirão as forças secretas da terra, a terra como o homem, tem a sua alma, as suas condições espirituais (Rego, 1991, p.450-451).

de dois elementos, ambos muito ligados aos nervos, sabendo-se que toda obra revela e exhibe essa origem nervosa: a memória e a imaginação (Lins, 1963, p.125).

No entanto, uma das questões centrais para José Lins está em produzir uma literatura que seja fruto da sensibilidade, sendo legítima porque vivida, isto é, “a literatura não como composição, e, sim, como vida ou manancial de vida” (Rego, 1957, p.13), formulação estética que encontraria base no regionalismo cuja potência de universalidade daria suporte à arte, pois “não há grande arte que não seja nutrida assim, que não se alimente da terra, como fruto maior de todos” (Rego, 2004, p.364).

Desse modo, para o autor, a experiência concreta e a sensibilidade seriam os meios privilegiados para o conhecimento do mundo, “ponto de vista de quem se liga à vida” (Rego, [1942] 1981, p.109), ou seja, experiência e sensibilidade são combinadas com vistas a construir uma memória que ao mobilizar o sensível estabelece a tradição e, ao fazê-lo, circunscreva a região, uma vez que “tradição é escolher bem, é distinguir, é poder vencer o tempo, ser mais do que o tempo” (Idem, p.110). Distinção que, por sua vez, tem como base um destino compartilhado, qual seja, o de “homens rurais. Não somos nem militaristas, nem positivistas, nem democratas, nem futuristas. Somos senhores de engenho, fazendeiros e católicos apostólicos romanos. Fugindo daí estamos de braços com a anarquia, porque fugimos da nossa verdadeira vocação” (Rego, 1924).

Vocação que, anos depois, será plasmada por José Lins na confecção literária, cuja forma e temas seriam dados e arrancados “do povo, do que o povo tem de profundamente original e de profundamente brasileiro. Não é literatura de classe, mas uma literatura humana, identificada com a terra e com a gente como seus elementos básicos” (Rego, [1945] 2004, p.75). Identificação que, por sua vez, estaria na base do trabalho do romancista, pois um romance para ser “verdadeiramente um romance, é mais do que uma forma de escrever é, no

melhor sentido, um estilo, o estilo do autor, a sua força de criar, o seu poder de levantar personagens” (Rego, 1952, p.40).

Estilo e capacidade de levantar personagens que, no caso do *Ciclo da cana-de-açúcar*, orientaram a construção de romances que, por meio das memórias de infância do narrador personagem Carlinhos, deram forma a uma narrativa dedicada a fixar aspectos da socialização no interior da casa patriarcal, orientando a construção de uma visão de mundo que começa a ser criada na infância e, pouco a pouco, dá forma à vida do adulto Carlos de Melo. Desse modo, é por meio do artifício da rememoração que a narrativa é construída e a região figurada literariamente. Pouco a pouco, a memória de Carlos de Melo estabelece a região como potência para abarcar o universal.

Enquanto José Lins enfatiza sua relação com a terra e com vida rural, Erico Verissimo percorre outro caminho. Como visto ao longo de diferentes capítulos, o romancista não apenas manifestou, em inúmeras ocasiões, desconfianças em relação ao regionalismo, como também revelou sua pequena identificação com a vida campeira. Em dois documentos já citados no quinto capítulo, foi observado que Erico busca reconstruir o percurso que o levou à construção dos motivos literários de *O tempo e o vento*, num exercício que mistura trajetória pessoal e ambições literárias num processo em que causas e efeitos se confundem:

meu avô materno, homem do campo, me olhava com um misto de censura e pena. Como podia eu, neto dum antigo carreteiro e tropeiro, dum gaúcho legítimo, renegar as tradições de sua terra e de sua gente? [...] Mas a verdade era que eu detestava a estância com todos os seus aspectos, costumes, cheiros e sugestões [...] (Verissimo, sem título, documento Alev/IMS 01i0115 – sd, grafia e grifos originais).

a idéia de escrever uma saga do Rio Grande do Sul me veio em 1935. Em 1939 tentei começar a história mas não me senti preparado para tanto. Só comecei a escrever o romance que se chamaria O TEMPO E O VENTO, em 1947.

Creio que é o mais importante de todos os meus livros, o mais ‘sentido’ e o mais ‘legítimo’. De certo modo essa história me reconciliou com meu povo e minha terra [...] (Verissimo, “O tempo e o vento”, documento Alev/IMS 01i0117 – sd, grafia, maiúscula e grifo originais).

Reconciliação com o Rio Grande do Sul que toma como base não a recuperação de uma experiência pessoal, mas sim o esforço de reorganização da história da região, mobilizando, para tanto, um conjunto de acontecimentos e atores que povoam o imaginário daqueles que ali estão. Questionado por um repórter sobre qual seria a “- [...] base de realidade de ‘O Tempo e o Vento’?”, o autor procura estabelecer os limites da relação entre a história do Rio Grande do Sul e a sua história pessoal circunscrevendo, para tanto, os personagens de *O tempo e o vento*:

- o pano de fundo da trilogia é o tecido de acontecimentos históricos e algumas de suas personagens são também figuras históricas. Mas a gente que aparece em primeiro plano – os Terra, os Cambará, os Quadros – e o resto da vasta comparsaria são criaturas de ficção, embora muitas delas me tenham sido inspiradas por gente que conheci ou da qual pelo menos tive notícia. Toríbio se parece com um lendário tio meu, irmão de meu pai, curiosa, colorida personagem de romance de capa-e-espada. O velho Aderbal tem pronunciada semelhança com meu avô materno. Meu avô não era muito diferente do Dr. Rodrigo Cambará. E seria tolo e inútil negar que Floriano se parece muito comigo, embora as coisas que lhe aconteceram não me tenham acontecido tal como aparecem no livro. Quanto a Santa Fé, não se trata de Cruz Alta, como muita gente pensa. Direi que é antes uma cidade parecida com minha terra natal, isto é, sede dum município pastoril, cidade sem reios nem lagoas, perdida entre verdes coxilhas (Sem título, sem data, p.118-119) ⁶.

Afirmando a origem ficcional dos personagens do romance, Erico destaca que em um ou outro aspecto eles possam ter sido inspirados “por gente que conheci ou da qual pelo menos tive notícia”, sem pormenorizar, contudo, quais seriam as semelhanças entre o figurado e o concreto. Do mesmo modo, a própria base histórica do romance é colocada em suspeição pelo autor que, quando questionado por Flávio Loureiro Chaves se considerava a trilogia de *O tempo e o vento* “- [...] uma epopéia rio-grandense ou uma visão crítica da

⁶ Recorte de revista depositado na pasta 27 do Alev/IMS. A única indicação de tempo da reportagem é a declaração do autor de que seu último livro, *O arquipélago* lhe “custou, entre outras coisas, um ataque cardíaco [...]”. O problema de saúde mencionada ocorreu em 1961, ano da publicação de *O arquipélago*.

sociedade gaúcha?”, reafirma a base ficcional dos romances, relativizando a presença de fatos históricos concretos:

Ao escrever a trilogia não foi minha intenção fazer uma epopéia pois do contrário eu teria dado outro tratamento à Guerra dos Farrapos, que tratei indiretamente através de uma conversinha de uma Terra Fagundes, lembra-se? Outro aspecto da trilogia que gosto de frisar é o de que não se trata de um romance histórico. De histórico só há o pano de fundo e uma que outra personagem que passa, às vezes a galope, como Rafael Pinto Bandeira, ou então de automóvel, como Pinheiro Machado. As personagens principais dessa visão da sociedade gaúcha são fictícias (“O último depoimento”, *Zero Hora*, [1975] 1985).

Diferentemente do colega paraibano, Erico reafirma o caráter ficcional de sua produção, afastando-se do terreno do memorialismo e, por esta via, enquadrando a percepção de leitores e de críticos sobre sua obra. Afastando motivações pessoais, ainda que tenha afirmado que a escrita da trilogia teve a capacidade de reconciliá-lo com sua terra, o autor delimita a ficção como o terreno privilegiado no qual a história do Rio Grande do Sul é reorganizada oferecendo, neste sentido, suporte para a criação de uma memória para um passado que se pretende novo.

Em *O tempo e o vento*, por sua vez, o recurso à longa duração da história sulina permite colocar a singularidade da região em contexto, separando o regional do típico e tornando-o parte constitutiva da narrativa. Nota-se, então, que regional e universal não se opõem, ainda que a longa duração de *O tempo e o vento* coloque a relação em permanente suspeição, assumindo focos narrativos diversos que visam alinhar diferentes temporalidades e espaços sociais.

Assim, em meados dos anos de 1910, Rodrigo se defrontava com a provocação do general Rubim, que polemizava: “- E o que vocês tem aqui que não seja importação ibérica, quando não é pura imitação dos vizinhos platinos?” (Verissimo, retrato2, p.182). Entre ofendido e espantado, Rodrigo recorre à tradição oral para relembrar o Negrinho do

Pastoreio, uma “lenda [...] autóctone, e, sem favor nenhum, a mais bela do Brasil” (Idem, p.182). O interlocutor concorda, mas faz pouco caso afirmando ser esta a única lenda da região, concluindo, assim, que a imaginação dos gaúchos é pobre.

Incomodado com a descrição do interlocutor nortista, Rodrigo procura contemporizar afirmando que não faltaria aos gaúchos imaginação, mas sim “tempos, vagares, tranquilidade” (Idem, p.182). Longe de chegar a um termo razoável para ambos, a conversa entre um militar nortista em serviço no extremo meridional do Brasil e um nativo da terra, empenhado em dar sentido à formação histórica do lugar, invariavelmente, colocaria em pauta o controverso tema do separatismo gaúcho, trazido à tona pelo próprio modo como os interlocutores se nomeiam:

[Rubim] - Estamos conversando como se fossemos representantes de duas nações rivais, hein? E quem tem culpa disso são vocês, com essa mania de separatismo, de ...

[Rodrigo] - Alto lá, capitão! [...] Nunca fomos separatistas, mas sim liberais que sempre desejaram uma República Federativa. Esse foi o sentido da Guerra dos Farrapos [...] (Idem, p.193).

A disputa pelo sentido e orientação da Revolução Farroupilha esteve na pauta de diferentes intelectuais sulinos, ganhando capítulos importantes em publicações como as revistas *Província de São Pedro* e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Na narrativa de *O tempo o vento*, a questão não é pormenorizada, ainda que a afirmação do sentido nacional da formação do Rio Grande do Sul seja frequentemente revindicado e atravesse diferentes momentos dos romances. No início dos anos de 1920, Rodrigo debate com alguns amigos os rumos do governo de Epitácio Pessoa, para o médico, apesar dos defeitos de sua administração, “o paraibano tem caracu [...] manteve no Brasil o prestígio do poder civil” (Verissimo, *arqui1*, p.115). Os interlocutores não se convencem e pedem que Rodrigo enumere as realizações do presidente, ao que Rodrigo destaca as obras contra a seca no Nordeste, ponto que impulsiona a discórdia:

- Bolas! – bradou Chiru, tirando do bolso o lenço vermelho [...] Governar não é fazer açudes. E depois, Rodrigo, o país gasta demais com essas secas. Que é que o Norte produz? [...] Devíamos cortar o Brasil do Rio de Janeiro para cima e entregar o Nordeste para os cabeças-chatas [...] Mas o melhor mesmo era fazer do nosso Rio Grande um país a parte, porque...

- Cala a boa, idiota - interrompeu Rodrigo – Estás dizendo uma heresia. Só unindo é que o Brasil pode ser forte, grande e glorioso (Idem, p.115- 116).

União que, para Rodrigo, contemplava além de laços fraternais, interesses estratégicos relacionados ao tamanho do mercado consumidor representado pelo Norte do país. Assim, enquanto o Sul deveria se industrializar, caberia ao extremo oposto consumir. O ponto levantado por Chiru está longe de ser uma opinião isolada, ainda que, ao longo do romance, não seja passível de generalização. Via de regra, os personagens destacam, na síntese de Roque Bandeira, uma espécie de “isolacionismo psicológico” do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país (Verissimo, *arqui2*, p.251), marca da experiência política e social da região.

Em ensaio dedicado a percorrer as obras de Erico Verissimo, Antonio Candido observa que a busca por uma narrativa dedicada a combinar dois eixos (o sincrônico e o diacrônico) é recorrente nos romances do autor, aparecendo em obras como *Olhai os lírios do campo* e *Caminhos cruzados*. Contudo, ao longo de *O tempo e o vento*, além da projeção de um eixo sobre o outro, de modo a inserir a ação presente na continuidade do tempo histórico, observa-se, também, a combinação entre o coletivo e o individual, “de tal forma que cada personagem é ele próprio, mas também um elo na história da família, enquanto esta, por sua vez, é um elo na história da província” (Candido, 1972, p.42) e, pode-se acrescentar, um elo na história nacional.

Ao combinar sincronia e diacronia, a narrativa reposiciona o passado a cada novo episódio, assim, enquanto em *O Continente* o passado de Ana Terra é hostil e todo o seu esforço está direcionado na superação dele, em *O retrato e O arquipélago* personagens com

Aderbal Quadros, Fandango ou ainda Licurgo Cambará e Maria Valéria valorizam o passado, num movimento que inverte o juízo de valor sobre as temporalidades. Ou seja, enquanto em *O continente* o passado é tudo aquilo que se deseja deixar para trás, em *O arquipélago* o passado pode ser tudo aquilo que se tem. Assim, no balanço das perdas e dos ganhos da trajetória dos personagens, o futuro se abre para poucos e o passado é justamente a questão a ser enfrentada.

Entre a sincronia e a diacronia, o nacional e o regional a narrativa é construída sempre a oscilar entre as ambiguidades da consolidação das fronteiras sulinas e da modernização duma região periférica. Portanto, a história constrói o sentido da narrativa não por meio do acionamento de fatos ou dados concretos, mas pelo modo como os personagens enfrentam uma “ausência de temporalidade”, uma espécie de presente contínuo, onde o passado ora deve ser esquecido, ora deve ser rememorado, ora é tudo o que se tem pela frente.

Nesse sentido, o vento torna-se a mediação do tempo, isto é, a mudança histórica é figurada no correr dos dias que se repetem como o minuano que com suas força e gelidez reposiciona coisas e pessoas, atualizando o tempo. Nota-se, então, que o futuro é uma promessa aberta para poucos, notadamente ao jovem médico Rodrigo Cambará, cuja vida é, significativamente, narrada por meio de imagens, sendo o retrato pintando por Don Pepe Garcia a síntese de um procedimento narrativo que procura fixar nuances de uma personalidade e de um contexto histórico marcados pela transição e pelo permanente oscilar entre campo e cidade, ambas figuradas como uma experiência social que, no caso de Rodrigo e Floriano Cambará funda uma espécie de zona de fronteira que entre o tradicional e o moderno, delimita o espaço onde ambos vivem e partir do qual ordenam o mundo⁷.

⁷ Ainda sobre o tema, ver: Leenhardt, 2001; Pesavento, 2001.

3. Região como categoria, regionalismo como forma.

Ao longo deste estudo, procurou-se evidenciar que tanto o *Ciclo da cana-de-açúcar*, quanto *O tempo e o vento* ao mobilizarem a memória de uma família e a história de uma região buscam qualificar o moderno.

Em José Lins do Rego, o regional estrutura uma formalização literária que delimita a região com vistas a demonstrar sua universalidade; em Erico Verissimo a formação social e histórica do Rio Grande do Sul é dinamizada pela universalidade da estrutura narrativa e da composição dos personagens, de modo que a região singulariza trajetórias, conflitos e experiências.

Ao longo da terceira parte deste estudo, argumentou-se que *O tempo e o vento* e o *Ciclo da cana-de-açúcar* se encontram no esforço comum de deslocar o regional para o centro da estrutura literária, assumindo a região como um ponto de vista para a organização da matéria narrada, bem como para a classificação do mundo social. Se a temática não é inédita, o procedimento da composição literária apresenta inovações importantes, isto é, tanto Erico Verissimo, quanto José Lins não tomam o regional como reminiscências de outros tempos, antes, mobilizam o local com vistas a estruturar suas narrativas, oferecendo soluções textuais e realizações estéticas que visam tornar a mudança inteligível, incorporando, deste modo, a variedade de respostas locais à modernização.

Isto posto, o *Ciclo da cana-de-açúcar* e *O tempo e o vento* se iluminam na medida em que esvaziam o presente e reordenam o lugar do passado, construindo, por essa via, a região como categoria. Para tanto, cada narrativa assume pontos de vista diferentes: no primeiro caso trata-se de plasmar o passado numa realidade nova, estruturando uma noção de região que articula tradição e patriarcado com vistas a nuançar o lugar da decadência na formação

social nordestina. No segundo, o estabelecimento de um marco zero para a fundação da família Terra Cambará acaba por fundar uma temporalidade própria à região.

A articulação entre memória, história e região circunscreve, nas duas narrativas, a família como eixos em torno dos quais personagens, ações e dilemas gravitam. Num caso ou em outro, a tomada da família como elemento fundante da narrativa revela os tons particulares da opção de qualificar o moderno a partir do regional, isto é, ao esvaziarem o presente, os narradores buscam, para a tarefa de organizar o passado, mediações que contraponham a impessoalidade dos vínculos modernos, qual seja: os laços familiares e a socialização no interior da casa patriarcal. Ponto de partida comum a ambos, a narração do cotidiano assume sentidos diversos porque em José Lins do Rego trata-se de partir da singularização do dia-a-dia para significar uma experiência social que, ao ser compartilhada, torna-se universalizável. Por outro lado, Erico Verissimo inverte a equação ao assumir a universalidade das relações sociais para, então, situá-las no tempo e no espaço com vistas a produzir sua singularidade a qual, por sua vez, tem seu sentido e sua função desestabilizada por inúmeros cortes temporais⁸.

⁸ Analisando a narrativa de *O tempo e o vento*, Flávio Loureiro Chaves observa que o narrador da trilogia empenha-se em observar a história numa ficção que “admite aberta e intencionalmente a crônica histórica em sua tessitura porque é a História o seu objetivo último. Por isso, a estrutura se arma circularmente, como se fosse ampliando círculos concêntricos: a história de uma família (Terras e Cambarás) vem a ser, num segundo círculo, a história de uma cidade (Santa Fé); esta se desdobra na nomeação de uma região (o Continente de São Pedro) onde é possível ler a crônica de um tempo (a formação do Brasil contemporâneo) e nesta, finalmente, transparece uma determinada visão do mundo, quero dizer, a visão histórica de Erico Verissimo. É bem verdade que as grandes forças da narrativa estão sintetizadas nas personagens fictícias e em sua ação imaginária mas, no presente, reduzir significa ampliar, cobrindo o itinerário do particular ao geral, do regional ao universal” (Chaves, 2001, p.231). Para um estudo pormenorizado do autor sobre a obra de Erico Verissimo, consultar: Chaves, 1976.

Como notado anteriormente, em *O tempo e o vento*, a família é apresentada ao leitor na longa duração, sendo possível reconstruir sua genealogia, observar as semelhanças que guardam com outras histórias e processos, de modo a evidenciar que os Terra Cambará guardam semelhanças com quaisquer outras família, tal qual se passaria com a história do Rio Grande do Sul. Já no *Ciclo da cana-de-açúcar*, a singularidade regional é evidenciada à medida que a família de Carlos de Melo ganha contornos nítidos, assim, ao recortar a família não como uma linhagem, mas como um núcleo familiar circunscrito no tempo e no espaço, ela se converte no elemento chave da socialização do narrador Carlinhos, ponto de partida para a construção de sua *visão de mundo* e, conseqüentemente, para a formalização literária de uma experiência social (Cf. Goldmann, 1959).

Enquanto o complexo agrário da cana-de-açúcar confere sentido à narrativa do *Ciclo da cana-de-açúcar*; em *O tempo e o vento*, a história constrói o sentido da narrativa, tecendo um fio frágil que alinhava local, regional e nacional, numa narrativa cujos atores estão no meio do caminho entre o campo e a cidade, o patriarcado rural e a burguesia urbana⁹.

No *Ciclo da cana-de-açúcar*, o regional contém o universal, de modo que o processo de socialização engendrado no interior dos engenhos de cana-de-açúcar e em torno da casa patriarcal é formalizado literariamente com vistas a ser universalizado como uma experiência que, longe de ser circunscrita ao Nordeste, conforma o conjunto da formação social brasileira¹⁰.

⁹ Em ensaio sobre os enfrentamentos entre o rural e o urbano em *O retrato*, Lígia Chiappini argumenta que, a despeito da recusa de Erico Verissimo do regionalismo tal qual praticado pelos pares gaúchos, “a presença concomitante do Rio Grande rural e patriarcal com o Rio Grande urbano, burguês e pequeno-burguês instaura um diálogo permanente entre ambos” (Leite, 2001, p.103).

¹⁰ Sobre o tema, ver: Bastos, 2006.

Para tanto, a tradição será mobilizada como elemento que permite elaborar a região como categoria, possibilitando, então, a reconstrução do processo social de decadência da oligarquia açucareira, tornando-o inteligível. Assim, as fronteiras entre tempo e espaço e entre narrador e narrativa são sobrepostas. Nesses termos, trata-se, enfim, de assumir a especificidade da formação nacional sob o regime da economia patriarcal, compreendendo a nação pelo filtro da região cuja unidade, por sua vez, é forjada por meio da universalização das tradições patriarcais.

Ciclo da cana-de-açúcar e *O tempo e o vento* figuram as inúmeras nuances envolvidas na reorganização de papéis e práticas sociais que acabam por conduzir os personagens a encruzilhadas tais quais as enfrentadas por Carlos de Melo em *Banguê*, por José Amaro e Lula de Holanda em *Fogo morto* e por Rodrigo e Floriano Cambará em *O arquipélago*. Num caso ou em outro, ao fixarem a ascensão de modos de dominação, explorando as práticas que dão suporte à autoridade e constroem a legitimidade, as narrativas acabam por figurar os mecanismos capazes de dar suporte a uma coesão social diversa da experimentada anteriormente.

Desse modo, enquanto José Paulino assentava sua autoridade na bondade, os Cambarás amealharam prestígio social pelas guerras. No Santa Rosa, a legitimidade da posição social do senhor de engenho faz com que o princípio de autoridade não esteja colocando em disputa, ao menos não enquanto o patriarca estivesse vivo. Já na pequena Santa Fé, a autoridade dos Cambará precisou ser constantemente atualizada por meio de inúmeros conflitos políticos, vez por outra, armados, produzindo um contraponto entre público e privado que conforma a autoridade e o prestígio desses homens, pois as lutas,

invariavelmente, são travadas entre família, de tal modo que o público atualiza um poder privado¹¹.

Assim, em *O tempo e o vento* a longa duração ao invés de cristalizar o lento processo de invenção das tradições sulinas, acaba por colocá-lo em contexto, lançando dúvidas sobre a plasticidade destas tradições que, talvez, não se manteriam operativas num contexto marcado pelas incertezas do pós-Estado Novo. Assim, lendas dos tempos das missões jesuíticas, tradições políticas assentadas em lenços brancos e vermelhos e, finalmente, uma ética guerreira de origem imprecisa são combinadas com vistas a desconstruir as particularidades da história social do Rio Grande do Sul, operando na narrativa como marcas que, contudo, singularizam personagens e ações. Ainda que a narrativa seja construída pelo contraponto constante entre o regional e o nacional, o sincrônico e o diacrônico, a sobreposição desses pares acaba por conduzir narrativa e personagens para a encruzilhada de um presente que interdita o futuro e, ao fazer coincidir o regional e o nacional, produz a necessidade de revisitar o passado para estabelecer novas singularidades locais e, consequentemente, estabelecer uma nova memória.

¹¹ Em balanço sobre a sociologia brasileira, André Botelho aponta que “o baralhamento entre público e privado enquanto ordens sociais e princípios distintos de orientação das condutas como uma marca da cultura política, da sociedade e do Estado formados no Brasil desde a colonização portuguesa constitui uma das construções intelectuais mais tenazes do seu pensamento social. E também uma das principais linhas que, com continuidades e descontinuidades, o liga à produção das ciências sociais posterior à institucionalização, particularmente na vertente voltada para a investigação das bases sociais da vida política nacional, suas raízes rurais e influências duradouras sobre o urbano então emergente” (Botelho, 2007, p.49). No que se refere a este estudo, a produção de Gilberto Freyre e Raymundo Faoro iluminam aspectos importantes das narrativas tanto do *Ciclo da cana-de-açúcar*, quanto de *O tempo e o vento*. A despeito das relações de amizade que ligaram José Lins e Freyre, Erico e Faoro, as obras se encontram justamente na medida em que tentam equacionar, no primeiro caso, o sentido da tradição e o lugar da região na interpretação da formação social brasileira e, no segundo, na ambiguidade entre o público e o privado que dão forma a uma socialização que, assentada no privatismo, organiza a vida pública. Evidentemente, as relações entre as obras são maiores e mais profundas do que esta nota pode explorar, de todo modo, buscá-las detalhadamente implicaria um estudo diverso do proposto, na medida em que circunscreveria a narrativa literária a partir de outro ponto de vista, qual seja, os diálogos possíveis com o texto sociológico.

São diversas as temporalidades que dão forma não apenas às narrativas do *Ciclo da cana-de-açúcar* e de *O tempo e o vento*, como também que orientam a formulação das questões em torno da região e da nação nos dois contextos estudados. Assim, enquanto em Pernambuco o tema ganha as páginas dos jornais ainda nos anos de 1920, orientando um esforço de construção de arcabouços teóricos, práticas políticas e de formas estéticas capazes dar conta da experiência social da decadência – dos engenhos de cana-de-açúcar, do dinamismo econômico e da importância política não, apenas de Pernambuco, mas do conjunto dos estados vizinhos-, no Rio Grande do Sul será em meados dos anos de 1940 que a discussão em torno da região será articulada com vistas a promover uma investigação sistemática da história sulina, deixando de ser um motivo artístico, para se tornar o ponto de partida de formalizações estéticas que as tomam como centro de suas formulações.

Nos dois casos, entretanto, o regionalismo – como sugestão estética e política – deixa de ser visto como necessariamente associado às oligarquias locais, antes, trata-se de circunscrever a região como uma categoria que ao sintetizar dualidades como rural e urbano; moderno e tradicional; local e nacional (Cf. Bourdieu, 1989; Nedel, 2007a, p.399); opera no sentido de reconstruir em teoria a experiência social em contextos marcados pela transformação das relações entre campo e cidade, moderno e tradicional, regional e nacional, dominantes e dominados. As ideias tornam-se, assim, elemento importante deste jogo, e se fundem, para usar a expressão do velho federalista de *O tempo e o vento*, justamente na medida em que equacionam o nexos entre o local, o regional e o nacional¹².

¹² Chave que é utilizada não apenas pelos romancistas estudados, mas que aparece, também, em diferentes registros textuais e iniciativas intelectuais como é o caso do jornal *A Província de São Pedro*, analisados anteriormente. Menos do que um debate do tempo, a região aparece como espécie de saída metodológica que permite a sociólogos, historiadores e romancistas, refletir sobre a diversidade de experiências sociais que estão na base da modernidade brasileira a qual, por sua vez, seria apreendida por meio das fraturas sintetizadas na experiência regional que dá forma a diferentes pactos pela coesão social e pela unidade nacional.

Assim, em Pernambuco importará, decisivamente, a mobilização da tradição para a construção da região como categoria capaz de singularizar o patriarca como o ator social decisivo do processo histórico, a um só tempo, local, regional e nacional. Nota-se, então, que ao sobrepor espaços, a região tal qual figurada literariamente por José Lins do Rego também sobrepõe temporalidades, criando um presente contínuo no qual, a despeito da passagem do tempo marcada pelo crescimento do menino Carlinhos, pessoas, coisas e fatos se repõem, numa circularidade que indica um cotidiano fechado em si mesmo e organizado em torno do patriarca. Em *Fogo morto*, por exemplo, a decadência do Santa Fé é contemporânea ao triunfo do Santa Rosa, de modo que, a despeito da ruína de um senhor de engenho, todos os outros, e particularmente José Paulino, continuam desempenhando o papel social reservado ao patriarca, ponto de partida para o equilíbrio dos conflitos e dos impasses. Sendo a tradição a base que permite definir a região, justamente porque é ela o ponto de partida para a singularização da experiência regional, José Lins do Rego narra a história do Santa Rosa e de seus personagens de maneira linear, forma que é quebrada em *Fogo morto*, ainda que, no entanto, a figura de José Paulino opere como ponto de reequilíbrio dos conflitos narrados.

No Rio Grande do Sul, no entanto, mais importante do que a tradição, a definição da região é apoiada pela noção de soberania, de modo que a articulação entre o local, o regional e o nacional passa pela recuperação das inúmeras guerras e batalhas que marcaram o território sulino em inúmeras disputas por fronteiras, que, pouco a pouco, orientaram a construção de uma socialização que tem na guerra um de seus mais fortes pilares, ou seja, o conflito armado se torna a mediação por excelência das disputas políticas e das rivalidades sociais que estão na base da organização da sociedade sulina. Reorganizar a memória da região, de suas lutas e atores, no pós-Estado Novo é tarefa levada a cabo justamente por meio da quebra de linearidade da história que ao ser figurada por Erico Verissimo numa narrativa

que a combina diferentes temporalidades numa mesma sequência revela os elementos que, caros àquela formação histórica, são capazes de singularizar a experiência social sulina, promovendo, por esta via, seu diálogo com a nação.

Nesse sentido, no *Ciclo da cana-de-açúcar* os acontecimentos são narrados e descritos a partir dos engenhos ou das usinas¹³, de modo que o espaço acaba por conter em si mesmo também o tempo. Já em *O tempo e o vento*, os espaços são diversos, ganhando sentido a medida que são relacionados uns aos outros, logo, para figurá-los a narrativa é construída justamente no corte de temporalidades. No primeiro caso, o leitor acompanha as transformações da perspectiva de Carlos sobre aquele mundo, de modo que a narração se assenta na própria visão de mundo ali formulada. No segundo, diferentes personagens e diferentes narradores se combinam para figurar as fraturas de um processo de socialização que, pouco a pouco, constrói a própria encruzilhada que experimenta. Numa síntese, em um caso se observa a figuração de uma temporalidade construída a partir da casa patriarcal, base da socialização do menino Carlinhos, em outro, a temporalidade entrecortada de inúmeras guerras e revoluções é o ponto de partida para a reconstrução literária de uma socialização assentada na vida campeira e na prática guerreira.

Num caso ou em outro, contudo, é possível notar como a socialização se constrói cotidianamente, orientando a construção de papéis sociais desempenhados na medida em que englobam não apenas a visão do sujeito sobre si, mas, especialmente, a visão do sujeito sobre o outro.

Sendo também produtora de identidades, a socialização é, em *O tempo e o vento*, o processo que dá suporte à desnaturalização dos suportes identitários sulinos no pós-Estado

¹³ Exceções feitas às cartas recebidas por Carlos de Melo quando está no Santa Rosa. A primeira do colega de internato Coruja e a segunda do colega de faculdade Mário Santos.

Novo, discutindo os limites do processo de socialização anterior e apontando para um futuro incerto.

Assim, a singularidade das experiências regionais em cada caso torna-se o ponto de partida para a organização da experiência social em meio às transformações produzidas por processos de modernização que, ao fim e ao cabo, se realizam de maneira desigual. No Rio Grande do Sul, a experiência desta modernidade heterogênea que não se realiza é levada às últimas consequências, configurando-se numa aposta para a qual Rodrigo Terra Cambará orienta seus esforços, arriscando a família e a história do Sobrado e de sua gente. Feitas as contas, resta ao personagem apenas a morte e a certeza de que suas escolhas não seriam compreendidas por ninguém, nem mesmo pela esposa ou pelos filhos (Cf. Verissimo, arqui1, p.239).

Já no *Ciclo da cana-de-açúcar*, a modernização é figurada como um processo que deve ser interditado sob o risco de produzir a miséria de *Usina*. No entanto, sua recusa é justamente a reveladora dos dilemas de um universo fechado em si mesmo, incapaz de reproduzir, no tempo e no espaço, o papel social do patriarca. Neste contexto, o drama é inverso, uma vez que se experimenta a tragédia de estar vivo num mundo social onde não é mais possível reproduzir a socialização e a visão de mundo do tempo anterior. Carlos de Melo e Lula de Holanda são, por excelência, os personagens desta tragédia, incapazes, por motivos diversos, de exercerem as funções de senhor de engenho.

Fogo morto e O arquipélago desestabilizam as certezas anteriores, marcando no conjunto da narrativa as encruzilhadas a que chegaram trajetórias individuais e processos históricos. Nesse sentido, a modernidade se apresenta, num caso e em outro, como uma fratura que encontra seu fracasso na pequena cidade serrana de Santa Fé e sua interdição no engenho de cana-de-açúcar de mesmo nome. *Fogo morto e O arquipélago* figuram

personagens mais individualizados, num procedimento que abrange, inclusive, os personagens menores, evidenciando, assim, a heterogeneidade do processo histórico, ou seja, a homogeneidade dos tempos anteriores que deu forma à descrição do menino Carlinhos sobre o Santa Rosa e orientou a percepção sobre a vida campeira de personagens como Maneco Terra e capitão Rodrigo Cambará está, agora, perdida.

Assim, a desestabilização do universo dos engenhos e das apostas políticas e culturais das elites sulina é feita a partir de dentro, na medida em que, para além de conflitos pessoalizados pelo poder, *Fogo morto* e *O arquipélago* figuram conflitos que se tornaram estruturais, ou seja, interesses políticos, econômicos e sociais não conseguem mais se fazerem representar como gerais, e, progressivamente, diferentes grupos sociais irão reivindicar tanto participação política, quanto direitos sociais. Por esta via, abre-se espaço para visões de mundo e expectativas diversas, ponto de partida para a negociação de novos pactos sociais, para os quais, a mediação entre o local, o regional e o nacional importarão decisivamente e serão sintetizados na região como categoria classificatória do mundo social e no regionalismo como elemento que dá forma à construção literária.

Em *Fogo morto*, por exemplo, José Amaro pode ser particularizado como o personagem que percebe a alteração do jogo de forças, enxergando o processo com uma lucidez que o leva ao suicídio, afinal, ainda que o arbítrio do senhor pudesse ser questionado pelo cangaceiro Antônio Silvino, e apenas por ele, a legitimidade do senhor permanece sendo reconhecida pelo mestre, de modo que ao lutar por direitos, a desigualdade de forças torna-se patente.

Desse modo, a decadência perpassa todas as esferas do engenho Santa Fé, desalojando todos os personagens de seus papéis sociais, agora, todos são vítimas da mesma tragédia, ou se morre ou se enlouquece. Já em *O arquipélago*, a socialização para, e pela,

guerra perde o sentido associado à política, na medida em que a centralização levada a cabo após a Constituinte de 1934 e aprofundada com o Estado Novo não apenas fragmentou a base social construída em 1930, como diluiu uma das principais bandeiras políticas e culturais da região, o federalismo. Após 1945, no entanto, a política sulina e seus atores perdem não apenas protagonismo, mas, especialmente, assistem ao desmoronamento de bandeiras em nome das quais rearticularam forças, promoveram conciliações e acordos.

Formalizadas literariamente, memória e história são acionadas como elementos capazes de tornar a mudança inteligível, justamente porque permitem incorporar uma variedade de respostas locais à modernização. Assim, elementos do passado são acionados para auxiliar a construção cultural e política do presente. Acionando o regional para qualificar o moderno, permiti-se que a história seja analisada como um processo capaz de ligar ou dissolver “elementos estáticos num padrão narrativo novo” (Schorske, 2000, p.13)

¹⁴. Isto posto, ao mobilizar o passado para indagar o presente, os romancistas acabam por reelaborar ambos em ficção, oferecendo suporte, assim, para a produção de uma memória.

¹⁴ Este argumento está apoiado no livro *Pensando com a história* (2000) de Carl Schorske. Aqui, modernismo e história são entrelaçados com vistas a qualificar um e outro. Assim, o autor estabelece uma diferença entre *pensar com a história* e *pensar sobre a história*. Optando pela primeira possibilidade, Schorske avalia que *pensar com a história* implica o “emprego dos materiais do passado e das configurações em que os organizamos e compreendemos para nos orientar no presente” (Schorske, 2000, p.13). Observa-se, assim, diferentes respostas nacionais e locais foram dadas ao processo de modernização, implicando em percepções diferenciadas sobre o moderno e sobre a história. No Brasil, alguns trabalhos também exploram o moderno como uma linguagem capaz de dinamizar a produção artística e intelectual, ver: Arruda, 2001; Pontes, 2011.

Bibliografia.

I. Fontes Primárias.

Jornais e revistas.

Revista do Globo, n.1-938, 1929-1967. (Biblioteca PUC-RS).

Revista Província de São Pedro, n.1-27, 1945-1957. (Fundação Casa de Rui Barbosa-RJ).

Dom Casmurro

A Província, 1925-1930. (Biblioteca Nacional – RJ)

Madrugada, 1926 (Museu de Comunicação Social José Hypólito da Costa – RS)

Máscara. Mensário de luxo ilustrado, mundano, literário e informativo, 1918-1924 (Museu de Comunicação Social José Hypólito da Costa – RS)

Correspondências e documentos originais.

Documentos do Acervo Literário Erico Verissimo/Instituto Moreira Salles.

Correspondência Erico Verissimo – Mafalda Volpe. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1930.

Correspondência Erico Verissimo – José Lins do Rego. Porto Alegre, 21 de novembro de 1934.

Correspondência Erico Verissimo – Mário Barrozo. Porto Alegre, 31 de maio de 1943.

Correspondência Erico Verissimo – Henrique Bertaso, José [?], Justino Martins, Amílcar [?]. San Francisco (EUA), 20 de março de 1944.

Correspondência Erico Verissimo – José Lins do Rego. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1947.

Correspondência Erico Verissimo – Herbert Caro. Washington - EUA, 30 de outubro de 1953. Depositada no Acervo Literário Erico Verissimo/Instituto Moreira Salles – RJ

Correspondência Erico Verissimo – José Lins do Rego. Porto Alegre, s/d. Depositada no Acervo Literário Erico Verissimo/ Instituto Moreira Salles – RJ.

GRIECO, Agripino. (1933). “Clarissa”. Documento Alev/IMS 09e0294-sd.

VERISSIMO, Erico. “O ofício de escrever”. Documento Alev/IMS 01i0069-1974.

_____. sem título, s/d. Documento Alev/IMS 01i0115 – sd.

_____. “O tempo e o vento”, s/d. Documento Alev/IMS 01i0117 – sd.

Documentos do Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa.

Correspondência Erico Veríssimo – Clarice Lispector. Porto Alegre, 09 de dezembro de 1958.

Correspondência EDITORA GLOBO – Augusto Meyer. Porto Alegre, 29.abr.1963.

Correspondência Erico Veríssimo – Lúcia Machado Almeida. Washington - EUA., 5 de agosto de 1953.

Correspondência Erico Veríssimo – Lúcio Cardoso. Porto Alegre (?), 01. set.1937.

Correspondência Erico Veríssimo – Lúcio Cardoso. Porto Alegre, 1939 (atribuído).

Correspondência Henrique Bertaso – Augusto Meyer. Porto Alegre, 01.jun.1942.

Reportagens, artigos e colunas citados.

ALMEIDA, José Américo. “O Contador de histórias”. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 12.out.1957.

AMADO, Jorge. “A situação do livro e do escriptor brasileiro”. *Folha da manhã*. São Paulo, 21.dez.1935.

ANDRADE, Almir de. “Os novos rumos da literatura brasileira”. *Cadernos da seara nova*, Lisboa, 1940.

ANDRADE, Mário. “Riacho Doce”. In: *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: INL, [1939] 1972.

ANÚNCIO. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n.5, jun.1946.

ANÚNCIO. “Brevemente nas livrarias”, *Revista do Globo*, 1947.

ARINOS, Paulo. “Erico Verissimo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10.mai.1936. Documento Alev/IMS 03c01650-36.

BANDEIRA, Manuel. “Ciclo da cana-de-açúcar”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1936.

BARATA, Antônio. “Olhai os lírios do campo”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 08.abr.1939

BORBA, José Cesar. “Os concursos de romance e os romancistas por Estado”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31.ago.1941.

CASTELLO, José Aderaldo. “José Lins do Rego”. *Revista Anhembi*, São Paulo, n. 83, vol.XXVIII, 1957.

CÉSAR, Guilhermino. “O romancista e a incorporação do Terrunho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27. dez.1975.

CONDÉ, José. “O espírito de grupo”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19.mai.1946

CONDÉ, José. “Notícias literárias da semana”. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 15.set.1946.

CONDÉ, José. “O ano literário de 1949”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01. jan.1950.

CORDEIRO, João. “Notícia de um grande romance”. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, 12: 325, set.1935.

COSTA, Dante. “Caminhos Cruzados. Romance de Erico Verissimo”. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, (11), ago.1935.

CRULS, Gastão. “Menino de engenho”. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n.1, mar.1932.

DELFINO, Álvaro. “Um romancista gaúcho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22.set.1935. Documento Alev/IMS 03c01648-35.

ESCRITORES e livros. *Revista do Globo*, v.15, n.339, 15. mai.1943.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “O espelho das águas”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29.set.1957.

FREYRE, Gilberto. “Livros e autores”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10.nov.1933.

_____. “Literatura vital”. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 15.mai.1940.

_____. “José Lins e o Recife”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 jun.1953. Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 14.out.2005.

GOUVÊA, Sérgio de. “O sr. Erico Verissimo e o seu primeiro livro”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10.abr.1932.

_____. “Livros e autores”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10.nov.1933.

LIDEMIR, Bernardo. “Erico Verissimo está no Recife”, *Jornal do Comércio*, Recife, nov.1951.

LISPECTOR, Clarice. “Não sou profundo. Espero que me desculpem”. Entrevista de Erico Verissimo a Clarice Lispector. *Revista Manchete*, 1967.

LOUSADA, Wilson. “O ano literário”. *Dom casmurro*. Rio de Janeiro, 07.jan.1939.

MACHADO, Dyonélio. “Os fundamentos econômicos do regionalismo”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 128-130, set.1945.

MARTINS, Cyro. “Clarissa”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26. nov.1933. Documento Alev/IMS 03c1642-33.

MASSI, Augusto. “Um romancista liberal”, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 01.jan.1995.

MEYER, Augusto. “Erico e os fantoches”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14.abr.1932.

_____. “Simões Lopes Neto”, *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 103-113, jun. 1945.

MIRANDA, José Tavares de. “Nossos escritores. José Lins do Rego: ‘não tolero a subliteratura’. Um homem de sua terra e de sua gente”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 09. set.1951.

_____. “Nossos escritores. ‘A literatura brasileira é tumultuosa, desigual’. Confessa que o seu grande pecado é o pouco de Brasil que tem – Todavia, é o mais lido os romancistas brasileiros – Um homem simples’. *Folha da Manhã*, 20. jan.1952.

MOVIMENTO editorial de 1930: entrevista com Mansueto Bernardi. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01. jan.1931.

NAVARRO, Raul. “A literatura nacional e o regionalismo (anotações brasileiras)”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14.dez.1947. Republicado em *A Manhã*, Rio de Janeiro, 21. dez. 1948.

ORNELLAS, Manoelito de. DESAPARECERAM do ambiente intelectual brasileiro aquelas prevenções que obedeciam às mesmas determinantes geográficas dos estados. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 4. jul.1941.

RADIOGRAFIA do Rio Grande. (1959). *Revista do Globo*, Porto Alegre, n.744, jun..

REGO, José Lins do. “Uns minutos com o escriptor José Lins do Rego”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 29.set.1934.

REGO, José Lins do. “Sobre uma biografia”. *Folha da manhã*, São Paulo, 12.mai.1938.

_____. “O Brasil no carnaval de Sant’Ana do Livramento”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10.fev.1940.

_____. “Notas sobre o Rio Grande”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12.mar.1940.

_____. “Notas sobre o Rio Grande”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12. mar.1940a.

REPORTAGEM. “Autores brasileiros mais lidos em 1932”, *Correio do Povo*, 22.jan.1933. Documento Alev/IMS 03c1638-33.

REPORTAGEM. “Uma Nova Casa Editora no Rio”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04.jul.1934.

REPORTAGEM. “Livros Novos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20.jun.1935.

REPORTAGEM. “Viagem ao redor da “Globo”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n.336, 20.mar.1936.

REPORTAGEM. “Panorama de uma geração. Inquérito para o JORNAL DA MANHÃ sob o moderno Rio Grande do Sul” por Dante de Laytano. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 09.jun.1936.

REPORTAGEM. “Erico Verissimo deixou a ‘Revista do Globo’”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 12.dez.1936.

REPORTAGEM. “A significação de um triunfo literário”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 30.jul.1938.

REPORTAGEM. “Encontram-se em S. Paulo os escriptores Gilberto Freyre e José Lins do Rego”. *Folha da Manha*, São Paulo, 13. jan.1940.

REPORTAGEM. “Gilberto freire dá impressões de sua viagem ao Rio Grande”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29.fev.1940.

REPORTAGEM. “Gilberto Freyre e Lins do Rego em Porto Alegre”, *Correio do Povo*, 24.jan.1940.

REPORTAGEM. “No romance e na poesia, no ensaio e na novela, o Rio Grande literário conquista os aplausos do Brasil”, *Diário de notícias*, Porto Alegre, 24.jan.1940.

REPORTAGEM. “A dança carnavalesca dos gaúchos. Através de uma opinião do sr. Gilberto Freyre”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24.mai.1940.

REPORTAGEM. “Viagem ao redor da “Globo”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n.336, 20.mar.1943.

REPORTAGEM. “Outorgado ao romance ‘Eurídice’ o ‘Prêmio Fabio Prado’”. *Folha da Manhã*, 01.jun.1948.

REPORTAGEM. “Mais de Meio Milhão a Tiragem de José Lins do Rego”. *Tribuna dos Livros* (Suplemento da Tribuna da Imprensa), Rio de Janeiro, 21-22.set.1957.

REPORTAGEM. “Erico Verissimo por ele mesmo”. *Revista Plural & Singular*, São Paulo, fev, número 3, fev.1979.

REPORTAGEM. “O último depoimento”. *Zero Hora* – “ZH – CULTURA”, n.52, 07. dez.1985 [1975].

RIBEIRO, João. “Menino de engenho”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08.set.1932.

ROCHA, Damásio. “Clarissa”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30.nov.1933.

Documento Alev/IMS 03c01643-33.

SILVEIRA, Joel. “Erico Verissimo não é um funcionário público”. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, n.84, 29.jan.1942.

THOMPSON, Franklin. M. “José Lins do Rego”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 21/22. set.1957.

VERGARA, Telmo. “Clarissa”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04.nov.1933.

Documento Alev/IMS 03c1640-33.

VERISSIMO, Erico. “Reforma do caráter é a mais urgente para salvar o Brasil”. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 18.jun.1963.

_____. “Porto Alegre: Ficção e realidade”, *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n.1020. 6.nov.1971.

_____. Seção “Tendências e cultura”. *Opinião*, Rio de Janeiro, 29.jan – 05.fev.1973

VERISSIMO, Erico. “Erico Verissimo por ele mesmo”. *Revista Plural & Singular*, São Paulo, número 3, fev.1979 [1951; 1975].

VIAGEM ao redor da “Globo”. *Revista do Globo*, Porto Alegre: ano XV, n.336. 20.mar.1943.

Artigos da revista *Província de São Pedro*.

ANÚNCIO. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n.5, jun.1946.

ARANHA, Oswaldo. “A Revolução de 35 e a unidade nacional”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 10-16, jun. 1946

AZAMBUJA, Darcy. “Historia e imaginação”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 18-22, jun. 1945.

BARCELLOS, Rubens de. “Perfil de Julio de Castilhos”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 119-125, jun. 1945.

_____. (1945b). “Esboço da formação social do Rio Grande”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 13-24, dez. 1945.

BOPP, Raul. (1946). “Coisas de idioma e folclore”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 38-41, mar. 1946.

FRANCO, Sergio da Costa. (1951). “Esquema sociológico da fronteira”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 15, p. 46-51, jun. 1951.

FREYRE, Gilberto. “Sugestões para o estudo historico-social do sobrado no Rio Grande do Sul”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 10-15, dez. 1946.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. “Linguagem e estilo de Simões Lopes Neto”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 51-55, jun. 1949.

HOLANDA, Sergio Buarque de. “Mel e cera no Brasil colonial”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 48-56, mar. 1946.

HOLANDA, Sergio Buarque de. “As técnicas rurais do Brasil durante o século XVIII”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 58-62, dez. 1957.

MACHADO, Dyonélio. “Os fundamentos econômicos do regionalismo”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 128-130, set. 1945.

MARTINS, Cyro. “Notas sobre Alcides Maya”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 59-62, set. 1945.

MEIRELES, Cecília. “Folclore guasca e açoriano”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 7-10, set. 1946.

_____. “Notas de folclore gaúcho-açoriano”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 67-71, mar. 1947.

MEYER, Augusto. “Simões Lopes Neto”, *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 103-113, jun. 1945.

ORNELLAS, Manoelito de. “Missionários da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 97-101, mar. 1947.

REVERBEL, Carlos. “J. Simões Lopes Neto: esboço biográfico em tempo de reportagem”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 78-102, set. 1945.

ROSA, Othelo. “Causas da Revolução Farroupilha: caráter republicano e federativo do movimento”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 15-30, set. 1945.

_____. “Bento Gonçalves”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 3, n. 10, p. 5-14, dez. 1947.

_____. “O conteúdo político da Revolução Farroupilha”, *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 16, p. 58-64, dez. 1951.

SOUZA, Otavio Tarquínio de. “A história da regência”, *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 9-12, mar. 1946.

VELLINHO, Moysés. Sem título. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v.1, n. 1, p. 5-7, jun.1945a.

_____. Sem título. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 5-6, set. 1945b.

_____. Sem título. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 5-6, dez.1945c.

_____. Sem título. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 5-6, jun.1946.

_____. Sem título. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 5-6, set.1946b.

REGO, José Lins do. “Nota”. *Província de São Pedro*, n.3, dez.1945.

Artigos do jornal *A Província*.

Editoriais.

“Habitações populares”. *A Província*, Recife, 08.mai.1925.

“Candidatura nacional”. *A Província*, 03.mai.1925.

“A presidência da Camara Federal”. *A Província*, Recife, 12.abr.1927.

“Pernambuco político”. *A Província*, Recife, 16.jan.1927.

“Partidos políticos”. *A Província*, Recife, 30.mar.1927.

“O democrático”. *A Província*, Recife, 12.mai.1927.

“A defeza do assucar”. *A Província*, Recife, 19.jul.1927.

“O Assucar na salva-guarda dos interesses de Pernambuco”. *A Província*, Recife, 05.ago.1927.

“A Província”. *A Província*, Recife, 19.ago.1928.

“Editorial”. *A Província*, Recife, 22.ago.1928.

“Editorial”. *A Província*, Recife, 06.set.1928.

“A revolta praieira”. *A Província*, Recife, 03.fev.1929.

“Defesa do patrimonio artisitico e histórico”. *A Província*, Recife, 10.fev.1929.

“O carnaval”. *A Província*, Recife, 14.fev.1929.

“A torre de Malakoff”. *A Província*, Recife, 21.jun.1929.

“Arborização da cidade”. *A Província*, Recife, 06.jul.1929.

“A Província e o seu provincianismo”. *A Província*, Recife, 01.set.1929.

“A visita do presidente João Pessoa”. *A Província*, Recife, 22.nov.1929.

“O patrimonio artistico de Pernambuco”. *A Província*, Recife, 29.ago.1928.

“Urbanismo”. *A Província*, Recife, 23.ago.1928.

“Respeito ao passado”. *A Província*, Recife, 16.fev.1929.

“Os mocambos de Pernambuco”. *A Província*, Recife, 07.abr.1929.

“A nova phase da A Província”. *A Província*, Recife, 06.set.1930.

Colunas.

VIDA política. *A Província*, Recife, 31.jul.1929.

VIDA política. *A Província*, Recife, 16.ago.1929.

VIDA política. *A Província*, Recife, 03.jan.1930.

Artigos assinados e reportagens.

CARNEIRO, Osires. “A tradição de pernambucanismo da A Província”, *A Província*, Recife, 06.set.1930.

BANDEIRA, Manuel. “Urbanistas, cuidado! O Recife é uma cidade magra”. *A Província*, Recife, 30.dez.1928.

FERREIRA, Domingos. “O bairro de Santo Antonio”, *A Província*, Recife, 17. Abr.1927.

REPORTAGEM. As tradições da ‘A Província’, *A Província*, Recife, 19.ago.1928.

II. Bibliografia geral.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora; Recife: Editora Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

ALEXANDER, Ian. *Formação nacional e cânone ocidental: literatura e tradição no novo mundo*. Tese (doutorado em Literatura Comparada). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ALMEIDA, Jose Mauricio Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro: (1857-1945)*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ALMEIDA, Lélia. *A sombra e a chama: uma interpretação da personagem feminina em O tempo e o vento* de Erico Verissimo. Dissertação (mestrado em Letras). Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 1992.

_____. “Num território de figuras femininas” In: GONÇALVES, Robson P (org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria – RS: UFSM; Bauru – SP: Edusc, 2000.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense*. Inovações e recorrências do discurso oficial 1920-1935. Dissertação (em Sociologia), Porto Alegre: UFRGS, 1983.

_____. *Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877-1944)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

AMORIM, Sônia Maria. *Em busca de um tempo perdido*. Edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo; Porto Alegre: Edusp; ComArte; Ed. da UFRGS, 1999.

ANDRADE, Mário. “Riacho Doce”. In: *O Empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: INL, [1939] 1972.

ARBEX, Paula Godói. *Erico Verissimo, tradutor*. Tese (doutorado em Semiótica e Linguística Geral), São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

ARBOLEYA, Arilda Fortunata. *Entre o regionalismo e a construção da nação: o impasse da atuação gaúcha na Constituinte de 1934*. Dissertação (mestrado em Sociologia). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR, 2010.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru – SP: Edusc, 2001.

_____. “Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição”. *Tempo social*, São Paulo, v. 23, n. 2, nov. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702011000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08.jan. 2012.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo* (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BARBOSA, Maria J. Somerlate. “Saltando os ‘círculos de giz’: as personagens femininas e a dinâmica de gêneros em romances de Erico Verissimo” In: BORDINI, M. da Glória. *Caderno de pauta simples: a literatura de Erico Verissimo e a crítica literária*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2005.

BARBOSA, Virgínia; GASPAR, Lúcia (org). *Gilberto Freyre, jornalista: uma bibliografia*. Recife: Diretoria de Documentação/ FUNDAJ, 2010. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/2010anojn/gilbertofreyrejornalistabibliografia.pdf>. Acesso em 27.jul.2011.

BARSANTE, Cássio Emmanuel. *Santa Rosa em cena*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto Freyre: a sociologia como sistema”. *Ciência & Trópico*. Recife, vol.15, n.2, jul.-dez., p.157-164, 1987.

_____. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico*. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru – SP: EDUSC ANPOCS, 2003.

_____. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. “Para uma sociologia dos intelectuais”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.53, n.4. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582010000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03.mar.2011.

BASTOS, Maria Helena C. “*Cuore*, de Edmundo De Amicis (1886). Um sucesso editorial”. Comunicação apresentada no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Caxias do Sul – RS, 2010. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17514/1/R0767>.

BATISTA, Karina Ribeiro. "Caso Fritzen": a polêmica em torno de o resto é silêncio, de Erico Verissimo. Dissertação (Mestrado em Letras), Porto Alegre: Fac. de Letras/ PUC- RS, 2004.

_____. *A trajetória da Editora Globo e sua inserção no campo literário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre: Fac. de Letras/ PUC- RS, 2008.

BAUMGARTEN, Carlos. A. "O Regionalismo Literário e A *Província de São Pedro*". *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 03, n. 01, p. 68-74, 1997.

BECKER, Howard S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BERRIEL, Carlos Eduardo. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas - SP: Papyrus, 2000.

BERTASO, José Octávio. *A Globo da Rua da Praia*. Porto Alegre: Editora Globo, 1993.

BITTENCOURT, André Veiga. *O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil*. Dissertação (mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2011.

BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). *22 por 22. A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: Edusp, 2000.

BOIS, Paul. *Paysans de l'Ouest*. Des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire dans la Sarthe . Paris: Les Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, [1960] 1984.

BORDINI, Maria da Gloria. *Criação literária em Erico Verissimo*. Porto Alegre: L&PM: EDIPUCRS, 1995.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.

BOSI, Ecléa *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOTELHO, André Pereira. *O Brasil e os dias: Estado-Nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru - SP: Edusc, 2005.

_____. "Sequências de uma sociologia política brasileira". *Dados*, Rio de Janeiro, v.50, n.1, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000100003&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 24.set.2008.

BOTELHO, André P.; FERREIRA, Gabriela N. (orgs). *Revisão do pensamento conservador: ideias e políticas no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. "L'illusion biographique". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 62-63, juñ., p.69-72, 1986.

_____. "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região". *O poder simbólico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BREGOW, Bianca De Vit. *As mães e seus filhos: uma leitura de O tempo e o vento*, de Erico Verissimo. Dissertação (mestrado em Letras e Cultura Regional). Caxias do Sul – RS: Universidade de Caxias do Sul, 2006.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1958.

BRUIT, Héctor. H. "Região, estado e capitalismo". In: Geabra, A.; Martins, P.; Lanna, Ana L.; Bruit, H. *História Regional: uma discussão*. Campinas -SP: Editora da Unicamp, 1987.

BUENO, Luis. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2006.

CANDIDO, Antonio. "Erico Verissimo de 1930 a 1970" In: Chaves, Flávio Loureiro (org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Verissimo*. Poro Alegre: Globo, 1972.

_____. *Brigada ligeira*. 3ª ed. revista. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 1750 – 1880*. 10ª ed. revista. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 8ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, [1965] 2000.

_____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 5ª ed. revista. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006a.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

CARPEAUX, Otto Maria. "O brasileiríssimo José Lins do Rego". In: REGO, José Lins do. *Fogo morto*. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: Edart, 1961.

CASTELLO, José Aderaldo; CANDIDO, Antonio (org.). *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte; São Paulo, SP: Itatiaia: USP, 1988.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. "O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante" In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. "É carnaval" In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

CAVALCANTI, Valdemar. "José Lins, cronista" In: REGO, José Lins do. *Água-Mãe*. Rio de Janeiro: José Olympio; INL, 1980.

CHAGURI, Mariana M. *O romancista e o engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos de 1920 e 1930*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2009.

CHAVES, Flávio Loureiro. *Erico Verissimo: realismo e sociedade*. Porto Alegre: Globo, 1976.

_____. *Simões Lopes Neto: regionalismo & literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. “O narrador como testemunha da história” In: GONÇALVES, Robson P. (org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria – RS: UFSM; Bauru – SP: Edusc, 2000.

_____. *Erico Verissimo o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz. “As missões da cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 32, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2199/1338>. Acesso em: 25/03/2008.

CORDEIRO, Carla de Fátima. *Pelos olhos do menino de engenho: os personagens negros na obra José Lins do rego*. Dissertação (mestrado em Sociologia). FFC/Unesp: Marília – SP, 2010.

COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

_____. *A polêmica Alencar – Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: UNB, 1978.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 1992.

DIMAS, Antônio. “Um manifesto guloso”. In: KOSMINSK, E.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru - SP: EDUSC, 2003.

_____. “Uma amizade serena: Erico e Herbert Caro”, Revista USP, São Paulo, n.68, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/22-antonio-dimas.pdf>. Acesso em: 08.mai.2010.

FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista*. São Paulo: Edusp; Perspectiva, 1994.

FAURI, Ana Letícia. *O pensamento político de Erico Verissimo: questões de identidade e ideologia*. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre: PUC-RS.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FONSECA, Edson Nery. “Cronologia da vida e da obra”. In: FREYRE, Gilberto. *Obra escolhida: Casa-grande & senzala, Nordeste e Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3ª ed. Lisboa: Veja, 1997.

FRESNOT, Daniel. *O pensamento político de Erico Verissimo*. Rio de Janeiro: Grall, 1977.

FREYRE, Gilberto. “Documentos brasileiros” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

- _____. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.
- _____. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. São Paulo, SP: É Realizações, [1945] 2009.
- _____. *O Manifesto Regionalista*. Recife: INPJM, 1976.
- _____. “José Lins do Rego e eu: qual dos dois influi sobre o outro?”. In: *Alhos & bugalhos: ensaios sobre temas contraditórios: de Joyce a cachaça; de Jose Lins do Rego ao cartão-postal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- _____. *Oh de casa!* Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: Editora Artenova, 1979.
- _____. *Casa-grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1*. 46ª ed. Rio de Janeiro, Record, [1933] 2002.
- _____. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª ed. São Paulo: Global, [1936] 2004.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.
- GERTZ, René E. “Matérias historiográficas da revista Província de São Pedro”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. IX; n. 1, 1983.
- GUINBURG, Carlo. “História da arte italiana”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu caché: étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard, [1959], 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. *Essa Gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. “Alguns temas da questão meridional”. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1926] 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *La memoire collective*. 2ª ed. rev. Paris: PUF, 1968.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª ed. rev. São Paulo: Edusp, [1985] 2005.
- HOBBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1992] 2004.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. “Tensões e conflitos na consolidação da república em Pernambuco: a revolta de triunfo”. *Revista CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica, n. 28 (2), 2010.
Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/129/98>, acesso em 15.mai.2010.
- HOHLFELDT, Antônio. *Erico Verissimo*. Coleção Esses gaúchos. Porto Alegre: Tchê edições, 1984.
- HOLLANDA, Aurélio Buarque de. “Alguns aspectos da obra de José Lins do Rego” In: REGO, José Lins do. *Pedra Bonita*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. vol I. Rio de Janeiro: Gráfica Guanabara, 1969.

IORIS, Fabiana. *Com os olhos no futuro: urbanização e modernidade no projeto editorial da Revista do Globo (1929 - 1935)*. Mestrado (em História), Porto Alegre: UFRGS, 2003.

IVO, Ledo. “As duas línguas”. In: COUTINHO, Afrânio (dir) *José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; João Pessoa: FUNESC, 1991.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaucha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (doutorado em História Social). Campinas – SP: IFCH/Unicamp, 2004.

LEENHARDT, Jacques. “Memória do passado e memória do futuro” In: PESAVENTO, S.; LEENHARDT, J.; LEITE, L. C.; AGUIAR, F. [org.] *Erico Verissimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

_____. “O retrato de Rodrigo Cambará” In: PESAVENTO, S.; LEENHARDT, J.; LEITE, L. C.; AGUIAR, F. [org.] *Erico Verissimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

LEITE, Lígia Chiappini de M. *Modernismo no Rio Grande do Sul: Materiais para o seu estudo*. São Paulo, SP: USP - Instituto de Estudos brasileiros, 1972.

_____. *Regionalismo e modernismo: o caso gaúcho*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

_____. *No entretanto dos tempos: literatura e historia em João Simões Lopes Neto*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. “Tal campo qual cidade: a fundação da regionalidade na obra de Erico Verissimo”, *Revista Nova Renascença*, Porto, n.57/58, vol.15, 1995.

_____. “Campo e cidade no retrato” In: PESAVENTO, S.; LEENHARDT, J.; LEITE, L. C.; AGUIAR, F. [org.] *Erico Verissimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

LEVINE, Robert. *A velha usina*. Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LINS, Álvaro. *Os mortos de sobrecasaca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOVEJOY, A. “Reflexiones sobre la história de las ideas”. *Prismas: revista de historia intelectual*. Bernal, ano II, n. 4, 2000.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, [1965] 2003.

_____. *Sociología de la literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 1961.

_____. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Nueva historia de la literatura alemana*. Buenos Aires: La Pleyade, 1971.

- MAIA, J. Gonçalves. *A Política do Assassinato*. Recife: Editora Massangana, 1999.
- MARTINS, Eduardo. *José Lins do Rego: o homem e a obra*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1980.
- MARTINS, Wilson. *A ideia modernista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- MASSINA, Lea Silvia dos Santos. *Paradoxos da transição: a obra de Alcides Maya*. Tese (doutorado em Letras), Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRG, 1998.
- MICELI, Sérgio. “Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920 – 1940)” In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, [1979] 2001.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, urbanização e modernidade*. A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- _____. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MONTEIRO, Lorena M. “A cultura escolar católica da Cátedra de Sociologia nos primórdios da Universidade do Rio Grande do Sul”. Comunicação apresentada no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/12_6_2009_16_5_19.pdf. Acesso em 10.ago.2009.
- _____. “O resto não é silêncio: a polêmica de Érico Veríssimo com pe. Leonardo Fritzen. SJ e a bipolarização do ‘campo’ intelectual na porto alegre dos anos 1940”. *I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR: Sociedade e política em tempos de incerteza*, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT6%20online/EixoII/resto-nao-silencio-LorenaMonteiro.pdf>
- MONTENEGRO, Olívio. “José Lins do Rego” In: REGO, José Lins do. *Bangüê*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- MORAES, Eduardo. J. de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MOREIRA, Alice. (s/d). *Almanaque do Globo (1917-1933): catálogo e texto*. Porto Alegre, RS, Brasil. CD-ROOM.
- _____. “A Livraria do Globo e sua revista”. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, vol.11, n.1, nov.2005.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu: 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Graphs, maps, trees: abstract models for a literary history*. London; New York: Verso, 2005.
- _____. *A literatura vista de longe*. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos 50*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999.

_____. *Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História). Brasília: UnB, 2005.

_____. “A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul”. *Mana*. 2007, vol.13, n.1, 2007. Disponível:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132007000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12/07/2010. Acesso em 23/05/2009

NEDEL, Letícia Borges. “Saber (-se) Local: configurações do regionalismo no campo intelectual”. In: GERTZ, René. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985), vol. 4, 1ª. ed. Passo Fundo - RS: Méritos, 2007a.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo*. A diversidade cultural no Brasil – Nação. Petrópolis – RJ: Vozes, 1992.

PARAHYM, Orlando. *José Mariano*. Recife: Dialgraf, 1976.

PEIXOTO, Silveira. “Erico Verissimo” In: *Falam os escritores*. Curitiba: Guaíra, 1941.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Historia da literatura brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920*. Belo Horizonte; São Paulo, SP: Itatiaia: USP, [1950] 1988.

_____. “Regionalismo e espírito nacional”. In: *A leitora e seus personagens*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, [1935] 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Series (Documenta; 5). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *Historia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Alberto, 1982.

_____. *Historia do Rio Grande do Sul*. Series (Revisão; 1). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 1999.

_____. “A memória da terra: missão feminina”. In: PESAVENTO, S.; LEENHARDT, J.; LEITE, L. C.; AGUIAR, F. [org.] *Erico Verissimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

PINHEIRO, Fernando Antonio. “A invenção da ordem: Intelectuais católicos no Brasil”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, César Braga. “Introdução” In: REGO, José Lins. *Ligeiros traços: escritos de juventude*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2007.

_____. “Ordem e tradição: a conversão regionalista de José Lins do Rego”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 52, 2011. Disponível em:

http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742011000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19. out. 2011.

POCOCK, J.G.A. “Historia intelectual: un estado del arte”. *Prismas: revista de historia intelectual*, Bernal, ano III, n. 5, 2001.

POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 07. fev.2010.

PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. (2001). “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. 2ª ed. vol.I. São Paulo: Editora Sumaré.

_____. *Intérpretes da metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.

PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a semana de 22 e o integralismo*. São Paulo: Editora 34, 2010.

PROENÇA, Manoel Cavalcanti. “O negro tinha caráter como o diabo” In: REGO, José Lins do. *Moleque Ricardo*. 7ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

QUEIROZ, Raquel. “Menino de engenho: 40 anos”. *Menino de engenho*. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

RAMOS, Paula. *Artistas Ilustradores A Editora Globo e a Constituição de uma Visualidade Moderna pela Ilustração*. Tese (doutorado em Artes Visuais). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

REGO, José Lins do. “Notas sobre Gilberto Freyre”. In: FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

_____. *Gordos e magros*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. *Conferências no Prata: tendências do romance brasileiro*: Raul Pompéia: Machado de Assis. Rio de Janeiro: C.E.B, 1946.

_____. *Homens, Seres e Coisas*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1952.

_____. *Presença do Nordeste na literatura*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1957.

_____. “Coisas de romance”. In: *O Cravo de Mozart é Eterno*. RJ: José Olympio, [1945] 2004.

_____. “Do bom tradicionalismo”. In: JUNQUEIRA, Ivan (org.). *Dias Idos e Vividos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1942] 1981.

_____. “O romancista é o rival de Deus”. Entrevista a Diva de Mucio Teixeira. COUTINHO, Afrânio (dir) *José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; João Pessoa: FUNESC, 1991.

_____. “Carta de uma geração aos srs. Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo”, *Era Nova*: revista quinzenal ilustrada, setembro, 1924. Reproduzido em *Ligeiros traços: escritos de juventude* (seleção, introdução e notas de César Braga-Pinto). Rio de Janeiro: José Olympio, [1924] 2007.

REGO, José Lins; ATHAYDE, Austregésilo. *Discurso de Recepção e Posse na Academia Brasileira de Letras*. RJ: José Olympio, 1957.

ROCHA, Tadeu. *Modernismo e regionalismo*. Maceió: Imprensa Oficial de Alagoas, 1964.

RODRIGUES, Mara. C de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação, 1925-1964*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2006.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Campinas – SP: IFCH/Unicamp, 1992.

_____. “Clubes e pesquisadores. A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia”. In: MICELI, Sergio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*, vol 2. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1995.

RUSSOTTO, Margherita. *Arcaísmo e modernidade em José Lins do Rego. Uma Leitura de Doidinho*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo, 1987.

SANTOS, Miriam. S. dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SAPIRO, Gisèle. *La guerre des écrivains*, Paris: Fayard, 1999.

SARLO, Beatriz. *Jorge Luis Borges: um escritor na periferia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Significado y comprensión en la historia de la ideas”. *Prismas*: revista de historia intelectual, Bernal, ano II, n. 4, 2000.

SCHWARZ, Roberto. “A importação do romance e suas contradições em Alencar” In: *Ao vencedor e as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, [1977] 2000.

SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. *Novos Estudos* - CEBRAP [online]. n.75, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002006000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25. mar.2007.

SILVA, Simone da Conceição. *As rodas literárias nas décadas de 1920 e 30: troca e reciprocidade no mundo o livro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). , Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2004.

SILVEIRA, Eder. “A polêmica Alencar – Nabuco e a crise da poética romântica” In: *Anais do XI Encontro estadual de história: a história e suas fontes*. Porto Alegre: ANPUH – RS,

2008. Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212202175_ARQUIVO_artigo_alencar_nabuco.pdf.

Acesso em: 27. set.2011.

SOARES, Lucila. *Rua do Ouvidor 110*. Rio de Janeiro: José Olympio: FBN, 2006.

SORÁ, Gustavo. “Tempo e distâncias na produção editorial de literatura”. *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, out.1997. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131997000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12.abr.2008.

SORA, Gustavo. *Brasilianas*: José Olympio e a gênese do livro nacional. São Paulo: Edusp; ComArte, 2010.

SOUZA BARROS. *A década de 20 em Pernambuco*. RJ: Editora Paralelo, 1972.

TÁVORA, Franklin. *O cabeleira*. São Paulo: Editora Três, 1973.

TEIXEIRA, Ana Paula de F. *Modernidades em confronto*: as literaturas modernistas brasileira e portuguesa. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH/USP: São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, Fabiane. “A interface literária *Revista do Globo*/editora do globo”. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC-RS*. , Porto Alegre, vol.11, n.1, nov.2005.

THIESSE, Anne-Marie. *Ecrire la France*: le mouvement littéraire regionaliste de langue française entre la Belle Epoque et la Liberation. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

_____. *A criação das identidades nacionais*: Europa- séculos XVIII-XX. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

THORSRENBORG, Valdira. *Página de rosto. Uma amostra do potencial literário da Revista do Globo*. Dissertação (em Teoria Literária). Porto Alegre: PUC – RS, 1998.

TORRESINI, Elisabeth. R. *Editora Globo. Uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo; Porto Alegre:: Edusp; ComArte; Ed. UFRGS, 1999.

VAINSENCER, Semira Adler. *José Mariano. Pesquisa Escolar On-Line*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 23.mai.2010.

VELLOSO, Mônica P.. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.

VERISSIMO, Erico. “Somos uma fronteira”, *RS: terra e povo*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1964.

_____. *Um certo Henrique Bertaso*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

_____. *A liberdade de escrever*: entrevistas sobre literatura e política. Coleção Engenho e arte 4. Organização de Maria da Glória Bordini. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; EDIPUCRS; Prefeitura de Porto Alegre, 1997.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*: historia - organização - psicologia. Belo Horizonte; Niterói, RJ: Itatiaia: Universidade Federal Fluminense, 1987.

- VIEGAS, Susana de M., CABRAL, João de Pina. “Nomes e ética: uma introdução ao debate”. In: *Nomes: gênero, etnicidade e família*. Coimbra/São Paulo: Almedina, 2007.
- VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão. O movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getulio Vargas, 1997.
- VILLAS-BÔAS, Gláucia. “O tempo da casa-grande”. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- VIZENTINI, Paulo G. *A Crise dos anos 20: conflitos e transição*. Series (Síntese rio-grandense; v.7). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Cia. de bolso, 2010.
- WILLIAMS, Raymond. “The Bloomsbury fraction”. In: HIGGINS, John (org.). *The Raymond Williams reader*. Oxford: Blackwell publishers, [1980] 2005.
- ZILBERMAN, Regina. “O tempo e o vento: história, mito, literatura” *Revista Nova Renascença*, Porto, n.57/58, vol.15, 1995.
- _____. “No começo, a leitura”. *Em Aberto*, Brasília, n.69, jan./mar.,p.16-29, 1996.
- _____. “Um romance para todos os tempos” In: Verissimo, Erico. *O continente*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

III. Obras literárias.

- REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 84ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, [1932] 2002.
- _____. *Doidinho*. 38ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, [1933] 2000.
- _____. *Banguê*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, [1934] 2011.
- _____. *Usina*. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, [1936] 2002.
- _____. *Fogo morto*. 71ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, [1942] 2011.
- _____. *Meus verdes anos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, [1956] 2006.
- VERISSIMO, Erico. *O continente I*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1949] 2004.
- _____. *O continente II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1949] 2004.
- _____. *O retrato I*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1951] 2004.
- _____. *O retrato II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1951] 2004.
- _____. *O arquipélago I*. 2ª ed. São Paulo: Globo, [1963] 2003.
- _____. *O arquipélago II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1963] 2004.
- _____. *O arquipélago II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1963] 2004.
- _____. *Solo de clarineta*, vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, [1973] 2005.
- _____. *Solo de clarineta*, vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, [1976] 2005.

Anexo de Imagens

NO DIA
Leiam
A PROVINCIA **19**
NOVA PHASE
Jornal de informação e de cultura

Os assumptos mais vivos e actuaes — problemas economicos, politica, litteratura, cinema, arte brasileira, religião, vida internacional, questões sociais, sport, modas, etc. — discutidos ou esclarecidos por um grupo de escriptores, jornalistas e especialistas de autoridade e relevo

COLLABORAÇÃO EFFECTIVA DE:
Medeiros e Albuquerque, Pontes de Miranda, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Prudente de Moraes neto, Joanita Blank, Matheus de Albuquerque, Barbosa Lima Sobrinho, José Americo de Almeida, Rodrigo M. F. de Andrade, Joaquim Eulalio, Ribeiro Couto, Francisco Guimarães, Francis- Butler Simkins, Jorge de Lima e Ernesto Montenegro

Ilustrações de M. Bandeira, Luis Jardim, Joaquim Cardozo

EXTENSO SERVIÇO TELEGRAPHICO
GRANDES REPORTAGENS ILLUSTRADAS

DIRECÇÃO DE :
José Maria Bello e Gilberto Freyre

REDACTORES : — Moraes Coutinho, Annibal Fernandes e Olivio Montenegro (redactor-secretario)

REDACTORES-CORRESPONDENTES : — José Lins do Rego (Alagoas) Adhemar Vidal (Parahyba)

Figura 1. Anúncio da nova fase de *A Província*

O aniversário da fundação da A PROVINCIA

Directores da A PROVINCIA de 1872 a 1928



O sr. Manuel Coutinho de Albuquerque e Mello

José Maria, fundador e por muito tempo director

O sr. Diniz Ferylo

Figura 2 Figuras dos directores de A *Província*



Figura 4 Capa da edição de 04/03/1932, após quase dois anos de interrupção do jornal

Figura 5 Artigo de José Lins do Rego para *A Província*, 07/06/1929.

*Em edições comemorativas ao
centenário do nascimento*



de

**EÇA DE
QUEIROZ**

*a Livraria do Globo
apresenta dois
trabalhos já
definitivos.*

**HISTÓRIA LITERÁRIA
DE EÇA DE QUEIROZ — (2.ª edição)**
por Alvaro Lins

“É o livro um exame alto e nobre da obra literária de Eça, sem excessos apologéticos, feito com critério rigorosamente crítico. Este estudo sobre o grande mestre da literatura portuguesa é, ainda, um dos trabalhos mais notáveis que já apareceram em nossa terra.”
— *Austregesilo de Athayde*

**EÇA DE QUEIROZ
E O SÉCULO XIX — (4.ª edição)**
por Vianna Moog

“É uma biografia que põe diante de nossos olhos um Eça de Queiroz exuberante de vida e de tal sorte nos familiariza com ele, com os seus amigos e o seu ambiente, que, ao terminar a leitura, sentimos um vácuo na alma, como costumamos sentir quando temos notícia de que um amigo querido desapareceu para sempre deste mundo.”
— *Sousa Filho*

Figura 6. Anúncio de edições comemorativas ao centenário de nascimento de Eça de Queiroz publicadas pela Editora do Globo. *Província de São Pedro*, n.3, dez.1945.



Figura 7. Ilustração de Edgar Koetz ao artigo de Manoelito Ornellas, "A morte de Tiarajú", *Província de São Pedro*, n.1, jun.45.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

Colaboradores:

A. Carneiro Leão	Hermínio de Miranda	Nereu Corrêa
A. Lemos Barbosa	Hugo Ramires	Nelson Werneck Sodré
Abelard Barreto	Ivan Pedro Martins	Olíveira Viana
Adal Moraes	James Amado	Olívio Montenegro
Aderbal Jurema	Jamil Almansur Haddad	Olmo de Azevedo
Afrânio Coutinho	João Alphonius	Olegários Lessa
Albino de Bem Veiga	João Pinto da Silva	Olívia Mendes
Alco Obino	J. N. de Sousa e Silva	Oswaldo Alves
Alfredo Jacques	J. O. Nogueira Leiria	Oswaldo Cordeiro de Farias
Alvaro Moreira	J. P. Coelho de Souza	Oswaldo Aranha
Alphonus de Guimarães F.	J. P. Santos	Otávio Tarquínio de Souza
Angelo Kici	Jorge de Lima	Othello Rosa
Antônio Barata	Jorge Dias	Oto Maria Carpeaux
Antônio Cândido	Jorge Penna	Oswaldo Cabral
Antônio Carlos Machado	José Augusto	Ones Mont'Algre
Aquino Frota	José Bevers Gomes	Paulino Jacques
Arnold Wald	José Condé	Paulo Corrêa Lopes
Artur C. Ferreira Reis	José Geraldo Vieira	Paulo Luiz Viana Guedes
Artur Ramos	José Honório Rodrigues	Paulo Mendes Campos
Athos Damasceno Fátima	José Laurêncio da Melo	Paulo Rónai
Augusto Meyer	José M. Delgado Tubino	Peregrino Júnior
Aurelio R. de Hollanda	José Otávio de Oliveira	Paulo Hecker Filho
Beatriz Bandeira	José Montello	Raul Bopp
Benjamin Woodbridge Jor.	Lauro T. Medeiros	Raul Pilla
Bernardino José de Souza	Lédo Ivo	Raymundo Souza Dantas
Bernardo Gersen	Levi Braga	Reinaldo Moura
Braga Montenegro	Lis Ripoll	Renato Almeida
Brás Boas	Limária Tejo	Ribeiro Costa
Camilo de Jesus Lima	Lúcia Miguel Pereira	Richard Katz
Carlos de Azevedo Líguri	Luiz A. Meira	Rinaldo Câmara
Carlos Dantas de Moraes	Luiz Caciatori	Roberto Alvim Corrêa
Carlos Davi	Luiz Heitor	Robert Bréchan
Carlos Drummond de Andrade	Machado Villa	Roger Bastide
Carlos Galvão Krebs	Manoelito de Onalías	Ruth Goisvários
Carlos Kawachi	Manuel Bandeira	Santa Rosa
Castilhos Goycochea	Manuel Diéguez Júnior	Serafim Leite
Cecília Meireles	Manuelto Bernardi	Sérgio Buarque de Hollanda
Celastino Prunes	Marcelo de Sena	Sérgio Corrêa da Costa
Cipriano Vitorreia	Marina Maciel	Sérgio Costa Franco
Cyrol Martins	Mário Casanovi	Sérgio Luiz Viotti
Dania Laytano	Mário de Silva Brito	Silvio Jello
Darcy Azambuja	Mário Pinto de Andrade	Souzeiras Costa
Desbrea	Mário Quintana	Telmo Vergara
Décio Freitas	Mário Sette	Teodoro Cabral
Décio Frota Escobar	Marques Rebelo	Theodoro Tostes
Damião Ribeiro Neto	Melville J. Herskovits	Túlio Hestilio Montenegro
De Paranhos Antunes	Mon de Sá	Vargas Neto
Dyonellio Machado	Michel Simon	Viança Moog
Edgar Cavalcante	Miguel Torga	Vicente Moliterno
Edson Carneiro	Milton Pedrosa	Vidal de Oliveira
Eduardo Frisiro	Moscir Werneck de Castro	Vinícius Pires
Edvaldo Pereira Peira	Murilo Mendes	Vitor Winkowski
Eliszer Dimentas	Moyda Vallinbo	Waldemar Cavalcanti
Elmo Pita Ribeiro	Mouart Victor Rosomano	Walter Spalding
Eloy Pontes	Necenas Dourado	Wilton Chagas
Emílio Moura	Natércia Frota	Wilson Louzada
Ezio de Freitas e Castro		
Ezio Verissimo		
Ernani Fornari		
Ernesto Pellanda		
Eugenio Gomes		
Eurico Nogueira França		
Edgard de Cerqueira Falcão		
Euani Soares de Souza		
Fernando Mendes de Almeida		
Fidelino Figueiredo		
Florencio de Abreu		
Florianio Gonçalves		
Francisco Fernandes		
Francisco Inácio Polakoto		
Fritz Teixeira de Sales		
Gastão Cruz		
Gastão de Hollanda		
Gladstone Chaves de Melo		
Godofredo Rangel		
Gomes da Silveira		
Gondin da Fonseca		
Graciliano Ramos		
Guilhermino César		
Hamilton de Garcia		
Heitor Saldanha		
Helena Silveira		
Helio Viana		
Henriqueta Lisboa		
Herman Lima		

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO
Uma assinatura de 4 números
Cr\$ 120,00

Periódicamente V. S. poderá receber uma das melhores revistas de difusão literária e cultural que atualmente se publicam no Brasil. Mande-nos hoje mesmo Cr\$ 120,00 Indicando com clareza o seu nome, endereço, localidade, Estado, e o número em que deve começar a assinatura.

Redação e Gerência: Andradas, 1428 - Caixa Postal, 1520 - Porto Alegre

Figura 8. Colaboradores da revista. *Província de São Pedro*, n.19, jun.1954.